

FACULDADE DE LETRAS
INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA

CONIMBRIGA

VOLUME I



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

1959

S U M Á R I O

	Págs.
Howard COMFORT— <i>Some Roman Pottery in the Museu Etnológico, Belém</i>	1-12
Mário CARDOZO — <i>Joalheria Lusitana</i>	13-27
A. GARCIA Y BELLIDO — <i>Cohors I Galica Equitata Civium Romanorum ...</i>	29-40
Fernando Bandeira FERREIRA — <i>O problema da localização de Cetóbriga.</i> <i>Seu estado actual</i>	41-70
D. Fernando de ALMEIDA — <i>Pedras visigodas de Abiul</i>	71-74
J. M. Bairrão OLEIRO — <i>A cratera de Milreu</i>	75-81
Abel Vi ANA — <i>Necrópole pré-histórica da Atalaia</i>	83-96
Maria Helena da Rocha PEREIRA — <i>Notícia sobre vasos gregos existentes</i> <i>em Portugal. 111.ª parte</i>	97-108
Ruy Freire d'ANDRADE — <i>Uma lápide romana do Monte do Farrobo — Rio</i> <i>de Moinhos</i>	109-114
<i>VÁRIA</i> : I Congresso Nacional de Arqueologia. — Trabalhos em Conim- briga e no criptóportico de Aeminium. — Machado plano de bronze. — Achados arqueológicos em S. Silvestre de Bezelga. — Achados no sítio do Vale, Souto de Vila Cã. — Campo de Trabalho de Âncora. — Escavações no campo de batalha de Aljubarrota. — Prospecções subaquáticas em Portugal. — Arqueologia, para quê? — Associa- ção Portuguesa de Estudos Clássicos. — Rei Cretariae Romanae Fautores. — Pedido de informações sobre tesouros monetários da época romana	115-142
<i>NOTÍCIAS. NOVA ET VETERA</i>	143-163
<i>DOCUMENTOS</i> : Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Recomendação definindo os princípios inter- nacionais a aplicar em matéria de escavações arqueológicas.....	165-177
<i>VIDA DO INSTITUTO</i> : Sobre a criação e objectivos do Instituto de Arqueologia. — Missão arqueológica ao Iraque. — Lições do P.º Jean Roche. — O Instituto eol Congresso Nacional de Arqueo- logia. — A oferta da colecção arqueológica do Prof. Doutor Fran- cisco Gentil ao Instituto de Arqueologia. — O acampamento romano de Antanol e o Instituto de Arqueologia. — O castro de Santa Olaia. — Ofertas ao Museu Didáctico do Instituto de Arqueologia. — Dis- sertações de licenciatura sobre temas arqueológicos (de 1956 a 1959). — Publicações entradas na Biblioteca	179-209
<i>IN MEMO RI AN</i> : Felix OSWALD, Jean JANNORAY, Roman HAKEN, Waldemar DÉONNA, Tenente-Coronel António Elias GARCIA	211-215
<i>RECENSÕES E NOTAS BIBLIOGRÁFICAS</i> : Gisela M. A. RICHTER. — François VILLARD. — Robert ÉTIENNE. — Memórias de los Museos Arqueológicos Provinciales. — Felipe MATEU Y LLOPIS. — Maria Angeles MEZQUIRIZ DE CATALAN. — J. A. STANFIELD e Grace SIMPSON. — L'Information Archéologique. — índice de Revis- tas Portuguesas.....	217-236
<i>RESUMO DOS ARTIGOS ...</i>	237-242

CONIMBRIGA

Composto e impresso na «Imprensa de Coimbra, L.da»
Largo de S. Salvador, 1 a 3 — Coimbra

FACULDADE DE LETRAS
INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA

CONIMBRIGA

VOLUME I



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

1959

(Página deixada propositadamente em branco)

Ao publicar o primeiro volume da sua revista Conimbriga o Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra atinge mais um dos objectivos que se propôs realizar. E como isso só foi possível graças ao auxílio da Fundação Calouste Gulbenkian, é justo — e é natural — que as primeiras palavras sejam de agradecimento a quem permitiu que este caminho se nos abrisse.

Ao Conselho de Administração da Fundação Calouste Gulbenkian, na pessoa do seu Ex.^{mo} Presidente, Senhor Dr. José de Azeredo Perdigão, o Instituto de Arqueologia reconhecidamente agradece.

Motivos de vária ordem impediram que este primeiro volume de Conimbriga saísse em 1958, como muito desejámos e julgámos ser possível. É que se recordava nesse ano um grande arqueólogo português — José Leite de Vasconcelos — e o Instituto queria, dessa forma, associar-se às homenagens que à sua memória foram prestadas.

Mas numa homenagem, mais do que o momento, é o acto que conta, e, assim, dedicamos este número de Conimbriga aos grandes arqueólogos portugueses que a morte reuniu e o mundo não esqueceu.

Com o nome de Leite de Vasconcelos, evoquemos os de Estácio da Veiga, Santos Rocha, Martins Sarmento e Vergílio Correia, que foi professor ilustre desta Casa onde se mantêm o culto da sua memória e o respeito pelo seu exemplo de trabalhador infatigável.

O nome que escolhemos para a revista é o de uma das mais importantes e mais conhecidas entre as estações arqueológicas portuguesas.

Cobería, durante séculos e séculos pela terra, pela vegetação e pelo silêncio das coisas mortas, pode dizer-se que só a partir de 1929, primeiro por iniciativa desta Faculdade e depois pelos Monumentos Nacionais, ela começou a ser sistematicamente revelada e estudada.

Nem o tempo, nem a terra que sepultou o velho burgo luso-romano conseguiram obliterar esse nome que outra cidade para si tomou. Nessa outra cidade veio a instalarse a mais antiga Universidade portuguesa, a que este Instituto se orgulha de pertencer. A escolha do título não necessita, segundo cremos, de melhor explicação.

Conimbriga pretende apenas ser uma revista de Arqueologia, aberta no entanto a todas as contribuições que outras ciências, técnicas e sectores da investigação lhe possam trazer e se liguem àquela disciplina. Procurará ser útil a estudiosos nacionais e estrangeiros, tentando dar a uns e outros a visão do que se vai fazendo, descobrindo e estudando em Portugal.

Tentará assegurar-se a colaboração de arqueólogos de todas as nacionalidades, mas reservando, naturalmente, um maior lugar aos portugueses. Não lhe interessam a polémica estéril, a rivalidade disfarçada, o aparato desnecessário, mas sim a serenidade, a isenção, a objectividade que o estudo exige.

Deseja sinceramente ser um órgão de comunicação, um instrumento de relações de intercâmbio científico com outras revistas e com instituições portuguesas e estrangeiras que tenham idênticos objectivos.

Não esquecerá aquilo que considera como uma das suas mais importantes finalidades: recolher e divulgar trabalhos dos estudantes e colaboradores do Instituto; revelar novas vocações e nomes desconhecidos; estimular os que começam e prometem fazer trabalho sério, útil e digno; servir de elo de ligação entre todos os que aqui orientaram os seus interesses culturais para a Arqueologia ou sentiram a fascinação de tão apaixonante ciência.

O programa pode, afinal, sintetizarse em poucas palavras: servir o País e a Universidade, servindo a Arqueologia.

(Página deixada propositadamente em branco)

SOME ROMAN POTTERY IN THE MUSEU ETNOLÓGICO, BELÉM

The following paragraphs and drawings are reconstructed from notes made hastily at the Museu Etnológico, now renamed for Dr. Leite de Vasconcelos, in the Edifício dos Jeronimos at Belém near Lisbon in 1940. My thanks are due to the helpfulness of Miss Rosa Capeans, Preparadora of the Museu, who facilitated my visit at that time. In the summer of 1958 through the kindness of Prof. Manuel Heleno, the Director, and in the company of Prof. J. Bairrão Oleiro and Dr. M. F. dos Santos, I had the welcome opportunity to review and add to some of the material previously studied, although the intervening reorganization of the museum made other items difficult to find in the brief time at my disposal. I am especially grateful to these gentlemen for their wholehearted help and interest.

Since 1940 there has been a notable increase of interest in, and knowledge of, the Roman pottery of the Iberian Peninsula. For instance, Prof. Bairrão Oleiro has given comprehensive attention to the signatures on sigillata in his *Elementos para o estudo da «Terra Sigillata» em Portugal* (1), and more recently Adília Moutinho de Alarcão has published «Sigillata hispânica em museus do norte de Portugal», a dissertation dealing especially with decorated vases (2). Finally,

(1) I, «Marcas de oleiro encontradas no País» (hereafter cited as *Elementos* I), *Revista de Guimarães* 61 1951, pp. 35 with a useful map on pi. I; see also the present writer's review in *Amer. Journ. Archaeol.* 57 1953 pp. 241-242; II, «Vaso Dragendorff 37 de fabricação hispânica procedente de Conimbriga» (hereafter cited as *Elementos* II), *Humanitas* n.s. 2/3 1954, pp. 10.

(2) *Revista de Guimarães* 68 1958 (hereafter cited as Moutinho de Alarcão), pp. 65 and pis. XXVII.

Dr. dos Santos has studied the entire collection of sigillata in the Museu Etnológico itself; his mimeographed thesis *Contribuição para um melhor conhecimento da «terra sigillata» encontrada em Portugal — A «terra sigillata» do Museu Etnológico do Dr. Leite de Vasconcelos* (Lisbon, 1958) which, in addition to full description, illustration and discussion, includes a very useful complete bibliography on Portuguese sigillata, will appear in *O Arqueólogo Português*, n.s. IV. In view of his exhaustive treatment, I have hesitated to present my own briefer sketch; but the editor's invitation to appear in these pages has been so cordial that I nevertheless submit these notes for what they may be worth.

FROM THE NECROPOLIS OF ROUCA {ALENTEJO}

1. (15661). A complete decorated Spanish terra sigillata Form 29; lip diam. 19 cm., ht. 8 cm.; panels divided by chevrons and vertical wavy lines; in the lower zone the panels are filled by concentric circles; the upper zone has small figures with arms raised, under arches resting on pillars. Nine panels in both zones. Carination has no bead-rows or moulding; interior of lip has a crude reminiscence of the usual Gaulish profiling. The clay is soft, sandy pink, and the varnish is not very adherent, — a description of general application to the fabric (3).

2. (15647). A dish; diam. 9.6 cm., ht. 2.5 cm.; clearly signed OFMCCIO (Fig. 1). The underside of the foot (Fig. 2, slightly exaggerated) rises toward the center in a gentle curve broken by a small ridge; it is a peculiarly Hispanic profile which may appear on any Spanish-made form (4). From Tomb 15.

(3) Comparative material is readily accessible, e.g. Fidel Fuidio, *Carpetania Romana* (hereafter cited as Fuidio), pi. XXV, etc.; Alice W. Frothingham, *Sigillate Pottery of the Roman Empire* (hereafter cited as Frothingham), pis. X (E 299), XII (E 300); D. M. Robinson, *C. V. A., Robinson Collection* 3, pis. XL 3, XLI 1; C. Martínez Munilla, «Terra sigillata hispánica», *Arch. Españ. de Arqueol.* 1945 pp. 227-231; M. Angeles Mezquiriz, «Sigillata hispánica de Liédena», (hereafter cited as Mezquiriz) *Príncipe de Viana* 14, nos. 52-53, 1953, renumbered pp. 16-20; Bairrão Oleiro, *Elementos* II, pp. 6-7; Moutinho de Alarcão, pis. XX-XXII, XXIV; see also no. 33 in the present list.

(4) Moutinho de Alarcão, p. 18.

3. (15651). A good sized Form 27, illegibly signed (5); also from Tomb 15.

4. (15637). Smaller Form 27, illegibly signed.

5. (15636). A dish like Fig. 1; diam. 10.3 cm., ht. 3.1cm.; signed IIXOFMIC, *ex officina Mic(cionis)*, in a characteristic Spanish formula which, oddly, is not always recognized as such (6).

6. (15642). A dish like Fig. 1 but larger and with softer transition from the sides to the rim; diam. 13.8 cm., ht. 3.8 cm.; signed IIX* ///Y * MICC. The foot is like that of no. 2 (Fig. 2). From Tomb 14.

7. (15656). A dish of Form 35; diam. 17.0cm., ht. 3.4cm.; also from Tomb 14. The barbotine leaves and stems on the rim have worn and broken away.

8. (15644). A dish like Fig. 1 but larger; diam. 14.1 cm., ht. 3.7 cm.; signed IIX'OFMI, *ex officina Mi(ccionis)*. The foot is like that of no. 2 (Fig. 2). The surface of this plate is poor.

9. (15649). A dish of Form 35, of which Fig. 3 is a rough reproduction, signed OPIC^A. My notes fail to indicate the usual barbotine leaves on the rim; they may be omitted on Spanish Form 36 (7).

10. (15789). A shallow dish signed OFMCIO (Fig. 4). The shape may approach Form Ludowici Tb as illustrated by Mezquiriz, p. 12.

Since Miccio seems to have had something of a monopoly among

(5) The shape was common among Spanish potters; cf. Fuidio, pp. 172 f.; Frothingham, Pis. XXVII, XXVIII, XXX, XXXII (all from Itália); F. Russell Cortez, *Da «Terra Sigillata» tardia encontrada em Portugal*, fig. 9 (Castro do Banho); Mezquiriz, p. 305 where, however, no examples are recorded from Liédena.

(6) In addition to some of the following signatures, compare many of those in Frothingham and *C.I.L.* 4970 181 IIXOPT (Tarragona), 270 EX OF LV-FL (Tarragona), 536b EX OFW.M (Segovia), 4972 48 EXOFHIRVN (Saguntum), 79 SEX- ORMICCI, *i.e. ex officina Micci(onis)* (Tarragona); Bairrão Oleiro, *Elementos* I, no. 50, p. 26 EX OFSE... (Coimbra); Cagnat, *Bull. Soc. Antiq. de France* 1892, p. 149 EXOFVRPA +. (Mérida); Mezquiriz, p. 9 IIXOVIF (Liédena); Russell Cortez, *op. cit.*, p. 24 EXOFVFK (Castro do Banho), p. 27 EXOF S M in swallowtail stamp (Fonte do Milho); see also the writer's review of Frothingham in *Amer. Journ. Arch.* 42 1938 pp. 187-189. A hasty spot-check in Oswald's *Index of Potters' Stamps*, on the other hand, indicates the regular absence of this formula from Gaulish signatures.

(7) Mezquiriz, p. 5.

the patrons of this cemetery, it is unfortunate that the dating of the graves is not established. No other signature of his appears in the Museum unless from Aramenha (no. 17 below), but he is attested from Alora, Tarragona and Urso (8).

FROM ARAMENHA (*ALENTEJO*)

11. (13700). A dish of Form 18, signed MXklXXXTT (9).

12. (13701). A cup of Form 27, unsigned. If my observation was correct, this cup provides an exception to Mezquiriz' general rule, p. 39, that Form 27 is always signed.

13. (13702). A cup of variant of Form 35/36 scarcely distinguishable from Frothingham, Pis. XXIV and XXV, of which the latter is signed 0.[?]VRI.

14. (13694). Another of the same; diam. 12.3 cm., ht. 4.9 cm.

15. (13693). A cup of Form 27; diam. 11.7cm., ht. 5.6cm.;

illegibly signed

•

16. (13695). Another cup of Form 27, unsigned.

17. (13648). A cup of Form 24/25 «with nicely rouletted vertical rim»; diam. 11.7cm.; ht. 5.4cm. signed IIXO..., perhaps *V;lrf*, *i.e.* MICC or the like.

18. (13699). A Form 18 with small quarter-round interior moulding, unsigned (10).

19. (13697). Neck and shoulder of pitcher, also Iberian sandy clay. Also from Aramenha (?).

20. (13649). Flattish Form 35/36 with barbotine on rim (11);

(8) C./L. II 4970 325a.b., 4972 79, 6257 121; see also Bairrão Oleiro, *Elementos* I, p. 21.

(9) For the signature, cf. C./L. II 4970 290 CMAEMMF from Bilbilis; for the form, cf. Fuidio, pi. XLI, and Frothingham, pi. XXXI (E 306), signed EXOFLVCRIITIFI, without provenance; this form is not shown by Mezquiriz at Liédena.

(10) Another of similar shape is recorded from Alter do Chão in the same general area; cf. also Frothingham, pis. XXX, XXXI, of which the former is from Itálica.

(11) Perhaps like Fuidio, pi. XXXIX 5, or Frothingham, pi. XXIII or XXV.

diam. 17 cm., ht. 3.6 cm.; signed O/kA/I, *officina Lapi* (?). The foot is like that of no. 2 (Fig. 2). Also from Aramenha (?).

21. (13650). An even flatter Form 35/36; diam. 16.8 cm., ht. 2.5 cm.; unsigned. The foot is like that of no. 2 (Fig. 2). Also from Aramenha (?).

FROM PONTE DO SOR {ALENTEJO)

22. (13778). A Form 27 signed OAIVO.

23. (13774). Foot of a cup signed OAVO.

The feet of these two vases are illustrated, after a rough sketch, in Fig. 5; within the sigillata category they most resemble the small knobs with a conical depression which serve as the handles of covers for Arretine vases, but upside down. These two vases are not merely made by the same manufacturer, but were also inscribed almost identically by the same owner; Fig. 6 shows the graffito FV opposite a kind of appendage outside the foot, while three more or less intersecting diameters have been scratched on the conical surface under the foot.

FROM TRÓIA DE SETÚBAL {EXTREMADURA)

24. (13463). A piece signed OCT MA OI (12).

25. (13499). A Form 24, signed _____ in a rectangle.

26. (13498). A Form 18/31, signed OI...IEI.

27. (13466). A piece signed OFPRIMI of Montans and La Graufesenque, Claudius-Vespasian (13).

28. (13457). A Form 27, signed C O L *

29. Other pieces from the same site, collectively numbered 13465, are of Gaulish (La Graufesenque?) manufacture, including one «marbled» piece.

(12) Also at Itálica; Frothingham, pp. 42-44, pis. XXX (E 296, E 282), XXXVI (E 282, E 294).

(13) Oswald, *Index of Potters' Stamps on Terra Sigillata* (hereafter cited as *Oswald Stamps*) p. 248.

FROM THE PROVINCE OF *ALGARVE*

The sigillata from Algarve is on the whole less interesting, about twenty-five pieces being largely run-of-the-mill plain Gaulish ware. Six or seven fragments of decorated Form 37 may be Central Gaulish; one has the ovolo set diagonally, apparently stamped in with a hand-die.

30. (15240 B). The only signature worth an attempt at recording is OSILVI of La Graufesenque, Vespasian-Trajan (14), perhaps the same signature as is noted by Bairrão Oleiro, *Elementos* I, no. 53, p. 27, from Azinhal, CSILVI after Hlibner.

31. (15589). Somewhat more interesting is a South Gaulish Flavian small pot of Form 67 (from Algarve?); ht. 8 cm. It resembles examples from Hofheim and Rottweil (15) except that the hollows under the deep rinceaux are filled by the alternately placed dancing Cupids which often occur in pairs (16). The shape is discussed by Oswald and Pryce, *Terra Sigillata* pp. 126 f.

32. (15,587). A complete smallish free-style bowl showing trees, grass-bundles, deer, etc. (Germanus type?) is presumably of the same provenance as the preceding. ⁵ABINI is lightly inscribed in the mould below the cut-off line of the decorations. It would lead too far afield to pursue the, interesting implications of this signature, — especially without the illustrations of the decoration which will appear in Dr. dos Santos' catalogue. Knorr notes the close relationship between the decorative types of Sabinus, Germanus and Crucuro (17); Stanfield contrasts Sabinus' «fine *lagenae*» with «the poorly designed and executed bowls of Form 37 stamped SABIN» (18).

(14) Oswald, *Stamps* p. 302.

(15) Ritterling, «Das friihromische Lager bei Hofheim», *Annal. d. Ver. f. Nass. Altert. u. Gesch.* XL 1912, pi. XXXII 21, and Knorr, *Töpfer urtd Fabriken verzierter Terra Sigillata des ersten Jahrhunderts*, fig. 22, respectively.

(16) E.g. Oswald, *Index of Figure-Types on Terra Sigillata* pi. XXXI 646.

(17) *Töpfer und Fabriken verzierter Terra Sigillata des ersten Jahrhunderts*, p. 72.

(18) «Romano-Gaulish Decorated Jugs and the Work of the Potter Sabinus», *Journ. Rom. Stud.* 27 1937 pp. 168-179, and 11 plates, the most comprehensive study of Sabinus' best work.

33. (14656). A Hispanic Form 29; diam. 13.3 cm.; ht. 6.3 cm.; decorated in the upper zone with panels separated by chevrons and wavy lines enclosing birds or an animal (cf. note 2 above) while the lower is a repetition of the rosette and toadstool in Fig. 7 (19).

34. In addition, 15596 is a comprehensive number including many plain and decorated fragments; one Spanish, at least one Banassac (very bad), perhaps some Arretine, one «marbled», etc. from Lagos-Molião, the ancient Lacobriga. None of the signatures from Molião listed by Bairrão Oleiro, p. 34, is earlier than Claudius.

MISCELLANEOUS SIGILLATA

Of the other miscellaneous sigillata in the Museum only a few items receive mention here.

35. (14943). A Domitianic Form 37 in free-style, from Manta Rota.

36. (13773). A flattish dish with coarse rouletting on the horizontal rim and coarsely rouletted circles around the signature EXOFVALPAT; diam. 19.0 cm., ht. 3.5 cm. No provenance (20).

37. (14608). A signature OF CAST(i) of La Graufesenque, Claudius-Nero (21).

38. A decorated fragment signed BIRACIL(li) of Banassac, Domitian-Trajan (22), a name not recorded by Bairrão Oleiro, *Elementos* I.

39 and 40. (16049 and 17416). Signatures VITA and ÜFVITALI from Mértola and Beja?, respectively. Both are recorded, with parallels and comments, by Bairrão Oleiro, *Elementos* I, no. 59, p. 28.

41. (15524 A). A signature PRIMISÇ, *i.e.* Primus and Scottius of La Graufesenque, Claudius-Nero (23).

(19) Cf. Fuidio, pi. LXIV 22, and Moutinho de Alarcão, pi. VII 24.

(20) Other examples of the name cited by Bairrão Oleiro *Elementos* I, no. 5, p. 28; see also my review in *Amer. Journ. Arch.* 57 1953 p. 242.

(21) Oswald, *Stamps* p. 65; this may be the same signature as Oswald records on p. 368 from Fiães da Feira (*Entre Douro e Minho*).

(22) Oswald, *Stamps* p. 44.

(23) Oswald, *Stamps* p. 251, where PRIMISCO is noted from Monte Molião {*Algarve*}.

42. (15603 B). A signature CASTVSF, of La Graufesenque, Claudius-Nero (24), from Molião; recorded with parallels, by Bairrão Oleiro, *Elementos* I, no. 13, p. 12.

43. ^Numerous plain and decorated Gaulish pieces from Concelho de Faro/Milreu (*Algarve*) and elsewhere, mostly of La Graufesenque manufacture and some of them «marbled».

44. A **black** Form 37; medallion decoration with scroll or similar vegetation and panel decoration of wavy lines; from Milreu. However, there is abundant evidence suggesting extreme caution in supposing that this or any other fragment of terra sigillata was originally black; red-surfaced ware may be changed into beautiful lustrous black by a destructive conflagration.

MISCELLANEOUS NON-SIGILLATA

Examples of *non-sigillata* barbotine and stamped wares from various sites are to be expected in any Hispanic museum; on the provenance of these wares I can add to the tentative remarks in *Art Bulletin* XXI 1939 pp. 274-279 only that here is some more, principally from coastal sites east of Cape St. Vincent, while somewhat surprisingly none of it is noted by Fuidio for the district around Madrid.

45. (15584). A vase *a parieti sottili* (Fig. 8), very close to *Art Bulletin*, fig. 3; one of several from Algarve which deserve further study.

46. Several bowls decorated with impressed lozenges, as *Art Bulletin*, p. 278, notes 23, 24. Also from Algarve.

47. (15474). From Olhão, Fig. 9.

48. A shape from Luz de Tavira, related to the preceding, sometimes with one handle and sometimes with two, is illustrated in Fig. 10. In one instance the upper zone is decorated with a running bud pattern between dots *en barbotine*, as indicated. There is considerable of this ware in grayish-black from the site (25).

(24) Oswald, *Stamps* p. 65.

(25) Also from Luz de Tavira, seven decorated South Gaulish pieces of the late first century.

49. (14027). A Spanish barbotine cup from Mértola (southern *Alentejo* on the Guadiana River), Fig. 11.

50. Finally, from Algarve, there are three pieces of stamped ware sometimes called «Visigothic».

ARRETINE WARE

There is a certain amount of Arretine ware found in Portugal, not to mention a collection of signatures brought from Rome in modern times.

51. (19515). A decorated bowl signed PHAR]NACES [RASINI]; the reliefs include an altar with fruits, a standing female figure, and a row of rosettes underneath. Oxé, in his unpublished *Catalogue of Arretine Signatures*, records interior stamps of this potter on decorated craters from Ampurias and Tarragona, and exterior stamps at Arezzo (moulds), Rome, Tarragona and Ampurias. One wonders, on the evidence of Pharnaces Rasini and other potters with the same general distribution, whether there were not some Arretines who worked with a specifically Iberian export in mind.

52. A signature CVIB in a rectangle, recorded also in *C.I.L.* II 6257 210, from Torre d'Ares (*Algarve*).

53. A signature ZOILI in an elliptical rectangle, not recorded in *C.I.L.* or by Bairrão Oleiro. Several parallels from Spain are in *C.I.L.* II 4970 569.

54. A signature *_x x x x on a heavy plate, from Mértola, FELIX;
PCORF'
recorded by Bairrão Oleiro, *Elementos* I, no. 17, pp. 13-14, with Iberian parallels and discussion of P. Cornelius. His workman Felix is not previously known in the Peninsula.

GIBRALTAR MUSEUM

Finally, the present notes furnish my first and probably my last excuse for referring to a brief visit to the modest museum at Gibraltar, also some years ago. Among the local antiquities, mostly of modern date, there were visible about thirty fragments of sigillata, including

a couple decorated in the Hispano-Roman idiom. The rest were plain, probably of both Gaulish and Spanish manufacture; an illegible signature may have been Gaulish. There was apparently nothing of Italian origin. Some of the fragments were found «on the Rock», and the rest presumably came from nearby.

HOWARD COMFORT

Haverford College
Haverford, Pa., U.S.A.

Postscript. — While this article has been in press, the valuable study of F. Nunes Ribeiro, «Terra Sigillatá' encontrada nas Rêpresas — Beja: I. Marcas de Oleiro», *Arquivo de Beja* 15 1959, 29 pages, has come to hand too late for detailed use. He transcribes, with photographs, 78 stamps on miscellaneous sigillata from the site. Correspondences with the Museu Etnológico include CV(I)B(I)E *in planta pedis*; ZOILI twice; ten signatures from the shop of P. Cornelius, if his no. 20 is correctly assigned; also OFPRI and OFPR(IM) (27, above); OFVITA and OFVITÁLIS (39-40, above). One would expect some Hispanic stamps from the Represas, and I suggest that Nunes Ribeiro no. 67, OF TLS is such (cf. Monsalud, *Bol. de la Ac. de la Hist.* 34 1899, p. 59, EX OF TLS), and possibly also nos. 4 (AMABRIOF), 12 (ATTBRITON), 47 and 48 (both PETEROOFI), and 69 (OFVAPA), which seem not be attested elsewhere. Other notes: no. 7 is certainly not NATEI, but perhaps ÆVREL(I) (cf. Tarragona Museum no. 1459); no. 24 is probably INGE[nuus] P*C*[OR(neli)], and others of this group, including no. 20, could probably be deciphered; no. 31, LC*, is a different potter from no. 30, L CRIS(pi), and both are different from no. 32, CRI(?) above a palm branch; all the stamps *in planta pedis* or *planta manus* are surely Italian (Arretine), as well as 62, C SEN(ti) and some others in rectangles; no. 33, OFBELLICI is well attested by Oswald, *Stamps* p. 40; no. 75 seems to read **ERO£**, an unusual but not unparalleled mixture of alphabets; a surprisingly large proportion of names occur in two or more examples.

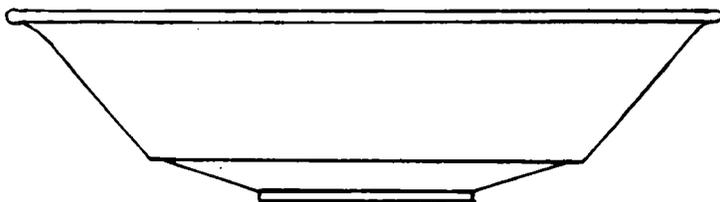


FIG. 1 (N.º 2)

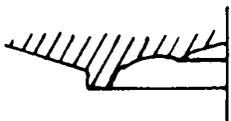


FIG. 2 (N.º 2)

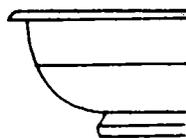


FIG. 3 (N.º 9)

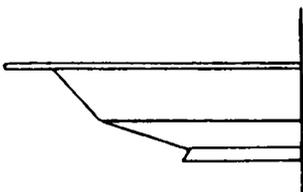


FIG. 4 (N.º 10)



FIG. 5 (N.º 23)

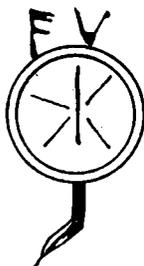


FIG. 6 (N.º 23)



FIG. 7 (N.º 33)

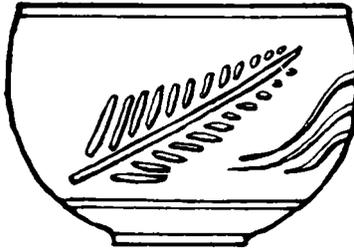


FIG. 8 (N.º 45)

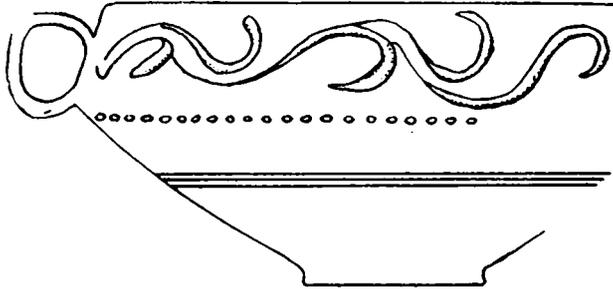


FIG. 9 (N.º 47)

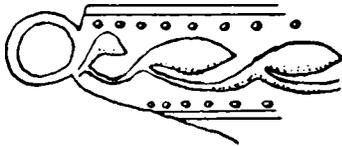


FIG. 10 (N.º 48)

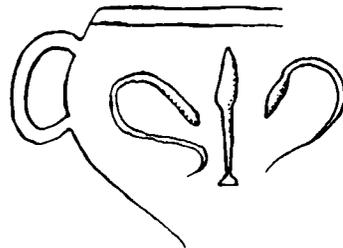


FIG. 11 (N.º 49)

Roman Pottery in the Museu Etnológico

JOALHARIA LUSITANA

São bem conhecidos os «*Laudes Hispaniae*» celebrados nos textos dos antigos historiadores gregos e latinos, relativos à fertilidade agrícola da Península Hispânica e à abundância de minérios de toda a espécie, designadamente no que respeita à riqueza aurífera do Noroeste (1). Tais referências, tão frequentes, à extraordinária quantidade deste metal nobre aqui existente nesses tempos distantes, são confirmadas pelos vestígios que ainda hoje restam de antiquíssimas explorações mineiras (2), e pelos repetidos achados casuais de jóias preciosas, manufacturadas desde os mais remotos períodos dos inícios da metalurgia até o fim da época romana.

Em presença de uma tal abundância de ouro nesses recuados tempos, não é de estranhar que entre as populações desta região se desenvolvesse de um modo invulgar a indústria joalheira, bem manifesta na quantidade e qualidade de exemplares que se guardam nos nossos museus, muitos dos quais ainda inteiramente inéditos (3), e

(1) Cf., por exemplo, Estrabão (*Geogr.*, III, 2, 3; 2, 8; 2, 9, etc.; e XI, 2, 19) Mela (*iChorogr.*, II, 86; etc.), Plínio (*Nat. Hist.*, XXXIII, 39, 54, 62, 66, 77, 78, 80, 96, 97, etc.). Sílio Itálico, I, 222 e ss. E ainda em muitos outros autores, como Marcial, Justino, Solino, Claudiano, Marciano Capela, etc.

(2) Indícios de antigas explorações mineiras do ouro, em Portugal, têm sido encontrados em numerosos lugares: em Jales (Vila Pouca de Aguiar), Valongo, Paredes, Gondomar, Castelo de Paiva, Penedono, Mirandela, Chaves, Serra de Arga, Serra da Lousã, Idanha-a-Nova, Rosmaninhal, Monfortinho, Penamacor, etc. (Vide Mário Cardozo, *Das origens e técnica do trabalho do ouro*, Guimarães, 1957, p. 16).

(3) O tesouro que se guarda, por exemplo, no nosso primeiro museu de Arqueologia, o Museu Etnológico do «Doutor Leite de Vasconcelos», em Belém, e que muitos desconhecem, é notabilíssimo em qualidade e quantidade de jóias primitivas aparecidas no nosso país. Espera de há muito a publicação de um album monumental com a catalogação, reprodução e descrição desses espécimes preciosos, edição que despertaria o maior interesse em todos os meios cultos estrangeiros e daria, só por si, honra à investigação arqueológica nacional.

cuja originalidade e variedade de modelos, de ornamentação e de técnicas empregadas no seu fabrico são verdadeiramente notáveis.

Infelizmente, de uma grande parte destas jóias não se tem podido fazer um estudo conveniente respeitante às suas origens e cronologia, visto que, na maioria, são resultantes de escavações fortuitas, que deixam desconhecidos pormenores importantes acerca das condições dos achados, e raras vezes constituem o produto de pesquisas arqueológicas sistemática e cientificamente dirigidas.

Ora, precisamente do incontestável valor desses achados, com os quais deparam em geral os trabalhadores rústicos, que apenas os apreciam e recolhem por se tratar de peças de Ouro ou de prata, e, como tais, convertíveis em dinheiro — deriva muitas vezes a drenagem clandestina destes objectos para a mão de ourives menos honestos, que imediatamente os compram por baixo preço, quase sempre inferior ao simples valor do próprio peso de ouro. Estes mercadores, por sua vez, fundem lamentavelmente essas jóias de grande valor estimativo, ou eritão, quando conhecem o seu interesse científico, o que aliás o achador ignora por completo, tratam logo de realizar um excelente negócio, pedindo depois por tais exemplares, que obtiveram em óptimas condições de preço, quantias verdadeiramente exageradas, fazendo todo o possível por colocá-las, por meio de contrabando, no estrangeiro, onde geralmente os coleccionadores ricos e os museus públicos pagam estes objectos antigos muito melhor do que no nosso país. E, assim, tem lugar o êxodo e rápido desaparecimento dos achados.

É verdade que dispomos de uma legislação protectora do nosso património artístico e arqueológico, a qual, procurando não ferir os direitos de propriedade* se esforça simultaneamente pela inventariação destes objectos preciosos, de cujo aparecimento se tem notícia, e por assegurar a sua permanência no país, tornando os possuidores de tais raridades responsáveis pela sua manutenção e conservação (4).

(4) Entre nós compete esta benemérita actividade, orientada por uma copiosa legislação, mas de precários efeitos, à 2.^a Subsecção da 6.^a Secção da Junta Nacional de Educação e à Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. Apesar de tudo, algumas antiguidades preciosas — sejam de carácter monumental, ou simples objectos avulsos — se conseguem livrar da ruína ou extravio por uma intervenção oportuna, salvando-os a tempo da ignorância popular, ou da ganância egoísta de coleccionadores incultos, bricabraquistas e mercadores agiotos.

Mas, os resultados práticos destas leis de responsabilidade pessoal são manifestamente insuficientes, pois existem sempre falsos meios de justificar o desaparecimento de quaisquer destes objectos da mão do proprietário considerado responsável por eles, podendo fãcilmente alegãr-se um imaginãrio roubo, o incêndio do aposento onde estavam guardados, etc..

Por isso mesmo, só a expropriação em favor do Estado, imediatamente à verificação do achado, mediante, já se vê, uma indemnização correspondente à avaliação do objecto encontrado, feita por peritos, repartida pelo achador e pelo proprietário do terreno onde tenha ocorrido o achado acidental, seria o meio eficaz de salvar para os nossos museus públicos tão interessantes e preciosos testemunhos de uma das mais florescentes indústrias primitivas, como foi a da joalheria. Mas parece que, em oposição a uma medida radical dessa natureza, que, aliás, seria defensora do nosso patrimônio comum, se levantam dois obstáculos insuperáveis: em primeiro lugar considera-se tal expropriação um pretenso atentado ao direito individual de propriedade (quando toda a expropriação por utilidade pública o é também, e nem por isso deixamos de nos conformar com as leis que a regulam, quando se trata, por exemplo, de anular a propriedade particular de um terreno, ou de um prédio, em vista da necessidade da abertura de uma via pública); por outro lado surgiria também — opinam os juristas—, com essa expropriação violenta, o perigo de se ocultar ainda mais a notícia dos achados, que passariam então a ser ciosamente conservados secretos, para assim o seu descobridor os poder sonegar a uma entrega obrigatória. De modo que, ao abrigo de uma inoperante legislação suposta reguladora do assunto, os proprietários dessas preciosidades limitam-se a consentir (quando consentem..) que um ou outro estudioso as estude e reproduza pela fotografia ou pelo desenho, para lhes dar publicidade.

Este estado de coisas tem já provocado, como dissemos, a inevitável saída para o estrangeiro de muitos dos mais notáveis exemplares da joalheria arcaica portuguesa, alguns dos quais ficam inteiramente desconhecidos dos estudiosos, e, para maior sigilo, são vendidos ocultando-se a designação do local do achado, ou indicando-se, para maior desorientação, um local diferente; algumas dessas jóias, porém, são bem conhecidas de investigadores e especialistas, e figuram com a franca indicação da sua procedência portuguesa,

como exemplares preciosos, em diversos museus estrangeiros de grande classe.

Podemos citar, infelizmente, entre várias destas valiosas peças saídas de Portugal clandestinamente (algumas delas até com a conivência ou simples desleixo e incúria de pessoas de responsabilidade) a maravilhosa «Xorca de Sintra», hoje no British Museum, de Londres; o «Colar de Portel», em França, no Museu da Saint-Germain-en-Laye; o «Colar de Penela» roubado do Palácio das Necessidades, e que pertencera à colecção do Rei D. Fernando, consorte de D. Maria II; o magnífico «Tesouro de Chão de Lamas» e o «Bracelete de Estremoz», estes dois últimos actualmente no Museu Arqueológico Nacional de Madrid (5).

Ora de todas estas jóias, que podemos considerar criminosamente

(5) Acerca da bibliografia da xorca de Sintra e do colar de Portel (Évora), vide Mário Cardozo, *Das origens e técnica do trabalho do ouro*, cit., pág. 28-29.

Sobre o colar de Penela (Coimbra), cujo paradeiro hoje se ignora, tendo sido roubado do Palácio das Necessidades em Outubro de 1910, afirmou o falecido investigador espanhol Juan Cabré y Aguiló que ele se encontrava num museu estrangeiro, sem designar qual fosse, o que, a não ser que se tratasse de lapso deste Autor, mereceria que o Estado português procedesse a uma averiguação relativa às circunstâncias em que o valioso objecto roubado saiu do nosso país (Vide Juan Cabré y Aguiló, «El tesoro de Chão de Lamas, Miranda do Corvo, Portugal», *Actas y Memorias de la Sociedad Española de Antropología, Etnografía y Prehistoria*, Madrid, 1927, tomo VI, p. 263).

Também sobre o tesouro argênteo de Chão de Lamas, composto de numerosas peças (torques, lúnulas, vasos, etc.) o mesmo D. Juan Cabré, no trabalho acima citado, diz, a páginas 263, que foi comprado para o Museu Arqueológico Nacional de Madrid, por oferta ao Estado espanhol feita em 1922, por «*un ilustre portugués entusiasta hispanófilo*», do qual aliás não indica o nome. Seria interessante para nós, portugueses, conhecer-se quem fora esse tão «entusiasta hispanófilo», quanto anti-patriota lusitanófilo!

Finalmente, acerca do bracelete de Estremoz adiante se dá notícia das condições em que foi vendido e da sua saída de Portugal.

Em 1941, regressaram a Espanha, mediante negociações por via diplomática entre os Governos espanhol e francês, vários objectos de procedência espanhola que se encontravam no Museu do Louvre, em troca de outros, de origem francesa, que o Museu do Prado possuía (Vide António Garcia y Bellido, *La Dama de Elche y el conjunto de piezas arqueológicas reingresadas en España en 1941*, Madrid 1943). Seria esplêndido que o Governo português tentasse negociações idênticas quanto às preciosas jóias de proveniência nacional que citámos e se encontram em museus estrangeiros.

exportadas para o estrangeiro, vamos especialmente referir-nos ao bracelete procedente dos arredores de Estremoz, antes de entrarmos no estudo de um outro bracelete, até agora conservado inédito, aparecido em Portalegre, idêntico àquele na sua curiosa ornamentação, diferindo apenas os dois no peso e nas dimensões. Em face de tão flagrante semelhança, e dada a proximidade dos locais dos achados destas duas jóias, somos levados inclusivamente a formular a hipótese de elas terem saído da oficina de um mesmo aurífice (6).

Antes de tratarmos da descrição e estudo desse bracelete inédito de Portalegre, comecemos portanto por recordar a história e descrição do exemplar do Museu de Madrid procedente de Estremoz, e relatemos a curiosa odisseia dessa peça que tem sido analisada e citada por diversos autores (7). Desconhece-se a data exacta e pormenores do achado

(6) Outras jóias antigas têm aparecido em Portugal, que não será desacerto atribuir à oficina de um mesmo aurífice, dada a flagrante identidade morfológica e de estilo, bem como a proximidade relativa dos locais dos achados dessas jóias. Podemos citar, nestas condições, as arrecadas de Laundos, Esteia e Afife, por exemplo, e os torques de Lebução (Valpaços) e de Chaves. (Vide Mário Cardozo, *Notícia de duas arrecadas de ouro antigas. Comunicação apresentada ao XXIII Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências*. Coimbra, Junho de 1956. Guimarães 1956, fig. 5; *Das origens e técnica do trabalho do ouro*, cit., est. XVII, fig. 34. Ricardo Severo, «O Tesouro de Lebução», *Portugalia*, Porto, vol. II, 1905-1908).

(7) Eis a bibliografia desta jóia:

Salomon Reinach, «Un bracelet espagnol en or», Comunicação ao Congresso Intern. d'Antrop. e Etnogr. Genebra 1912, in *Revue Archéologique*, Paris 1912, tomo XX, p. 375-380.

José Ramón Mélida, *Arqueología Española*, Barcelona, 1929, p. 233.

Luis Pericot Garcia, «La España Antigua: Edad del Hierro», in *Historia de España*, Barcelona 1934, vol. I, p. 295.

Francisco Alvarez-Ossório, «Noticia acerca de una joya posthallstática portuguesa, que se conserva en el Museo Arqueológico Nacional (Madrid)», *Corona de Estudios que la Sociedad Esp. de Antrop., Etnogr. y Prehist. dedica a sus mártires*, Madrid 1941, p. 35-37; «Tesoros españoles antiguos en el Museo Arqueológico Nacional», *Boletín de la Real Academia de la Historia*, Madrid, 1954, pág. 27-28 da Separata e Lam. XV.

Fernando Russell Cortez, «O bracelete de Estremoz», in *Rev. Nummus*, Porto 1954, vol. II, p. 71-73.

A. Blanco Freijeiro, «Origen y relaciones de la orfebrería castreña», *Cuadernos de Estudios Gallegos*, Santiago de Compostela 1957, tomo XII, fase. 36, p. 6-10.

desse tão precioso bracelete de ouro (Est. I), que acusa o toque de 875 milésimas, o peso de 978,5 gramas, a altura de 50 mm. e o diâmetro de 90 mm., tendo sido considerado pelo ilustre Conservador Adjunto à Direcção do Museu do Prado, Sr. Dr. António Blanco Freijeiro, «una de las piezas más bellas de la orfebrería hispánica antigua, una cumbre en la línea de todos sus semejantes, la obra de un artista que además de una técnica admirable poseía una fantasía que lo eleva por encima de todos sus colegas, aun de los más diestros e inspirados» (8). Da peregrinação desta valiosa jóia antiga, das suas andanças de mão em mão e mudanças de proprietário, sabe-se que foi inicialmente vendida a um ourives de nome Silva Azevedo, da cidade de Estremoz, por um camponês que, ao lavrar umas terras nas vizinhanças daquela cidade, a achara, juntamente com outro objecto também de ouro, de aplicação indeterminada, que o ourives fundira (9). Esse ourives, por sua vez, vendeu o bracelete a uma ourivesaria do Porto, a casa Augusto Moreira & Coutinho, da Rua das Flores. Esta vendeu-o, em 1872, a um tal Luis Maria da Costa, da cidade de Lisboa, indo mais tarde a preciosa jóia parar a Espanha às mãos do coleccionador D. Inácio Bauer. Por fim foi adquirida pelo antiquário Apolinar Sánchez Villalba, que após dois anos de demoradas negociações iniciadas em 1934, se resolveu a ceder o magnífico bracelete, por 25.000 pesetas, ao Museu Arqueológico de Madrid, onde actualmente se guarda (10).

Como dissemos, diversos autores se têm ocupado desta formosa jóia, descrevendo-a e reproduzindo-a, ou fazendo-lhe simples alusão, alguns, por sinal, ignorando ou, pelo menos, não precisando claramente a sua procedência (11). Salomon Reinach foi quem primeiro deu pública

(8) A. Blanco Freijeiro, «Origen e relaciones de la orfebrería castreña», cit., p. 7.

(9) Num documento, como certificado da procedência do bracelete, passado pela ourivesaria Moreira & Coutinho a Luis Maria da Costa, a quem fora vendido, faz-se alusão ao outro objecto que junto com aquele aparecera, como sendo «uma couraça de ouro antiga» (?) que o ourives de Estremoz teria derretido (Vide F. Alvarez-Ossório, «Noticia acerca de una joya posthallstattica portuguesa», cit., p. 36, nota 2).

(10) N.º 35.651 do Inventário do Museu.

(11) Salomon Reinach chama-lhe «bracelet espagnol»; Ramón Mélida diz que foi «hallado en la provinda de Badajoz»; Pericot Garcia dá-o como «de la región Occidental de la Peninsula»; Juan de Mata Carriazo considera-o «procedente de

notícia dela, tendo-lhe sido facultada a peça para estudo, cerca do ano de 1912, por intermédio de uma tia de Inácio Bauer residente em Paris. Pouco ou nada adianta o insigne arqueólogo e crítico de Arte acerca desta joia, no artigo que publicou na *Revue Archéologique*. Data-a do séc. v-iv a. C. e reproduz-la em duas boas estampas. Compara a sua ornamentação formada de séries de pontas aguçadas, ou puas, semelhando pequeninos cones, à decoração também dos mesmos cones, que o busto da famosa «Dama de Elche» ostenta nos grandes discos que lhe enfeitam lateralmente a cabeça, e ainda sobre a testa.

A parte mais interessante do artigo do eminente escritor francês é aquela em que nos dá notícia de ter incumbido M. Champion, director do laboratório do Museu de Saint-Germain, de obter moldagens desta peça para a realização de um fac-símile. Champion, após um trabalho moroso e aturado, cheio de dificuldades técnicas, servindo-se de uma máquina de torner e fresar, que propositadamente mandou construir para tal fim e cujo desenho Reinach inclui no seu artigo, conseguiu uma reprodução em cobre do bracelete original. É claro que essa reprodução, aliás dificilmente obtida, mesmo com o auxílio dos processos facultados pela aparelhagem da indústria moderna (com os quais os primitivos aurífices nem sequer sonhavam...), só veio demonstrar e pôr em evidência a nossa ignorância acerca dos meios práticos de que o artista pro to-histórico dispunha para conseguir realizar aquela maravilhosa jóia, de uma «riqueza y técnica difícil, aún hoy día» como Álvarez-Ossório salienta (12), e à qual Freijeiro dedica as palavras de alabança que acima deixamos transcritas (13).

Passemos então a descrever, ou melhor, a recordar sumariamente a ornamentação do bracelete de Estremoz, o que seria dispensável, como é óbvio, visto outros estudiosos já o terem feito, se com tal descrição não ficasse também igualmente descrito, pelo menos em parte, o bracelete, inteiramente semelhante a este, mas ainda inédito, de que vamos dar notícia no presente artigo, ou seja, o bracelete aparecido em Portalegre.

Extremadura» não precisando se da Extremadura espanhola, se da portuguesa. (Vide *Historia de España* dirigida por M. Pidal, Madrid 1947, tomo I, vol. T, fig. 664, a p. 846).

(12) Vide obras citadas, deste autor, p. 37 e 28 respectivamente.

(13) Ob. cit., p. 7.

A descrição do bracelete de Estremoz é singela e fácil, quase se torna desnecessária, tão sugestiva e clara é a gravura que acompanha este artigo, reproduzida do estudo de Reinach: consta de cinco aros moldurados, os quais alternam com quatro outros constituídos por pequenas pontas ou puas aguçadas, de forma cônica (Est. I-a), cada uma delas entre quatro pequenos orifícios quadrangulares, que trespassam a peça de face a face (Est. 1-b). A forma geral da jóia é a de um barrilete, ou seja, mais larga na parte central e diminuindo de diâmetro para cada uma das extremidades.

O que desde logo impressiona particularmente qualquer que observe esta magnífica peça, cuja ornamentação aliás nada tem de aparatoso, antes se apresenta singela e sóbria, é o segredo completo da técnica por meio da qual o hábil artífice proto-histórico teria conseguido obter aquelas diminutas puas ou pontas cónicas, de uma regularidade tão notável! No estudo de uma peça desta natureza, não interessa unicamente o problema da sua cronologia, da sua origem ou das relações de tipologia que ela ofereça com outras jóias morfológicamente idênticas, e de composição ornamental semelhante, em obediência a determinados cânones decorativos, isto é — a sua integração em dado momento histórico da arte e da cultura de um certo povo; interessa-nos também, e muito, a técnica empregada na realização do trabalho artístico, pois esse estudo poderá fornecer-nos informes importantes sobre a evolução da indústria joalheira em determinado centro de produção e de expansão. A técnica do *granulado* e do *pulverizado*, por exemplo, na ornamentação das jóias áureas primitivas, tão característica dos exemplares de origem etrusca, tem merecido, de há muito, a maior atenção aos investigadores, acerca dos processos empregados pelos antigos para obterem tão curiosos efeitos na arte da ourivesaria (14).

Ora, em geral, os estudiosos que têm descrito, ou simplesmente dado a reprodução deste bracelete de Estremoz, em estampas por vezes acompanhadas apenas de uma breve legenda, abstiveram-se de for-

(14) Neste processo de ornamentação obtido por meio de diminutas partículas de ouro, soldadas à superfície lisa da jóia que se quis decorar com elas, distingue Blanco Freijeiro três efeitos que, segundo o tamanho decrescente dessas partículas áureas empregadas, classifica de ornamentação com *glóbulos*, a *granulado*, e a *granitado* ou *polvilhado*.

mular qualquer sugestão plausível sobre a maneira como teria sido executado esse lavor decorativo constituído pelas pequenas pontas agudas, ou então confessaram francamente a sua ignorância. Ramón Melida, por exemplo, diz apenas que o bracelete foi feito «torneando un lingote»; é claro que isto nada elucida. Alvarez-Ossório adianta um pouco mais, dizendo: «No cabe suponer que se moldeasen por separado los nueve aros, o al menos cinco de que consta y despues se uniesen a martillo, pues la superficie interior es lisa y nada se observa que pudiera ser así fabricado; mas bien parece de una pieza». Esta opinião, sensata e autorizada, contradiz precisamente a hipótese apresentada posteriormente pelo Sr. Dr. Russell Cortez, que supõe terem sido os nove aros moldados em separado, e em seguida unidos *por martelagem*, hipótese esta inaceitável, visto que um tal processo de soldadura deformaria e destruiria logo, como é evidente, pela percussão violenta do martelo, especialmente os aros contendo as puas. É indispensável portanto subordinarmos as nossas sugestões à possibilidade de uma realização prática, e não assim, baseá-las em fantasias irrealizáveis.

Foi o Dr. Blanco Freijeiro, historiador e mestre de Arqueologia artística, quem primeiro apresentou uma hipótese racional e admissível da técnica empregada no trabalho do bracelete de Estremoz. Diz-nos ele (15) que, examinando esta jóia detidamente, ao microscópico, concluiu desse exame atento que o emprego da solda era absolutamente evidente. Os aros *moldurados* teriam sido feitos batendo uma barra de ouro sobre um molde apropriado; quanto aos aros *com puas*, cada uma destas seria obtida separadamente, com sua base em forma de cubo, por meio de corte a cinzel, ou então por moldagem, e em seguida cada um destes elementos simples soldado ao imediato, num demorado, minucioso e habilíssimo trabalho, de uma paciência beneditina! Os diminutos cubos teriam quatro das suas arestas biseladas, de maneira que, ao serem unidos entre si por soldadura, a fim de formarem o aro completo, a solda aí penetrasse bem, enchendo esses sulcos formados pelos cortes em bisel. Uns semi-cilindros ligados a duas das faces opostas de cada um dos pequenos cubos, e um pouco mais estreitos do que estes, deixariam, por sua vez, entre si, vazios, pequenos espaços rectangulares que atravessam a espessura do brace-

(15) Op. cit., p. 8.

lete, de uma face à outra (Est. I-b). O desenho de Blanco Freijeiro, que tomamos a liberdade de reproduzir (Est. III), dá uma ideia nítida do processo cuja hipótese o ilustre investigador sugere, baseado na análise microscópica a que procedeu desta joia.

*

É tempo de passarmos a aludir ao bracelete inédito de Portalegre, objectivo principal desta pequena notícia.

O bracelete achado nos arredores de Portalegre, cuja data e preciso local do aparecimento se ignoram, foi comprado a um ourives ambulante, numa feira da vila de Cantanhede, cerca de 20 quilómetros a N.O. de Coimbra. Encontra-se actualmente na posse de um ourives da Póvoa de Yarzim, que condescende em vendê-lo, mas pede uma quantia de tal modo exagerada, que bem pode considerar-se proibitiva! Mais uma vez se confirmam as dificuldades a que aludimos no começo deste artigo, que obstam à devida entrada de objectos desta natureza no seu lugar próprio, ou seja nos mostuários dos museus públicos.

Como dissemos, este bracelete é inteiramente idêntico ao de Estremoz, na sua ornamentação e restantes pormenores (Est. II). Mas, idêntico não significa absolutamente igual. Vejamos então quais as diferenças entre os dois:

	<i>Bracelete de Estremoz</i>	<i>Bracelete de Portalegre</i>
Peso	978,5 gr.	598,5 gr.
Altura	50 mm.	27,5 mm.
Diâmetro interior	90 mm.	78 mm.
Aros moldurados	5	3
Aro com puas	4 (em forma de cones)	2 (em forma de pirâmides de base quadrangular)

Damos, na Est. IV, um desenho em escala ampliada de vários cortes do bracelete de Portalegre que ajudam a compreender melhor a reprodução facultada na Est. II.

Trata-se, como se vê, de um bracelete menos alto e de menor diâmetro que o de Estremoz, mas exactamente do mesmo aspecto

ornamental, o que, em face da distância relativamente pequena entre as localidades onde cada um foi encontrado (Portalegre fica apenas a uns escassos 54 quilómetros a norte de Estremoz), nos levou a admitir a hipótese, como já atrás acentuámos, de estas duas joias terem sido trabalhadas na oficina de um mesmo *aurifex*. Nada mais natural que duas jóias tão semelhantes, aparecidas em localidades tão vizinhas, saíssem da mão do mesmo artista.

Infelizmente, o exemplar de Portalegre não está tão perfeito como o do Museu de Madrid, pois lhe falta parte do aro, aproximadamente 1/7, nitidamente seccionado a cinzel, cujos golpes deixaram marcas bem visíveis (Est. II-b). Devia portanto ter sido uma peça de aro fechado, como a de Estremoz. É um facto vulgar e frequente os achadores de objectos desta espécie não os apresentarem completos, tal qual os tenham encontrado, aos ourives, para verificação da natureza do metal, com receio de que, sendo ouro, o comprador os engane. Levam assim cautamente, a título de primeira experiência, apenas uma parte, que destacam do corpo da peça, resultando daí a mutilação bárbara e a consequente desvalorização do objecto achado. Deve ter acontecido isto com o bracelete de Portalegre.

Ostenta esta jóia, como a de Estremoz, os mesmos diminutos orifícios quadrangulares, que atravessam a peça de lado a lado (Est. II-b); é estranha e enigmática a utilidade que poderiam ter estes orifícios, pois, como simples efeito ornamental, talvez para salientarem melhor, na face externa, as pontas em forma de pequeninas pirâmides, não haveria necessidade de tais orifícios vasarem a espessura do bracelete até se abrirem na face interna, que evidentemente ficava oculta, quando a jóia era colocada no braço.

Quanto ao emprego de solda no bracelete de Portalegre, nada podemos afirmar de concreto e definitivo, pois não nos foi possível conseguir levá-lo a um laboratório que dispuzesse de um bom microscópio, para exame desta peça. À vista desarmada, porém, ou mesmo com o auxílio de uma lente de forte ampliação, não se lhe nota o menor vestígio de soldadura, sendo na face interna bem visíveis os sinais da martelagem que o lingote de ouro sofreu. É nossa opinião, contudo (apresentada aliás sob a mais prudente reserva e possível necessidade de rectificação) que, no trabalho desta jóia, apenas se tenha feito uso de cinzéis apropriados, duros, resistentes e de fino corte, actuando directamente sobre uma argola maciça, constituindo um aro de superfícies

lisas e de secção plano-convexa, sobre cuja face exterior (a parte convexa) o artista teria esculpido a ornamentação. Um trabalho desta natureza seria, sem dúvida, extremamente moroso e singularmente delicado, exigindo igualmente, tal como o processo pela soldadura de elementos simples, preconizado por Blanco Freijeiro, muita habilidade profissional.

De resto, um excelente artífice actual, com longa prática do seu ofício de ourives, a quem interrogamos sobre o processo que teria sido usado na factura do bracelete, asseverou-nos, ao examinar cuidadosamente a joia, que aqueles pequenos bicos piramidais deveriam ter sido talhados a cinzel, e não constituídos por elementos soldados entre si. Evidentemente que a afirmação deste práctico a respeito do bracelete de Portalegre, apesar da sua longa experiência e competência profissional, de modo algum pode invalidar a hipótese apresentada pelo Sr. Blanco Freijeiro com. relação ao processo que teria sido empregado no bracelete de Estremoz.

Contudo, as pontas ou puas obtidas simplesmente por meio de cortes praticados a cinzel podemos observá-las, bem nítidas, num bracelete encontrado em Chaves (16), por exemplo, do qual damos a reprodução ampliada de uma parte (Est. V). Além disso, a execução de jóias antigas com o emprego apenas de três instrumentos essenciais de trabalho — martelo, bigorna e cinzel — é bem reconhecível em muitos dos mais primitivos exemplares da nossa ourivesaria arcaica.

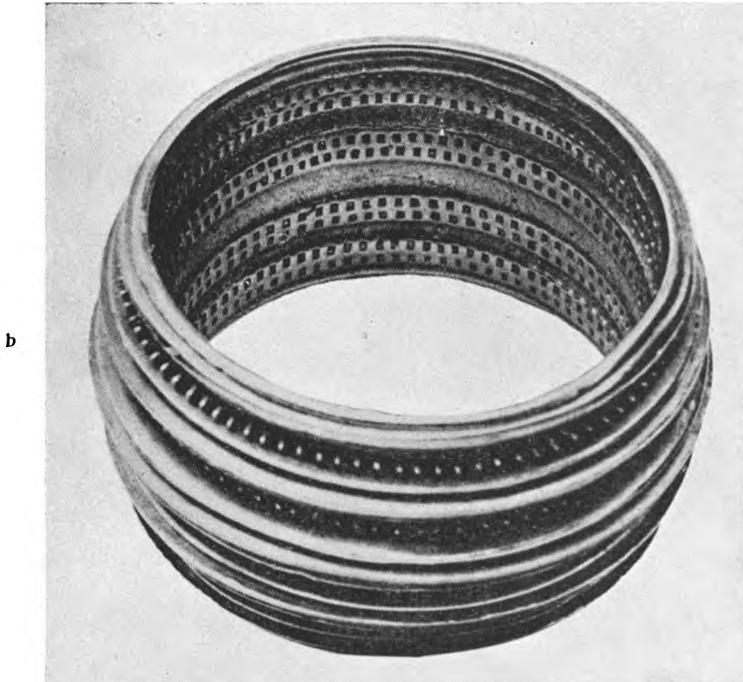
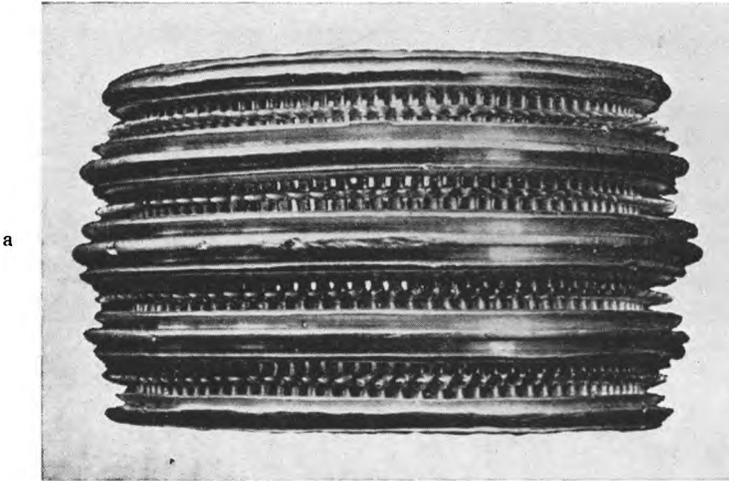
*

Vejamos agora quais os paralelos que poderemos citar destes dois característicos braceletes, de Estremoz e de Portalegre, inteiramente iguais na sua decoração, tão singela como de um tão curioso efeito ornamental!

Entre as peças de que temos notícia, mais aproximadas destas, cumpre citar, em primeiro lugar, dois braceletes encontrados perto de

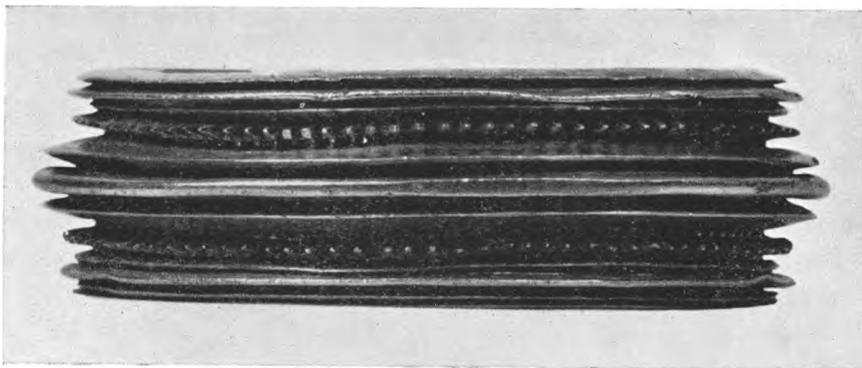
(16) Mário Cardozo, «Novo achado de jóias pré-romanas», *Revista de Guimarães*, 1944, vol. LIV, p. 19.

F. Lopez Cuevillas, *Las joyas castreñas*, Madrid, 1951, p. 63, fig. 35.

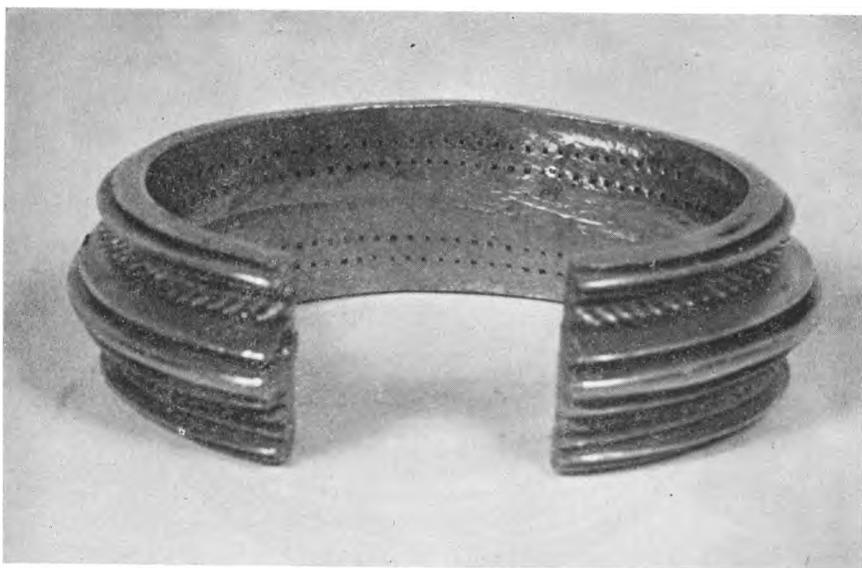


Bracelete de Estremoz (tam. nat. aprox.). (Segundo Reinach).

EST. II

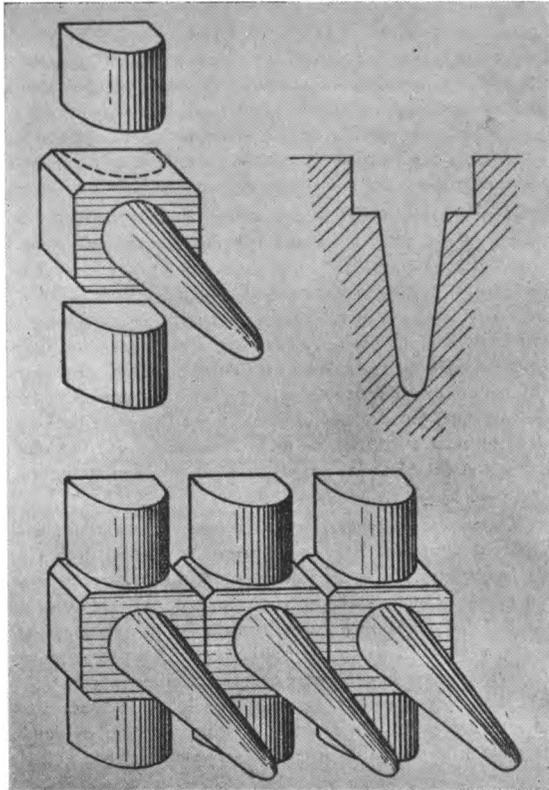


a



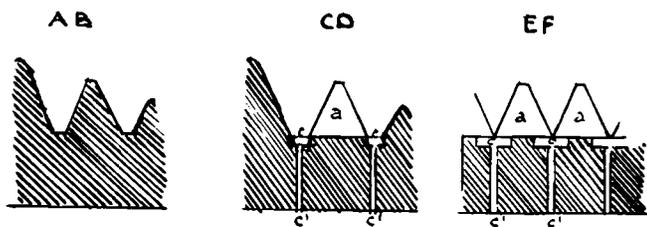
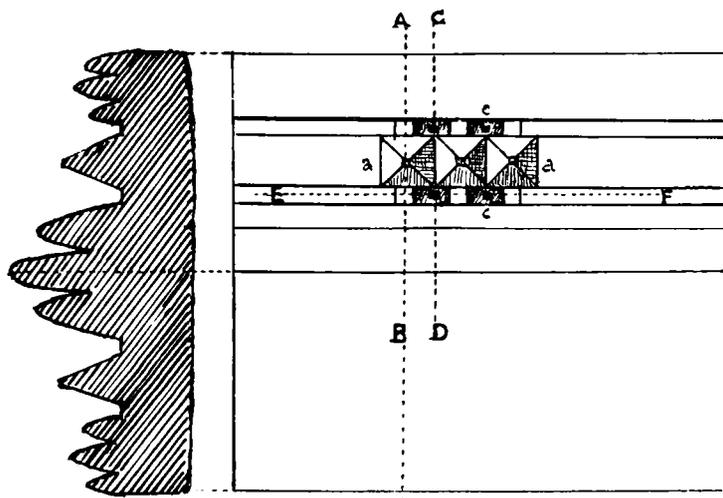
b

Bracelete de Portalegre (Tam. nat.).

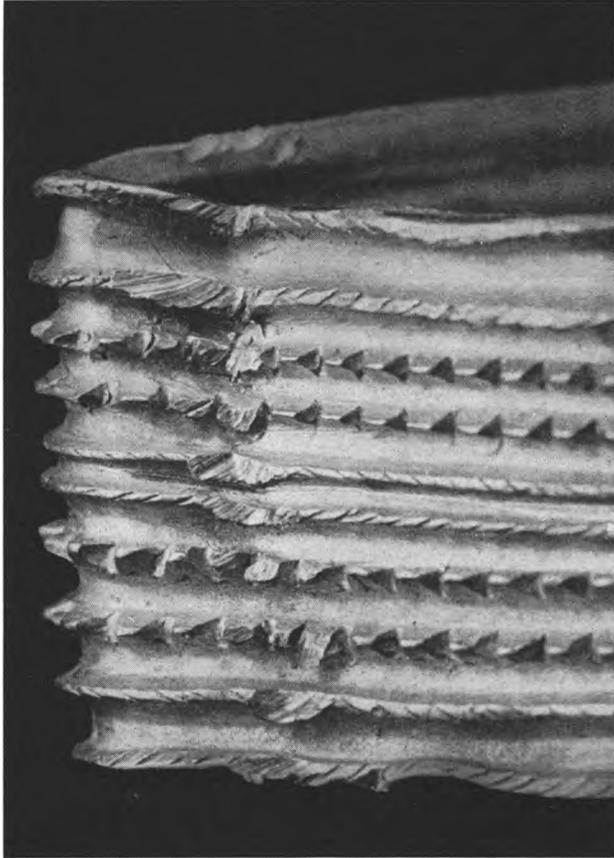


Processo de fabrico dos aros com puas, do bracelete de Estremoz, segundo Blanco Freijeiro.

EST. IV



Esquema geométrico e perfis da ornamentação do bracelete procedente de Portalegre.
(Duplo do tamanho nat.).



Ampliação de uma parte do bracelete de Chaves, mostrando a ornamentação de pias nitidamente cortadas a cinzel.

EST. VI

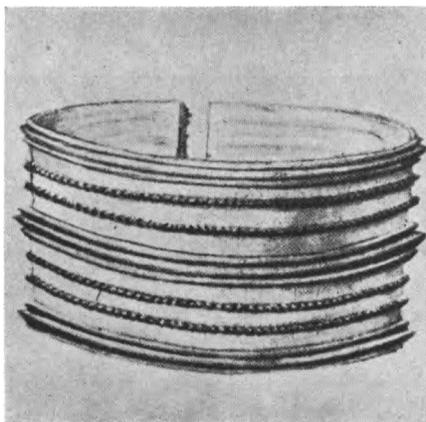


FIG. 1 — *Desenho de um dos braceletes de Évora, aparecidos por volta de 1840 e destruídos por um ourives. (Segundo o Boletim da R. Ass. dos Arq. Port.).*

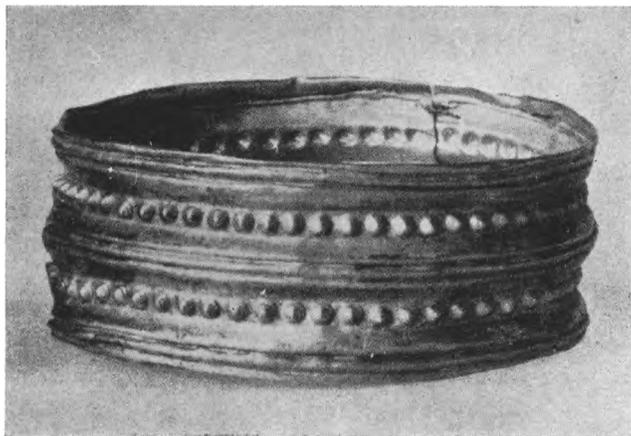
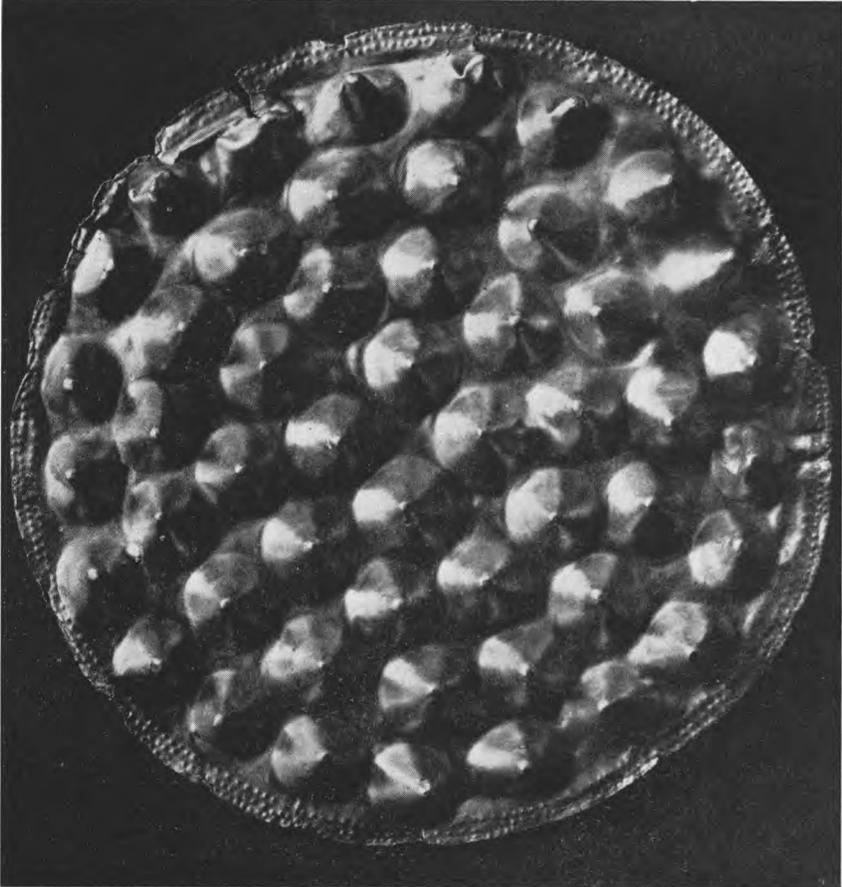


FIG. 2 — *Bracelete de ouro, de Hundersingen. (Segundo O. Paret).*



Bráctea de ouro de Ninho do Açor (Castelo Branco). (Tam. nat. aprox.).

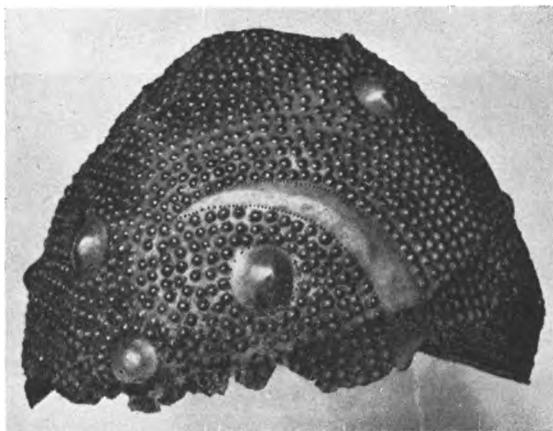


FIG. 1 — *Capacete de prata, de Caudete de las Fuentes.*
(Segundo A. Garcia y Bellido).

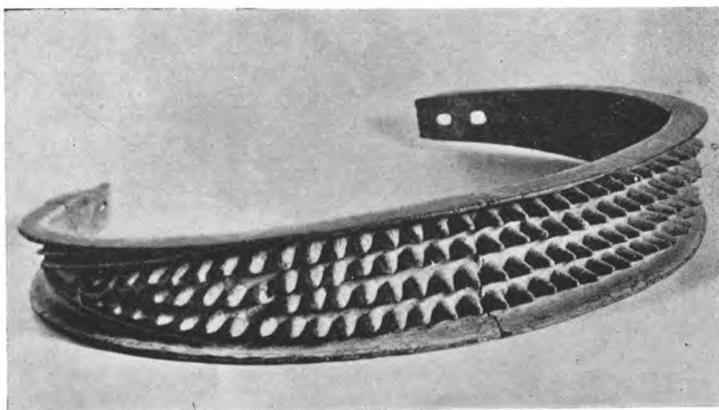


FIG. 2 — *Cinturão (?) de bronze, de Llosete (Mallorca).*
(Segundo Martin Almagro)

Évora (17) em meados do século xix, que foram derretidos por um ourives, mas dos quais se conservou, felizmente, o desenho (Est. VI, fig. 1). Como se vê, foi ainda na mesma faixa oriental alentejana (Évora fica apenas a uns 38 quilómetros a S.O. de Estremoz) que apareceram mais dois exemplares de braceletes com a repetição do mesmo tema decorativo dos braceletes de Portalegre e Estremoz, o que nos leva a considerar esta região como um centro de fabrico deste tipo característico de jóias.

Obedecendo ainda ao mesmo «motivo» ornamental das faixas com moldura corrida, alternando com faixas de pontas ou puas relevadas, podemos citar também um bracelete aparecido em Orense em 1921 (18), com quatro linhas horizontais de pontas em relevo, separadas por filetes igualmente relevados; e bem assim o citado bracelete de Chaves e um outro aparecido nos arredores de Guimarães, em 1933 (19). Devemos notar, porém, que estes braceletes não são jóias pesadas, maciças, de forte espessura, como os braceletes de Estremoz e de Portalegre, mas sim feitos de chapa de ouro relativamente fina, e o relevo da sua ornamentação obtido pelo processo de percussão, chamado *repuxado*.

Finalmente, este mesmo tipo de braceletes repete-se de um modo flagrante em jóias estranhas à Península Hispânica, o que é para considerar com todo o cuidado e atenção, sob o ponto de vista da localização do presumível centro de origem e de expansão dos protótipos destas jóias. Na Est. VI, fig. 2, por exemplo, reprodução que nos foi amavelmente facultada pelo Sr. Dr. Blanco Freijeiro, figura um bracelete de ouro, de flagrante semelhança com os paralelos acima citados dos braceletes de Estremoz e Portalegre, aquele encontrado em fins do século xix num túmulo de Hundesingen (Württemberg), junto ao

(17) *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes*, 1894, tomo VII, n.º 1, p. 6-7.

Manuel Heleno, «Jóias pré-romanas», *Ethnos*, Lisboa, 1935, vol. I, p. 253 e est. IX, fig. 34.

(18) F. Lopez Cuevillas, *Las joyas castreñas*, tit., p. 60 e fig. 32.

(19) Manuel Heleno, «Jóias pré-romanas», cit., p. 252-253, fig. 12 e Est. VIII, figs. 32, 33.

Mário Cardozo, «Um crime de lesa-arte e de lesa-arqueologia», *Revista de Guimarães*, vol. XLVII, 1947, p. 89.

G. Becatti, *Oreficerie antiche*, Roma, p. 110, 212 e 494.

Danúbio e ao Reno, onde se descobriram vários enterramentos, alguns deles contendo carros, e pertencentes, portanto, à Cultura dos *Fürstengraber*, do período de Hallstatt-D2 dessa região. Esta jóia encontrava-se, antes da última guerra mundial, na «Altertiimersammlung» de Stuttgart (20).

Ora, como criteriosamente acentua o Sr. Blanco Freijeiro, é difícil de admitir, em face deste exemplar, que uma tão flagrante semelhança entre esta jóia estrangeira e os braceletes peninsulares a que aludimos seja resultante de um simples fenómeno de coincidência, e não o produto de uma autêntica influência cultural. Precisamente naquela região próxima das nascentes do Reno e do Danúbio, a norte da Suíça, foi localizado um importante centro produtor de joalheria arcaica, revelando uma brilhante cultura que teria atingido o seu maior florescimento por volta do século vi-v a.C., a qual mostra, sob diversos aspectos (punhais de antenas, fíbulas, jóias, etc.), marcadas afinidades com a nossa Cultura castreja do N.O. hispânico. Aquela região deveria ter estabelecido contacto comercial com o Ocidente, através das Gálias e da Hispania, e com o Mediterrâneo utilizando naturalmente a comunicação facultada pelo vale do Ródano.

Contudo, nestas tentativas de investigação e de reconstituição histórica, não deve exagerar-se a tendência para afirmar que muitas destas influências culturais nos tenham vindo, em grande escala, das invasões de gentes da Renânia, dada a quantidade de elementos indiscutivelmente procedentes dos círculos de cultura mediterrâneos e cisalpinos, de que a nossa civilização céltica está mestiçada e enriquecida, como por exemplo de influências na ourivesaria peninsular nitidamente herdadas da Etrúria, v.g. a chamada ornamentação *a granulada*.

E é indispensável também entrar em linha de conta com a natural originalidade e espírito inventivo dos artífices hispânicos, e portanto com as modificações que quaisquer influências estranhas deveriam necessariamente de sofrer, na sua transplantação e adaptação a um ambiente diferente daquele em que porventura tiveram origem.

É, porém, perfeitamente admissível, como sugere o Sr. Blanco

(20) Vide artigo de O. Paret, em IPEK, 16 (1941-42), p. 77, Est. 41, fig. 15, citação amavelmente indicada por Blanco Freijeiro.

Freijeiro, que o protótipo destes braceletes o tenhamos recebido dos povos que trouxeram ao Ocidente da Península a Cultura do Hallstatt final centro-europeu, protótipo esse que aqui tenha dado origem às flagrantes réplicas locais acima citadas, que realmente parecem decalcadas num modelo exótico do tipo do bracelete de Hunderingen.

É de notar, ainda, que os «motivos» ornamentais com puas cónicas ou em pirâmide, obtidas pela técnica do *repuxado*, em lâminas com fraca espessura, ou por meio da fundição e em moldes apropriados, não são raros em peças atribuídas ao período decorrido desde o Bronze avançado ao final de Hallstatt na Península, entre os séculos ix e m a. C, aproximadamente, quer se trate de jóias, quer de outros objectos de ouro, prata ou bronze, como pode apreciar-se nas Ests. VII-VIII, figs. 1 e 2, damos neste estudo, reproduzindo três peças bem típicas dessa marcada preferência ornamental: uma *bráctea* de ouro procedente de Ninho do Açor (Castelo Branco) (21), o capacete de prata de Caudete de las Fuentes (22) e o cinturão (?) do tesouro de bronze de Llosete (Mallorca, Baleares) (23).

Eis o que podemos dizer, que bem pouco é, acerca do interessante bracelete de Portalegre, que até hoje se conservou desconhecido dos estudiosos, e que, juntamente com o seu gémeo de Estremoz, constituem duas das peças mais originais da nossa opulenta ourivesaria arcaica.

MÁRIO CARDOZO

(21) Luis Pinto Garcia, «Uma peça de joalharía arcaica», *Revista de Guimarães*, 1953, vol. LXIII, p. 178.

Mário Cardozo, *Das origens e técnica do trabalho do ouro*, cit., Est. XI, fig. 20 e pág. 27.

(22) J. Martinez Santa-Olalla, «Ein silbemer Hallstatthelm aus Spanien», *Forschungen und Fortschritte*, Berlin, 1933, n. 26, p. 374; A. Garcia y Bellido «El Arte de las tribus célticas», *Ars Hispaniae*, Madrid, 1947, vol. I, p. 302 e fig. 362.

(23) Martin Almagro, «La Cultura balear de la Edad del Bronce», *Ars Hispaniae*, Madrid, 1947, vol. I, p. 130, e fig. 115.

(Página deixada propositadamente em branco)

COHORS I GALLICA EQVITATA CIVIVM ROMANORVM

Hace meses se dió a conocer una inscripción votiva de gran interes desde el doble punto de vista religioso y militar (1). Como su editor trató ya con amplitud debida y suma competencia el primero de ambos aspectos, vamos a ocuparnos nosotros ahora del segundo, al que dedicó menos atención. Ello nos ha obligado a plantear el problema total de la *Cohors I Gallica equitata c. R.*; creo oportuno por tanto, aprovechar esta ocasión para hacer—intentar, seria mas exacto—una historia de esta unidad a tenor de los datos hoy por mi conocidos. El intento es tanto mas justificable cuanto que dicha cohorte estuvo al parecer siempre, desde su nacimiento hasta su muerte, en la Península como tropa auxiliar de la *Legio VII Gemina*, legión también netamente hispana, como es sabido.

Comencemos por adelantar que los cuadros de las fuerzas auxiliares romanas en la Península durante el Imperio compuestos por Cheesman em 1914 (2) y McElderry en 1918 (3) exigen una revisión en todas sus partes (4). Precisamente uno de los puntos mas necesitados de

(1) Jesús Ferro Couselo, «O Deus Bandua da Veiga», *Homaxe a Florentino López Cuevillas*, Vigo 1957, 111 ss.

(2) G. L. Cheesman, *The Auxilia of the Roman imperial Army*, Oxford 1914, 166 ss.

(3) R. Knox McElderry «Vespasian's Reconstruction of Spain», *JRS* 8, 1918, 59 ss.

(4) Por ejemplo: al trabajo de Cheesman hay que añadir la *Cohors lili Gallorum*, testificada nada menos que por casi una docena de inscripciones de lectura clarísima, una de ellas conocida desde fines del siglo xix y registrada ya en las *EE* en 1898 sin que el investigador inglés hubiese reparado en éllo. En cambio hay que suprimir de la citada lista de Cheesman las *Cohortes I Gallaecorum, I Gallorum*

tal revisión es el referente a la *Cohors I Gallica*, acerca de la cual, apresurémonos a decirlo, tampoco son válidos los resultados a que llegaron Hübner al redactar el *CIL* II y Cichorius al componer su artículo referente a la *Cohors I Callaecorum* en la *RE* el año 1901. Ninguno de estos agudos investigadores podían ver el problema con la claridad con que lo vemos hoy y no ciertamente por culpas suyas, sino de los documentos erróneos de que hubieron de valerse.

Prueba de ello es que cuando se conoció la lápida de Vila Pouca d'Aguiar (nuestro testimonio 1), primero Hübner y luego, con más precisiones, Cichorius, lograron individualizar la hasta entonces ignorada *Cohors I Gallica* confundida antes con la *Cohors I Gallorum* y con la *I Callaecorum*, que hasta el momento no están documentadas (la segunda ni siquiera es conocida, aunque hubo de existir). Pero este aspecto lo trataremos con más amplitud y precisión cuando presentemos las inscripciones de Villalís, cuyo redescubrimiento, debido a Dn. Manuel Gómez-Moreno, deshizo de una vez para siempre este apretado nudo origen de tantas confusiones (ver prólogo al testimonio 4).

Antes de entrar en materia conviene recordar el valor de las siguientes siglas: *AE* = *Année Epigraphique*; *AP* = *O Archeologo Português*; *CIL* = *Corpus Inscriptionum Latinarum*; *BRAH* = *Boletín de la Real Academia de la Historia*; *CM León* = *Catálogo Monumental de la Provincia de León*; Dessau = *Inscriptiones Latinae Selectae*, citadas también como *ILS.*; *EE* = *Ephemeris Epigraphica*; *MJSupExc.* = *Memorias de la Junta Superior de Excavaciones*; *RE* = *Real-Encyclopädie der classischen Altertumswissenschaft*; *RG* = *Revista Guimarães*; *RL* = *Religiões da Lusitania*.

Contamos con estos testimonios:

1. — Vila Pouca d'Aguiar, al N. de Vila Real (Trás-os-Montes), sobre el río Corgo, afluente del Duero por la ribera derecha, en el *Conventus Bracaraugustanorum (Prov. Tarraconensis)*. (Fig. 1).

y *III Celtiberorum*, que nunca existieron, por lo menos en los documentos donde se creyó reconocerlas. Al trabajo de McElderry, más cuidado, habría que suprimirle, no obstante, la mención de la *I Gallaecorum* y, acaso, el *Ala Sabiana*, cuya real presencia en *Hispania* habría que demostrar, pues no basta que un soldado haya dejado aquí testimonio del cuerpo de tropa donde sirvió para incluir la unidad citada entre las fuerzas de ocupación.

Ara votiva de granito hoy en el Museo de Guimarães (fig. 1).
Dice:

I(ovi) O(ptimo) M(aximó) / Mil(ites) C(o)h(ortis) / I Galli / cae. Equitatae) / C(iuium) R(omanorum) V(ota) S(oluerunt) / L(ibentes) M(erito).

EE VIII (1893) 398 n.º 109. - *RE* s.v. (1901). - *RG* 11, 1901, 205. - *AP* 12, 1907, 27. - *RG* 18, 1908, 56. - *RL* III 222 nota 7, fig. 94 — M. Cardozo, *Catálogo do Museu Martins Sarmiento: I, Sec. Lapidar e de Escult.* Guimarães, 1935, 47 n.º 30.

2. — Sagunto, la antigua *Saguntum*, en el *Conventus Caesaraugustanus (Prov. Tarraconensis)*.

Inscripción de un tal C. Cornelius Resstitutus, de la tribu Galeria, hijo de Quintus. Consta en la lápida que fué *Trib(unus) (M)il(itum) Cohortes) I Gallicae (C)uium Romanorum*.

CIL II 3851. Bien reconstruida pero mal interpretada por Hübner, empeñado en leer otra cosa que la que indicaban las varias copias llegadas a nosotros. Hübner rectificó después al publicar la inscripción anterior en *EE* VIII, 1893, 398 n.º 109.-*RE* s.v. (1901).

3. — Herrera del Pisuerga, probablemente la antigua *Pisoraca*, al N. de Palencia, en el *Conventus Cluniensis (Prov. Tarraconensis)*.

La inscripción decía:

Cornelianus / Praefectus / C(ohortis) P(rimae) G(allicae) Equitae) C(iuium) R(omanorum).

CIL II 2913. Hübner propuso *G(allaecorum)*. Cichorius *RE* s.v. dió la interpretación correcta que hemos transcrito.

Em Villalís, pueblecillo sito a unos 70 km. al S.O. de León (campamento de la *Legio VII Gemina*), cerca de Astorga y aun mas de La Bañeza, se hallaron a comienzos de siglo unas cuantas lápidas de suma



FIG. 1. Inscripción de Vila Pouca d'Aguiar (ver testimonio n.º 1). Segun Leite de Vasconcelos.

importancia para la historia militar de la *Hispania* antigua. Entre ellas había cuatro con la mención de la *Cohors I Gallica* que nos ocupa. Su descubridor, Dn. M. Gómez-Moreno, solucionó con este hallazgo un curioso problema de ubicación al comprobar que entre las mencionadas inscripciones, y aparte las inéditas, había también otras publicadas por Muratori (según unas copias anónimas de los Farnesios) como sitas en un inventado, inexistente, *Castrum S. Christophori in Gallaecia*, y luego incorporadas por Hübner a su colecta sin haber logrado dar con el tal castro (*CIL* II p. 355). Pero es que, además de esta solución, el hallazgo de Gómez-Moreno añadía dos inscripciones más a la serie y rectificaba, con la lectura directa de las conocidas, los errores de transcripción, que eran importantes por afectar al nombre de algunas unidades (5).

Como las copias de Muratori han resultado erróneas — ya lo dijimos — hemos de prescindir de ellas y atenernos a las de Gómez-Moreno, a las que ahora añado fotografía (6). Gómez-Moreno dió a conocer estos títulos en el *BRAH* 54, 1909, 19 ss. De aquí pasaron al *AE*, 1910, 1, 2, 4 y 6, donde Cagnat y Besnier hicieron algunas apostillas entre ellas la importante de leer rectamente *Cohors I Gallica* donde antes se leía *Cohors I Gallaecorum*. Después Dessau, en 1916, las incorporó a su *ILS* (9127-9131) haciendo de ellas ya una lectura y comentario correctos. McElderry, que trató de las mismas poco después, en 1918 (*JRS* 8, 1918, 58 ss.), no pudo conocer por causa de la guerra, el trabajo de Dessau, incurriendo por tanto en algunos de los yerros precedentes. Después, en 1925, Gómez-Moreno vuelve a publicar su artículo de 1909 en el *CM León* 69 ss. (7).

(5) Las dos ya conocidas referentes a la *Cohors I Gallica* son las *CIL* II 2553 y 2556.

(6) Hemos de dar aquí de nuevo las gracias a la amabilidad sin límites de Dn. Julio Carro y a la paciencia sin fronteras de Dn. Gerardo Meló, que supieron, el primero, desplegar todo su deseo de colaboración y, el segundo, vencer las muchas dificultades que para obtener una fotografía aceptable pone el hecho de que las lápidas formen parte de los cimientos de la iglesia parroquial, donde sin duda están las otras conocidas por Muratori pero aun no halladas por estar probablemente embebidas en la obra de la iglesia.

(7) En esta nueva edición admite la no existencia de aquella *Cohors I Gallaecorum*, pero vacila (sin explicar tal vacilación) entre la recta lectura de *Cohors I Gallica* (así en la introducción al tema pág. 69) y la errónea de *Cohors I Gallorum*, que aparece en las transcripciones de las cuatro lápidas (págs. 71, 72, 73 y 75), y hago esta advertencia porque las copias son correctas y ello podría confundir.

Todas ellas están datadas y todas van dedicadas a Iupiter Optimus Maximus por la salud de los emperadores M. Aurelius, L. Verus y Commodus. No vamos a transcribirlas por creerlo supérfluo, pero si daremos su contenido. Enumeradas por orden cronológico son:

4. — Villalís (Est. I)

Inscripción datada por el año consular de 165 o 166 (para la duda ver Dessau). En ella los *militēs coh(ortis) I Gall(icae)* celebran el natalicio de sus insignias que figuraban jabatos (*ob natale aprunculorum*) haciendo votos en tal ocasión por la salud de M. Aurelius y L. Verus. Toman parte un tal Zoilus, liberto imperial, como *procurator (metallorum ?)*, un tal Valerius Flauus, como centurión de la cohorte, un cierto Valerius Valens, como *beneficiarius procurator Augustorum*, y Iulius Iulianus, *signifer* de la *Legio VII Gemina Felix*, conocido también por otra lápida de Villalís datada dos o tres años antes (*CIL* II 2552 = Dessau 9125) siendo también *signifer* de la misma legión.

CIL II 2556; *BRAH*n.º 3; *AE* 1910, 6; Dessau 9129; *CMLeón* 71.

5. - Villalís (Est. II).

Inscripción coronada por un frontón en el que se figura una Victoria volando a derecha con la corona en la diestra. A ambos lados del frontón y formando parte de las acroteras, los Dioscuros a pie, junto a sus corceles respectivos, alusión al primer apellido de la *Legio VII Gemina* de la que eran *auxilia* las *cohortes I Gallica* y *I Celtiberorum* citadas en el epígrafe. Este lleva la data consular del 15 de Octubre del año 167. Da constancia de cómo una *vexillatio* de la *Cohors I Celtiberorum* celebra el natalicio de sus insignias (*ob natale signorum*) haciendo votos a Iupiter Optimus Maximus por la salud de los Emperadores. Figuran el Zoilus de la inscripción anterior con el mismo cargo, el Valerius Flauus de la misma con idéntico grado, un tal Aelius Flauus como *beneficiarius procurator Augustorum* (en la inscripción anterior era Valerius Valens), un cierto Lucretius Maternus, *imaginifer* de la *Legio VII_f* y Iulius Sedulus, *tesserarius* de la *cohors I Celtiberorum*.

CIL II 2553; *BRAH* n.º 4; *AE* 1910, 4; Dessau 9127; *CMLeón* 72.

6. - Villalís (Est. III)

Inscripción datada por el año consular en el 22 de Abril del 175. A la salud de M. Aurelius y L. Verus *ob natale aprunculorum* de la

coh(ors) I Gal(lica) por sus *milites* con la mención de Marcus Sentius Bucco, *centurio* de la misma, y Valerius Sempronianus, ahora *beneficiarius procurator Augustorum* pero que nueve años después lo volveremos a encontrar (*CIL* II 2554 = Dessau 9126) en la misma localidad como *decurio alae II Flaviae*. En la cabecera de la lápida Gómez-Moreno distinguió «algo grabado ya incompleto» que creyó fuese una pelta. La fotografía denuncia claramente que se trata de un áncora. Su significado aquí lo ignoro.

Inédita hasta *BRAH* n.º 5; *AE* 1910, 1; Dessau 9130; *CMLeón* 73.

7. - Villalís (Est. IV).

Inscripción fechada por el año consular y los títulos imperiales en 22 de Abril del 191 (ver para estos últimos Dessau). Dedicada a Commodus por los *milites coh(ortis) I Gal(licae) ob natale aprunculorum*. Figura como *decurio* del *ala II Flavia*, un tal Valerius Marcellus, y como *procurator met(allorum)* (para esta lectura véanse Dessau al que sigue con dudas Gómez-Moreno) un cierto Aurelius Firmus, liberto imperial, como sus precursores en las lápidas que anteceden.

Inédita hasta *BRAH* n.º 7; *AE* 1910, 2; Dessau 9131; *CMLeón* 74 ss.

8. — Villalís. Inscripción hoy perdida, tal vez en algún lugar bajo la iglesia, como sus compañeras reaparecidas. La copia de Mura-tori, llena de errores, debe de corregirse con arreglo a las lápidas anteriormente transcritas, así:

I. o. m. / pro salute M. Aureli / Antonini et L. Aureli Veri / Augusto-
rum / ob natale [*ap*runculorum] / milites coh. I Gall[*/*]c. / sub cura [*H*]
[re]met. Aug[*u*storum] / lib. p[*r*]oc. et Lucret[*z*] Patern[*/*] / *dec.*] coh.
[*/*. *Celtib.*] et Ful..

CIL II 1555 con el error de leer Galleco[rwm]; *BRAH* 54, 1909, 23 ss., sigue a Hübner y transcribe también Gallaeco [*rum*]; Dessau 9128 restituyó exactamente la palabra y el resto de la inscripción. Esta no tiene data por haberse perdido, pero ha de ser de hacia el año 163 por figurar el mismo Lucretius Paternus decurión de la *Cohors I Celtibeorum* del título de Villalís *CIL* II 2552 = *BRAH*. 22 s. y *CMLeón* 70 = Dessau 9128.

9. — Rairíz de Veiga, al S. de Orense, de cuya capital dista en línea recta unos 28 km. Se halla en el país de los *limici*, en el *Conventus Bracaraugustanorum (Prov. Hisp. Tarraconensis)*. (Est. V).

La inscripción de una lápida exvoto que se halla haciendo las veces de pila de agua bendita en la iglesia del lugar, dice lo siguiente (Est. V):

V. S. L. M / BAND VE / VEIGEBR / EAEGO / M. SILONI / VS. GAL. SI / LANVS / SIG. COH I / GALL. C R. Su desarrollo podría ser éste:

V(uptum) Sipluit) L(ibens) M(erito) Bandueueigebraego M(arcus) Silonius Galleria) Silanus Sig(nifer) Coh(ortis) I Gall(icae) c(iuium) R(omanorum) (8).

Jesús Ferro Couselo, *Homaxe á Florentino López Cuevillas*, Vigo 1957, 111 ss. Debo dar de nuevo las gracias al Sr. Ferro por su gentileza al enviarme la fotografía que aquí publico.

Son nexos: lin. 2 ND y VE; lin. 5 NI; lín. 6 AL; lín. 9 AL. El único problema está en la recta lectura de este último nexo que yo deshago leyendo *Gall(icae)* como se vió. Es verdad que la letra inicial parece una C como la de *Cohiprtis*) de la lín. 8 y *c(iuium)* de la 9, y que esta C se halla claramente diferenciada de la de *Gal(eria)* en la lín. 6 y de las contenidas en el nombre de la deidad líneas 3 y 4.

Pero es verdad también que se parece a la G de *Sig(nifer)* de la lín. 8. Hay, pues, una vacilación en la grafía de la C y la G hasta tal punto que quedan de hecho indiferenciadas. Pero si me decido por la lectura *Gall(icae)* rechazando la de *Gall(aeorum) o Cal(aeorum)* es por los testimonios que anteceden, singularmente de los números 1, 2, 10 y 11 y porque no es conocido hasta ahora ni en *Hispania* ni fuera de ella un cuerpo de tropa auxiliar con el título de *Cohors I Callaeorum ciuium Romanorum* (9).

10. — Lyon.

Inscripción con el *Cursus Honorum* de un Timesitheus del que se cita el cargo de *Praef(ectus) coh(ortis) I Gallic(ae) in Hispan(ia)* La inscripción está con seguridad datada a mediados del siglo m.

CIL XIII 1897 = Boissieu, *Inscript. de Lyon*, 241; Dessau 1330.

(8) Su editor había leído *Marcus Silonius Gallaicus Silanus signifer cohortis I Gallaicorum cives Romanus*, lo que no es aceptable.

(9) Las inscripciones de Villalís, números 4 y 5 de este trabajo, que Cichorius *RE. s. v.* les atribuyó, han de cargarse en la cuenta de la *Cohors I Gallica c. R.* como vimos.

11. — Hacia el 400 figura en *Hispania* aun la *Cohors I Gallica* según la *Not. Dign. Occ.* 42, 32, donde se lee: *In Provincia Tarraconensi: Tribunus cohortis primae Gallicae, Veleia* que ha de situarse en Iruña o muy cerca de élla, al S. de la actual Provincia de Alava (10).

12. — No es posible saber de qué *cohors I* fué *praefectus* el Lucius Caecina Severus, de la tribu Galeria e hijo de Gaius, cuyo *cursus honorum* nos ha llegado a través de tres lápidas, una ya de antiguo conocida y dos mas de reciente hallazgo. Las tres de Tarragona y las dos últimas del cementerio cristiano llamado de la Fábrica de Tabacos. Estas parecen, por sus caracteres epigráficos, del siglo n. Caecina pudo ser *praefectus* tanto de la *Cohors I Gallica* como de la *I Celtiberorum*, únicas que con este ordinal conocemos hasta el momento en la Península. Conviene advertir que tal *praefectura* parece la ejerció simultáneamente con la de la *Ora Maritima* (las tres inscripciones dicen así: *Praefectus Cohortis I et Orae Maritimae*), como acaso habría que interpretar también *CIL* II 4266, igualmente de Tarragona, en que se cita como *praefectus* a L. Cornelius Celsus, de la Galeria e hijo de Gaius.

Serra Vilaró, *MJSupExc.* n.º 93, 11 lám. 40, 2 y 30 lám. 42, 1; Batlle, *Anuari del Institutí d'Estudis Catalans* 1927-31, 350 n.ºs 26 y 27. La conocida de antiguo *CIL* II 4264.

De los documentos que anteceden resulta clara la designación de *Cohors I Gallica*, que aparece en cuatro de ellos con todas sus letras: n.º 1, de Vila Pouca d'Aguiar; n.º 2, de *Saguntum*; n.º 10, de Lyon (la abreviatura *Gallic*, impone la lectura *Gallica*) donde, además, se hace constar su estancia en España (*fin Hispania*); n.º 11, *Not. Dign. Occ.*, donde también consta su guarnición en España. Ahora bien — recordemos una vez mas — como no hay hasta el momento testimonio fehaciente alguno en la Península que demuestre la existencia en élla de cuerpos de tropa con nombres de *Cohors I Gallorum* (11)

(10) Véase nota 19.

(11) La *Cohors I Gallorum* existió de hecho, pero solo es conocida como actuando fuera de la Península. Ver Cichorius s.v.

0 de *Cohors I Gallaecorum* (12) es lícito suponer que en aquellos epígrafes peninsulares donde se vea solo la abreviatura **Gall**, esté, en verdad, designada la *Cohors I Gall(ica)*, y no la / *Gall{orum}* y menos la *I Gall(aecorum)* ya que, además, el nombre de este último cuerpo solía escribirse con C inicial. Advirtamos, también, que los documentos epigráficos donde tal abreviatura aparece son de la misma región en que surgieron los otros con el nombre explícito en todo su desarrollo.

Los testimonios recogidos en las líneas precedentes demuestran, por añadidura, que la *Cohors I Gallica* fué unidad de guarnición exclusivamente hispana, al menos es en *Hispania* donde deja transcurrir su vida por entero sin que haya hasta el momento noticia de su presencia mas alia de los Pirineos o del Estrecho. La lápida de Lyon (n.º 10) no es óbice y, como ella misma declara, Timesitheus era *praefectus* de la *Cohors I Gallica in Hispania* a mediados del siglo III. Aquí la vemos durante el siglo II y aquí estaba en el III y aun hacia el 400, cuando fué trasladada a *Weleia* (13).

Cuándo pudo ser reclutada la unidad que estudiamos es problema que no es fácil dilucidar con los datos que poseemos. Sabemos por Suetonio (14) que al levantarse Galba contra Nerón tenía aquel a sus ordenes en España una legión (la *VI Victrix*), dos alas y tres cohortes, cuyos nombres al no poderse precisar dejan la duda de si entre estas tres cohortes estaba ya la *I Gallica*. Si nos atenemos a la nomenclatura oficial de la unidad y recordamos que en los testimonios 1 (Vila Pouca), 2 (i*Saguntum*) y 9 (Rairiz de Veiga) se dice de ella que era *ciuium Romanorum*, tendremos al menos un dato orientador ya que los *auxilia*

(12) La *Cohors I Callaecorum* (con C) no esta aun atestiguada, aunque hubo de existir dado que conocemos el ordinal V en una cohorte del mismo nombre. Para el II, III y lili no vale ya lo dicho por Chicorius. Probablemente la *III... [C] al [laec.]* de *CIL* II 403 (Viscu) ha de leerse mejor *III [V] [G] al [lor.]* unidad auxiliar hoy bien conocida en esta misma región gracias a los once términos augustales aparecidos en Castrocalvón y Soto de la Vega, localidades cercanas a Villalís (Prov. de León) y sobre los que trataré en otra ocasión.

(13) No entramos en el problema de la datación de la *Not. Dign.* Tomamos la fecha que generalmente se suele admitir como mas probable. Pero conviene saber que hay razones para suponer su redacción en tiempos de Diocleciano, es decir, un siglo antes. Véase sobre ello, recientemente, D. van Berchem, *VArmée de Dioclétien*, París 1952, 7 ss.

(14) *Galba* 10.

C. **R.** comienzan a aparecer a fines del siglo I, en tiempos flavios(15) Este dato iría de acuerdo con el hecho de que, precisamente en este momento, queda en la Tarraconense como de guarnición fija y estable la **Legio VII Gemina**, fundada poco antes por Galba (año 69) (16) y de la que hubo de depender desde el primer momento, como **auxilia**, la **Cohors I Gallica**, si esta no fué creación algo posterior, lo que también es posible.

Como ya adelantamos su condición de **ciuium Romanorum** consta en los documentos 1 (Vila Pouca), 2 (**Saguntum**) y 9 (Rairíz de Veiga). En los demás no se hace constar, aunque es muy probable tuviese este componente. Sabido es que en el siglo II se hizo ya tan frecuente que pudo dejar por ello de consignarse. En las lápidas de Villalís, bien fechadas en tiempos de los Antoninos, no consta. Ello permitiría deducir que su ausencia acaso se deba mas a la data tardía del epígrafe que a una posible etapa anterior, precursora del **ciuium Romanorum** (en época julio-claudia, por ejemplo).

(15) Véase para ello mi reciente trabajo «Alas y Cohortes españolas en el ejército imperial romano, *Revista de Historia Militar* I, 1957, 44 ss. No creo se pueda poner la creación de esta unidad en conivencia con el ya citado texto de Suetonio donde se habla de la recluta de *legiones et auxilia e plebe prouinciae* (*Hispania*, se entiende), pues el nombre de *Gallica* excluye su origen peninsular, o por lo menos su procedencia hispana, si tomamos el adjetivo *gallica* como alusión a una *cohors* que *ha estado* en las Galias en contraposición a *gallorum* que se aplicaría a una *cohors compuesta de galos*; es decir, reclutada, creada, en las Galias. En la Península se dan precisamente los dos epítetos en la cohorte que estudiamos y en la *Illi Gallorum* que debió de acampar no muy lejos de la *Gallica*. Por ello no se hasta qué punto tiene razón Cichorius cuando sospecha que el *Ala I Hispanorum* sea la misma *Ala I Hispana* citada en dos inscripciones (*RE* art. *Alae* col. 1248). Ello, empero, no significaría, para el siglo II y siguientes, que estuvieran ni una ni otra compuestas de galos como en su origen, pues bien sabido es que, aunque estas unidades conservaron siempre el nombre de su primera recluta, muy pronto acabaron por nutrirse de levas locales, como ocurrió también con las legiones. Véase para ello G. Fomi, *II reclutamento delle Legioni da Augusto a Diocleziano*, Milan-Roma, y principalmente para nuestro caso K. Kraft, *Zur Rekrutierung der Alen und Kohorten an Rhein und Donau*, Berna 1951, especialmente desde la página 43.

(16) La primera data demostrativa de su asiento permanente en España es el año 79 que se encuentra en la famosa inscripción del puente de Chaves *CIL* II 2477 *Suppl.* 5616. Ver también M. Cardozo, *Algumas inscrições lusitano-romanas de la região de Chaves*, Chaves, 1943, 45 ss. n.º 2, con la bibliografía posterior al *CIL*. Para la *Legio VII* mi trabajo en *BRAH* 127, 1950, 449 ss. y Ritterling, *RE* s.v. (1925).

Su carácter de *equitata* solo se recuerda explícitamente en el testimonio n.º 1 (Vila Pouca), pero es evidente que la sigla *E* de la inscripción n.º 3 (Herrera del Pisuerga) tiene este significado.

El nombre oficial completo sólo aparece en la inscripción de Vila Pouca d'Aguiar (n.º 1), por lo que creo que debe de ser una de las primeras. En ella se lee: ***Cohors I Gallica Equitata Civium Romanorum***. En la de Herrera (n.º 3) aparece también completo, pero en siglas, (***C.P.G.E.C.R.***), que ha de ser también muy primitivo por la razón dicha.

Sobre su composición *quingenaria* nada dicen en contra los documentos conocidos, por lo que es de admitir.

Sus *signa* eran jabatos. Así lo dicen expresamente las inscripciones de Villalís (números 4, 6, 7 y 8). El jabalí fué corriente como insignia legionaria. Lo llevaron la ***Legio I Italica***, la ***II Adiutrix***, la ***XX Valeria Victrix*** y figura en el arco de Orange (17).

Su campamento, quizás permanente, hubo de estar (por lo menos en el siglo n) cerca de Villalís, a unos 70 km. al S.O. del campamento estable de la ***Legio VII*** (León). Según Gómez-Moreno (18) a unos 500 metros del pueblo hay un lugar llamado el Castrillón, donde han aparecido antigüedades. Se alza al Este, formando «un pequeño levante sobre las tierras que lo rodean». Es admisible que las lápidas de Villalís procedan del Castrillón. No se han hecho indagaciones arqueológicas que lo confirmen. Su extensión, dado que era probablemente para una *cohors quingenaria* no excedería de las tres hectáreas. Muy cerca estuvo también el campamento de la ***Cohors lili Gallorum***, del que hablamos en una de las notas precedentes.

La ***Notitia Dignitatum*** (testimonio n.º 11) nos da el postrer dato conocido de la ***Cohors I Gallica***; por él sabemos que fué trasladada a ***Veleia***, probablemente desde su campamento fijo de las cercanías de Villalís. ***Veleia*** ha de situarse en o muy cerca de Iruña, en las inmediaciones de Vitoria (Alava) (19). Se ve que la dislocación de estas

(17) Ver Cagnat, *BullAntiqFrance* 1910, 207, precisamente comentando las inscripciones de Villalís. Cfr. también art. *signa* en *Dar.-Sagl*. Para Orange Esperandieu, *Bas-reliefs* I 197, 204.

(18) *BRAH* 54, 1919, 21.

(19) Los *velienses* (sic) son ya citados por Plin. III26 entre *cañetes* y *vennenses*. Hemos de admitir que estos *velienses* son los de *Veleia*, aunque su forma debía haber sido *veleienses* (y no *velienses*). Ha de identificarse también con la *OvéXeia* de

fuerzas obedecía, como las de los otros cuerpos, a motivos estratégicos con los que se buscaba cubrir las entradas occidentales de los Pirineos.

Los mandos y gente de tropa conocidos son:

2 *tribuni*: C. Cornelius Restitutus, de la Galeria, hijo de Quintus, probablemente de hacia comienzos del siglo n (test. 2); Desconocido, citado hacia el 400 en *Not. Dign.* (test. 11).

2 *praefecti*: Cornelianus, probablemente de comienzos del siglo n (test. 3); Timesitheus, de mediados del siglo m (test. 10). Prescindimos de los citados en el test. 12.

2 *centuriones*: Valerius Flauus, 165/6 y 167 (tests. 4 y 5); M. Sentius Bucco, 175 (test. 6).

1 *signifer*: M. Solonius Silanus, tribu Galeria, siglo II? (test. 9).

milites: citados sin individualizar (tests. 1, 4, 6, 7 y 8).

A juzgar por la tribu Galeria es probable que casi todo el componente de la cohors, incluso los mandos superiores, fuesen de nación hispana. Por ello abogan tanto el origen de las inscripciones, como la tribu y el hecho, normal en el siglo n y posteriores, de la recluta sobre el país de ocupación de la unidad (ver nota 15).

A. GARCÍA Y BELLIDO

Catedrático de la Universidad de Madrid
Director del Instituto Español de Arqueología

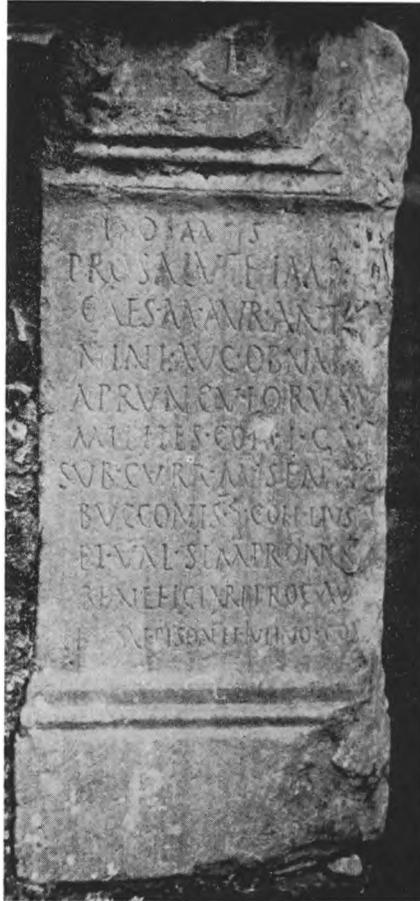
Ptol. II 6, 64, citada entre los *karistioi* (= *cañetes* de Plin.) y acaso (pero confusamente) con la *Beleia* del Itin. Anton. 454, 8 y la *Belegia* del Rav. 312, 1; pero no con la *BêXeia* de Ptol. II 6, 62, situada entre los *edetanos*. Es muy probable sea Iruña, las ruinas de cuyo *oppidum* se están excavando (véase G. Nieto, *El oppidum de Iruña*, Vitoria, 1958).



Lápida de Villalís del año 165/166.
(Ver testimonio n.º 4)



Lápida de Villalís del año 167.
(Ver testimonio n.º 5)

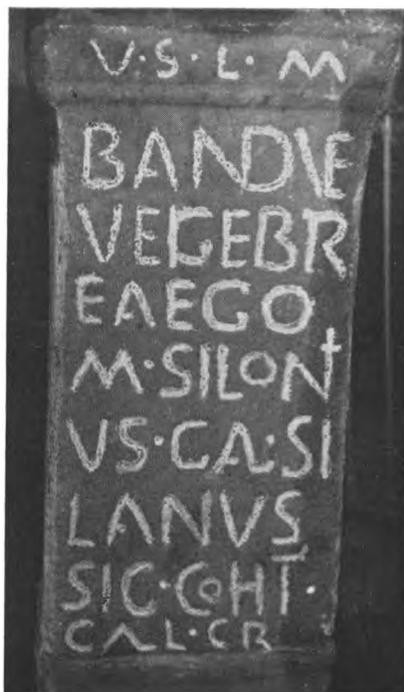


Lápida de Villalís del año 175.
(Ver testimonio n.º 6)

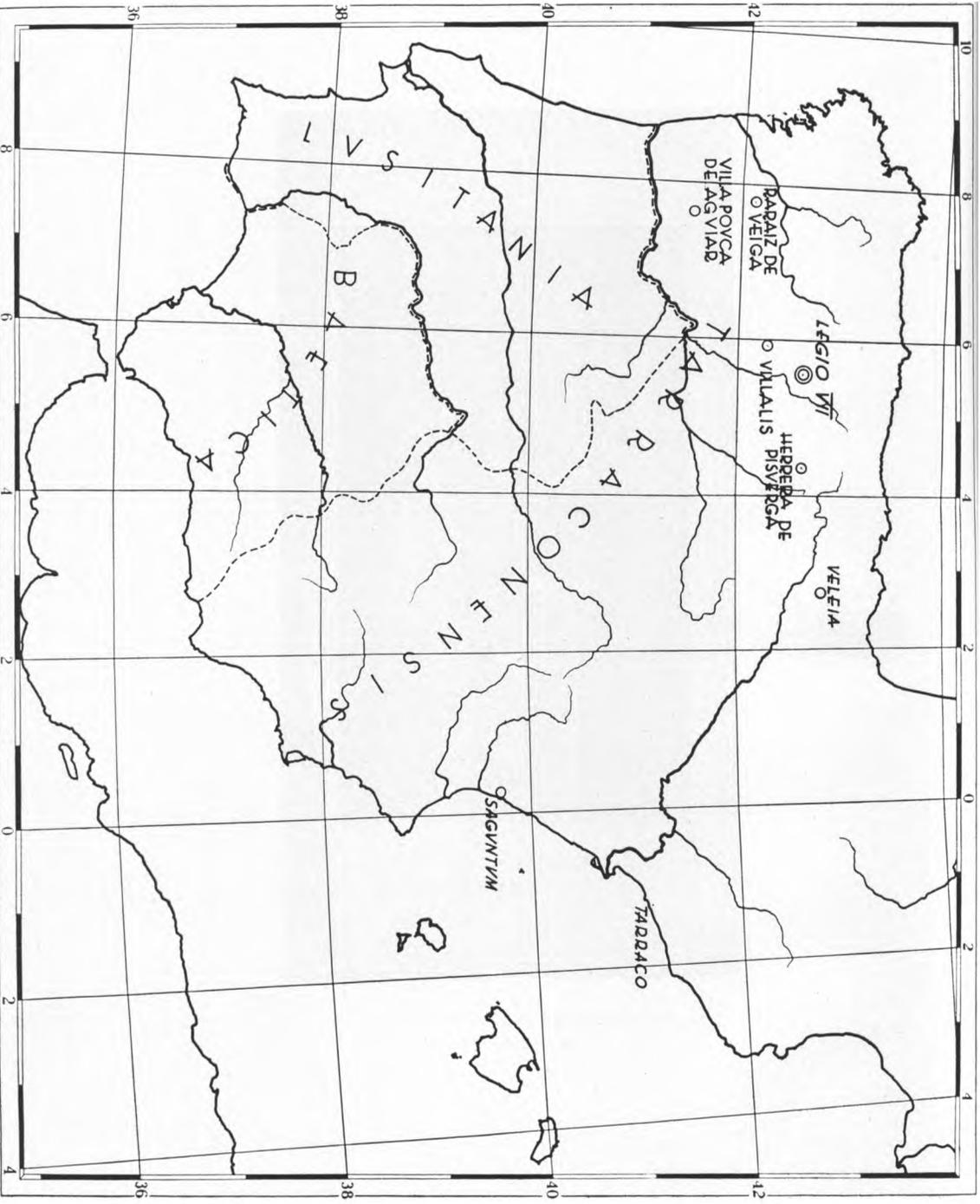
EST. IV



Lápida de Villalís del año 191.
(Ver testimonio n.º 7)



Lápida de Rairíz de Veiga.
(Ver testimonio n.º 9)



Distribución de los testimonios de la Cohors I Gallica Favianorum

O PROBLEMA DA LOCALIZAÇÃO DE CETÓBRIGA

SEU ESTADO ACTUAL

Em suspenso desde 1926 (1), o problema da localização de Cetóbriga voltou recentemente à ordem do dia. Dois factos assim o determinaram: o início, em 1948, das escavações sistemáticas na Tróia pelo Prof. M. Heleno, coadjuvado por mim e pelos nossos alunos da Faculdade de Letras de Lisboa, e, nove anos depois, o achado casual de duas ânforas com moedas romanas no bairro de Troino, em Setúbal. O primeiro sucesso levou a uma série de estudos de um desses alunos, hoje licenciado, o Dr. Fernando Castelo Branco, versando sobre o problema referido; o segundo, tão importante para o conhecimento da arqueologia da região de Setúbal, originou que a sua discussão «caísse na rua», para usar uma expressão querida dos políticos.

Como arqueólogo e estudioso há quase vinte anos das antigualhas setubalenses, supus-me moralmente obrigado a dedicar também algumas palavras ao problema, o que tentarei fazer com aquela isenção que constitui condição *sine qua non* do trabalho científico.

O leitor atento facilmente verificará que este estudo e o artigo atrás citado de Marques da Costa se aproximam na sua estrutura ¹

(1) Que saiba, foi exposto pela última vez antes de 1952, por Marques da Costa, in *Setúbal Antiga. Localização de Cetóbriga*, in *Cetóbriga*, Ano I, n.^o 2-5. Setúbal, 16 de Março a 2 de Maio de 1926. De 1926 até 1952, apenas alguns autores mencionaram o povoado e apresentaram, mais ou menos prudentemente, a localização que lhes pareceu mais provável, sem a discutir. Sirvam de exemplo Luís Chaves que situa Cetóbriga na «região de Setúbal» e «cêrca de Setúbal» (cf. *O Arch. Port.*, xxx, págs. 15 e 36), e O. da Veiga Ferreira que a coloca interrogativamente na Tróia (cf. *Rev. de Guimarães*, LXI, pág. 6 [da separata]).

geral, embora se afastem em muitos outros pontos. A razão é que nestes trabalhos houve necessidade de estabelecer e julgar possibilidades e probabilidades, de efectuar selecções, etc.

I

Como é do conhecimento de quantos se dedicam um pouco a fundo ao estudo da arqueologia da Época do Ferro e do período lusitano-romano, existiu, no extremo ocidente da Lusitânia e ao sul do *Tagus*, uma «cidade» denominada *Καιτόβριξ* por Ptolemeu de Alexandria. Os tradutores dos seus *Γεωγραφικά* para latim criaram desse vocábulo o nome * *Caetobriga* (2) que foi, no séc. xvi, adoptado pelos nossos humanistas com a variante *Caetobrica*. De * *Caetobriga* veio o português *Cetóbriga* que está hoje consagrado. Por isso, à falta de melhor, adopto-o também no presente artigo.

Mas a verdade é que, rigorosamente, nós não sabemos o nome que os lusitano-romanos davam ao povoado: em primeiro lugar, Ptolemeu designou-o, como vimos, por *Καιτόβριξ*, donde, realmente sem artifício, se pode inferir * *Caetobriga*; todavia, também é verdade que o Alexandrino transliterou *sistemáticamente* para *-βριγα* o elemento final *-briga*, contido em todos os outros nomes que incluiu na sua obra: * *Αράβριγα, Αρκό βριγα, Αύγουστό βριγα, Δεό βριγα, Λακκό βριγα, Μερί βριγα, Νεμετό βριγα, Ταλάβριγα, Φλαονιό βριγα*, etc. (3). Em segundo lugar, o *Itinerário* dito de Antonino, mais ou menos contemporâneo de Ptolemeu e com a vantagem de ser um documento oficial ou pelo menos oficioso, cita *Catobrica* ou *Catobriga*, do qual não se pode fazer derivar * *Caetobriga* e inversamente. No séc. v, Marciano de Heracleia teria usado a forma *Καστόβριξ*, independente, no aspecto filológico, de todas as indicadas; finalmente, já no séc. vil, o Anónimo de Ravena apresenta *Cetobricca* que, excep-

(2) O uso do asterisco antecedendo este vocábulo parece-me imprescindível, porque, como digo no texto, ele não é documentável por autores clássicos.

(3) Políbio translitera * *Nercobrica* (= *Nertobriga* [?]) para *Νερκόβρικα* (cf. Leite de Vasconcelos, *Religiões*, ni, pág. 114, texto e nota 6. *Brutobriga* aparece no medievo Estêvão de Bizâncio sob a forma *Βρουτοξρία*, o que faz pressupor uma forma tardia * *Brutobria*. Parece, pois, ser o nome * *Caetobriga* o único em que o elemento *-briga* foi transcrito para gr. em *-βριξ*.

ção feita do duplo *c* que nada parece justificar, pode derivar de * *Caetobrica*, variante de * *Caetobriga*, ou constituir uma deturpação tardia de * *Cetóbriga*, formas que A. Holder (4), H. Pedersen (5) e A. Walde (6) admitiram. Se esta última forma é a original, então teremos talvez, no vocábulo, o elemento céltico *ceto-* (ou *-ceto-*) que significa «bosque», «floresta», «lenha», «madeira», etc., e deve corresponder ao lat. *-cetum* (7).

(4) Cf. *Alt-Celt.Spr.*, i, s.uu. *Καστό-βριζ*, *Cato-briga* e *Ce(a.o)to-briga*.

(5) Cf. *Vergleichende Grammatik der keltischen Sprachen*, i. Göttingen, 1909, pág. 57.

(6) Cf. *Lateinisches etymologisches Wörterbuch*. Heidelberg, 1910, pág. 100, s.u. *bucetum*. Foi o Dr. Justino de Almeida quem chamou a minha atenção para este dicionário.

(7) Por exemplo, in *bucetum*. Cf. *castanetum* (>*Castendo*, top. port.; cf. *O Arch. Port.*, xxix, págs. 198-199), *camb'etum* (refira-se, a propósito, o top. galaico-romano *Cambeturri*), * *damascenetum* (cf. *O Arch. Port.*, vol. cit., pág. 199), *nucetum*, *oliuetum*, *pinetum* (cite-se o top. galaico-romano *Pinetum* e port. *Pineto*; cf. *O Arch. Port.*, xx, pág. 103), *quercetum*, *robor etum* (cf. *Roboret um*, top. galaico-romano), *salice tum*, etc., em que o sufixo *-etum* pode ser uma forma evolucionada de *-cetum* [alguns destes vocábulos foram-me indicados pelo Dr. J. de Almeida]. V. ainda a este respeito a ob. de Dauzat adiante citada, pág. 119.

Sobre o elemento céltico a que me refiro no texto e a sua significação, v. Holder, *ob. cit.*, i, s.u. *Ceto-*; Pedersen, *ob. cit.*, i, pág. 57; Walde, *ob. cit.*, loc. cit.; G. Dottin, *La langue gauloise*. Paris, 1920, págs. 85 e 245.

Walde, considerando *caeto->ceto-*, implicitamente admite * *Caetobriga* > * *Cetobriga*, o que me parece muito aceitável. Teríamos assim a seguinte relação * *Caetobriga* (= *Καστόβριζ*) > * *Cetóbriga* (= *Cetobrica*). É corrente a alternância, nas transcrições dos nomes célticos para latim, de *-ae-* (-at- nas transcrições do céltico para grego), *-ai-*, *-ei-*, *-e-* e até *-oe-*. Sirva de exemplo o sufixo *-aecus* (= gr. *-αικος*) que surge sob as formas *-aicus*, *-eicus*, *-ecus* e *-oecus*, além de outras que aqui não nos interessam e que correspondem a um abrandamento, na segunda sílaba, do *c* em *g*. Cf. sobre o assunto *Rev. de Guimarães*, m, págs. 169 e segs.; *Rev. Arch.*, ui, pág. 4; *Rev. Lusit.*, i, pág. 278, e n, págs. 346-347; *O Arch. Port.*, v, pág. 253, vi, pág. 79, xii, págs. 47-48 e 50, nota 2, xxi, pág. 319, etc.; Leite de Vasconcelos, *Religiões, π, passim*; *Opúsc.*, v, *passim*; etc., etc.

Acerca dos elementos, também célticos, *casto-* e *cato-* que fazem talvez parte das formas citadas *Καστόβριζ* e *Catobriga*, e de outros que com eles possam estar aparentados, é aconselhável a consulta da obra mencionada de Pedersen, que dispõe de bons índices que facilitarão o trabalho.

Sobre a alternância de *-brica* e *-briga*, por tão conhecida, quase não vale a pena fazer citações. V., todavia, a título de simples exemplos, *O Arch. Port.*, vi, pág. 45, e Leite de Vasconcelos, *Religiões*, ii, págs. 42-43.

Não merece, quanto a mim, séria discussão a tese de André de Resende, sem dúvida tentadora, de * *Cetobriga* provir de κήτος + *briga*, sendo o primeiro elemento o vocábulo gr. κήτος, -ους, que está na origem do lat. *cetaria* (pelo lat. *cetusa*), nome que, paralelamente a *cetarium*, designava os tanques de salga de peixe tão abundantes nas margens do Sado e noutros pontos da Hispânia (8). * *Cetobriga* significaria, neste caso, «fortaleza do monstro aquático», «burgo dos grandes peixes», «burgo dos atuns», etc. Árduos argumentos se podem opor à tese, dos quais só citarei a inexistência ou extrema raridade de topónimos híbridos greco-célticos. Poderá alegar-se a relativa frequência dos seus similares céltico-latinos (*Iuliobriga*, *Caesarobriga*, *Flauibriga*, * *Flauionauia* (9), etc., na Hispânia, *Augustodunum*, *Augustonemetum*, *Caesarodunum*, *Caesaromagus*, etc., na Gália), mas, para estes, houve uma razão poderosa que condicionou a sua formação: a política imperialista romana.

Em síntese: designar o povoado céltico-romano, situado junto ou próximo da via de Olisipo a Emérita, por * *Caetobriga*, não é muito mais do que simples acto de fé na obra de Ptolemeu. E não se pense que eu estou levantando aqui uma questão puramente académica: para o problema da localização deste povoado, tem interesse saber-se, não só o significado do primeiro elemento do topónimo, como se este podia ter sido ou não o étimo de *Setúbal*. Se a povoação se chamava, de facto, * *Caetobriga* ou * *Cetobriga*, a relação etimológica é, com maiores ou menores artificios, possível, como adiante veremos; mas, se o seu

(8) Sobre κήτος, v. E. Boisacq, *Diet. étym. de la langue greeque*. Heidelberg, 1916, pág. 451, s.u.

É curioso registar que o gr. ταρχεία, muito mais apropriado para designar esses tanques, ou não passou para o latim ou teve uso muito restrito. Os Romanos empregaram, além de *cetaria*, o vocábulo *piscina*. Este, ainda que vernáculo, tem um sentido bastante vago. Demonstra o uso também corrente de *cetarium*, a seguinte sentença latina: «Plures adnabunt thynni et cetaria crescent.» (cf. A. Otto, *Die Sprichwörter und sprichwörtlichen Redensarten der Römer*. Leipzig, 1890, pág. 348).

(9) Registada apenas, que eu saiba, a transliteração grega Φλαονιναοία (Ptolemeu). O segundo elemento deve ser *Nauia* = *Nabia*, nome de uma deusa lusitano-galaica. Cf. *O Arch. Port.*, vi, págs. 134 e também 105; Leite de Vasconcelos, *Rev. Lusit.*, π, págs. 346-347; *Religiões*, n, págs. 277 esegs.; m, págs. 202 e segs.; *Opúsc.*, v, *passim*; etc. O primeiro elemento será o *gentile* lat. *Flauius*.

nome era *Catobriga* ou * *Castobriga* (>*Καστόβριξ*), então qualquer ligação com o topónimo português torna-se impossível; não haverá maneira, por mais hábil que seja, de transformar o elemento *Cast-* (foneticamente tão resistente) em *Set-*. O mesmo se poderá dizer quanto a *Cat-* (10).

Mas, quer o povoado se chamasse * *Caetobriga*, * *Cetóbriga*, *Catobriga* ou * *Castobriga*, o que é certo é que ele foi identificado, desde o séc. xvi pelo menos, com as ruínas existentes na península da Tróia. A causa da identificação está na ideia, aliás errada, de este nome provir de * *Caetobriga* e talvez também no facto de se ter concluído que só uma grande cidade podia ter tido a honra de ser mencionada por Ptolemeu e pelos outros escritores da Antiguidade já citados (11). De qualquer modo, o que se não pode negar é que a tese criou raízes durante mais de três séculos e a tal ponto que ainda há quem a defenda.

A verdade é que a conclusão não é válida, porquanto o Alexandrino apontou os povoados mais importantes de cada região; se esta não possuía cidades grandes, o discípulo de Marinho de Tiro tinha de citar as que houvesse, mesmo que a sua importância fosse reduzida, facto que não deve considerar-se estranho, porque, ainda nos nossos dias, algo de semelhante se verifica em muitos livros, nem todos elementares, de Geografia Geral. Eles referem-se, na sua maioria, a Tirana e a Luxemburgo, cidades pequenas de 70.000 habitantes e de importância económica restrita, e omitem Akron, Birmingham e Dallas, com populações de 300.000, 400.000 e 500.000 almas e de grande valor industrial e comercial. Simplesmente, Luxemburgo e Tirana são as capitais e os centros mais importantes dos respectivos países e Dallas, Birmingham e Akron situam-se num país onde se erguem Nova Iorque, Chicago e Los Angeles.

Não podemos, de resto, ser muito severos com os primeiros defensores da identidade Cetóbriga = Tróia, porque, quando eles escre-

(10) Acerca das formas citadas, v., além de Holder, *ob. cit.*, s.u. *Ce(ae)to-briga*, *CIL*, π, pág. 8; Leite de Vasconcelos, *O Arch. Port.*, i, pág. 58, e *Religiões*, II, pág. 21, nota 6; Pauly-Wissowa, *Real-Enc. class. Alt.*, v, s.u. *Caetobriga*; *Thesaurus linguae Latinae...Onomasticon*, π-c. Lipsiae MDCCCXVII-MDCCCXIII, s.u. *Caetobriga*; etc.

(11) A conclusão a que no texto faço referência deve ter contribuído, pelo menos, para a geral aceitação da tese.

veram os seus trabalhos, não se começara ainda o estudo sistemático das ruínas da Tróia e ignorava-se que a cidade aí existente só se desenvolvera depois da morte do geógrafo greco-egípcio (12).

Em 1895, num dos seus artigos (13), Leite de Vasconcelos que, até 1889 pelo menos, aceitara a tese tradicional (14), impugnou-a embora com muita prudência, chamando a atenção para a dificuldade de uma cidade plana e baixa (15) ter sido designada por um nome de que fazia parte o elemento *-briga*, e afirmou que *Tróia* não podia provir etimologicamente de * *Caeiobriga*.

O que penso da posição de Leite de Vasconcelos já o declarei num estudo escrito de colaboração com a Dr.^a Maria do Céu Nunes da Silva, em Junho deste ano (16).

Que os argumentos do fundador do Museu Etnológico impressionaram vivamente os arqueólogos da passagem do século, mostra-o

(12) As escavações do Museu Etnológico, que acima citei, e as da Junta Nacional da Educação, iniciadas em 1956, permitem pensar que o grande desenvolvimento económico da cidade e, muito provavelmente, o seu crescimento em área datem dos sécs. ii e iv.

(13) Cf. *O Arch. Port.*, i, págs. 58 e segs. As afirmações de Leite de Vasconcelos, neste artigo, são esclarecidas por outras que fez posteriormente, como por ex.: «E talvez pelo estudo defies [os *tesouros científicos inumados na Tróia*] se pudesse por uma vez para sempre decidir onde foi Cetobriga!» (cf. *O Arch. Port.*, ii, pág. 265); «Perto do Sado ficava também *Caetobriga* que mal pôde identificar-se com as ruínas romanas de Troia de Setúbal;...» (cf. *Religiões*, ii, pág. 21).

(14) Cf. *Cartas de Leite de Vasconcelos a Martins Sarmento*. Guimarães, 1958, pág. 106, carta n.º 31, de 13-7-1889.

(15) Devia talvez ter acrescentado «e sem muralhas», porque, como ele próprio o diz, *-briga*, por evolução semântica, significou também «fortaleza», «cidadela», «castelo», etc. (Jubainville, Holder, etc.). Portanto, uma cidade muralhada, mesmo numa planície, podia ter, no nome, o elemento referido, como sucedeu talvez com *Scaldobriga*: «Pour le sens, l'idée de hauteur a complètement été effacée par celle de citadelle, puisque ce terme désigne des localités de plaine comme *Scaldobriga* (citadelle de l'Escaut) *Escaudoevres*». (cf. Albert Dauzat, *Les noms de lieux. Origine et évolution...*, Paris, 1947, pág. 102). *Escaudoevres* fica próximo de Cambrai.

Até agora, não se encontraram vestígios de muralhas na Tróia. V. *O Arch. Port.*, xxvi, pág. 323.

Sobre a significação de *-briga* (diferente de *-briga*), cf. também *O Arch. Port.*, vi, pág. 53; xii, págs. 41 e 255; Leite de Vasconcelos, *Religiões*, ii, págs. 59, nota 2, 321 e 328, e *O Arch. Port.*, xxix, págs. 194 e 246.

(16) Cfr. *Leite de Vasconcelos e a Tróia de Setúbal* (em publicação).

o facto de Marques da Costa, o mais importante investigador das anti-quadlas setubalenses, ter repudiado também a tese tradicional e passado a situar ***KaixófiQiÇ*** na margem direita (17). Mais tarde, alguns outros enfileiraram ao lado de Leite de Vasconcelos e a cidade lusitano-céltica tem sido passeada por essa região, sem que se tenha, nos últimos 65 anos, chegado a uma localização acima de quaisquer controvérsias. A causa fundamental deste facto reside na circunstancia de, em toda a zona ao norte do estuário do Sado, se não ter, até o momento, efectuado ***urna única escavação sistemática***, se excluirmos a das grutas do Casal Pardo, mais conhecidas por «grutas de Palmeia».

Por tudo quanto acabo de expor — e isto constitui um dos aspectos interessantes do estado actual da questão de Cetóbriga —, é ainda hoje possível a qualquer pessoa, mesmo de débil preparação arqueológica, fazer uma certa figura, afirmando que o «burg des Cetos», como lhe chamou Holder (18), foi em determinado ponto, se, no mesmo, o acaso fez surgir uma parede, uma tégula, um punhado de moedas ou três pedaços de ***sigillata***. Infelizmente, esquece-se que um dos problemas de mais difícil solução em arqueologia é o de estabelecer um nexó de identidade entre uma estação arqueológica e um povoado conhecido apenas por textos literários, quando estes são muito lacónicos e imprecisos, o que sucede justamente no caso de Cetóbriga.

Os autores bem preparados têm considerado, ao tentar resolver a questão, o próprio nome da «cidade» céltica e, por isso, dirigiram as suas atenções quase exclusivamente para os castros das imediações de Setúbal. Foi o que fez Leite de Vasconcelos, quando, inspirado numa hipótese, aliás um pouco confusamente exposta, de Marques

(17) Ainda num seu escrito publicado em 1896, Marques da Costa aceitava a identificação tradicional (cf. *O Arch. Port.*, ii, pág. 10). Em 1903 (cf. mesma rev., vii, pág. 52), já admitia a localização da «Cetóbriga romana» em Alferrar (v. adiante o meu texto), em 1924 (?), colocava-a, vagamente, «nas proximidades de Setúbal» (cf. *O Arch. Port.*, xxvi, pág. 328), e, em 1926, rejeitava formalmente a identificação com Tróia (cf. *Cetóbriga*, n.^{os} 2 e 3, págs. 5 e 7. Nesta página, lê-se: «...temos de pôr de parte [*a localização de Cetóbriga em Tróia*]...»).

Em contrapartida, Pedro A. de Azevedo que era acima de tudo um medievalista, embora reconhecesse a dificuldade de fazer derivar *Setúbal* e *Tróia* de * *Caetobriga*, defendia, ainda em 1898, a localização do povoado céltico-romano na margem esquerda do Sado (cf. *O Arch. Port.*, iv, págs. 18 e 19).

(18) Cf. *ob. cit.*, i, s.u. *CeÇ(ê)to-briga*.

da Costa (19), aventurou sem grande insistência a localização de Cetóbriga no monte da Rotura (20); foi o que fez Marques da Costa, quando admitiu a sua identificação com Chibanes (21) e rejeitou Setúbal por ser «baixa» (22).

Todavia, hoje que conhecemos, melhor do que nunca, a política estratégica do Romano conquistador que obrigou, por vezes, os indígenas a abandonar os montes fortificados e a descer às planícies vizinhas, não podemos ser tão peremptórios na afirmação de que Cetóbriga só podia estar num alto (23). Realmente, a povoação deve ter tido o seu primeiro assentamento — talvez até o início do séc. n a.C. — num alto e ter vindo depois, forçadamente, para uma chã mais ou menos próxima. É, pelos motivos indicados, inclusivamente muito possível que a Cetóbriga contemporânea dos autores que a citaram pela

(19) A hipótese de Marques da Costa, que julgo anterior à de Leite de Vasconcelos, resume-se no seguinte: a Rotura e a zona de Alferrar teriam constituído juntas uma vasta povoação pré-histórica, de que o monte da Rotura seria a «acropole» ou «cidadella». Desta povoação descenderia a lusitano-romana, cujas ruínas se encontram em Alferrar, a qual «seria a Cetóbriga fs/c] de que falla o itinerário de Antonino...». Integro o «sic», porque esta obra cita, de facto, *Catobrica* ou *Catobriga*.

(20) Cf. *Religiões*, II (1905), pág. 21, onde se lê: «...no monte da Rotura, nos arredores de Setúbal, existe um castro pre-romano; se não era *Caetobriga*, era uma estação analoga a ella.» Como se vê, o autor classifica, uma vez mais, o castro de pré-romano, o que, se é vago, é, contudo, muito prudente. V. também *O Arch. Port.*, ii, pág. 247, e m, pág. 5, nota 1; *Cartas de Leite de Vasconcelos...*, pág. 199, carta n.º 69, de 17-IV-1896.

(21) Cf. *Cetóbriga*, n.º 5, pág. 7. Escreve aí: «Comtudo todas as considerações que temos feito partem do principio estabelecido por filólogos competentísimos o qual não discutimos e que consiste em: não admittir [*sic*] que o nome de «Cetobriga» seja aplicado senão a altura fortificada.»

«Respeitando pois esse principio..., somos levados a admitir que o local do alto de Chibanes... [*etc.*].»

Devo, contudo, para prestar inteira justiça a Marques da Costa, referir a impressão que o seu artigo e, em especial, este passo me deixaram de que ele, bem no fundo, não considerava decisivo o argumento filológico que, como bem pensa Castelo Branco, é impugnável.

(22) Cf. *Cetóbriga*, n.º 3, pág. 7.

(23) Nestas considerações, não entrarei em linha de conta com a possibilidade de, como Escaldóbriga, Cetóbriga ter sido desde sempre uma cidade de planície, cintada de muralhas. O caso daquele povoado da Gália é uma excepção; a esmagadora maioria das *brigae* ocupou lugares elevados.

primeira vez, fosse já (e quem sabe se há séculos) uma urbe de planície encontrando-se abandonada ou quase a colina que, de principio, a acolhera. Estas palavras não implicam, porém, a ideia de que *KCLITÓPOLIS*; não pudesse ter sido sempre um povoado alcandorado num monte; a política, a que me referi, não foi sistemática, sobretudo em regiões de relevos fracos e de comunicações fáceis e rápidas, e, no caso de Cetóbriga, pode não se ter verificado por razões que me parecem fáceis de aduzir: além do que ficou dito, bastava que o número dos íncolas da povoação fosse diminuto (24) e que o dismantelo das suas muralhas fosse considerado suficiente medida de segurança pelas autoridades de Roma.

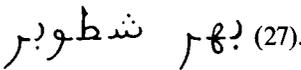
Não quero, todavia, terminar este ponto sem declarar que, a meu ver, o abandono da altura primitiva se pode ter dado até espontaneamente: o surto, na região, de um centro comercial e industrial provocaria, com elevada probabilidade, o êxodo. Estou a pensar, como o leitor já compreendeu, na cidade agnostonónima — passe o neologismo — de que as ruínas da Tróia são os restos, a qual, se teve a força suficiente para atrair elementos helénicos (vindos talvez do hoje chamado Algarve), com muito maior razão aliciaria as populações das aldeias da outra margem do Sado (25). E, nestes tempos remotos em que a Lusitânia era pouco mais que um *Far- West* de fraca densidade demográfica, uma migração duns escassos milhares de indivíduos bastaria para reduzir sensivelmente a população duma área pequena como o triângulo Azeitão-Palmela-Setúbal.

Volvendo, agora, aos autores que mais têm contribuído para a

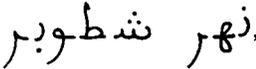
(24) Quase todos os historiadores parecem esquecer este facto fundamental: exceptuando casos muito raros, a grande cidade da Antiguidade tinha uma população que corresponde à de uma pequena cidade dos nossos dias. A «gigantesca» Alexandria da época imperial pouco devia ultrapassar os 500.000 habitantes, se é que alcançava mesmo este número, e a Roma do tempo de Nero ou de Tito não iria certamente muito além das quatro centenas de milhar. *Ebora*, um dos maiores centros da Lusitânia, com as suas 8.000 almas *plus minus*, seria hoje uma pequena vila. Chibanes e a Rotura não deviam atingir sequer o meio milhar de habitantes.

(25) Esta possibilidade também ocorreu a Marques da Costa, a propósito do despovoamento de Chibanes. V. *O Arch. Port.*, xv, pág. 82, e o cap. III do presente artigo. Para se ter ideia da importância industrial da cidade inumada na Tróia, basta ler as págs. 165 e segs. do vol. XXVII de *O Arch. Port.*

solução do problema da localização de Cetóbriga, direi que, nos últimos anos ou, mais precisamente, de 1952 para cá (26), o Dr. F. Castelo Branco tem procurado restaurar a tese tradicional, primeiro no seu todo, depois só em parte, apontando, em vários estudos, falhas que encontrou ou pensou encontrar na argumentação de Leite de Vasconcelos, e aduzindo argumentos novos, dois dos quais me parecem de ponderar:

1) Cetóbriga devia estar nas margens do Sado, porque, nos tempos hispano-muçulmanos, este rio foi chamado  (27). , segundo Pedro A. de Azevedo (28), *radica-se* e,

(26) Nesse ano, o autor fez no Instituto de Arqueologia uma comunicação sobre o assunto. Cf. *O Arch. Port.*, 2.^a série, II, pág. 286.

(27) Cf. , in *Rev. Arch. e Hist.*, i, pág. 50. Deve ser lapso. A leitura do segundo vocábulo tem variado: a par da que indico, surge

. Daí, em parte, terem surgido diferentes transliterações: assim Pedro

de Azevedo propõe «Xetavir» (paroxítono), in *O Arch. Port.*, χII [1908], pág. 16; David Lopes, in *Os arabes na obra de Alexandre Herculano*, in *Bol. da Seg. Classe da Acad. Real das Sciendas*, in, fase. n.º 3. Lisboa, Março de 1910, págs. 199, 226 e 227, apresenta «XaTüBR», mas, posteriormente, propõe «Xetáuir», como o fizera P. de Azevedo, nos comentários à 8.^a ed. da *Hist. de Port.*, de Herculano (cf.

vol. viii, pág. 310). Como se vê, tudo depende da existência ou não de um .

Antes dos autores indicados, Herculano, in *ob. cit.*, 8.^a ed., m, pág. 55, adoptara a forma «Chetawir» que é a de Jaubert (cf. David Lopes, *Os arabes...*, pág. 226, e comentários à 8.^a ed. da *Hist. de Port.*, vol. viii, pág. 301). Trata-se de uma transliteração do árabe para francês, como tal inadmissível em estudos portugueses. Jaubert

apresenta a leitura , dando, portanto, ao  um valor consonântico.

(28) Cf. *O Arch. Port.*, xIII , pág. 16.

segundo David Lopes (29), *pódesse talvez radicar* em «Caetobriga» (30). 2) Cetóbriga deve ter-se mantido viva até bastante tarde, pelo menos até a época «visigótica», pois, de outra maneira, seria difícil compreender que os Árabes fossem buscar o seu nome para designar o Sado, como se afirma no argumento anterior (31).

Relativamente ao primeiro argumento, parece-me que Castelo

(29) Cf. *Os arates...*, págs. 226-227. Notarei que, apesar de aceitar uma possível interferência do árabe, David Lopes também considera «difícil de explicar» a mudança do ç românico em s (cf. *Os arates...*, págs. 226-227). Admite, por isso, que ela se tenha verificado «no fim do período arabe...» (pág. 227). Contudo, a págs. 203, usara a relação etimológica «Cetóbriga > XaTüBR > Setubal» para

documentar a passagem do t românico para o t línguo-palatal árabe (**ṭ**).

(30) O argumento foi apresentado primeiro no estudo *Da origem e do desaparecimento de Troia de Setúbal*, in *Las Ciencias*, ano xix, n.º 2, Madrid, 1953, págs. 456-458. Diz o autor: «...Setúbal vem de XATUBR, nome que os árabes davam ao Sado e que, segundo David Lopes, proveio de Cetóbriga. Logo esta devia estar situada nas margens do Sado, onde apenas em dois locais existem ruínas romanas: em Alcacer do Sal..., e em Troia,...» (cf. pág. 457). Há aqui, evidentemente, uma ligeira precipitação do autor: na margem direita existem ou existiram também ruínas lusitano-romanas, já conhecidas, descritas e publicadas antes de 1952 (cf. *O Arch. Port.*, xii, mapa entre as págs. 216 e 217, por exemplo). O interesse do argumento não sofre, porém, com esta pequena apostila.

Em 1954, em *O Problema da identificação de Cetóbriga com as ruínas de Tróia de Setúbal*, in *Brotéria*, LVIII, n.º 6, Lisboa, Junho de 1954, págs. 703-709, retoma Castelo Branco o mesmo argumento: «...explicando em seguida o ilustre professor [David Lopes] a evolução de Cetóbriga até dar *XatúBr* [s/c] nome dado pelo [sic] árabes ao Sado,...»; «E, desta forma, Cetóbriga era decerto uma cidade que se erguia nas margens do Sado.» (cf. pág. 707). A forma «*XatúBr*» não existe, é simples erro de cópia. O que David Lopes escreveu para mostrar que o vocábulo, como normalmente acontece, não estava vocalizado, foi «*XaTuBR*» (v. adiante), representando por maiúsculas as letras que, de facto, estavam no texto árabe, e por minúsculas as vogais que ele próprio juntou.

(31) O segundo argumento foi, pela primeira vez, apresentado na sessão de Março de 1957, do Instituto Português de Arqueologia e depois numa comunicação ao I Congresso Nacional de Arqueologia, realizado há poucos dias em Lisboa (amável informação verbal do autor).

Na referida sessão do Instituto, o Dr. Castelo Branco admitiu ainda que o elemento *-triga* podia significar também «ponte», «passagem», ajustando-se desse modo à situação da Tróia. Contudo, essa tradução, defendida há 70 anos por Fernández-Guerra, *Rev. Arch.*, n, págs. 89-90, não é aceita pelos grandes celtistas.

Branco só o devia ter proposto depois de discutir e invalidar a tese ou hipótese de David Lopes, segundo a qual o nome árabe do Sado teria vindo do povoado — esse marginal — chamado então Xatubre, e, portanto, indirectamente apenas do vocábulo * *Caetobriga*(32). Concedamos, no entanto, que a evolução se deu como pensa Castelo Branco. Mesmo assim, creio o argumento superável com relativa facilidade, porque não podemos esquecer que, muitas vezes, não só na época clássica como em todos os tempos e não só na Europa como noutros continentes, o nome de um povoado se estendeu à região de que ele era ou fora o centro político ou económico (33). Ora, admitindo que * *Caetobriga* passou, em determinada altura, a designar, entre outras áreas, também a actualmente chamada baixa de Setúbal, o facto de o Sado ter sido conhecido por «rio de Xetáuir», deixa de implicar a situação daquele povoado mesmo junto do rio. Deste modo, a denominação ter-lhe-ia sido atribuída, não por ele banhar a cidade, mas por contornar a região.

Não tenho dúvida de que o segundo argumento é um dos mais felizes dos que, até agora, foram apresentados por quantos se ocuparam do problema da localização de Cetóbriga. Pelo menos de momento, apenas lhe posso opor a seguinte objecção: a vida dum povoado não coincide necessariamente com a vida do vocábulo que o designa.

Apesar de aceitar a sua validade, julgo oportuno fazer certas considerações que o argumento me sugere.

Em primeiro lugar — e não deixa de ser interessante referi-lo — ele é perigoso para a própria hipótese do seu autor, porque, se é verdade que, nas estações arqueológicas da margem direita do Sado, não foi encontrado espólio caracteristicamente «visigótico», não é menos verdade que o mesmo sucede com a Tróia (34). Trata-se, portanto, dum argumento que não pode, no estado actual dos nossos conhecimentos, ser aduzido para defender a situação de *KairóftQiÇ* num deter-

(32) Cf. *Os arabes...*, págs. 226-227.

(33) Ocorre-me, de momento, na Antiguidade Clássica, o caso de muitas ilhas gregas, quer do Egeu, quer do Jónico, e, na Hélade peninsular, o de Élide e de Argos. Muito próximos, os exemplos de Táraco, Cartago Nova e Narbo, esta na Gália.

(34) Não ignoro, como é natural, a existência de um *bisomum* no cemitério da Caldeira, nem a de um fragmento de coluna torsa existente no Museu Etnológico e publicado na *Hist. de Port.*, ed. de Barcelos, i, pág. 382.

minado local, em detrimento de outros. Contudo, a sua apresentação por Castelo Branco tem, pelo menos, a utilidade de pôr em foco uma questão de carácter geral que também é pertinente ao assunto de que me ocupo no presente artigo.

A circunstância de não se encontrar numa dada região material lusitano-germânico característico não implica a ausência de povoamento dessa região no mesmo período; quando muito, poderá demonstrar que ela não foi muito importante na época e não esteve, por consequência, sob a acção directa dos novos senhores da Hispânia. É preciso, de uma vez para sempre, aceitar a ideia de que os habitantes das áreas mais afastadas dos grandes centros urbanos não modificaram sensivelmente a maneira de construir as suas modestas casas, de modelar os seus barros, de arrotear e irrigar os seus campos, em suma, não alteraram os seus costumes ancestrais, apenas porque 100.000 exógenos vieram dominar política e militarmente um vasto território de 600.000 kms. q., já habitado por alguns milhões de seres humanos, ainda por cima mais civilizados do que eles. E este facto histórico já tão conhecido (35) teve, como não podia deixar de ser, ampla projecção no campo estritamente arqueológico: ele condicionou a inexistência de grandes diferenças entre o espólio arqueológico lusitano-romano do Baixo-Império e o da época em que dominaram os chamados Bárbaros, cuja influência cultural não se fez quase sentir em vastas áreas da Hispânia (36).

Não é possível, portanto, como ia dizendo, negar a ocupação humana, nessa época e em determinada região, apenas porque nesta não surgiu um epitáfio em caracteres do séc. vi ou vii, uma moeda de Recesvinto ou uma pilastra com baixos-relevos representando grifos. Por que, como muitos se admiram, há uma falta, aparente é claro, de materiais ditos visigóticos, quando o nosso sub-solo é tão rico de res-

(35) «Em 409 chegam os suevos, mas o seu advento não provocou mudanças radicais;... Consoante se vê do Código Wisigótico, conservaram-se nas duas épocas as demarcações das propriedades, os usos e costumes, e a organização social.» Estas palavras foram escritas por Alberto de Sampaio, in *Portugalia*, i, págs. 789 e 790.

(36) Entre nós e muito antes de mim, já Leite de Vasconcelos chamara a atenção para a dificuldade que, por vezes, existe em destrinçar o material lusitano-romano do ζ mediatamente posterior. V. *O Arch. Port.*, xiii, págs. 355 e 356, e xxn, pág. 338, nota 1. Fez também notar que numismas romanos ainda circularam no período «bárbaro». Cf. *O Arch. Port.*, xiii, *loe. cit.*, e xxn, pág. 45.

tos lusitano-romanos? Por que há no País tantos e tantos lugares de nomes nitidamente germânicos—nem todos certamente datáveis do período da Reconquista—que, ao serem prospectados, nos dão apenas... material «romano»? Porque, esquecidos do facto histórico acima referido, classificamos quase sistematicamente de lusitano-romano o que é já dos sécs. v, vi e vii!

Em vista do que fica dito, creio inteiramente válida a seguinte proposição: se se prova que uma determinada área foi habitada até o séc. iv, se a toponímia ainda hoje existente ou documentos de qualquer espécie mostram a sua ocupação na época muçulmana, com alta probabilidade podemos concluir que houve aí também vida humana no período «visigótico», a não ser que conheçamos fenómenos que possam ter provocado um ermamento total nesse período. Se a essas duas condições se juntar a presença de topónimos germânicos, então a já alta probabilidade aumentará ainda (37). O material lusitano-germânico estará no espólio arqueológico recolhido; nós é que não o pudemos distinguir com os métodos de que dispomos vulgarmente. Todos sabem que, ainda hoje, quando falta a estratigrafia, se tem de recorrer ao método tipológico que, num caso como este e tendo em conta o que acima disse, será extremamente falível. A divulgação e, sobretudo, o aperfeiçoamento do processo de datação pelos rádio-isótopos trará, de certo, grandes surpresas.

Regressando, após este longo excursão, ao assunto fundamental do presente artigo e aplicando as ideias atrás expressas à região do Baixo-Sado, podemos quase garantir que, como a Tróia, a zona de Alferrar, pelo menos, foi ocupada no período «visigótico» e que uma parte do material «romano» aí encontrado data de época posterior a 409.

Pelas razões aduzidas, creio que, na busca da localização de Cetóbriga, não podemos, infelizmente, fazer grandes restrições de carácter

(37) Como já acima disse implicitamente, nem todos os topónimos de origem germânica indicam uma ocupação suevo-visigótica. Muitos, senão mesmo a maior parte, datam da Reconquista. V., a este respeito, por exemplo, Leite de Vasconcelos, *Religiões*, m, pág. 579, nota 2; *O Arch. Port.*, xxix, pág. 200; e também *Rev. Lusitana*, vi, pág. 47 e segs., e ix, pág. 393 e segs.; *O Arch. Port.*, ii, pág. 180, nota 2; e *Portugalia*, i, págs. 285 e segs. Segundo Alberto de Sampaio, os Bárbaros teriam conservado os topónimos lusitano-romanos (cf. *Portugalia*, i, pág. 282).

topográfico, salvo no que se refere à sua situação geral na margem direita do Sado: como disse, os restos desse povoado tanto podem estar exclusivamente num monte, como parte num monte e parte numa planície mais ou menos próxima. Penso que uma estação arqueológica, situada algures na margem direita do estuário do Sado, não muito longe dessa margem e estendendo-se por um monte e por uma planície, contendo naquele material da Época do Ferro e nesta espólio lusitano-romano e lusitano-bárbaro (característico ou não), terá enorme probabilidade de ser a antiga Cetóbriga. Mas esta poderá ser também um monte, não completamente inexpugnável, com restos que pertençam às épocas citadas.

II

Como atrás já salientei, ainda não se fizeram escavações sistemáticas em qualquer ponto do triângulo Setúbal-Palmela-Azeitão, de modo que as considerações que vão seguir-se não poderão ter outra categoria que a de modestas hipóteses de trabalho.

Tomando em linha de conta as condições expostas, conhecemos hoje, quatro locais que vale a pena focar a propósito do problema da localização de Cetóbriga:

I — PALMELA

Situação magnífica para ser uma *briga*. Durante a Idade Média, o respectivo castelo foi um dos mais importantes do país e o seu valor militar manteve-se até os tempos modernos, como o provam as obras pós-medievais (sobretudo do séc. xvii), ainda tão aparentes. Que pelo menos parte da serra de Palmeia foi habitada na Pré-História, demonstra-o a estação neo-calcolítica da quinta ou casal da Cerca — note-se o nome (38) —, que eu descobri, por acaso, há anos, e onde recolhi algum material (39). Por outro lado, atribui-se ao castelo e ao próprio

(38) O nosso povo designa às vezes os castros por *cercas*, pelo facto de terem muralhas à volta. Cf. *O Arch. Port.*, xxii, págs. 135 e 136; xxiv, págs. 284 e 285; xxvii, pág. 30, nota 1; etc.

(39) Cf. *O Distrito de Setúbal*, de 1 de Outubro de 1952.

vocabulo *Palmeia*, uma origem romana, o que é, contudo, muito duvidoso (40).

Até agora, o alto da serra e as suas vertentes não deram material sidérico (41), lusitano-romano (42) ou lusitano-germânico. A registar, a existência, na base e em parte da encosta meridional da serra, de uma quinta chamada da Beselga (43).

II — SETÚBAL

Dentro da ordem de ideias atrás exposta, Setúbal também pode estar assente sobre o povoado céltico-romano (44), tanto mais que o

(40) V., por exemplo, *O Arch. Port.*, ui, págs. 38 e segs., e iv, pág. 18.

(41) A tradição que afirma ter sido Palmeia fundada pelos Celtas, não tem sido, até o momento, provável.

(42) A salientar, todavia, que Marques da Costa, sempre tão ponderado, escreveu: «...[há] falta de vestígios *claramente* romanos em Palmeia,...»; «...não se observam aí [em *Palmeia e no seu castelo*] vestígios da indústria pre-romana nem *indubitavelmente* romana.»; e «Não havendo pois em Palmeia vestígios *indubitáveis* da influencia pre-romana nem romana, não é possível aí a localização de «Cetobriga.»» (cf. *Cetobriga*, n.º 5, pág. 7; itálicos meus).

(43) *Beselga*, no caso da sua grafia correcta ser com *s* e não com *z*, pode ter o seu étimo no lat. *basilica*; cf. Leite de Vasconcelos, *Hist. do Museu Et no log. Port.*, pág. 54. No Ribatejo, concelho de Tomar, há uma aldeia do mesmo nome que contém nos seus arredores, uma importante estação lusitano-romana (cf. *O Arch. Port.*, ni, págs. 220-221; e viu, págs. 221 e segs). Existem em Portugal muitos outros lugares denominados *Beselga*.

(44) A hipótese já bastante antiga da localização de Cetóbriga em Setúbal foi defendida, entre outros, por Hiibner, *CIL*, II, mapa (v., em todo o caso, pág. 8), e II, *Suppl.*, pág. 803 (no mapa da *Hispaniae Pars Occidentalis*, que remata este volume, não se percebe se o cartógrafo identifica «Caetobriga» com Setúbal, se com «Troya»). Cf. também, *CIL*, n, [2.º] *Suppl.*. Berolini, 1897, págs. 355-356), e por L. Figueiredo da Guerra, *O Arch. Port.*, v, pág. 2 [V., contudo, o que escreve este autor na *Portugalia*, i, pág. 609]. Recentemente, devido aos achados de Troino, o Sr. Dr. José Marques da Costa retomou a mesma hipótese mas dando-lhe quase o aspecto de tese (cf. *O Setubalense*, de 1 de Junho de 1957, e também de 6 e 13 de Novembro de 1957 e de 12 de Novembro último).

Vem a propósito esclarecer o seguinte ponto: no mapa publicado por Leite de Vasconcelos, entre as págs. 46 e 47 do vol. n das *Religiões*, aparece Cetóbriga localizada mesmo junto do Sado, em Setúbal, o que, tendo em vista as afirmações contidas no texto, a págs. 21, não possui qualquer significado. Deve atribuir-se

seu nome tem, com probabilidade, o étimo em * *Caetobriga* ou * *Ceto-briga* (45).

As condições topográficas não se opõem à identificação: a *briga* poderia corresponder à colina de S. Sebastião, hoje coberta pelo casario da zona central da cidade, ao monte de S. Filipe, ao cabeço do Forte Velho ou ao morro de Brancanes, onde se ergue o convento do mesmo nome. Registe-se, a propósito, a cerimónia popular de características pagãs, que se realiza na segunda e na quarta dessas elevações, na madrugada de S. João (46). Contudo, nada foi, até o momento, recolhido nem em S. Filipe, nem em Brancanes, nem no Forte Velho, onde aliás também não se fizeram pesquisas, pelo menos sistemáticas (47); S. Sebastião forneceu, já há muitos anos, algumas peças romanas e talvez alto-medievais (48).

Na parte baixa da cidade, entre os relevos citados, a abertura de valas

essa localização a simples imperícia do desenhador. Aliás, a escala do mapa é muito pequena (cerca de 1:5.000.000), o que o torna impreciso.

Nota — O Sr. Dr. José Marques da Costa nada tem de comum com o cientista homónimo que citei até aqui e continuarei a citar.

(45) A propósito da filiação fantasiosa de *Setúbal* em *Túbal*, v. o artigo tão pouco conhecido de L. de Vasconcelos, in *Economia e Finanças*, Ano i, n.º 1. Lisboa, Outubro de 1931, pág. 8, texto e nota 2.

(46) O povo vai para Brancanes e S. Filipe assistir ao nascer do sol, consoante me informou o Sr. Manuel Nascimento. Cerimónias idênticas se verificam em muitos pontos do país. Sobre o culto de S. João, v., por exemplo, *O Arch. Port.*, xxii, págs. 355 e 356, e xxiv, págs. 72-75 e 81; Leite de Vasconcelos, *Opúsc.*, v, págs. 503-508, 527, 534 e 578, e vii, págs. 726-727; etc..

(47) A restrição justifica-se por um passo de Marques da Costa, que se lê na *Cetóbriga*, n.º 3, pág. 7, nota 1. Ele põe aí em dúvida o interesse de certos restos de cerâmica encontrados no «Castelo Velho» [= *Forte Velho*], os quais, em sua opinião, teriam sido «levados para ali juntamente com adubos para amanho das mesmas terras;...».

(48) Encontradas por volta de 1906-1907, quando se abria uma trincheira para o assentamento da via férrea do Vai do Sado. Delas existem 15 no Museu Etnológico, onde têm os n.ºs de entrada E-69 a E-73 e E-1253 a E-1262. Desse conjunto salientarei três lucernas tardias, com as cotas E-69, E-1254 e E-1255. Cf. *O Arch. Port.*, xii, págs. 221-222, xm, pág. 377, e xv, pág. 234.

Marques da Costa teve também conhecimento do achado. V., por exemplo, *O Arch. Port.*, xii, mapa entre as págs. 216 e 217.

Consoante as informações de que disponho, as recentes escavações efectuadas por causa dos esgotos, permitiram também o achado de alguns restos «romanos» na rua Arronches Junqueiro que conduz ao alto de S. Sebastião.

para a colocação duma nova rede de esgotos levou ao descobrimento de numerosos artefactos arqueológicos, a que os Srs. Dr. José Marques da Costa, Carlos Babo e outros se têm referido rápidamente nalguns artigos e notícias de jornais (49). Entre os achados avultam duas ânforas com moedas do séc. iv (50), e uma cetária. Todas as peças parecem, em geral, muito tardias, exceptuando uns fragmentos de *sigillata*, mas o local em que estes e outros artefactos foram encontrados, permite-nos perguntar se não teriam sido para aí levados com outros materiais, em épocas relativamente recentes, para fazer daqueles aterros que, de há muito, se efectuam em Setúbal para conquistar algum terreno ao rio ou secar os sapais que existiram sobretudo nas proximidades da foz da ribeira do Livramento. Quem quiser estudar cientificamente a arqueologia da cidade de Setúbal, menos do que ninguém, pode esquecer que um estrato não é romano apenas porque nele se encontram algumas peças romanas.

Considerada desapaixadamente, a hipótese de Cetóbriga ter tido o seu assento na área ou em parte da área da cidade actual, parece-me, observando os materiais que chegaram até nós, ainda muito frágil. Quando muito, essa área pode ter constituído, na época lusitano-romana, um arrabalde industrial da urbe propriamente dita, onde teriam existido fábricas de salga de peixe e teriam habitado pescadores, e isto apenas no caso de se vir a demonstrar a localização de Cetóbriga na área da Rotura-Alferrar. Teríamos então o núcleo primitivo — a *briga* — no cabeço da Rotura, a povoação lusitano-romana em Alferrar e imediações, e o referido arrabalde junto do Sado, talvez à volta do pequeno esteiro, cuja existência é admissível, e onde iria desaguar o Livramento (v. mapa). Reconheço, porém, que esta hipótese, sem dúvida atraente, luta com dificuldades quase insuperáveis, se bem que, no aspecto antropogeográfico, a transformação de uma cidade interior numa cidade mista seja absolutamente possível: bastaria, para que o fenómeno se

(49) V. principalmente *O Setubalense*, de 22, 25 e 27 de Maio, 1, 3, 8, 19 e 29 de Junho, 5 e 16 de Outubro de 1957, 27 de Janeiro e 16 de Agosto de 1958, etc.; *O Distrito de Setúbal*, de 29 de Maio e 12 de Junho de 1957; e alguns diários de Lisboa e Porto, de 21 de Maio de 1957 em diante.

(50) Até a data, que eu saiba, só foram observados numismas deste século. Convém, todavia, salientar que o simples inventário dessas moedas está ainda por fazer.

verificasse, que, num determinado momento histórico, o rio se tornasse um elemento de atracção irresistível. Sabemos que, em toda a área da foz do Sado, as populações, mesmo as mais primitivas, buscaram nas faunas marítima e fluvial uma parte da sua alimentação (o castro da Rotura, por exemplo, está, ainda hoje, conforme eu mesmo o verifiquei há anos, cheio de restos malacológicos) (51). Contudo, este facto não teve a força suficiente para arrastar essas populações para junto do estuário; a prova é que elas se mantiveram em pontos que distam deste entre 2 e 6 quilómetros. Mas, se a certa altura, os produtos do rio — e do mar — adquirissem um valor excepcional, o êxodo para as margens seria um facto. Ora, é do nosso conhecimento que, após a chegada e a ocupação da Península pelos Romanos, o peixe das nossas costas, depois de salgado, começou a ser exportado em grandes quantidades para a Itália e outras regiões do Império. Este fenómeno, que parece estar na base do desenvolvimento da cidade que existiu na Tróia, pode ter condicionado também o hipotético crescimento da Cetóbriga lusitano-romana para sueste. Pelo menos, tal como a margem esquerda, a faixa ribeirinha setentrional do estuário do Sado está repleta de ruínas de cetárias numa extensão de mais de 10 kms. (52). Um estudo pormenorizado mostrará se elas são de épocas diferentes ou, pelo con-

(51) Cf. *O Arch. Port.*, xv, págs. 73 e 77, e xx, págs. 129 e 130. Na Rotura e em Chibanes, foram encontrados vários anzóis. V., por exemplo, *O Arch. Port.*, iv, pág. 57, e *Cetóbriga*, n.º 5, pág. 7.

A presença, no primeiro destes castros, de ossos de *pagrus vulgaris*, *pagellus centrodonatus* e *merluccius vulgaris*, permite pensar que os seus habitantes já se aventuravam a pescar em zonas da baía de Setúbal relativamente afastadas da costa, atingindo, pelo menos, a batimétrica -100 ms. que, no seu ponto mais próximo, fica a uns 13 kms. da actual foz do Sado. No entanto, se receassem entrar tanto no mar, podiam ir por terra até o Espichei e pescar as espécies ictiológicas apontadas em áreas como o Mar do Chapéu e a Pistarola, apenas a 3,5 e 7 kms. do litoral (cf. *O Arch. Port.*, viii, págs. 147-148, e x, pág. 191).

(52) Joaquim Rasteiro, em 1894, reconheceu cetárias na foz da ribeira da Ajuda (cf. *O Arch. Port.*, ni, pág. 4) e, mais tarde, Marques da Costa encontrou-as no Moinho Novo, Ponta da Areia, S.^a da Graça, Cachofarra, Pedra Furada e Rasca (cf. *O Arch. Port.*, x, págs. 187 e 189, e mapa entre as págs. 188 e 189; e xii, mapa entre as págs. 216 e 217. V. ainda a mesma rev., xv, pág. 82, xxii, págs. 142 e 168, e xxvii, págs. 174-175). Juntemos a estas a cetária encontrada, há pouco, na praça do Bocage, em Setúbal.

O comércio do peixe salgado chegou a ser tão importante que, em dado momento, parece ter havido cetárias no Alto-Sado (cf. *O Arch. Port.*, xiii, pág. 352).

trário, contemporâneas. Nesta hipótese, que, pelo que sei, me parece a mais plausível, podemos estar certos de que a sua existência se relaciona com uma intensificação do comércio de exportação do peixe conservado em sal e do *garum*, feito, desde os tempos cartagineses, pelos hispânicos (53), intensificação que pode ter sido, em parte pelo menos, condicionada pelo despovoamento ictiológico dos mares italianos, verificado sobretudo nos sécs. n e m: «Au n^e et m^e siècles, plusieurs auteurs se lamentent sur l'insuffisance des pêches en mer, due à ce que nous appelons aujourd'hui l'appauvrissement des fonds.» (54). O que não é admissível é que todas essas fábricas produzissem somente para as populações locais, bastante reduzidas, como atrás afirmei (55).

Explorando a hipótese, poderíamos ainda pensar que, com o andar dos tempos, esse arrabalde industrial fosse aumentando de importância até se tornar, já na época hispano-muçulmana ou pouco antes, o centro da povoação. Ao mesmo tempo, a zona interior, central no período lusitano-romano, ter-se-ia paulatinamente despovoado e ruralizado. O antigo arrabalde teria conservado o nome primitivo ou, atendendo ao facto de este fenómeno se ter verificado bastante tarde, um seu derivado que, considerando prováveis evoluções fonéticas,

(53) Sobre este comércio, quer no período hispano-cartaginês, quer no hispano-romano, é útil a consulta dos seguintes estudos: *O Arch. Port.*, iv, págs. 53 e segs., e xxvn, págs. 165 e segs.; J. J. Van Nostrand, *Roman Spain*, in *An Economic Survey of Ancient Rome*, ed. by T. Frank, II, Baltimore, 1937, págs. 181 e segs.; J. Serra Ráfols, *La Vida en España en la Época Romana*, Barcelona, 1944, págs. 195-196; A. Thomazi, *Histoire de la pêche*. Paris, 1947, págs. 192-227; A. García y Bellido, *Colonización Púnica*, in *Historia de España*, dirig. por M. Pidal, t. i, vol. n. Madrid, 1952, págs. 311 e segs.; do mesmo, *La Peninsula Ibérica en los Comienzos de su Historia*. Madrid, 1953, págs. 457-464; etc., etc.

(54) Cf. A. Thomazi, *ob. cit.*, pág. 200.

(55) São de Marques da Costa as seguintes palavras: «A avahar pela capacidade das cetárias, a quantidade de peixe, que nelas se salgava, devia exceder muitíssimo as necessidades do consumo regional, de maneira que somos levados logicamente a admitir que a maior parte do peixe, depois de salgado e convenientemente preparado nas cetárias, era exportado como hoje para outras regiões distantes.» (cf. *O Arch. Port.*, xxvii, pág. 178).

Anteriormente escrevera: «...[os tanques] serviam para salgar peixe para exportação.» (cf. mesma rev., xxvi, pág. 317) e «Pela capacidade e número das cetárias se pode fazer ideia da prodigiosa quantidade de peixe, que se exportava do lugar hoje chamado Troia, e da grande riqueza e importância industrial que a povoação romana, [...] devia ter.» (cf. *Id.*, id., id.).

poderia ser * *Cetobra* que os Árabes transformaram em *Xatubre* ou *Xatáuir*, por um erro (?) de transliteração do ç românico (56).

Sempre por causa da pesca e das conservas, a povoação manteve-se importante, a ponto de dar o seu nome ao rio que a banhava.

Tudo isto, apesar de ainda não provado, é, como se vê, possível. O fenómeno da deslocação do centro de uma cidade é mundial e de todas as épocas. Verificou-se em Lisboa e em Setúbal; mais, fenómenos idênticos aos que imaginámos para Cetóbriga, deram-se na própria península da Arrábida, em Sesimbra. Da *briga* primeva (é difícil, apesar da hipótese de Leite de Vasconcelos, não ver em *-bra* uma derivação de *-briga*; cf. *Conimbriga* > *Colimbria* > *Coimbra*) que se manteve até a Idade Média, a população veio, pouco a pouco, para a costa, onde inicialmente se deve ter formado um arrabalde do núcleo principal. Hoje, a vila está no local desse arrabalde, enquanto o assento primitivo, a que se dá erradamente o nome de «castelo», se encontra quase deserto.

No que respeita às actividades dos habitantes da região de Setúbal relacionadas com o mar, durante o período hispano-muçulmano, recordarei apenas que se dava então à baía de Setúbal o nome de golfo ou

baía do Âmbar (الجبون العنبري) = 'aldjun al-'Anbari (57).

Ora, segundo David Lopes (58), trata-se do âmbar cinzento, que se encontra no abdómen do cachalote, o que pode provar que os «xatubrenses» praticavam já nesse período a pesca a distância.

(56) Se é difícil a evolução fonética de * *Caetobriga* ou * *Cetóbriga* para *Xatubre*, *Satuual* e *Setúbal*, por via de * *Cetobra*, a passagem gráfica, por meio de formas

aljâmicas, é muito fácil: * *Cetobra* pode transliterar-se em سَطْوِبْر, que é

quase igual a سَطْوِبْر.

(57) Por dificuldades tipográficas translitero assim o *gime*.

(58) Cf. *Os arabes...*, págs. 199, 225 e 226.

III — ROTURA E ZONA ADJACENTE

Como disse, Leite de Vasconcelos, talvez inspirado na hipótese de Marques da Costa, admitiu com reserva a localização de Cetóbriga no monte da Rotura. A minha posição não pode diferir muito da do fundador do Museu Etnológico, porque esse castro continua, como em 1905, por explorar sistematicamente e contém — sei-o por prospecções que aí realizei em 1948, 1949 e 1952—ainda muito material (59). Embora nestas condições tudo quanto se diga a respeito tenha um carácter precário, a verdade é que, até a data, o monte da Rotura não forneceu quaisquer peças características da Idade do Ferro ou do período lusitano-romano. Não ignoro, evidentemente, que, nos materiais oferecidos pela Ex.^{ma} Viuva de Marques da Costa ao Museu Etnológico, figurem como sendo da Rotura numerosos artefactos deste período, entre eles fragmentos de *terra sigillata*, alguns até muito tardios. Mas o que também não oferece dúvida é que Marques da Costa é peremptório ao escrever: «... no castro da Rotura, que é exclusivamente pré-histórico.» (60).

Foi isto que me levou a aconselhar a minha antiga aluna, hoje

(59) No Verão de 1948, durante uma visita que demorou umas duas horas, recolhi, sem grande dificuldade, cerca de 200 peças, entre as quais cerca de 150 fragmentos de cerâmica, incluindo belos espécimes campaniformes, que, mais tarde, ofereci ao Museu Etnológico. Foi o conhecimento da grande fertilidade da Rotura que me levou em 1949 a pedir ao Instituto Português de Arqueologia, o seu interesse pelo referido castro.

(60) Cf. *O Arch. Port.*, xii, pág. 207. V. também mesma rev., m, pág. 5, nota 1, ix, pág. 153, x, pág. 191, xii, mapa entre as págs. 216 e 217, xm, págs. 270 e 281-282, e xv, págs. 56-57, 77 e 80. Nos escritos de Marques da Costa, «pré-histórico» parece, por vezes, sinónimo de «pré-romano». Contudo, não deve ser aqui o caso, porque o autor, antes do passo que transcrevi no texto, havia declarado: «Os objectos achados na Rotura, ... parecem indicar que o castro foi habitado durante um longo, periodo, que se estendeu pela época neolítica até á época eo-metallica.» (cf. *O Arch. Port.*, ix, pág. 153), e, muito mais tarde, na revista *Cetóbriga*, n.^{os} 3 e 4, declarava, sem hesitação, que Rotura não chegara «a ser contemporaneo do dominio céltico;...», e que nesse castro se verificava a «ausencia de qualquer objecto dos ditos metaes (*bronze e ferró*) ...»(cf. n.^o 3, pág. 7); etc. De resto, examinei o material, cuja proveniência da Rotura não oferece dúvidas, e verifiquei que, salvo talvez alguns fragmentos de cerâmica, é todo neo-calcolítico e calcolítico pleno. Idêntica afirmação poderia fazer acerca das peças que eu próprio recolhi. Os materiais mais modernos ficam, portanto, a uns 1.300 anos da chegada dos primeiros Celtas. Porém, só

Dr.^a Maria de Lourdes Costa Arthur, a não incluir, entre as muitas estações lusitano-romanas que cita na sua tese de licenciatura (61), o castro em causa.

No entanto, se o monte da Rotura parece não conter materiais posteriores ao Bronze, as terras baixas situadas próximo, entre o Alto do Casalinho e as Machadas de Baixo e englobando a Vinha Grande, a quinta do Nena, Alferrar, a Arca de Água, a Flamenga, S. Romão (note-se o nome) (62) e os casais do Boino, do Pedro e do Cano, proporcionaram-lhe (63) a ele e a outros entusiastas por antiguidades (64) numerosas peças lusitano-romanas, o que levou Marques da Costa a admitir ter sido nessa zona a Cetóbriga «romana», como atrás referi (65).

um exame profundo de toda a cerâmica aí obtida permitirá tornar mais seguras estas conclusões, sem falar, é claro, das escavações sistemáticas a que aludi.

(61) Cf. *A Romanização no Distrito de Setúbal*. Lisboa, 1952, págs. 240 e segs. do exemplar dactilografado.

(62) São frequentes as estações arqueológicas nas proximidades ou mesmo em locais denominados *Romão* ou *S. Romão*. V. *CIL*, n, *Suppl.*, n.^{os} 5142 e 5157; *O Arch. Port.*, xxi, pág. 356; *O Arq. Port.*, 2.^a série, i, págs. 197 e 211. No concelho de Montalegre, há um castro denominado Castelo do Romão e outro a que chamam Coto ou Castelo de S. Romão (cf. *O Arch. Port.*, xx, págs. 211 e 212, e xxiv, pág. 268). No concelho de Seia, existe igualmente um castro de S. Romão e a conhecida citânia de Sanfins situa-se num monte que também é designado por S. Romão. E é este santo o orago da capela que existe na citânia de Briteiros. Dado que *Romão* tem o seu étimo no lat. *Romanu(-m)*, penso que o povo português não olvidou tanto a passagem dos Romanos por aqui, como se tem afirmado. V. sobre este ponto, Leite de Vasconcelos, *Opúsc.*, v, pág. 605.

(63) Cf. *O Arch. Port.*, ii, págs. 10-11, viii, págs. 51-52, 137-138 e 141, e mapa entre as págs. 52 e 53, xii, pág. 207 e mapa entre as págs. 216 e 217, xxii, pág. 168, e xxiv, pág. 236; *Cetóbriga*, n.^o 4, pág. 7; v. ainda L. de Vasconcelos, *O Arch. Port.*, ni, pág. 5, nota 1^y e *De Campolide a Melrose*. Lisboa, 1915, pág. 30. Os restos, lusitano-romanos do Museu Etnológico atribuídos à Rotura, podem ser dessa região.

(64) Por exemplo, Arronches Junqueiro que achou em Alferrar um pedaço de *sigillata* e duas moedas, uma das quais de Constantino I, que adiante cito no texto. Cf. *O Arch. Port.*, vii, pág. 146, e vm, pág. 52; *Cetóbriga*, n.^o 4, pág. 7.

(65) Mais tarde, em 1926, Marques da Costa modificou a sua posição, considerando só como «possível» a localização de Cetóbriga em Alferrar, e não fazendo já a restrição de estar nesta área apenas a «Cetóbriga romana»: «... concluímos que essa identificação fica reduzida a uma conjectura apenas possível, mas sem provas.» (cf. *Cetóbriga*, n.^o 4, pág. 7); «Em consequência do que fica dito, só podemos... admitir a identificação de Cetóbriga a Alferrar, apenas como possível,...» (cf. *Id.*, n.^o 5, pág. 7).

Que a área em causa foi habitada até tarde — pelo menos até o início do v século —, provam-no as moedas de Constantino I e Teodósio I, uma «fibula romana do séc. iv» e um fragmento de *sigillata* pós-tetrárquica, decorada com palmas, existente no Museu Etnológico e que é talvez daí (66).

A registar ainda nesta região alguns topónimos árabes: Alferrar, Algoeia, etc. (67), que, demonstrando a ocupação nos tempos hispano-muçulmanos, tornam muito provável, pelo que disse no cap. I do presente artigo, a presença do Homem na época «visigótica» (68).

Do exposto, resulta que, se se viesse a encontrar no castro da Rotura algum espólio nitidamente sidérico (69), a hipótese da locali-

(66) Este e outros fragmentos de *sigillata* também são atribuídos, no Museu referido, à Rotura. Porém, Marques da Costa, in *Cetóbriga*, n.º 4, pág. 7, diz: «Também aí (*em Alferrar*) temos encontrado muitos fragmentos da mesma louça (*terra sigillata*)V. ainda L. de Vasconcelos, *De Campolide...*, pág. 30.

Para se avaliar em que medida chegou misturado ao Museu Etnológico o espólio de Marques da Costa, basta dizer que nele estavam incluídos como sendo de Setúbal ou da Arrábida, alguns fragmentos de cerâmica numantina do estilo m, que esse arqueólogo obteve talvez por permuta. Sobre as peças que M. da Costa tinha provenientes de Numância, v. *O Arch. Port.*, xx, pág. 130, nota 1.

(67) O vocábulo *Nena* que designa a quinta citada no texto, apesar da aparência, não deve ter origem árabe. Filia-se talvez na alcunha de um seu proprietário (note-se que se diz «quinta do Nena»). Sobre *nena*, v. L. de Vasconcelos, *De Campolide...*, pág. 44; *O Arch. Port.*, xxii, pág. 31; etc.

(68) Marques da Costa fala de objectos «post-romanos» em Alferrar mas não os descreve nem dá a seu respeito qualquer outra indicação (cf. *Cetóbriga*, n.º 4, Pág. 7).

(69) No n.º 4 da *Cetóbriga*, pág. 7, Marques da Costa, ao discutir a já referida hipótese de Cetóbriga = Alferrar, considera do Ferro, umas contas policromas de pasta vítrea encontradas, não no monte da Rotura, mas em Alferrar, o que, só por si, lhes tiraria o interesse para a hipótese de trabalho que estou expondo. Todavia, devo acrescentar que essas contas têm grande probabilidade de ser modernas, talvez do séc. xvi. Aliás, Marques da Costa já falara bastante delas *n'O Arch. Port.*, xv, pág. 69, nota 1, considerando-as, então, de possível origem «ultramarina» e dizendo que as encontrara e obtivera não em Alferrar mas no convento de Brancanes e na vizinha quinta dos Meses (ou *Mezes?*), onde serviam de ornamento a duas fontes e a uma cascata. V. também a este respeito, Leite de Vasconcelos, *De Campolide...*, págs. 22-23.

Não creio oportuno tratar agora destes objectos tão misteriosos; apenas chamo a atenção de quem as queira estudar a fundo, para este facto que suponho do maior interesse: eles têm sido recolhidos em regiões onde estiveram portugueses nos sécs. xv e xvi.

zação de Cetóbriga na região da Rotura-Alferrar adquiriria grande consistência: o povoado céltico primitivo no alto e, na planície, a *urbs* lusitano-romana, projectando um dos seus tentáculos para o Sado. Uma hipótese aliciante que, afinal, nada mais é do que a de Marques da Costa modificada (70).

IV — CHIBANES

A propósito deste castro, também até o momento apenas prospectado (71), escrevi, em Junho deste ano, o seguinte: «Sabemos que algumas objecções pertinentes se podem apresentar contra a identificação mas parece-nos que, entre todas as estações actualmente conhecidas nos arredores de Setúbal, é Chibanes a que maior número de condições reúne para ser a misteriosa Cetóbriga dos escritores clássicos. Estas palavras não significam, contudo, que não consideremos fecunda hipótese de trabalho a identificação da cidade ou povoado céltico e lusitano-romano com o conjunto arqueológico Rotura-Alferrar». {12}.

Aceitei, assim, como a mais provável, a hipótese expressa por Marques da Costa em 1926, no n.º 5 da *Cetóbriga*, onde escrevia: «...somos levados a admitir que o local do alto de Chibanes reúne para a sua identificação a «Cetóbriga» mais condições favoráveis do que qualquer outro, onde aparecem ruínas romanas.» e «...só podemos, em face das exigências filológicas e das provas archeológicas, admitir a identificação de Cetóbriga a Alferrar, apenas como possível e a Chibanes não só como possível, mas até provável.» (73).

A minha posição, ao redigir estas linhas, continua a mesma e dificilmente, sem novos documentos, poderá modificar-se. Chibanes tem a seu favor, em primeiro lugar, as condições topográficas: ocupa um dos pontos mais elevados da serra do Louro, não sendo fácil de expugnar pelo lado sueste (74). Uma muralha que existiu pelo lado

(70) Refiro-me à por ele expressa em 1903.

(71) Visitei-o em 1957 e este ano e verifiquei que, talvez ainda mais do que a Rotura, está cheio de material.

(72) Cf. *ob. cit.*

(73) Cf. pág. 7. V. também o passo da mesma rev. adiante transcrito na nota 1 da pág. 26 deste estudo.

(74) V. planta e corte transversal, in *O Arch. Port.*, xv, figs. 436 e 437, a seguir à pág. 82.

noroeste (75), tornou-o uma verdadeira *briga*. Contudo, os seus habitantes, certamente pouco numerosos (76), deixariam de causar apreensões às autoridades romanas, se a referida muralha fosse destruída, pois então o castro ficaria acessível. Daí não haver necessidade de, para garantir a paz do território adjacente, trazer os íncolas para as regiões mais baixas. É este um ponto a reter. Mas outros argumentos apoiam a hipótese Cetóbriga = Chibanes: Marques da Costa recolheu — ou recolheram para ele — farto material sidérico, o que prova, sem qualquer dúvida possível, a sua ocupação durante o domínio céltico (77). Que essa ocupação se manteve nos primeiros séculos do período lusitano-romano, demonstra-o todo um conjunto de artefactos do mesmo período, entre eles um médio bronze de Cláudio (41-54) (78). Escreve Marques da Costa: «Sob o domínio romano ainda o castro de Chibanes chegou a ser habitado, pelo menos até o sec. i depois de Christo, como o prova claramente a moeda ahi achada do imperador Claudio.»(79). E mais adiante: «... o que parece indicar que o castro não foi habitado até o fim do longo periodo da dominação romana na Peninsula.» (80). Estas palavras são cautelosas mas nem por isso delas e do contexto ressalta menos que o autor considerava como o artefacto mais moderno que encontrou em Chibanes, o aludido numisma. Não se apercebeu de que, entre o espólio por ele mesmo obtido e estudado no vol. XV d'O *Arch. Port.*, havia, pelo menos, uma peça 300 anos mais tardia: o fragmento cerâmico a que me referirei a seguir.

(75) Cf. *O Arch. Port.*, xv, pág. 55.

(76) Com uma forma semi-elipsoidal, o castro teria tido uns 300 metros de eixo maior (cf. *O Arch. Port.*, xv, fig. 436), e uma área de uns 8.000 metros quadrados, que poucas almas poderia albergar.

(77) Cf. *O Arch. Port.*, xi, pág. 42, xiii, págs. 279-282, e xv, págs. 56 e segs.; *Cetóbriga*, n.º 5, pág. 7, onde se lê: «Seria portanto tal castro parcialmente contemporaneo do dominio dos Celtas, que bem poderiam ter aplicado áquela altura fortificada o nome céltico de «Cetóbriga»; nome que tambem os Romanos conservaram,...». Sobre a ocupação pré-sidérica do castro, v. *O Arch. Port.*, xi, págs. 42, 44 e segs., xm, pág. 279, e xv, pág. 55; e *Cetóbriga*, n.º 5, pág. 7.

(78) Cf. *O Arch. Port.*, xv, pág. 76; *Cetóbriga*, n.º 5, pág. 7. Sobre a ocupação romana e seus vestígios, v. *O Arch. Port.*, xi, pág. 42; xm, págs. 42, 44 e 279, e xv, págs. 57 e segs.; *Cetóbriga*, n.º 5, pág. 7; L. de Vasconcelos, *De Campolide...*, pág. 30.

(79) Cf. *O Arch. Port.*, xv, pág. 82. V. também *Cetóbriga*, n.º 5, pág. 7.

(80) Cf. *O Arch. Port.*, id., id.

A hipótese de Marques da Costa acerca da época em que o castro teria sido ermado, mereceu a aceitação de Castelo Branco (81).

Um exame minucioso da referida Coleção Marques da Costa, acompanhado de atenta consulta dos seus trabalhos publicados, permitiu-me obter o suficiente para admitir, embora como simples hipótese, uma ocupação de Chibanes ainda no séc. iv e, conseqüentemente, superar, se bem que em parte, urna das dificuldades levantadas por Castelo Branco contra a identificação de Cetóbriga com Chibanes. Refiro-me a um característico fragmento de *sigillata* pós-tetrárquica {terra *sigillata* clara C) atribuído, no Museu Etnológico, ao castro em questão e *realmente* descrito e representado pelo próprio Marques da Costa no vol. XV d' *O Arch. Port.*, pág. 61 e fig. 11-459. Apenas este arqueólogo, ao que me parece, considerou-o da Idade do Ferro, não reparando que a sua decoração estampilhada, o tipo de pasta, etc., o colocavam no século indicado (82).

(81) Na coleção «Marques da Costa» do Museu Etnológico, existem vários fragmentos decorados de *terra sigillata* — alguns talvez do séc. II d.C. — que têm o número de catálogo 20.629. No respectivo verbete, declara-se que os mesmos são de Chibanes e indica-se, como referência bibliográfica, o artigo de Marques da Costa contido no vol. xv de *O Arch. Port.*, pág. 62. Quem o redigiu não notou que, logo na página seguinte, este autor fazia uma afirmação que praticamente invalidava a atribuição contida no verbete: «Nenhum dos restos d'esta fina louça,... tem marcas figulinas ou ornamentos que indiquem positivamente a sua proveniência fabril.» (itálicos meus). O advérbio de modo tem, sem dúvida, um valor restritivo. Porém, não podemos admitir que Marques da Costa que, no trabalho citado, apresentou um longo rosário de gravuras de peças de Chibanes, algumas das quais de beleza e interesse secundários, passasse em claro uns exemplares tão belos como os fragmentos em causa e não se lhes referisse no texto, como o fez com o modesto pedaço de *sigillata* pós-tetrárquica de que adiante me ocupo.

A acrescentar ao passo transcrito acima, uma importante apostila manuscrita do próprio Marques da Costa a um exemplar da separata do seu estudo sobre Chibanes publicado no *Arch. Port.*: «... conquanto alguns fragmentos achados em Chibanes se assemelhem à *terra sigilata (sic)*,... é certo que nenhum desses fragmentos tem figuras em relevo.» (cf. José Marques da Costa, *O Setubalense*, de 29 de Junho de 1957).

Pelas razões apontadas, penso que todos esses pedaços de *sigillata* decorada devem provir, não desse castro, mas da Tróia, de Alcácer do Sal ou talvez até de Alferrar (v. nota n.º 66).

(82) Estão também atribuídas, no Museu Etnológico (armários 169 e 182) ao castro de Chibanes, muitas moedas romanas dos sécs. III e IV, mas, sobretudo, deste último, e cunhadas, tanto quanto me foi possível observar, pelos imperadores

Pelas considerações feitas no cap. I do presente artigo, concluo que à hipótese de Cetóbriga = Chibanes apenas se fica a opor verdadeiramente a circunstância de, excepção feita do fragmento citado, não ter sido encontrado até agora material atribuível com segurança ao Baixo-Império e ao período «visigótico», o que, dadas as graves objecções que se podem levantar a todas as outras, torna esta a hipótese mais aceitável no estado actual do problema.

III

Referir-me-ei, para terminar, a uma hipótese a que poderíamos chamar sincrética, segundo a qual Cetóbriga teve, primeiro, o assentamento em Chibanes, passando depois para a Tróia. O seu autor, ainda F. Castelo Branco, inspirado em Marques da Costa (83), procurou com ela superar as dificuldades com que lutavam todas as hipóteses anteriormente aventuradas (84). Essas dificuldades são já do conhecimento do leitor, de modo que passo a apontá-las só resumidamente e sem comentários:

- 1) Ausência de material sidérico na Tróia;
- 2) Ausência de lusitano-romano tardio e lusitano-germânico em Chibanes;
- 3) Grande distância de Chibanes ao Sado.

Trata-se de uma hipótese sem dúvida engenhosa mas que me parece de relativa fragilidade, e, sobretudo, considerando a série de pontos focados anteriormente, desnecessária. Custa de facto a crer que um povoado inteiro desse um salto de 6 kms. e, ainda não satisfeito com isso, fosse transpor depois um rio de 3 kms. de largura e assentar arraiais na outra margem e *sempre conservando o seu nome de*

Carino, Constantino I, um dos Constantes, Valente (?), Graciano (?) e Teodósio I. Todavia, as razões que me levaram a duvidar da proveniência dos fragmentos de *sigillata* atrás citados, obrigam-me a pôr também em dúvida a destes numismas.

(83) Cf. *O Arch. Port.*, xv, pág. 82. Escreve o velho arqueólogo: «A maior parte, porém, da população do castro seria attrahida para o importante centro de commercio e industria que... se tinha desenvolvido em Troia,...».

(84) Foi apresentada na referida comunicação ao I Congresso Nacional de Arqueologia. Como não me foi possível assistir à leitura da mesma, baseio-me num resumo verbal que o seu autor teve a gentileza de me fazer.

origem. Que os habitantes de Chibanes, atraídos por salários elevados ou por outros motivos, abandonassem o castro e fossem viver para a Tróia, parece-me muito plausível; que, inclusivamente, Chibanes decaísse devido ao desenvolvimento dessa cidade, como pensou Marques da Costa (85), também o aceito; mas tudo isto é diferente duma migração em massa feita de uma só vez!

Querendo optar por hipóteses deste tipo, teríamos então uma mais simples: a da descida de Cetóbriga do alto da serra do Louro para a zona de Alferrar, onde há tanto material contemporâneo do da Tróia e que dista de Chibanes apenas 3 a 4 kms. (86).

Não julgo, todavia, por todas as considerações feitas, que seja, pelo menos por agora, necessário recorrer a estes sincretismos. Só depois de se ter invalidado, sem remissão, as hipóteses mais simples, será legítimo propor as de tipo sincrético, mais complexas e forçadas. Que se admita que Cetóbriga ou, melhor, o seu centro tenha efectuado, lentamente, pequenas migrações que se arrastaram durante séculos, considero-o aceitável, porque estaríamos em presença de um fenómeno muito corrente, verificável em quase todas as cidades que tiveram ou têm tido uma vida longa. Mas aventurar hipóteses de saltos bruscos de vários quilómetros, parece-me demasiada ousadia.

Eis o que creio ser o estado actual do problema da localização de Cetóbriga. Escavações sistemáticas, ou até, quem sabe, um achado casual, poderão de um momento para o outro esclarecer definitivamente esta questão, sem dúvida apaixonante.

Lisboa, Dezembro de 1958.

FERNANDO BANDEIRA FERREIRA

Bolseiro do Instituto de Alta Cultura

(85) V. nota n.º 25.

(86) Também Marques da Costa admitia, já em 1910, a descida dos habitantes de Chibanes para a área de Alferrar e até para a margem norte do Sado: «Parte do seu povo (*de Chibanes*) espalhar-se-hia pelas villas rusticas romanas, de que restam vestígios nos fertes campos dos arredores de Setúbal, ou pelos muitos estabelecimentos industriaes, que havia nas margens do Sado, para salga e exportação de peixe e molluscos.» (cf. *O Arch. Port.*, xv, pág. 82). Na altura em que escreveu estas linhas, ainda não defendia a hipótese de Cetóbriga = Chibanes; só o faria .16 anos mais tarde.

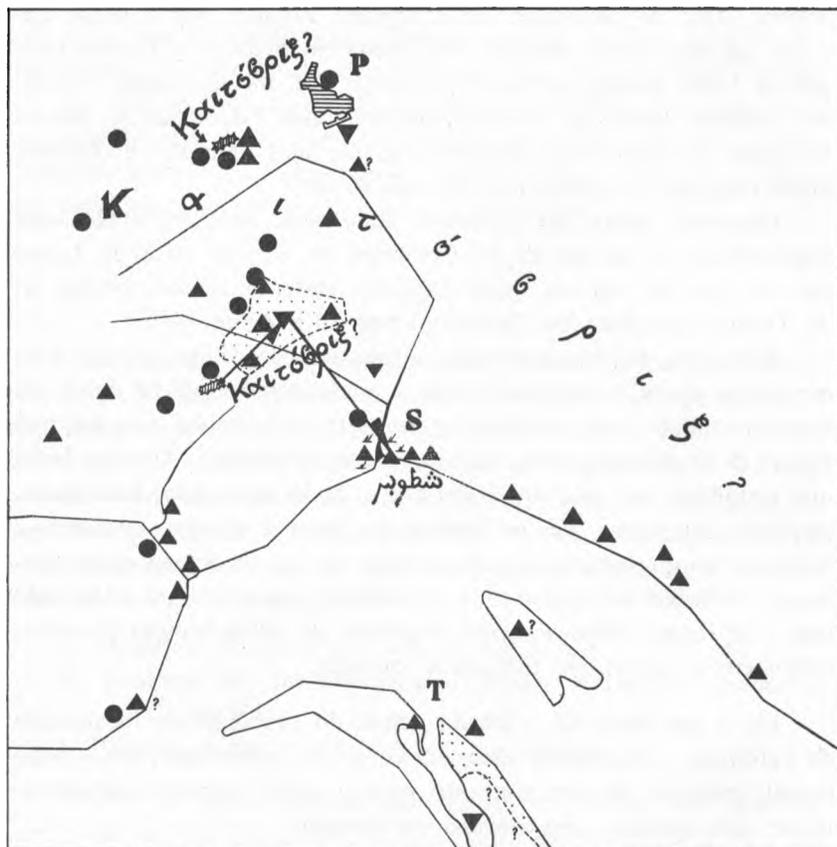


FIG. 1 — Esboço cartográfico do estuário do Sado.

LEGENDA:

A ponteedo (a NW de Setúbal) — zona arqueológica de Alferrar

Círculo — Neo-Calcolítico ou Calcolítico Pleno

Rectângulos tracejados verticalmente — castros

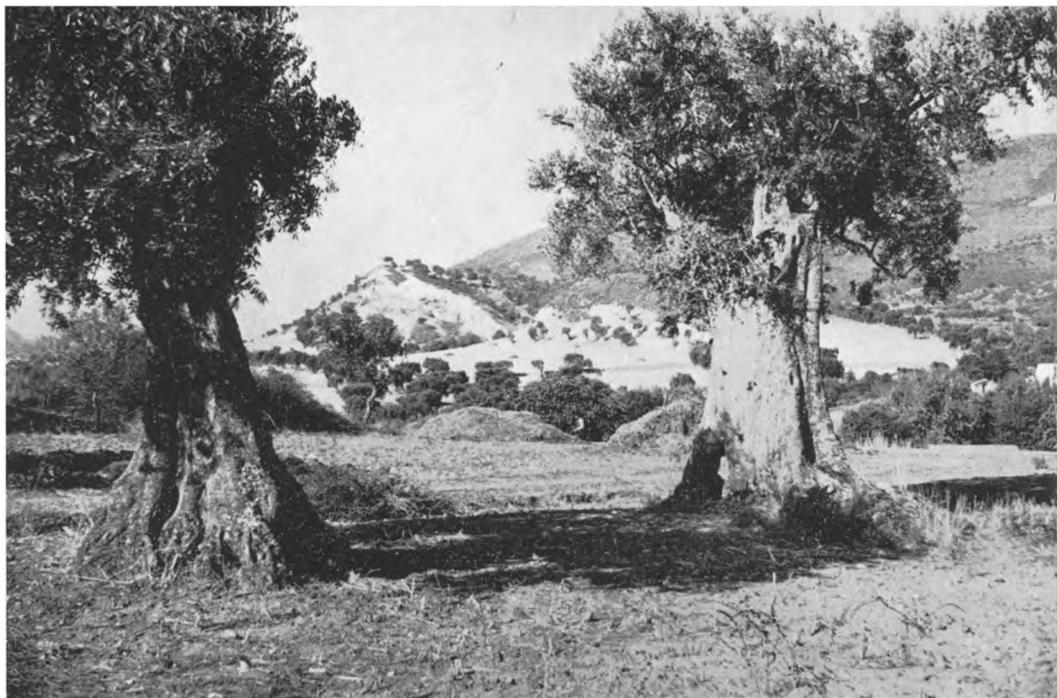
Triângulo com vértice para cima — Lusitano-Romano

Triângulo com vértice para baixo — Lusitano-Muçulmano

P = Palmeia; S = Setúbal; T = Tróia.



FIG. 2 — Serra e castelo de Palmeia. Fotografia tirada de Chibanes ou seja de W. para E. A quinta da Beselga fica na encosta à direita.



FIGS. 3 e 4 — Aspectos do castro da Rotura, obtidos respectivamente da Vinha Grande e da lombada do Casalinho.

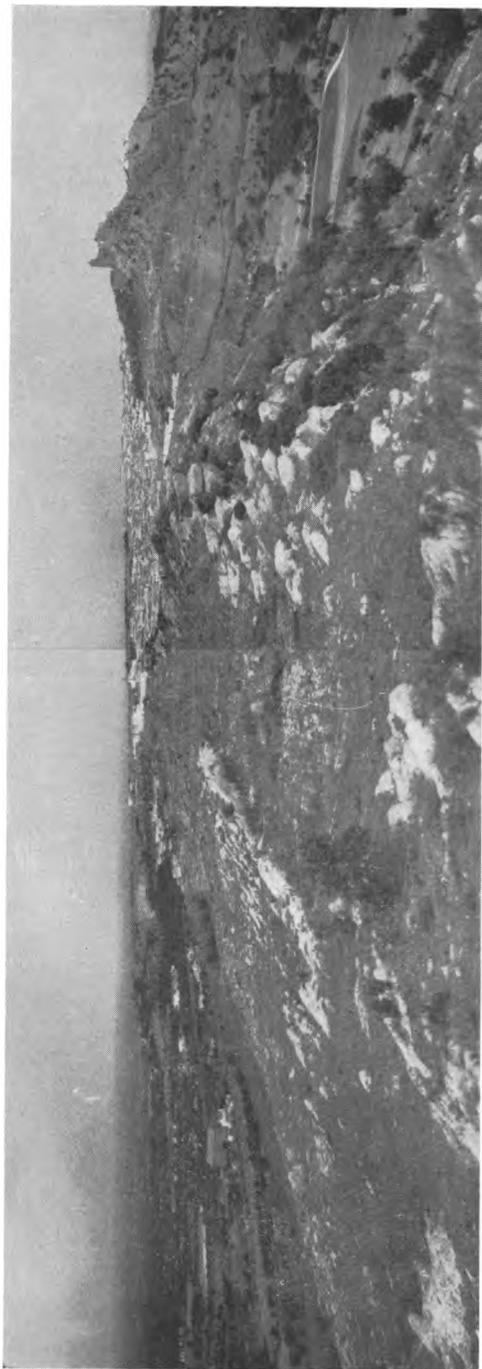


FIG. 5 — Castro de Chibanes. Fotografia de W. para E. Note-se à direita o precipício sobre o vale dos Barris. Ao fundo, a vila e o castelo de Palmela.



FIG. 6 — Castro de Chibanes. Fot. tirada de E. para W.



FIG. 7 — Idem. Idem. No último plano, o marco geodésico do Anjo.



FIG. 8 — Fragmentos de cerâmica pós-tetrárquica. O da direita, em baixo, é o de Chibanes a que me refiro no texto. Os outros provêm da camada IV-A da fábrica de salga de peixe presentemente em exumação na Tróia.

PEDRAS VISIGODAS DE ABIUL

Por amável informação do nosso estimado amigo, Dr. Bairrão Oleiro, soubemos existirem duas pedras com labores visigodos na Igreja Matriz de Abiul. Fomos imediatamente estudá-las e das observações feitas damos uma breve notícia.

Quem seguir pela estrada que vai de Pombal a Ancião, cerca de dez quilómetros andados encontrará á direita um pequeno desvio que o levará rápidamente a Abiul.

É uma aldeia curiosa, cheia de restos de maior grandeza: palácios em ruínas, como o dos Duques de Aveiro, onde se mantém ainda de pé um imponente pórtico manuelino (fig. 1) com colunas torsas a enquadrá-lo e a continuarem para cima, a engrinaldar o arco, de volta perfeita; restos de uma capela do séc. xvii, mais além restos de outros velhos solares; nas ruínas da igreja da Misericórdia, aproveitadas em parte para residência paroquial, conserva-se o púlpito, com a data de 1616; aventais decorados que pertenceram a casas antigas, enfeitam agora outras; os restos duma coluna torcida e que foi do pelourinho do tempo de D. Manuel quando, em 1515, a vila recebeu novo foral; uma inscrição em uma pedra encastoadá num muro leva a data «E 1539»; na praça onde se realizava a feira, há os restos de um forno que depois de estar aceso durante dois dias via entrar nele um homem, confessado e sacramentado, com um cravo na boca e levando enorme fogaça para cozer, recordação duma promessa feita em tempo de peste.

A comemorar a temeridade, uma inscrição no local, em letras do séc. XVIII resa assim:

RVBUM QVEM VIDERAT
 MOISÉS, INCOMBVSTVS
 CONSERVATA, AGNOVI
 MVS.TVAM.LAVDABI
 LEM. VIRGINITATEM
 DEI GENITRIS INTERCE
 DE PRO NOBIS.ANDE 1718

A igreja matriz é bastante grande; colocada no alto da povoação não apresenta, vista de longe, qualquer pormenor com interesse histórico ou arqueológico que possa ser atribuído ao passado longínquo. No entanto as portas laterais, observadas de perto, mostram ombreiras do séc. XVI e, a servir de vergas, duas pedras visigodas; dentro da igreja, na abóbada do altar mor e no altar de N. S. do Rosário, há restos bem visíveis da grande reconstrução operada no séc. XVI, com o auxílio do Rei, do Duque de Aveiro e do Povo.

As pedras visigodas — Como dissemos, fazem de vergas às portas laterais N. (fig. 2) e S. (fig. 3) duas pedras com labores visigodos. Esculpidas em calcáreo da região mostram desenhos de inspiração idêntica nos pormenores, mas com ligeiras diferenças na execução. Devem ter pertencido ao mesmo edifício, pois as dimensões permitem essa hipótese. Assim:

	pedra do lado N.	pedra do lado S.
comprimento	1.95 m.	1.85 m.
altura	0.50 m.	0.50 m.
espessura	0.25 m.	... 0.22 m.

A diferença no comprimento pode ser atribuída, pelo menos em parte, a ter sido amputada a extremidade do topo direito da pedra do lado Sul.

A ornamentação de ambas é constituída por cinco quadros formados por rectângulos e quadrados: nos rectângulos há duas rosetas sobrepostas, nos quadrados uma cruz patada com cachos de uvas nos cantos.

As rosetas são de seis pétalas, inscritas em um círculo; os espaços livres, quando são preenchidos, são-no por desenhos geométricos simples, como a ponta de uma folha.

As cruces, já o dissemos, estão dentro de quadrados. Os braços estão cheios por meias esferas dispostas em filas regulares da periferia para o centro; não houve a preocupação de inscrever o mesmo número de meias esferas em cada braço da cruz. Igual facto se verifica com os cachos que se desprendem dos braços das cruces e mais, numas o cacho sai do meio de um dos lados do braço, outras vezes saem dois cachos, mas um de cada lado. Neste caso há um dos outros três braços da cruz que não tem cacho. Por outra parte, das extremidades dos braços sai uma voluta para um e outro lado, com formas que não são exactamente as mesmas em todas, ora mais compridas, ora em parte rectas, etc.

Finalmente, os espaços livres entre os braços têm, além do cacho destes pendente, outro que sai da moldura do quadrado, um por cada ângulo.

O centro da cruz é um círculo com outro incluso; no espaço entre os dois, novamente as meias esferas aparecem a preenchê-lo.

A decoração é, no seu conjunto, bastante curiosa. A forma da cruz, com as pontas continuadas por uma voluta para cada lado, lembra a cruz do fecho do arco da porta da galilé em S. João de Banhos, igreja datada do séc. vn (Schlunk, *Ars Hispaniae*, fig. 21, pág. 274); mas nesta, os braços da cruz estão cheios por uma palmeta, enquanto os de Abiul mostram meias esferas. Também aparecem estas volutas junto a «temas bárbaros com significado cristão» (J. Pijoan, *Summa Artis*, vol. viu, pág. 11) fig. 10, n.º 1, e noutras vê-se a cruz reverdescendo com folhas dispostas uma a uma em cada canto dos braços (idem, n.º 3). Uma das cruces que maiores semelhanças mostra com as de Abiul é a do Museu de Arles (arte merovíngia): os mesmos braços da cruz cheios de meias esferas, volutas em cada uma das extremidades, o espaço cheio por motivo vegetalista em dois cantos, mas nos outros dois o alfa e o ómega (J. Pijoan, *op. cit.*, fig. 247). Os cachos com aspecto idêntico aos de Abiul aparecem com frequência na arte visigoda, por ex. em S. Pedro da Nave (Zamora), quer desprendendo-se de uma haste de videira, quer a preencher o espaço vazio (Schlunk, *op. cit.*, pág. 298, fig. 315).

É curiosa esta abundância de cachos sem folhas ao contrário do que é costume ver-se, isto é, alternância de uns com outras. Teriam perdido o significado da videira, para só ficar parte do ornato com ela obtido?

A técnica provincial destas pedras é a mesma que vemos nalgumas aparecidas nas escavações de Conímbriga, isto é, relativamente perto de Abiul; o desenho é também rude e isto está conforme com a área a que as peças pertencem.

Seriam as vergas originariamente de Abiul, de qualquer igreja que por lá tenha existido? Conhecemos pouco, a história da aldeia. No tempo de D. Afonso Henriques foi-lhe dado foral (1167): teve pois, nesse tempo, uma certa importância, mas do que se passara antes, nada sabemos.

As proximidades de Conímbriga, cerca de quarenta quilómetros, podem fazer suspeitar terem as pedras sido levadas dali; no entanto, a distância não é tão curta que se possa afoitamente, por essa hipótese e por isso vamos mais pela origem local das pedras de Abiul.

D. FERNANDO DE ALMEIDA

FIG. 1 — Portal manuelino do palácio dos Duques de Aveiro.



FIG. 2 — Verga da porta Sul da Igreja Matriz.



FIG. 3 — Verga da porta Norte da Igreja Matriz.

(Página deixada propositadamente em branco)

A CRATERA DE MILREU *

Em 1950, quando preparávamos o estudo sobre o retrato de Galienus encontrado nas ruínas romanas de Milreu e actualmente no Museu Regional de Lagos, procurámos documentar-nos sobre outros materiais da mesma proveniência e, entre eles, particularmente sobre o belo vaso jaspoide cuja fotografia fora publicada pelo Doutor Virgílio Correia em 1928. (1)

Essa peça que, a avaliar pela fotografia, parecia ser única no país, estava na posse dos herdeiros do importante industrial algarvio Júdice Fialho. A eles nos dirigimos solicitando uma documentação fotográfica mais pormenorizada e autorização para estudarmos e, eventualmente, publicarmos a peça em questão.

Do exame das fotografias que então nos foram enviadas parecia depreender-se que se tratava de um vaso dos chamados *neo-áticos* do século I a. C., do tipo de alguns exemplares famosos que enriquecem certas importantes colecções de escultura e que conhecíamos através de reproduções. (Figs. 1-4).

Não quizemos prosseguir o estudo sem termos tido uma oportunidade de examinar directa e detidamente a peça, o que aconteceu em Junho desse mesmo ano graças à amabilidade, várias vezes manifestada, com que fomos atendidos pelos proprietários do vaso.

De mármore branco muito fino, quase transparente, a cratera mede 0,58 m. de altura e tem de diâmetro, na boca, 0,45 m. Compõe-se de três partes que encaixam umas nas outras. Entre a parte superior e a zona central, com figuras, parecia ter sido intercalada uma tampa ligada ao resto do vaso por grampos de ferro.

* Comunicação apresentada ao I Congresso Nacional de Arqueologia, Lisboa, Dezembro de 1958.

(1) Vergilio Correia, «O Domínio Romano» in *História de Portugal*, edição monumental dirigida pelo Prof. Damião Peres, vol. I, p. 287.

O bordo superior tem uma decoração de pérolas, óvulos e folhas lanceoladas; segue-se uma faixa decorada com ramos de vide e cachos de uvas; e vem depois a zona central com um conjunto de nove figuras. No friso inferior vemos folhas de acanto e outros elementos fitomórficos, além de quatro cabeças de velhos, agrupadas duas a duas, servindo de suportes para as asas (já desaparecidas mas que encaixariam em espigões metálicos de que restam vestígios), e, finalmente, uma série de pérolas, folhas e óvulos. A base do pé é completamente lisa, apenas com uma pequena gola a meia altura.

As figuras medem entre 0,15 e 0,16 m., com excepção da divindade sobre o altar (0,09 m.) e da que está sentada no chão (0,065 m.). Entre as várias figuras distinguem-se dois vasos, um machado, uma balista e uma caixa. Na parte superior são visíveis algumas linhas de fractura, já consolidadas. O único fragmento restaurado destaca-se nitidamente, até por se ter utilizado um material diferente. (Fig. 3).

Segundo nos informaram, para substituir um pedaço que faltava à faixa do centro, um canteiro local copiou uma das restantes figuras, numa placa de mármore, que depois foi inserida na falha existente (Cf. com a fig. 2).

Procurámos recolher o que se sabia sobre as condições exactas em que o achado se verificara, mas os seus proprietários não conheciam pormenores.

Dos elementos que anteriormente havíamos recolhido, a referência mais explícita era a do cónego J. M. Pereira Botto num artigo publicado em 1896 no *Archeologo Português* (2), e no qual, a propósito de uma pequena cabeça de mármore encontrada nas ruínas de Milreu, escrevia: «...Não é um assombro escultural, como o revelado na subtilíssima cinzeladura, que ostenta o assunto venatorio ou sacrificial do formoso *crater* oriundo da mesma procedência, vaso marmoreo de subido merecimento em posse do Sr. Paulo Cumano d'esta cidade...»

E, como se vê, esta referência é pobre de indicações úteis! Da posse do sr. Paulo Cumano deve ter a cratera passado directamente à do industrial Júdice Fialho (a quem julgamos que estava ligado por laços de parentesco), depois à dos herdeiros deste e, finalmente, à do

(2) «Progressos do Museu Lapidar de Faro» in *O Archeologo Português*, vol. II, 1896, pp. 296-298.

Museu Arqueológico de Faro onde, segundo cremos, actualmente se encontra.

A ela se referiram modernamente os Drs. Mário de Lyster Franco (3) Aarão de Lacerda (4) e o autor desta comunicação (5).

Mas, embora tenha sido sempre considerada como uma peça de alto valor, o caso é que ninguém lhe dedicou trabalho de vulto e que nunca se passou da referência breve.

Supomos que isso se deve, principalmente, a dois factores: a falta de exame directo, que a poucos teria sido possível; e a falta de elementos de estudo, principalmente de paralelos para comparação.

Quando a vimos houve duas coisas que nos chocaram, embora não conhecessemos peças idênticas senão por fotografias e desenhos, e foram elas: a circunstância do pé ser liso na base, e de o vaso se apresentar dividido em três partes, que se não podiam justificar como resultantes de fracturas.

Por termos essas dúvidas e por desejarmos conhecer melhor materiais do mesmo tipo, resolvemos aguardar uma oportunidade para terminarmos o estudo apenas iniciado. Dessa precaução algo de bom resultou, e apontamos o caso à consideração dos que começam a interessar-se por estes problemas e sentem dificuldades em os deixar amadurecer.

Foi em 1953, quando estagiámos em Itália como bolsheiro do Instituto de Alta Cultura, que tivemos a possibilidade de terminar o trabalho iniciado três anos antes. Os resultados obtidos, sinceramente o confessamos, estavam bem longe de corresponder ao que inicialmente julgáramos ir encontrar.

Depois de observarmos os vasos neo-áticos dos Museus de Roma e de Nápoles, e de tomarmos contacto com obras em que esses e outros eram estudados, logo se verificou que entre eles e o exemplar da colec-

(3) *As ruínas romanas do Miireu e os últimos trabalhos nelas realizados*, Lisboa, 1943, última página.

(4) *História da Arte em Portugal*, I, p. 100.

(5) «Escultura romana em Portugal. I — O retrato do Imperador Galieno do Museu Regional de Lagos», in *Brotéria*, vol. L, fase. 3, Março de 1950, p. 290. Nas breves palavras, que então lhe dedicámos, escritas antes do exame directo, considerávamos o vaso de Milreu «peça única em toda a Península e que merecia, por si só, um detalhado estudo científico». Foi desse estudo detalhado que resultou esta comunicação.

ção Fialho havia diferenças sensíveis e estranhas. Eram elas as seguintes: em primeiro lugar, tratava-se de peças com dimensões consideravelmente maiores (6); em segundo lugar eram compostos apenas por duas partes — o pé e o cálice; em terceiro lugar, o pé era sempre canelado e suportado por uma base quadrada; em quarto lugar, o trabalho escultórico, se bem que fino, era mais seco e não tão *adocicado* e *amaneirado* (permitam-se as expressões) como no exemplar de Milreu. Acrescentemos ainda que a qualidade do material não era a mesma.

Também havíamos verificado, pelas fotografias, que parecia existir um estreito paralelismo entre o vaso de Milreu e a famosa cratera da Galleria Uffizi, peça neo-ática de grandes dimensões, geralmente conhecida como *Vaso Mediceo* (Figs. 5-6).

O exame directo permitiu-nos constatar, uma vez mais, as diferenças atrás apontadas e, principalmente, que a cratera de Milreu era uma cópia reduzida e algo modificada do extraordinário exemplar de Florença.

Composto por duas peças (pé e cálice), o pé apresentava-se canelado, ao contrário do que sucede no vaso de Milreu, o que ainda poderia, talvez, explicar-se pela possibilidade de se tratar de uma parte completada em tempos mais recentes. Mas mais estranhas e difíceis de aceitar eram as modificações na zona central do cálice, onde se dispõem as figuras.

Abra-se aqui um parêntesis para fazer referência às diversas explicações propostas para a cena figurada: sacrificio de Ifigénia; Céfalos perante o Areópago de Atenas: Ajax, ofensor de Cassandra, julgado pelos chefes gregos; consulta de Agamémnon ao oráculo de Delfos sobre os resultados da empresa de Troia (7).

Segundo a interpretação de Hauser-Picard (consulta ao oráculo de Delfos) as figuras representadas no *Vaso Mediceo* seriam (da esquerda

(6) O vaso Borghese, por ex., mede 171,5 cm. de altura.

(7) Vejam-se: Friedrich Hauser, *Die Neu-Attischen Reliefs*, Stuttgart, 1889, pp. 75-78; idem: «Ein neues Fragment des Mediceischen Kraters» in *Jahreshefte des österreichischen Archäologischen Institutes in Wien*, XVI, 1913, pp. 33-57; o artigo de Svoronos in *Journal inter, arch, num.*, XVI, 1914, pp. 213-254; Salomon Reinach, *Répertoire de Reliefs Grecs et Romains*, III, 1912, p. 24, 3; Ch. Picard, «Le cratère Medieis et la consultation d'Agamemnon à Delphes» in *Bulletin van de Vereeniging tot Befordering der Kennis van de Antieke Beschaving*, 24/26 (1949/51), 46-51; A. Garcia y Bellido, *Arte Romano*, Madrid, 1955, p. 185.

para a direita na estampa que reproduzimos do artigo de Hauser): Ulisses, os dois Ajax, Menelau, Apolo e a Pitia, Aquiles, Agamémnon (Fig. 7).

Na cratera de Milreu as figuras são exactamente as mesmas que vemos na peça da *Galleria degli Uffizi*, com excepção da que foi restaurada imitando uma das outras, isto é, Ulisses foi substituído por uma cópia de Agamémnon.

No desenho que reproduzimos do artigo de Hauser estão assinalados os vários pontos em que a cratera Medieis foi restaurada e a forma como o foi. Comparando-o com as fotografias da peça portuguesa não pode deixar de considerar-se estranha, e suspeita, a circunstância de aparecerem na cratera de Milreu alguns detalhes que foram completados pelos restauradores.

Por outro lado, há curiosas faltas em relação ao vaso de Florença que nos parecem apenas explicáveis por distrações do copista. Na cratera dos Uffizi as três personagens que se identificam como sendo Menelau, Aquiles e Agamémnon têm cruzada sobre o peito a correa de suspensão das espadas (Aquiles ajeita-a mesmo no ombro) (Fig. 5), ao passo que na peça portuguesa as espadas se agarram ao corpo, não se sabe bem como, e o gesto de Aquiles deixa de ter sentido (Fig. 1). Também se não compreende a razão porque a base em que Agamémnon apoia o pé direito tem, no vaso de Milreu, uma série de entalhes que não aparecem no florentino (Fig. 2).

Neste, Menelau e Agamémnon apoiam-se em varas (Fig. 7), ao passo que no exemplar algarvio o marido de Clitemenestra empunha na mão esquerda um rolo que não tem qualquer sentido e transforma um gesto natural numa posição forçada e sem significado (Fig. 2).

Mas, se tudo isto não bastasse já para tornar muito suspeita a peça portuguesa, que dizer então de uma série de objectos que nele vemos entre vários personagens, e de que no vaso Medieis nem sequer se encontra sinal: dois vasos, uma balista, um machado e uma caixa? (Figs. 1-4).

Presenças já de si estranhas mas ainda agravadas pelo facto de, neste tipo de vasos, serem raras as representações de utensílios isolados.

Convencidos já de que o vaso de Milreu não tinha o valor que geralmente se lhe atribuía (e que também lhe havíamos atribuído), e que se tratava de uma cópia reduzida e muito mais tardia, as dúvidas

sobre a autenticidade da peça desapareceram quando encontrámos no *Museo Nazionale* de Florença (Sala dos Bronzes, n.º 2382) uma placa rectangular de bonze (75 X 25 cm.) com a representação planificada da cena figurada no Vaso Medieis, e em que se notavam as mesmas diferenças em relação ao original que encontráramos na cratera portuguesa, como pode apreciar-se na fotografia que reproduzimos (Fig. 8).

Essa placa ostentava a seguinte tabela: «Ignoto toscano. Sec. xvii. 11 sacrificio dTfigenia. Copia del Vaso Mediceo».

Da conjugação de todos estes elementos julgamos poder concluir-se que, efectivamente, a cratera de Milreu é uma versão tardia e alterada do Vaso Medieis, possivelmente da mesma época da placa (época em que são frequentes as cópias de modelos clássicos), e produto de qualquer oficina florentina, como as que ainda existem ao longo das margens do Arno.

Ainda tentámos averiguar se nos registos de algumas delas figuraria a indicação de ter sido exportada para Portugal qualquer cópia do Vaso Medieis, mas nada foi possível saber.

Em condições que provocámos, um grupo de arqueólogos espanhóis teve oportunidade de examinar directamente o vaso de Milreu, e a opinião que emitiram estava de acordo com as conclusões a que havíamos chegado.

Não julgamos, no entanto, que possa falar-se de falsificação, uma vez que a peça não deve ter sido executada como tal, o que de resto acontece às que ainda hoje se fazem em Florença.

O que não podemos garantir é que em Portugal alguém tenha agido sem ser de boa fé, embora nos inclinemos para a hipótese de uma confusão de lugares.

Se é possível que, intencionalmente, alguém tenha querido fazer acreditar que o vaso fora achado em Milreu, também nos parece natural que o problema tenha uma outra explicação.

Muito perto das ruínas de Milreu, em Estoi, existe um belo palácio setecentista que foi do Visconde de Estoi. Nele figuram estatuetas e vasos ornamentais de gosto clássico, assim como mosaicos parietais que dizem ter sido feitos com fragmentos de outros recolhidos nas ruínas.

Teria o vaso sido importado de Itália para esse palácio e, em determinado momento, esquecida a sua história verdadeira, passado a ser considerado como proveniente da estação romana de Milreu?

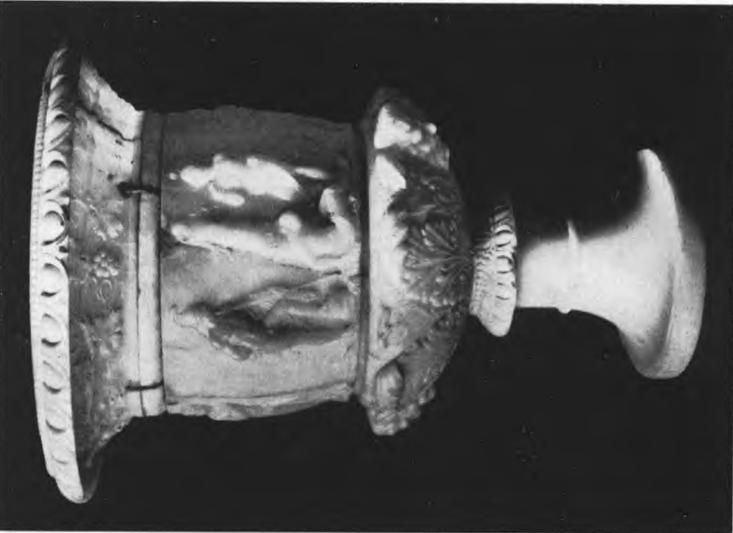


Fig. 1 — Cratera de Milreu
(Foto Cinema — Faro)



Fig. 2 — Cratera de Milreu
(Foto Cinema — Faro)



Fig. 3 — Cratera de Milreu

(Foto Cinema — Faro)



Fig. 4 — Cratera de Milreu

(Foto Cinema — Faro)



Fig. 5 — *Vaso Mediceo*, *Uffizi*, Florença

(Foto Alinari)



Fig. 6 — *Vaso Mediceo*, Uffizi, Florença

(Foto Alinari)

(Página deixada propositadamente em branco)

Outra hipótese é ainda possível. O primeiro proprietário conhecido pertencia a uma família de origem italiana. Teria qualquer dos seus antepassados sido o portador da peça? Com o correr dos tempos podia ter-se perdido o conhecimento da origem exacta, e atribuído uma outra, hipotética, que depois se radicou.

Pode ser que ainda surjam elementos que esclareçam de vez o assunto. Oxalá que assim suceda!

J. M. BAIRRÃO OLEIRO

P. S. — Aos trabalhos referidos na nota 7 deve acrescentar-se um recente estudo do Prof. Charles Picard, de que só tivemos conhecimento quando este artigo estava já composto: «Fragment d'un cratère type «Médicis», trouvé dans les eaux du Rhone» in *Revue Archéologique*, 1959 — tome II, Juillet-Septembre, pp. 120-124.

(Página deixada propositadamente em branco)

NECRÓPOLE PRÉ-HISTÓRICA DA ATALAIA

ALDEIA DOS PALHEIROS — OURIQUE

O achado da necrópole de que vamos aqui tratar ocorreu no decurso das investigações efectuadas nos arredores do castro de Nossa Senhora da Cola, estação arqueológica muito importante cuja exploração, graças ao subsídio concedido pela Fundação Calouste Gulbenkian e ao patrocínio do Centro de Estudos de Etnologia Peninsular, nos está confiada desde 1958.

A estação situa-se na herdade da Atalaia, dois quilómetros, em linha recta, a norte do castro, estendendo-se para poente, desde a margem da ribeira dos Carriços até, pelo menos, o ponto culminante da herdade, junto ao «monte», o qual cimo, apesar de ser a Atalaia propriamente dita, não tem pirâmide geodésica de qualquer classe.

O fundo Barranco dos Carriços vai desaguar no do Marchicão, tributário da Ribeira de Odemira (Rio Mira), dando-se a junção uns 1.650 metros a sul do referido «monte» e 160 a NNW do castro de Nossa Senhora da Cola.

Geologicamente, a região acha-se no Carbónico inferior (Culm), de xistos e grauvaques. Os filões quartzíticos são raros e delgados. Não assim as massas de grauvaque, as quais, além de numerosas, são quase sempre muito possantes.

Do ponto de vista arqueológico, esta área baixo alentejana, que se enquadra na da antiga comarca do Campo de Ourique, hoje correspondente aos concelhos de Castro Verde, Almodovar, Ourique e parte do de Aljustrel, conta, além do castro de Nossa Senhora da Cola, de

que se ocuparam André de Resende (1), D. Frei Manuel do Cenáculo (2) e José Leite de Vasconcelos (3):

- a)** Uma série de castros (povoações e outros pontos fortificados) mais ou menos ao longo das ribeiras de Grandãos, Cobres e Odemira (4);
- b)** Sepulturas (cistas de tipo argárico) de Panoias(5);
- c)** Tanques de salga, de Panoias(6);
- d)** Monumentos dolménicos de Serro das Antas, Brejo, Rosmoineira, Quinta Nova, Montenegro, Labórela, Pedra de Anta, Monte Velho, Serro do Gatão, Serro das Pias, etc. (7);
- e)** Estação romana de Garvão (8);
- f)** Espetos de bronze (9);
- g)** Lápides com caracteres ibéricos (10);
- h)** Capacete de prata, de tipo céltico (11);

(1) *De Antiquitatibus Lusitaniae*, Évora, 1593.

(2) *Cuidados Literarios do Prelado de Beja em graça do seu bispado*, Lisboa, 1791; *Graças concedidas por Christo no Campo de Ourique, acontecidas em outros tempos, e repetidas no actual, conforme aos desenhos das suas idades*, Lisboa, 1813.

(3) *De terra em terra*, Vol. II, Lisboa, 1927; *O Archeologo Português*, vol. XXIX, Lisboa, 1933. De nossa autoria há um artigo: «Notas históricas, arqueológicas e etnográficas do Baixo Alentejo», in *Arquivo de Beja*, Vol. XV, Beja, 1958.

(4) Forte do Coito, Forte das Juntas, Forte Grande, Forte da Amendoeira, Forte da Ribeira, Cabeças de Rei, São Pedro das Cabeças, Nossa Senhora da Cola, Mesas dos Castelinhos, etc.

(5) J. L. de V., «Estudos sobre a época do bronze em Portugal — Cemitério de Panoias de Ourique» in *O Arch. Port.*, XIII, 302. Lisboa, 1908.

(6) J. L. de V., «Antigualhas», in *O Arch. Port.*, Vol. XIII, pg. 352.

(7) ABEL VIANA, OCTAVIO DA VEIGA FERREIRA e RUY FREIRE DE ANDRADE, «Monumentos megalíticos dos arredores de Ourique», in *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*, Tomo XXXVIII, Lisboa, 1957. No momento, acham-se em vias de publicação outros estudos, dos mesmos autores, sobre o mesmo assunto.

(8) J. L. de V., «Antigualhas», in *O Arch. Port.*, XIII, 351.

(9) ESTÁCIO DA VEIGA, *Antiguidades Monumentaes do Algarve*, IV, 196-200, Lisboa, 1891. ABEL VIANA, «Notas hist., arq. e etn.», in *Arq. de Beja*, XV, 1958, pgs. 42-45.

(10) Id. idem ESTÁCIO DA VEIGA, págs. 275-337.

(11) ABEL VIANA, «Notas históricas, arqueológicas e etnográficas», in *Arq. de Beja*, Vol. XV, págs. 20-21.

- i) Espada de bronze (12).
- l) Lajes sepulcrais com armas insculturadas (13).

E, por agora, não nos lembra notícia de outros achados.

Quando explorávamos o monumento dolménico do Barranco da Nora Velha (14), colhemos, de trabalhadores ali empregados, a informação de que em outros sítios em redor da Senhora da Cola havia mais «pedras empinadas» como as do monumento que estávamos explorando.

Seguindo na esteira das designações toponímicas e de tais esclarecimentos, empreendemos meticoloso reconhecimento do terreno em torno do santuário, principalmente nas Antas de Baixo e na Atalaia, sítios diametralmente opostos, do ponto de vista corográfico.

Ali nada mais vimos que restos de dois grandes dólmens totalmente destruídos pelos buscadores de tesouros, tenacíssimos maníacos em sonho permanente e em constante actividade aniquiladora, muito abundantes na região! Na Atalaia deparou-se-nos uma necrópole, ao parecer muito mais vasta que a porção agora por nós escavada. Eis sua descrição:

O terreno é levemente ondulado, embora, no conjunto, o desnivelamento entre o cerro da Atalaia e o fundo do barranco seja considerável. É uma sucessão de pequenos outeiros com encostas suaves, aqui e além salpicadas de estevas, onde os afloramentos rochosos e a acumulação de pedras soltas, impedindo o arroteamento, enseja a formação de pequenas moitas — «garrinhas de mato», segundo o linguajar dos locais.

(12) Id. idem., in *Arq. de Beja*, XIII, 1956, págs. 148-149.

(13) JOSÉ LEITE DE VASCONCELOS, «Estudos sobre a época do bronze em Portugal» in *O Arch. Port.*, Vols. XI (1906) e XIII (1908), págs. 179-189 e 300-313, respectivamente. ABEL VIANA e FERNANDO NUNES RIBEIRO, «Necrópoles argáricas de Santa Vitória» in *Arq. de Beja*, XIII, págs. 153-167.

(14) Temos em preparação o relato da exploração deste importante monumento situado junto do castro de N.^a S.^a da Cola, trabalho por nós efectuado durante a mesma campanha de 1959, no referido castro e na necrópole pré-histórica da Atalaia.

MONUMENTOS

É de preferência nestes lugares que facilmente se reconhecem umas pedras enterradas a prumo, assim como outras visivelmente alinhadas, todas elas não muito grandes. Umas revelam, com maior ou menor clareza, certo número de cistas, assim como delineiam traçados circulares que umas vezes se tangenciam outras se interceptam.

Quanto às cistas, mostramos na Fig. 4 a planta da meia dúzia que isoladamente escavamos e das quais, neste brevíssimo relato, apenas temos a dizer que nenhuma delas era totalmente formada por lajes; se é possível terem sido retiradas uma ou mais lajes das paredes de algumas, o que mais se afigura é a parede da sepultura ser formada pelo simples corte na rocha nativa.

Nas letras *e*, *g*, *i*, *j*, se mostram quatro covas abertas nos monumentos 2 e 8, uma delas com parte das paredes revestidas de pedras e as restantes abertas na rocha viva.

Elas, são, portanto, pequenas e de construção bastante imperfeita, sucedendo, até, apresentarem dois ou mais lados constituídos pelo simples corte na rocha.

Quase todas elas deram fragmentos de cerâmica lisa, e na que na Fig. 4 vai assinalada com a letra *a* encontramos o pequeno punhal ou ponta de lança, de cobre (ou bronze?) que mostramos na Fig. 7.

As interiormente revestidas de lajes, nos lados e às vezes também no fundo, são-no quase sempre por mais de uma laje em cada lado, muito desiguais no tamanho e desprovidas de qualquer afeiçoamento.

A maneira por que estas cistas se agrupam (n.ºs 4, 5 e 6) faz-nos crer na sua provável integração em monumentos da mesma espécie daqueles que passamos a descrever:

Monumento n.º 2 — (Fig. 1). Salienta-se aí um dispositivo de círculos dois dos quais se cortam, ligando-se a um terceiro duas filas de pedras, à semelhança do corredor de pequeno dólmen. Estas pedras que na planta figuramos a negro cheio, estão assentes de chapa sobre uma de suas faces mais largas. São de grauvaque e não mostram o mais leve sinal de corte, afeiçoamento ou regularização. Nem mesmo quando as pedras são encurvadas ao jeito do círculo de que fazem parte se registam nelas qualquer vestígio de trabalho humano.

Tanto dentro desses círculos como fora há numerosas covas abertas na rocha, como simples fossas de tamanho e feitio variáveis.

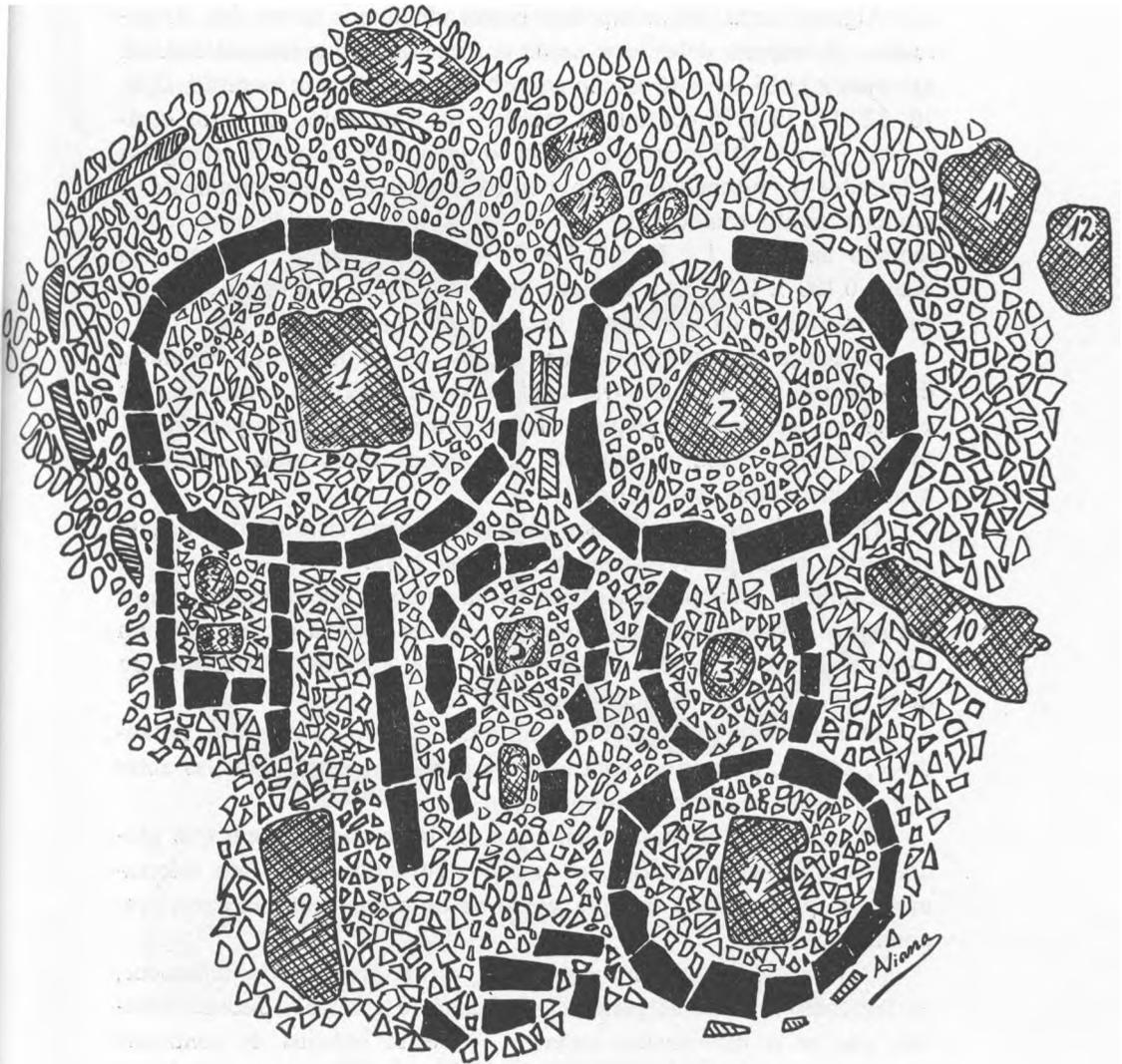


FIG. 1 — Planta do monumento n.º 2.

Obs. — Nas Figs. 1 e 3: as pedras marcadas a negro cheio estão assentes no solo sobre a face mais larga; em tracejado diagonal se indicam as lajes cravadas ao alto, quase sempre sobre o lado mais comprido; as manchas numeradas e preenchidas com linhas entrecruzadas representam lajes que tapam covachos funerários; o resto são pequenas pedras formando calçada.

Algumas achavam-se tapadas, parecendo nunca terem sido devassadas. A respeito delas cabe desde já dizer que no monumento n.º 2, as covas n.ºs 14, 15 e 16 já não conservavam a tampa, e as n.ºs 1, 7, 8, 10, 12, 14, 15 e 16 continham vasilhas ou fragmentos de vasos cerâmicos. A n.º 10 forneceu cerâmica ornada com faixas de triângulos delineados e preenchidos por pontos executados grosseiramente a ponteiro muito rombo (Fig. 5). A n.º 4 tinha o grande vaso representado nas Ests. I e II, n.ºs 1 e 5. (Altura: 0,142 m.; diâmetro na boca: 0,100 X 0,105 m.; diâmetro máximo: 0,170 X 0,185 m., visto o corte transverso da vasilha ser ligeiramente elíptico).

O espaço compreendido entre muros, ou alinhamentos circulares de pequenas pedras, e as covas ou fossas está calcetado com pequenas pedras, ou melhor, com pequenas lascas colocadas de ponta para baixo, formando um como pavimento. Em alguns sítios estas pedras são mais miúdas que em outros.

Dentro de um dos círculos há uma pequena cista de que restam as quatro lajes que revestem os lados da cova.

Também estas pequenas lajes, assim como as que cobriam a maior parte dos covachos, são de grauvaque, cor de ardósia escura, e foram todas colhidas no fundo do barranco — são «pedras de ribeira», no dizer dos homens daqueles lugares.

O *monumento n.º 8* (Fig. 3) é em tudo idêntico ao primeiro, notando-se, apenas, apresentar uma série de pequenas cistas paralelas entre si e contíguas segundo o comprimento.

De resto, há os mesmos circuitos de pequenas lajes em que predomina a forma prismática, os mesmos covachos, o mesmo calcetamento de pedra miúda, em que, como no do monumento anterior, prepondera o xisto.

Os achados aqui limitaram-se a vários fragmentos cerâmicos, pertencentes a vasos de paredes relativamente grossas. Sucede, todavia, que se o monumento anterior apresenta indícios de continuar para qualquer dos lados, aqui, tais indícios, evidentiíssimos, indicam estender-se tanto em torno da porção escavada que pode mesmo admitir-se que o monumento a seguir descrito, e que dele dista 30 metros, pertença ao mesmo conjunto.

Monumento n.º 7. Aqui se escavou unicamente a parte central do amontoado de pedras que se nos afigurou provir do desmantelamento de uma grande mamoa.

E foi por aqui o início das nossas escavações neste local. Aqui, porém, há dois grandes circuitos (Fig. 2) tanto ou quanto elipsoidais, separados por uma lousa com 2,76 m de comprimento, 0,60 m de lar-

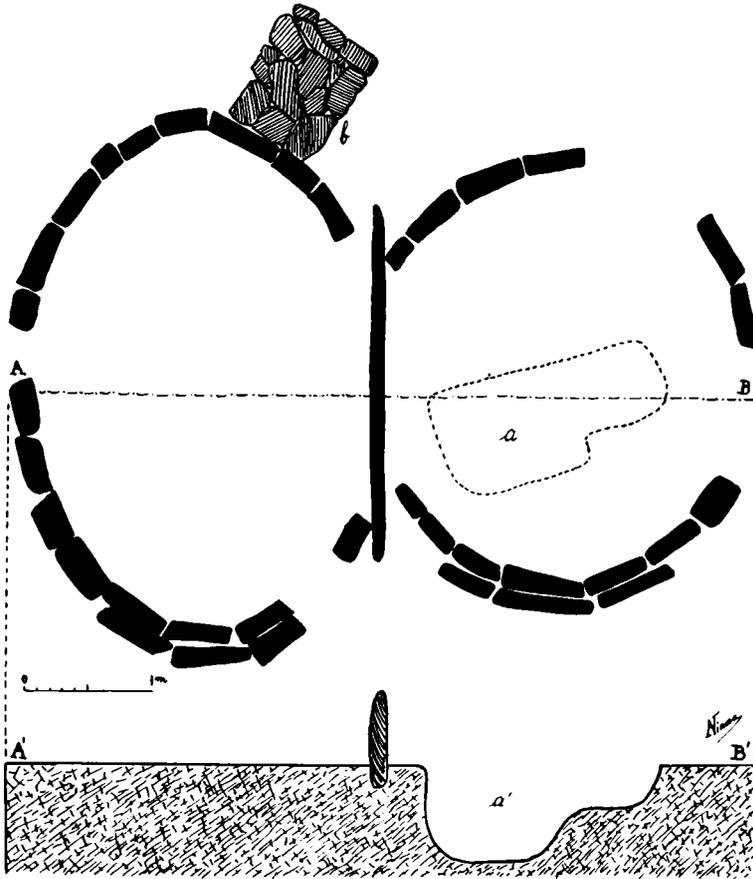


FIG. 2 — Planta do monumento n.º 7.

gura e 0,07 m de espessura, dimensões máximas actuais, porque a comprida pedra está com mutilações no bordo superior e nas pontas. De notar a relativa delgadez da laje.

Conforme se pode observar na planta, o monumento, em sua porção desenterrada, lembra duas câmaras sepulcrais de tipo almeriense,

separadas por uma «trave» isto é, por uma tampa vertical, constituída por uma só laje posta ao comprido, de cutelo.

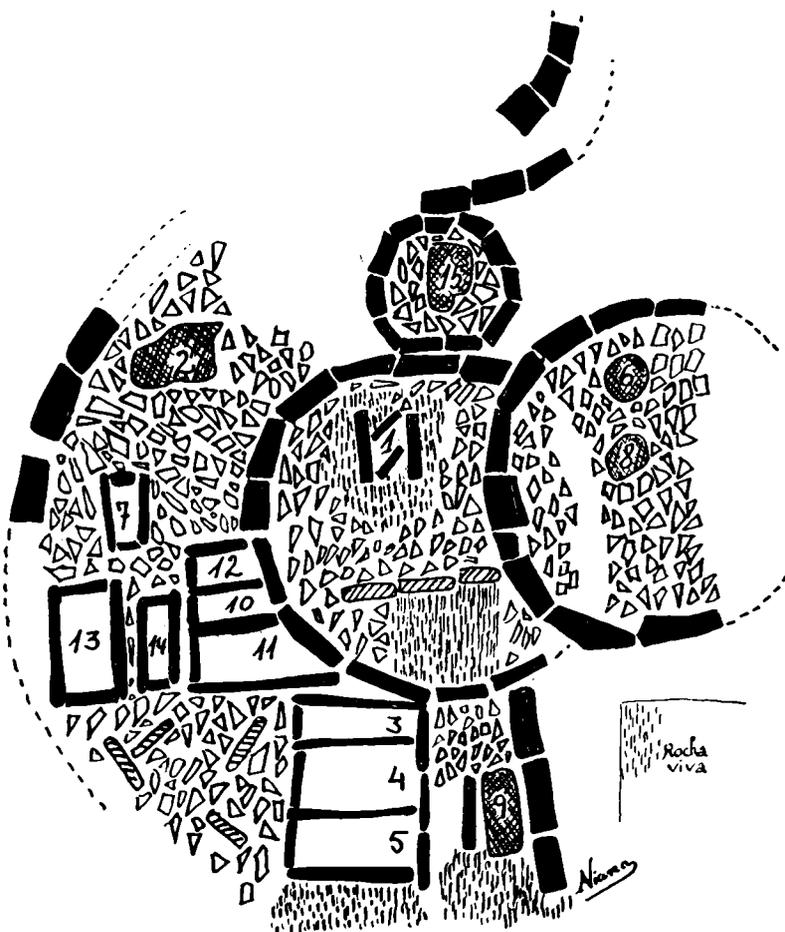


FIG. 3 — Planta do monumento n.º 8.

As paredes circulares eram feitas de pequenas lajes, como de alvenaria a seco, ou ligadas com terra amassada. De passo se diga que esta terra, tal como toda a que se vê dentro de cada um destes monumentos — e o mesmo se dirá a respeito dos monumentos dolmênicos

da região — parece trazida de outros locais, a menos que seja produto da lenta deposição de fina areia argilosa proveniente do próprio terreno — problema que ainda não vimos convenientemente estudado e aclarado.

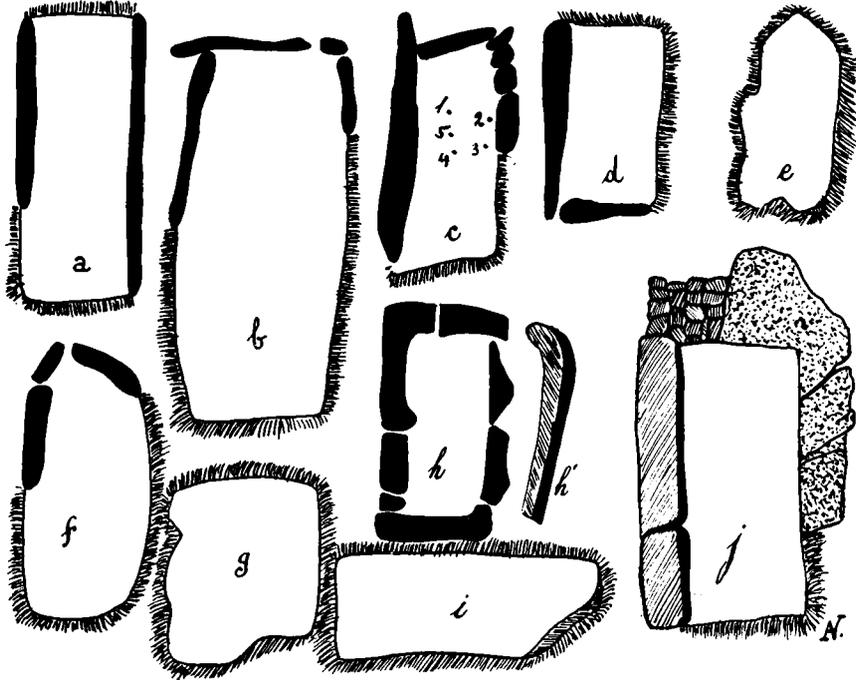


FIG. 4 — Planta das cistas n.ºs 1, 4, 5, 6, e 9 e de alguns covachos do monumento n.º 2.

Dentro de um dos círculos está uma fossa cujo feitio assinalamos na planta junta (Fig. 2, letra *a*). Não tinha lajes nas paredes nem no fundo; apenas uma, bastante grande, com 1,44 m de comprimento, 0,76 m de largo e 0,16 m de espessura, medidas máximas, lhe servia de tampa.

Contíguo ao outro círculo estava a pequena calçada, ou lajeado, indicado na Fig. 2, letra *b*.

Ao fundo da referida fossa, rente a um dos lados, achou-se a pequenina urna carenada cujo desenho damos na Fig. 6.

Repetimos: Tal como os dois anteriores, este terceiro monumento prolonga-se muito em roda, não nos parecendo impossível que, escavando convenientemente, se apure formar com o n.º 2 um só conjunto arquitectónico-tumular.

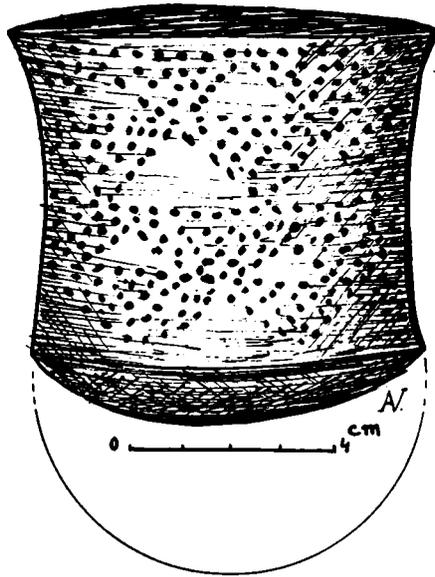


FIG. 5 — Vaso cerâmico da cova n.º 4 do Monumento n.º 2.

ESPÓLIO E CRONOLOGIA

Ainda que parcialmente escavados os monumentos, o espólio resultante pode considerar-se muito escasso. Ele, é, contudo, de sumo interesse e importancia.

Das vasilhas completas, ou quase, embora fragmentadas, e dos fragmentos de vasilhas que permitem ajuizar da forma dos exemplares a que pertenceram, se apura a presença de quatro vasilhas de fundo esferoidal e de aresta equatorial, ou carena. Mas os fragmentos recolhidos dispersamente revelam a existência de vasilhas com formato diferente, muito maiores, com paredes muito mais grossas e de pasta mais grosseira.

Alguns, de espessura mais reduzida e parece que pertencentes a recipientes menos volumosos que os da segunda espécie, são decorados conforme deixamos dito em sua descrição.

A pequena lâmina de punhal, ou pequena lança, foi o único objecto metálico cuja recolha logramos realizar. Apesar de na mesma cista não termos achado cerâmica, entendemos que a lâmina é contemporânea do material cerâmico recolhido nos outros monumentos.

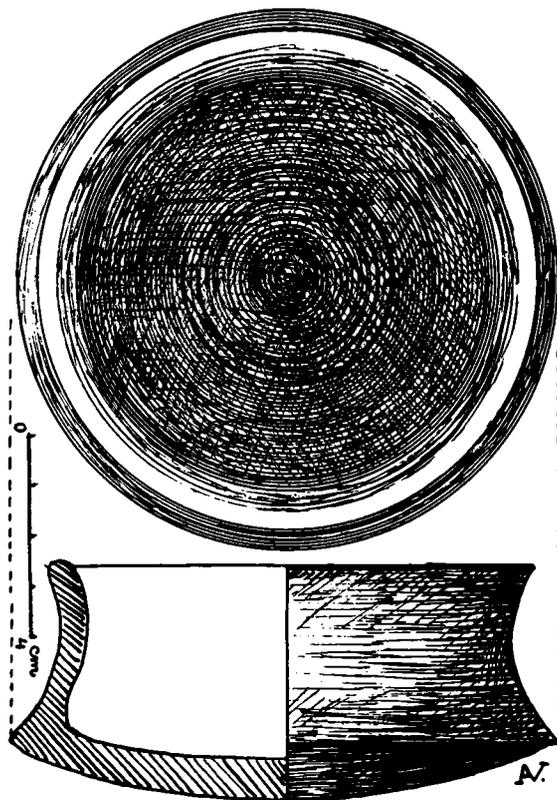


FIG. 6 — Vaso cerâmico do monumento n.º 7.

Outro problema se nos impõe à consideração: as cistas situadas fora dos conjuntos com alinhamentos circulares e superfícies calçadas serão da mesma época que estes últimos?

Julgamos que sim.

Estamos convictos de que novas investigações provarão que, em volta das cistas que aparentemente se nos mostram isoladas, existem restos mais ou menos patentes de sua ligação architectónica.

Será tudo, portanto, da mesma época, ou seja, da mesma fase cultural.

Tudo isto é feito de pedras colhidas, ou antes, escolhidas, pelos construtores destes monumentos funerários, entre as que se lhes depararam no fundo dos barrancos, conjugando umas com outras, segundo seus recortes naturais, por vezes muito invulgares e apropositados.



FIG. 7 — Arma de bronze da cista n.º 5.

A rudeza da construção casa-se com a da cerâmica, a qual, embora de pasta bastante fina, é mal cozida, talvez mesmo, em grande parte, somente seca ao calor da fogueira ou por exposição ao sol.

Algumas vasilhas, todavia, têm a superfície brunida, como as do tipo argárico descobertas em Santa Vitória e outros pontos do Baixo Alentejo.

Julgamos reconhecer nos dispositivos circulares, alguns dos quais teriam sido cobertos por falsas cúpulas e pequenas mamoadas, uma tradição dos monumentos da cultura almeriense.

O emprego de pequenas pedras e a presença da *trave* separadora das duas grandes câmaras circulares do monumento n.º 2 lembram certos monumentos daquela cultura, principalmente alguns de Los Millares e de Almizaraque.

As cistas, embora pequenas, diferem das de tipo argárico, abundantíssimas pelo Baixo Alentejo e Algarve — Moura, Santa Vitória, Alfarrobeira, Quintos, Mértola, Chão das Donas, Algôs, Caldas de Monchique, etc..

Num trabalho de José Leite de Vasconcelos, atrás citado, vê-se o desenho de um grupo de cinco pequenas cistas metido dentro de um círculo de lajedo, ou calçada de pequenas pedras, do qual se conservava uma parte. Isto foi observado em Panoias, neste mesmo concelho de Ourique (15). As cistas eram mais perfeitas que as da Atalaia, pois eram formadas por lajes, ou lousas, com o mesmo número e a mesma disposição que nas de tipo argárico. Infeliz-

(15) Vid. Nota 5. Observar os desenhos 3 e 4 de págs. 302 e 303 desse vol. XIII de *O Arch. Port.*.



Est. I — 1. Grande vasilha da Cova n.º 4 do Monumento n.º 2. 2. Fragmento cerâmico, de pequena vasilha decorada com pontos incisos, da Cova n.º 10, do Monumento n.º 2. 3 e 4 —As duas faces do punhal de cobre, ou ponta de pequena lança, da cista n.º 4



Est. II — 5. Outro aspecto do vaso cerâmico da Cova n.º 4, do Monumento n.º 2.
6 e 7 — Aspecto da Cova n.º 1 (no centro do Monumento n.º 2), no fim da limpeza superficial do terreno (n.º 7, Fot. de Bairrão Oleiro) e na segunda fase da mesma operação, antes do levantamento da laje que cobria a mesma cova (n.º 6, Fot. de A. Viana).

mente, nada mais forneceram que uns quantos fragmentos de cerâmica grosseira, um deles ornado com traços paralelos que perpendicularmente se cruzam.

Apesar desta diferença, temos a impressão de que esta pequena necrópole de Panoias, embora posterior aos monumentos da Atalaia, tem particular parentesco com estes.

O aspecto que os monumentos n.ºs 2 e 8 nos apresentam através dos desenhos reproduzidos nas Figs. 1 e 3, pode sugerir uma flagrante semelhança com certos monumentos de Inglaterra, da Cerdanha e de Maiorca, Creta, Malta, etc., mas estamos certos de que tal semelhança é apenas aparente, e que a mesma desaparece logo que, em vez de se compararem os desenhos, sobretudo as plantas, se observarem os próprios monumentos, directamente.

O n.º 7 da Atalaia representa, quanto a nós, uma sobrevivência do túmulo almeriense com câmara circular formada por parede de alvenaria miúda, com uma grande laje a tapar definitivamente a câmara mortuária. Os alinhamentos circulares de pequenas pedras, que dão ideia de alicerces de outras tantas câmaras circulares, estão, do mesmo modo, na sequência da mesma tradição cultural.

Por outro lado, as pequenas cistas e covas com cerâmica carenada e ornada de pontilhado parecem antecipar a adopção da cista de tipo argárico.

Partindo de tais suposições, chegamos à conclusão de que esta necrópole se poderá situar entre a época dos monumentos alcalarenses, de outros da mesma região de Ourique e de outros pontos do Baixo Alentejo, nomeadamente o n.º 1 do Monte Velho (Aldeia dos Palheiros), o de Malha Ferro (Panoias) e o do Barranco da Nora Velha (16), e as mais antigas cistas de tipo argárico, como os da Alçaria, Vagarosa e outros sítios das Caldas de Monchique (17), os da Alfarrobeira (con-

(16) Estão entregues para publicação os artigos respeitantes a estes monumentos.

(17) JOSÉ FORMOSINHO, OCTAVIO DA VEIGA FERREIRA e ABEL VIANA, «Estudos arqueológicos nas Caldas de Monchique», in *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, vol. XIV, Porto, 1953. ABEL VIANA, OCTAVIO DA VEIGA FERREIRA e JOSÉ FORMOSINHO, «Estudos arqueológicos nas Caldas de Monchique — Relance das explorações nas necrópoles da Idade do Bronze, do ano de 1937 ao de 1949», in *Trabalhos de Antrop. e Etn.*, XV, Porto, 1955.

celho de Beja), os de Mértola, etc., isto é, da época de transição entre o Eneolítico e o Bronze argárico (última fase do Bronze Mediterrânico e primeira do Bronze Atlântico): 1200-1900 a. C, segundo o esquema cronológico de Bosch Gimpera; cerca de 1100, segundo Santa-Olalla; 1500, segundo Martín Almagro; imediatamente antes de, 1200, segundo Pericot.

ABEL VIANA

NOTÍCIA SOBRE VASOS GREGOS EXISTENTES EM PORTUGAL

III.ª PARTE

É nosso intuito descrever e analisar aqui vasos pertencentes a três colecções: a antiga Colecção Real e duas outras particulares. Agradecemos a amabilidade com que nos foi facultado o respectivo acesso e a autorização para as fotografar ao Ex.mo Presidente do Conselho Administrativo da Fundação da Casa de Bragança, Sr. Dr. António Luís Gomes, e ao Conservador do Museu-Biblioteca do Paço Ducal de Vila Viçosa, Sr. Dr. João de Figueiredo, ao Ex.mo Director do Museu de Arte Contemporânea, o Pintor Sr. Eduardo Malta, e ao Ex.mo Sr. Leland H. Gilbert. A Sir John Beazley, meu Professor da especialidade na Universidade de Oxford, devo algumas preciosas indicações, nomeadamente a atribuição de autoria de alguns vasos, adiante especificados.

ANTIGA COLECÇÃO REAL

Em *Die antiken Bildwerke in Madrid*, Berlin, 1862, Anhang, pp. 328 *seqq.*, Emil Hiibner descreve as peças clássicas existentes no nosso País. Depois de uma breve referência à colecção do então Duque de Palmella, que não lhe foi possível ver, afirma, a p. 331:

Die Sammlung des Königs Dom Fernando (im Palast der Necessidades) enthält einige schöne aus Neapel stammende Vasen, welche der verstorbene König Dom Pedro V geschenkt erhalten hatte, ferner Silber-, Thon- und Glasgefässe aus Por-

tugal. Ich übergebe hier alle die bloss antiquarisch interessanten Stücken und verzeichne nur die mit Bildwerken versehenen. Die kleine Zahl bezieht sich auf die Reihenfolge der ausführlichen Beschreibung im *Bullettino*; die in Klammern bei den Vasen auf Jahns Tafel der Vasenform.

Uma vez que a descrição que se lhe segue se encontra em forma resumida, vejamos antes o que o autor disse no *Bullettino dell' Istituto di Corrispondenza Archeologica*, Roma, 1862, pp. 193-207, de que vamos transcrever as partes relativas ao nosso tema:

1. Tre piccoli vasetti ad un manico di forme eleganti, ma con semplici disegni di figure rosse su fondo nero. Sull' uno vi è una fanciulla seduta coi bracci stesi, come se fosse per giuocare, nel rovescio ve n'è un' altra simile in piedi.

8. Due vasi a fondo nero con figure rosse, di provenienza nolana, come sembra, e di stile bello, regalo d' un nunzio apostolico a S. M. L' uno, di circa 45 centimetri d'altezza (forma 53 della tavola di Jahn, *Münchener Vasensammlung*, 1854, 8.º) mostra sulla parte antica quattro figure in piedi, cioè dalla parte sinistra una donna vestita di chitone, senz' ale, voltata a d., stendendo con ambo le mani una tenia verso un giovane guerriero ignudo, voltato a s., che porta il pileo conico comune ai naviganti, la lancia nella d., e nella s. il grande scudo rotondo ornato di corona d'alloro. Segue una vittoria alata, a d., alzante nella d. un vaso nero ad un manico, onde versa il liquore in una patera, che tiene nella s., presentandola ad altro giovane ignudo voltato a s., dirimpetto a lei, e che sta col capo scoperto (i capelli cinge una benda), alzando colla d. l'elmo; nella s. tiene la lancia, la clamide gli pende sulle spalle. Sul rovescio vi sono quattro giovani inviluppati in mantelli. L'orlo superiore è ornato d'una serie d'animali, leoni, cinghiali, cigni, anch'essi figure nere su fondo rosso (1).

(1) Lapso evidente. O resumo alemão em *Die antiken Bildwerke in Madrid*, cit., diz «ebenfalls roth auf schwarz».

L'altro vaso della medesima forma e di stile somigliante, alto circa 50 centimetri, e sul diritto mostra puranche quattro figure, tiasoti, a ciò che pare, occupati in una funzione notturna. A s. una donna vestita di chitone con premura procede a d. ; porta nel braccio d. un trepiede con piatto per porvi sopra una torce. A d. procede pure un giovane ignudo, portante una torce nella d. e volgendo la testa addietro verso la donna, che segue, vestita di chitone, danzante ed alzando nella s. il tamburino, che gli cuopre la spalla; porta nella s. il tirso e volge la testa addietro verso la donna danzante. Sul rovescio si vedono tre giovani involuppati ed una donna. L'orlo superiore è ornato dei medesimi animali che quello del primo vaso, ma mostrano un'esecuzione meno elegante.

13. Vaso di terra cotta rossa, senza manichi, disgraziatamente frammentato, dimodoché manca quasi della metà, ornato di bassi rilievi della stessa perfezione di stile che quelli di Tarragona menzionati nel Bullettino di 1860, p. 168, ma d' argomento più raro. In mezzo vi si vede un'ara con sacrificio ardente; a s. di essa sta un sacerdote, ignudo di sopra; a d. una giovane vestita di chitone, più a s. dietro del sacerdote la statua d'una dea, che non saprei definire. Seguono ai due lati varie altre persone, alcune danneggiate, di modo chè la loro significazione resta incerta. Spero dall'insigne liberalità dell'augusto possessore di poter dar più tardi un disegno di quest'interessante monumentino che fu scoperto a *Alcácer do Sai*, l'antica *Salacia*.

A coleção constava, portanto, de dois *krateres* de colunas, três *lekythoi* e um vaso quebrado, sendo todos eles de figuras vermelhas.

Embora, após o falecimento do Rei D. Fernando, em 1886, a maior parte das suas coleções de arte fossem herdadas (2) por sua segunda mulher, a Condessa d'Edla, parece que os vasos gregos se conservaram no Palácio. Não conseguimos saber as vicissitudes por que passaram

(2) Sobre a celeuma levantada pelo facto no País, pode ler-se a vigorosa defesa escrita por Ramalho Ortigão, em *Farpas*, tomo III, Livraria Clássica Editora, Lisboa, 1944, pp. 160-166.

depois de 1910. A Fundação da Casa de Bragança possui actualmente apenas três pequenas peças, que em breve analisaremos. Estas não correspondem exactamente às descritas por Hübner, uma vez que são dois *lekythoi* e um *lebes gamikos*. Nenhum dos *lekythoi* tem uma mulher sentada, de um lado, e uma de pé, do outro. Talvez, no entanto, se tenha introduzido qualquer confusão nas notas tomadas pelo conhecido arqueólogo alemão e ele quisesse referir-se, de facto, a um dos *lekythoi* encontrados. O *lebes gamikos* poderá ter sido uma adição posterior. Sendo assim, concluiremos que falta ainda um *lekythos*, além dos dois *krateres* de colunas e do vaso quebrado que apareceu em Alcácer do Sal. Este último é um tanto enigmático, porquanto a descrição acima citada fá-lo parecer muito semelhante ao *krater* de sino do Museu Etnológico de Belém, que é da mesma proveniência, e, por outro lado, não consta que se tenham feito achados de cerâmica grega na antiga *Salacia* antes de 1874, ao passo que o relatório de Hübner é doze anos anterior a essa data (3).

Analisaremos seguidamente os três vasos, que se encontram num dos armários envidraçados da secção de Arqueologia, no rés-do-chão do Palácio Ducal de Vila Viçosa (Évora), sob a designação de «Colecção do Rei D. Luís».

Lekythoi aribalescos

Ambos os exemplares se encontraram com o colo e parte da asa quebrados; juntamente com eles, havia duas bocas de vasos na mesma escala, igualmente partidas. Foram posteriormente colados, mas não correctamente. As fotografias mostram-nos antes (Figs. 1 e 3) e depois (Figs. 2 e 4) do restauro.

- *Lekythos* aribalesco ático, de cerca de 400 a. C. (Figs. 1 e 2).
A boca do vaso não lhe pertence (talvez seja do outro *lekythos*).
Representa uma mulher sentada, com os braços estendidos,
no acto de preparar a lã para ser fiada. Usa um *chiton* com

(3) Filipe Simões in *O Instituto*, vol. XXIII, 1876, p. 192, apenas diz que «em várias épocas haviam aparecido nas cercanias desta vila moedas e outras antiguidades romanas que fizeram supor ser aquele o sítio da antiga Salacia, apesar de não haver perfeita concordância com o Itinerário de Antonino».

mangas e um *himation* em volta dos joelhos. O cabelo está apanhado atrás; de cada lado da cara, pende um caracol curto. Em frente a ela, no chão, um cesto para a lã. Por trás, decoração vegetal. Desenho grosseiro.

- *Lekythos* aribalesco italiota, do começo do séc. iv a. C. (Figs. 3 e 4). Representa uma cabeça de mulher ladeada de palmetas. Usa um *sakkos* na cabeça, tem nariz direito e lábio inferior recurvo. Um longo caracol de cabelo cai-lhe dos lados. Desenho fino.

Era frequente a representação de uma cabeça humana sem mais nada, na última fase dos vasos de figuras vermelhas áticos, campanienses, apúlios e etruscos, segundo o Prof. Beazley (4).

Lebes gamikos

É uma peça tardia, que, conforme dissemos acima, não foi mencionada por Hiibner, ao descrever a Colecção Real (Figs. 5 a 8).

Está no estilo chamado Italiota Antigo B (que corresponde à fase arcaica do Apúlio); pertence, portanto, ao segundo quartel do séc. iv a. C. Está quase completo, e conserva a tampa.

- A. (Figs. 5 e 6)

Uma mulher com um *himation* a envolver um *chiton* com mangas. Segura na mão direita uma grinalda e traz um colar. A cabeça está desenhada de perfil.

- B. (Fig. 7)

Jovem nu. Segura uma estrígil na mão direita e um *himation* no braço esquerdo. O corpo está igualmente desenhado a três quartos e a cabeça de perfil.

Ambas as figuras estão ladeadas por uma luxuriante decoração de palmetas, que continua por baixo das asas (Fig. 8). A tampa e a espalda têm uma decoração de raios. O lado vertical da tampa apresenta um motivo ondulado.

O Prof. A. D. Trendall, que viu fotografias deste vaso, considera-o

(4) *Etruscan Vase Painting*, Oxford University Press, 1947, p. 10.

como pertencente a um numeroso grupo, cujo estilo se aproxima do do Pintor de Truro (*Truro Painter*), o qual, por sua vez, é um dos muitos artistas que gravitam em volta do Pintor de Lecce (*Lecce Painter*), que decorou os vasos de Lecce 617, 623, 633, 641 (respectivamente *CV*, 2, est. 15,4 e 7; 12,4 e 13,6; 15,5 e 8; 14,1 e 15,1). Muitos desses vasos são *choes*, entre os quais dois (Van Hoorn, *Choes*, figs. 397 e 519) representam também, ainda segundo informações do Prof. A. D. Trendall, um jovem com uma estrígil.

COLECCÃO DO PINTOR SR. EDUARDO MALTA

Na sua coleção de arte particular, em Lisboa, possui o Sr. Eduardo Malta um *lekythos* ático de figuras negras, que adquiriu em Londres, na Galeria Sotheby, no leilão de 16 de Janeiro de 1956 (Figs. 9, 10 e 11). O catálogo data-o de c. 530 a. C.

Mas a forma do vaso, com longo colo e boca profunda, corpo alto e a adelgaçar, ângulo da espalda muito marcado, o desenho das figuras e as linhas de «incisão a fresco» (5) com três voltas, por baixo do quadro, são características da oficina do Pintor das Bruxas (*Beldam Painter*) (6), que, conseqüentemente, o colocam no segundo quartel do século v a. C. O *lekythos* é, portanto, em nosso entender, da Oficina do Pintor das Bruxas, embora não do próprio Pintor.

A lista dos *lekythoi* da mesma oficina encontra-se em C. H. Emilie Haspels, *Attic Black-Figured Lekythoi*, École Française d'Athènes, Paris, E. de Boccard Éditeur, 1936, vol. I, pp. 266-269; completada

(5) A técnica de execução destas linhas vem descrita em Prof. Haspels, *op. cit.*, vol. I, p. 171:

Below the scene — the chief mark of this workshop — two groups of two or three 'wet-incised' lines. To make these lines, the painter, after the black paint had been put on, placed the vase once more on the wheel, and turned it while holding a blunt tool against the vase. Often he did not succeed in making beginning and end meet, and then he simply spun on, so that instead of three rings we get a 'snake' with three turns, coiling round the vase. These lines were put on before clay and paint were fired and before they were quite dry, that is why I call them 'wet-incised'.

(6) O nome de *Beldam Painter* (Pintor das Bruxas) foi-lhe dado pelo Prof. Beazley, por causa do assunto do tão discutido *lekythos* de figuras negras de Atenas 1229 (*vide* Prof. Haspels, *op. cit.*, I, p. 170).

por Prof. Beazley, *Attic Black-Figure Vase-Painters*, Oxford University Press, 1956, pp. 586-587 e 709. Sobre as características do seu estilo, veja-se Prof. Haspels, *op. cit.*, pp. 171, 178, 185. A mesma obra trata da Oficina do Pintor das Bruxas, a pp. 170-191.

Um assunto muito semelhante figura num *lekythos* da mesma Oficina, que se encontra em Laon 37.903, mencionado por Prof. Beazley, *Attic Black-Figure Vase-Painters*, p. 709: Diónisos montado num burro, com um sátiro e uma ménade (7).

Aqui não é Diónisos, mas uma mulher, que monta um burro, precedida por uma ménade e seguida por um sátiro.

A ménade usa um *chiton* e tem uma pele de pantera pelos ombros. Leva um tirso, em posição horizontal, na mão direita, e segura uma serpente na esquerda. Está a olhar para trás, como que a ver se o animal avança. Por trás dela e da figura central vêem-se ramos. O sátiro está nu e tem barba comprida. Com a mão direita faz andar o burro; a esquerda está levantada, com dedos erguidos (8).

Usou-se o branco para o rosto, pescoço, braços e mãos da ménade e também para a boca do burro.

Por baixo do quadro, as características linhas de «incisão a fresco»; na espalda, uma decoração radial.

COLECÇÃO DO SR. LELAND H. GILBERT

Esta colecção particular, de Lisboa, consta de quatro vasos. Deses, três são de figuras vermelhas e fizeram parte, outrora, da colecção de Sir Francis Cook, Palácio de Monserrate, Sintra (Lisboa) (9).

(7) O assunto é vulgar. Veja-se, por exemplo, uma taça no Louvre F 133, publicada no *Journal of Hellenic Studies*, LXXV, 1955, est. XIII, 3, e um *lekythos* em Canterbury University College 2 (citado por Prof. A. D. Trendall in *Journal of Hellenic Studies*, LXXI, 1951, p. 184).

(8) É um pormenor característico. Cf. Prof. Haspels, *op. cit.*, vol. I, p. 172:

The figures have queer stunted hands with the thumbs sticking out in a purposeless way.

(9) A colecção constava de dez ou onze vasos, que foram leiloados há anos. Além dos três aqui estudados, só conseguimos localizar mais um, até agora (*vide* a nossa «Notícia sobre Vasos Gregos Existentes em Portugal—2.ª Parte», in *Humanitas*, XI, 1959, pp. 26-28 e est. 22 e 23).

Krater de colmas de figuras vermelhas

Krater de colunas ático, de figuras vermelhas, no chamado estilo arcaico livre, de cerca de 460 a. C.

A. (Fig. 12)

Paidotribes e um atleta vitorioso.

O ***paidotribes*** veste um ***himation*** que lhe envolve o corpo do lado direito e lhe cobre o braço esquerdo, do qual pende em fundas pregas; na mão direita, segura o bastão de forquilha, característico do seu ofício. Na cabeça, usa uma coroa de louros. O jovem, do lado direito, está nu, mas também coroadado. Pendentes dos braços, e atadas aos braços e pernas, tem as ***tainiai*** que o assinalam como vencedor (10).

B. (Fig. 13)

Jovem envolto no seu ***himation***, com um bastão na mão direita.

O desenho do pregueado é idêntico ao do pintor de uma ***pelike*** que se encontra actualmente no Fitzwilliam Museum de Cambridge (Tillyard, ***Hope Vases***, est. 12, 98) e de um ***krater*** de colunas agora em Nova Iorque, na Colecção Gallatin (Tillyard, ***Hope Vases***, est. 20, 127), ambos pelo Pintor dos Suínos (***Pig Painter***) (11). O Prof. Beazley, que viu fotografias do vaso que estamos a analisar, confirma a atribuição a este artista.

O Pintor dos Suínos (anteriormente designado por Pintor dos Baloços — ***Seesaw Painter***) é um amaneirado que continua o estilo de Míson(12). Até à data, foram-lhe atribuídos uns quarenta vasos, metade dos quais são ***krateres*** de colunas, forma que parece ter sido

(10) Há muitos vasos que as representam; por exemplo, a ánfora panatenaica pelo Pintor de Cleófrades (***Kleophrades Painter***) em Boston {*Journal of Hellenic Studies*, XXXVI, pp. 130-131; *VA.*, p. 42; Casket B, est. 5} (indicação do Prof. Beazley).

(11) Nome derivado dos dois suínos que figuram na ***pelike*** de Cambridge com Ulisses e Eumeu (cf. G. M. A. Richter, *Attic Red-Figured Vases*, New Haven, 1947, p. 96).

(12) Segundo Prof. Beazley, *Attic Red-Figure Vase-Painters*, Oxford, 1942, p. 370.

Fig. 2

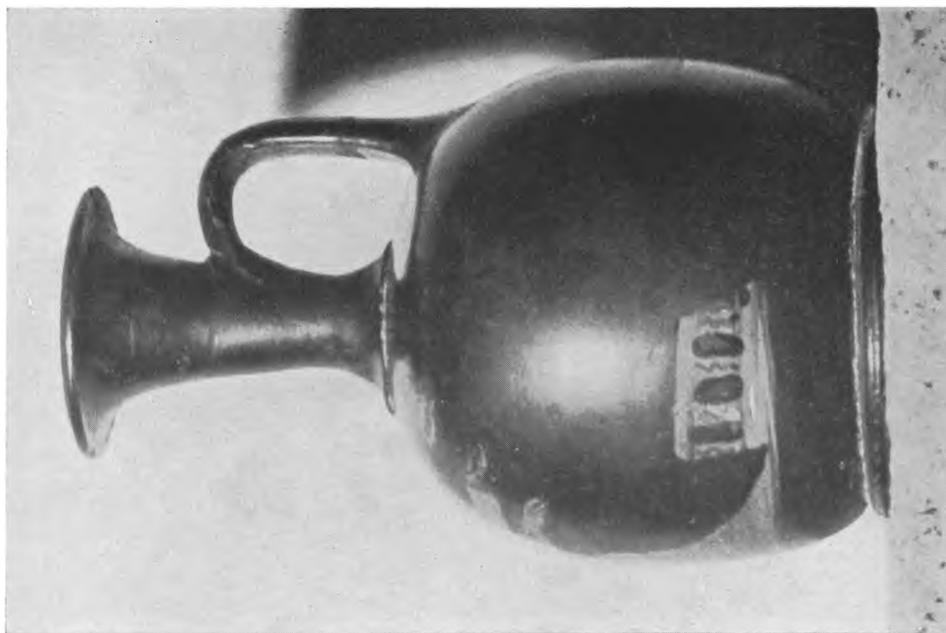
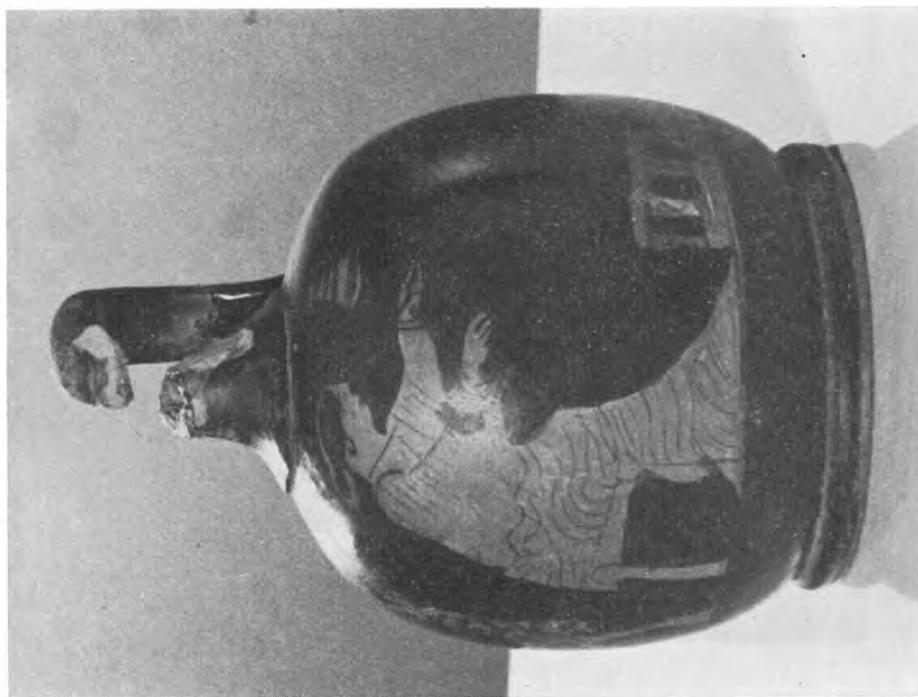


Fig. 1



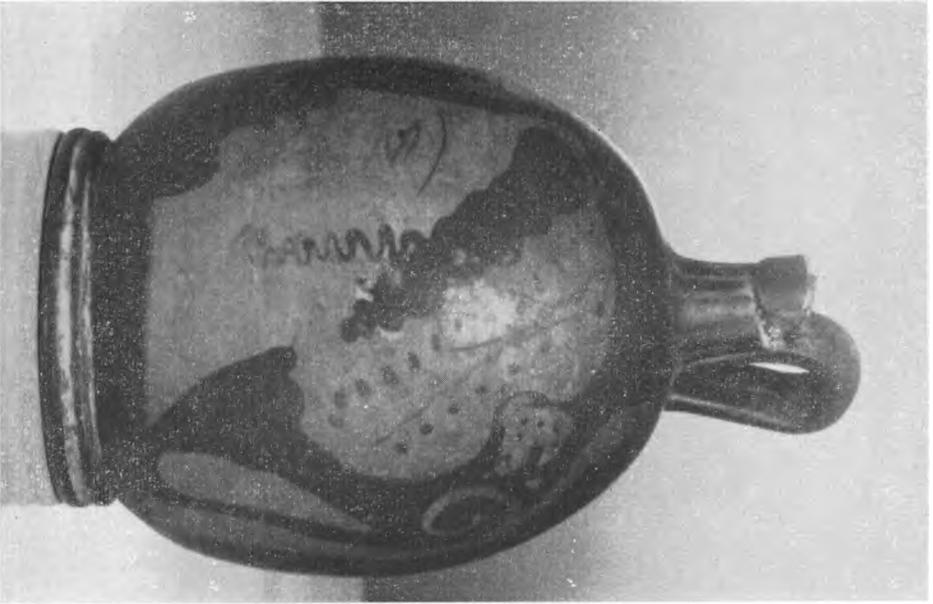


Fig. 3

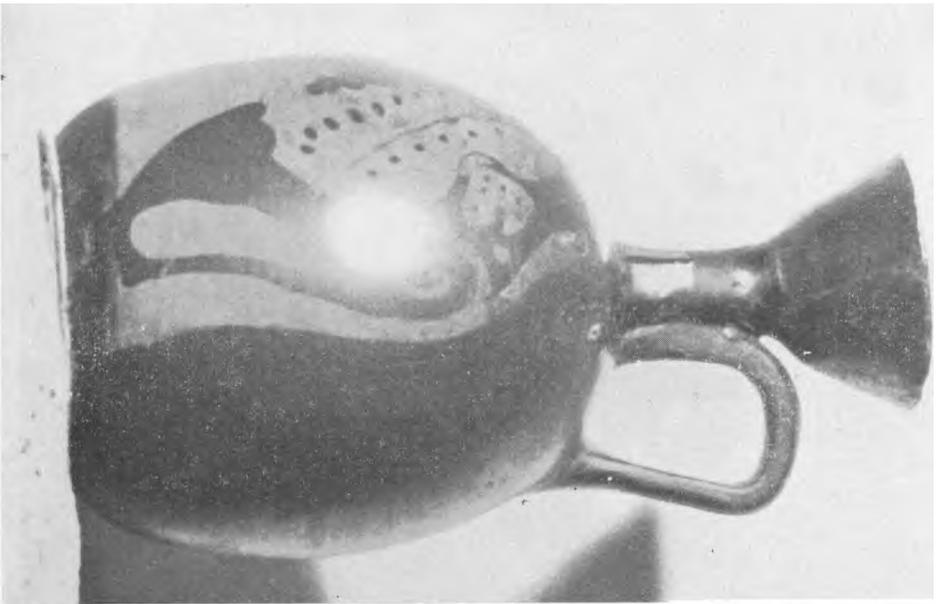


Fig. 4



Fig. 6



Fig. 5



Fig. 7



Fig. 8



Fig. 11

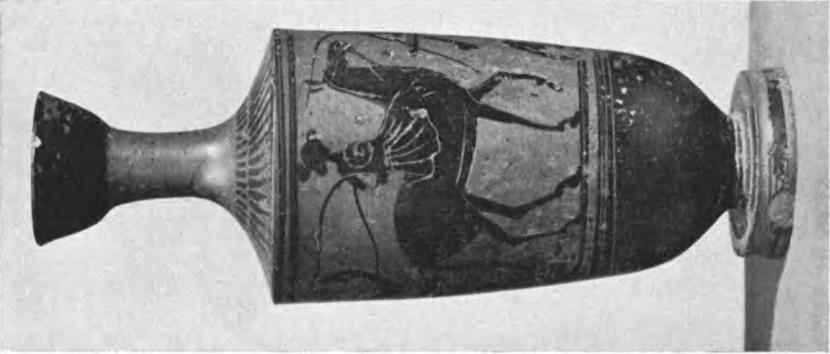


Fig. 10



Fig. 9



Fig. 12



Fig. 13



Fig. 14



Fig. 15



Fig. 16



Fig. 17

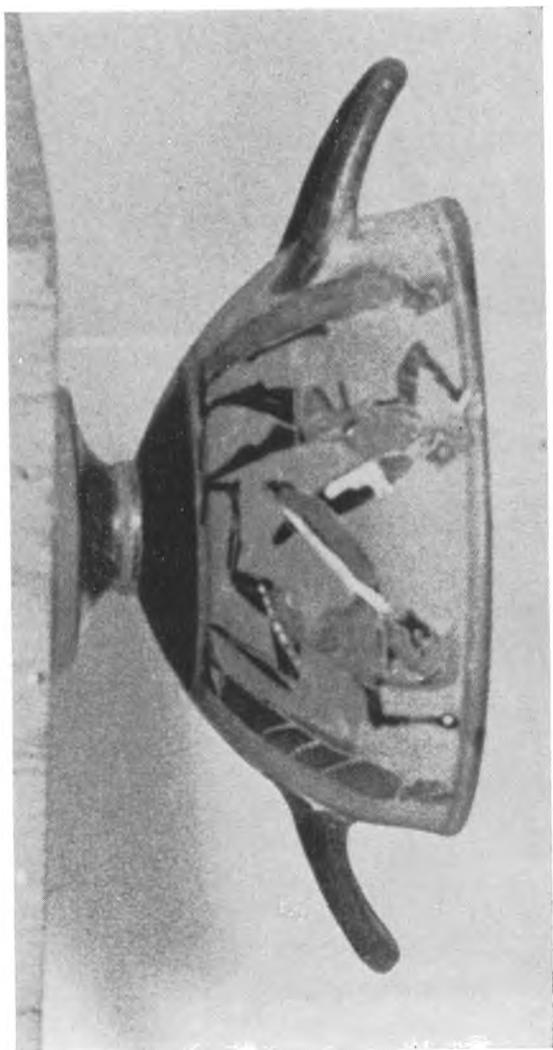


Fig. 18

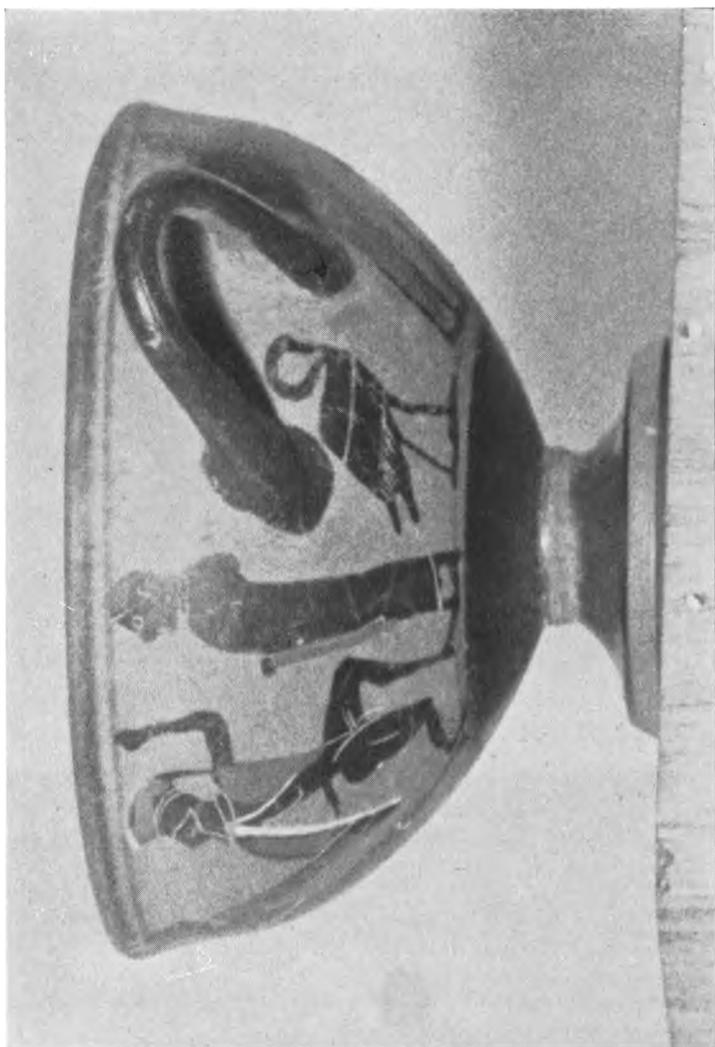


Fig. 19

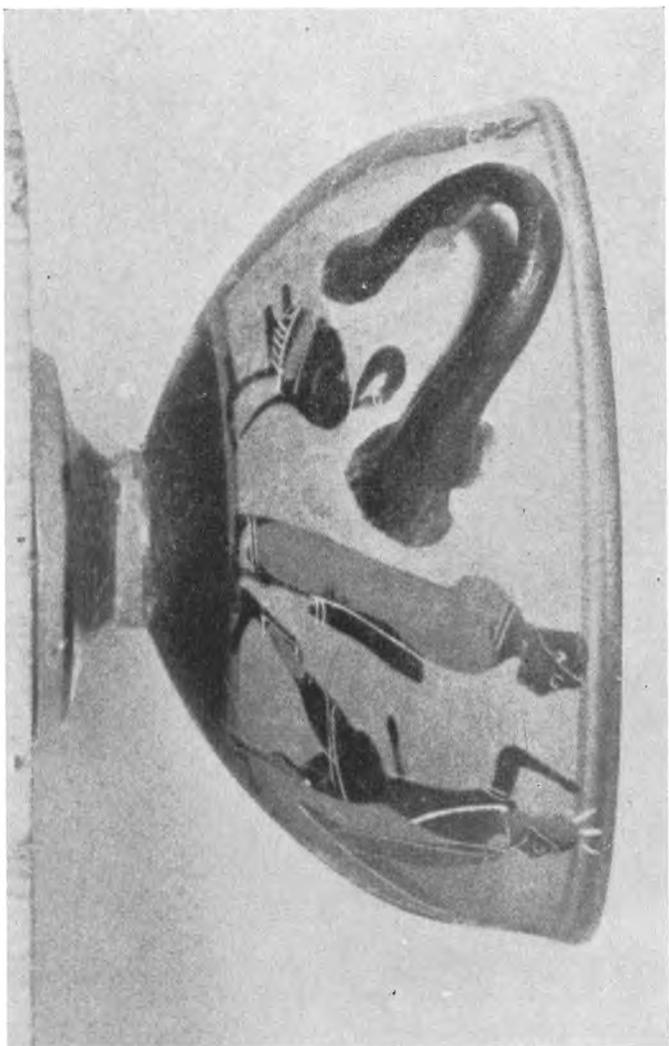


Fig. 20

sua predilecta. Gostava também de pintar atletas no reverso dos vasos. Por exemplo, no *krater* de colunas em Castle Ashby, Northampton, e no de Bruxelas R 305, *CV.* est. 16.1 e est. 17.1. Um homem e um jovem vencedor podem ver-se num *krater* de colunas do Cabinet des Médailles 414, De Ridder, est. 16.

A lista das obras identificadas deste Pintor encontra-se em Prof. Beazley, *Attic Red-Figure Vase-Painters*, pp. 370-372.

Ânforas miañas

— Ânfora nolana de cerca de 480 a. C.

A. (Fig. 14)

Diónisos.

O deus está vestido da maneira habitual, com um *chiton* com mangas e, por cima, um *himation*, que o envolve do lado direito e lhe cobre o braço esquerdo; tem barba comprida e uma longa madeixa encaracolada que lhe cai sobre os ombros; na cabeça, uma grinalda; na mão esquerda, tem um tirso e, com a direita, segura um *kantharos*, com o qual vai fazer libações sobre um altar à esquerda; este último termina em forma de capitel iónico.

Por baixo da figura, uma grega que alterna com motivos em xiz.

B. (Fig. 15)

Sátiro.

O sátiro caminha para a direita, de braços estendidos. Está nu e tem barba comprida. Na mão direita segura uma *oinochoe*.

Por baixo da figura, a mesma grega, alternando com os motivos em xiz.

O tema de (A) encontra-se numa ânfora nolana pelo Pintor de Pan (*Pan Painter*) (Tillyard, *Hope Vases*, est. 9, 90) e noutra ânfora nolana do período arcaico na sua maturidade (também em Tillyard, *Hope Vases*, est. 9, 91). O facto serve apenas para demonstrar que se trata de um motivo comum, pois o estilo é diferente.

O Prof. Beazley atribui este vaso ao Pintor de Dutuit (*Dutuit Painter*) (13). Pela lista de obras suas em *Attic Red-Figure Vase-Painters*, pp. 205-206 e 955, é fácil concluir que este Pintor desenhava com frequência Diónisos e sátiros (por exemplo: uma ânfora de colo em Berlim 2330 — A, Diónisos; B, Ménade — ; uma *oinochoe* em Londres E 5111 — Diónisos e um sátiro —; uma *oinochoe* no Louvre G 240 — Diónisos e uma ménade; e, talvez uma pequena ânfora de colo em Berlim, inv. 3309 — A, Diónisos com um sátiro e uma ménade; B, um cavaleiro e um homem).

A Dr.^a G. Richter classifica o Pintor de Dutuit como «um dos mais atraentes» entre os artistas do final da época arcaica e ainda como «uma personalidade excepcionalmente graciosa» (14). O seu fino traço dá-nos a impressão de uma contenção serena, mas alerta, que é característica das melhores obras do final do período arcaico.

— Ânfora nolana, c. 470-450 a. C.

A. (Fig. 16)

Um atleta com os braços flectidos sobre o peito. À direita, uma coluna com as suas vestes em cima. Encostado à parede, um bastão. Pendurados mais acima, uma esponja, um *aryhallos* e uma estrígil.

Por baixo, uma grega.

B. (Fig. 17)

Um jovem com *himation* a envolver-lhe o corpo e a cobrir-lhe o braço esquerdo; com a mão direita, segura um bastão.

Por baixo, o mesmo motivo da grega.

O Prof. Beazley atribui esta ânfora ao Pintor de Alcímaco (*Alkimachos Painter*) (15) e compara-a com outra ânfora nolana de Plovdiv (*Revue Arch.* 38 (1951), pp. 32-38, de onde deriva *BCH.*, 1957, pp. 150

(13) O nome provém de uma *oinochoe* do Petit Palais 315 (Ártemis a acariciar uma pequena corça — cf. G. Richter, *Attic Red-Figured Vases*, p. 73) que outrora fez parte da Coleção de Dutuit (estudada por Prof. Beazley, «The Master of the Dutuit Oinochoe» in *Journal of Hellenic Studies*, XXXIII, pp. 106-110).

(14) *Attic Red-Figured Vases*, p. 73.

(15) Designação proveniente de um «nome de *halos*» que aparece num dos vasos deste artista (*vide* G. Richter, *Attic Red-Figured Vases*, p. 110).

e 155, e fig. 12) e, quanto ao jovem do lado B, com uma ânfora nolana de Londres 1928.1-1757 (CV., est. 46, 2 e est. 51,3), que agora admite que seja da mão do mesmo Pintor, e não apenas à sua maneira, como em tempos pensou; quanto à coluna com a roupa, lembra outra ânfora nolana pelo mesmo Pintor {CV., Gallatin, est. 54,1).

A lista dos vasos já identificados deste Pintor encontra-se em Prof. Beazley, *Attic Red-Figure Vase-Painters*, pp. 356-359 e 958 (em número de cinquenta, depois da correcção indicada acima).

Parecem ter sido seus temas favoritos guerreiros, *komastai*, ménades e sátiros. Conhecem-se, no entanto, outras representações de atletas, além do caso presente: numa ânfora de colo de Nova Iorque, da Colecção Gallatin (A, atleta a saltar; B, treinador) e num *krater* de colunas de Rodas 12063 (A, corrida de cavalos; B, atletas com o treinador).

Taça de figuras negras

Taça ática de figuras negras, adquirida em Londres, na galeria Spink, pelo seu actual proprietário. Não tem rebordo; é muito funda, com pé baixo e uma canelura na junção com aquele. A forma é pouco habitual. O Prof. Beazley atribui-a ao terceiro quartel do séc. vi a. C.

A. (Fig. 18)

Combate singular entre dois espectadores.

Os guerreiros estão completamente armados com capacetes, *chitones* curtos, cnémides, espadas e escudos. O da direita pôs em terra o joelho esquerdo, mas tem a cabeça voltada para o adversário; conserva o escudo um pouco levantado, para proteger o corpo e a perna direita; o braço esquerdo está erguido. O guerreiro do lado esquerdo encontra-se de pé; tem o escudo a cobrir-lhe o braço esquerdo e ergueu o braço direito. Os espectadores são jovens envoltos nos seus mantos. O *himation* do da direita forma pregas no sentido diagonal.

B. (Figs. 19 e 20)

Cena semelhante, com os guerreiros e os espectadores quase nas mesmas posições. Apenas os primeiros estão nus.

Por baixo de cada uma das asas está pintado um cisne.

Pode ver-se uma cena muito semelhante num *lekythos* de Sydney 49.07, publicado pelo Prof. A. D. Trendall in *Journal of Hellenic Studies*, LXXI, 1951, p. 183, fig. 3 c.

O Prof. Beazley aponta-lhe, como paralelos mais próximos, uma taça que se encontra em Atenas, no Museu do Kerameikos, inv. 20 (*ABV*. p. 456, n.º 5: *Jb.* 61-62, est. 9, 24), que, embora de forma levemente diferente (mais funda e com a base do pé de perfil diverso) apresenta um estilo semelhante no seu conjunto, e é, por isso, atribuível ao mesmo oleiro; e ainda uma outra taça, nas mesmas condições, Atenas 358 (*ABV*. p. 456: A, Bloesch *F.A.S.*, est. 1,2). Quanto ao desenho, aparenta-o com o do *amphoriskos* de Nova Iorque 41.162.176 e o do Pintor de Munique 1842, além da referida peça do Kerameikos, 20.

A primeira das taças mencionadas tem uma decoração idêntica àquela que estamos a analisar: de ambos os lados, um combate; por baixo de cada uma das asas, um cisne.

Usou-se o branco para os contornos dos escudos e correias e para as penas das extremidades das asas dos cisnes. O barro da taça é de uma tonalidade bastante clara.

MARIA HELENA DA ROCHA PEREIRA

NOTA — As fotografias das figs. 1 e 3 são de F. Aroso, do Porto; as das figs. 2, 4 e 5 a 8, da Foto Arteluz, de Lisboa; as das figs. 9 a 11, de Mário Novais, de Lisboa; as das figs. 12 a 20, da Foto Arco-Íris, de Lisboa.

UMA LÁPIDE ROMANA DO MONTE DO FARROBO — RIO DE MOINHOS

A) — PREÂMBULO.

Por iniciativa dum particular, o Sr. João Francisco do Rosário, mineiro nas Minas de Aljustrel, tive conhecimento que fora achada uma pedra com letras, algumas «panelas» e ossos no Monte do Farrobo, propriedade do Sr. António Brito L. Costa, de Rio de Moinhos.

Ao visitar este último senhor pude observar a pedra e verificar tratar-se duma lápide com inscrição funerária em belos caracteres romanos quase toda decifrável à primeira leitura. Fui ver imediatamente o local onde ela fora desenterrada e onde tinham aparecido algumas sepulturas. Pude recolher, em virtude da amabilidade e compreensão do Sr. António Costa, a lápide e ainda duas vasilhas que tinham sido extraídas de sepulturas com muita cinza. Imaginei portanto que se tratava dum cemitério romano, de características semelhantes ao de Valdoca (1), completamente explorado. Iniciei já, em colaboração com Veiga Ferreira e P.^o Serralheiro, a exploração do referido cemitério que confirmou inteiramente a hipótese atrás referida. Far-se-á oportunamente o competente estudo.

B) — LOCALIZAÇÃO DO ACHADO. TOPOGRAFIA E GEOLOGIA.

Esta lápide foi descoberta na Herdade do Farrobo, a uns 6 km. a norte de Rio de Moinhos, concelho de Aljustrel, distrito de Beja.

(1) Ruy Freire de Andrade, Octávio da Veiga Ferreira e Abel Viana, «Necrópole céltico-romana de Aljustrel», in *Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências. XXIII Congresso Luso-Espanhol celebrado na cidade de Coimbra de 1 a 5 de Junho de 1956. Tomo VIII, 7.^a Secção-Ciências Históricas e Filológicas*, Coimbra 1956, pp. 193-202.

De Rio de Moinhos segue-se pelo caminho do Monte Grande, voltando-se logo a seguir à direita, continuando depois sempre pela altura. O local onde se encontrava esta lápide fica junto à extrema Este da propriedade.

A Herdade do Farrobo fica situada na peneplanície do Baixo Alentejo, na parte abrangida pelos terrenos terciários do vale do Sado.

Estamos, pois numa região de relevo pouco acidentado, com frequentes «mesas» (relevo residual) geralmente cobertas por cascalheiras. As rochas são brandas (argilas, cascalheiras, calcários argilosos, etc...)

O local do cemitério, e portanto o sítio onde foi achada a lápide, encontra-se numa zona onde afloram argilas com nódulos calcários do Oligocénico. Muito perto (a uns 500 m.) aflora o *substractum* primário constituído por xistos, grauvaques e pórfiros.

c) DESCRIÇÃO DA LÁPIDE. MATERIAL, FORMA E DIMENSÕES. ESTADO DE CONSERVAÇÃO.

Trata-se duma pedra de calcário sacaroide, provavelmente de Extremoz, de forma aproximadamente quadrada de perto de 62 cm. de lado (figura). A espessura média é de 4,0 — 4,5 cm.

Foi aparelhada numa das faces ficando a outra bastante irregular. Na face aparelhada gravaram uma moldura de limites bem definidos e unidos por uma superfície curva. A superfície interior foi polida para receber em seguida as letras da inscrição.

As superfícies que definem a espessura da pedra foram endireitadas. Na parte superior existem 2 furos, abertos perpendicularmente à face superior, distanciados para a esquerda e para a direita do centro da referida face de, respectivamente, 10,7 cm. e 14,7 cm. Estes furos têm 8 mm. de diâmetro e uma profundidade de perto de 3 cm.

A pedra encontra-se bem conservada e apenas um pouco deteriorada em toda a sua parte direita e bastante apagada inferiormente.

D) — INSCRIÇÃO. SUA LEITURA.

A inscrição acha-se distribuída por nove linhas. Entram na sua composição 16 letras diferentes, uma associação de duas letras e dois tipos de sinais separatorios.

A inscrição é a seguinte:

*M(arco) • Valerio / Rufo • viro / M(arco) • Valerio / Marcello (•)
F(ílio) / M(arco) • Valerio / Marcello Nep(oti) / Agria Rufina /
F(aciendum) C(uravit) / H(ic) (•) S(iti) (•) S(unt) (•) £(//) (•)
V(obis) (•) T(erra) (•) L(evis)*

sendo a sua tradução como segue:

«Agria Rufina fez por sua iniciativa (este monumento) a seu marido Marco Valério Rufo, a seu filho, Marco Valério Marcello, a seu neto Marco Valério Marcello. Aqui estão sepultados. Que a Terra vos seja leve».

E) — DESCRIÇÃO PORMENORIZADA. FORMA DAS LETRAS.

Segue-se a análise da inscrição, linha por linha. Até à 6.^a linha, inclusivé, distinguem-se duas rectas (pauta) que o gravador traçou para alinhar e definir as letras de cada linha. Na estampa, em luz rasante, verifica-se que todas as linhas foram assim definidas.

O centro dos sinais separatorios triangulares está aproximadamente ao nível dos traços horizontais dos *AA* e dos *EE*, ou seja, ao meio.

1.^a linha:

M * VALERIO

A inscrição está perfeita até ao *A* e um pouco apagada depois. O sinal separatorio é uma folha de hera (hedera distinguente) voltada para baixo. Na figura estão representadas as letras até ao *E*. Altura das letras: 5,0cm.

2.^a linha:

RVFO * VIRO

Está perfeita até ao primeiro *O*. O sinal separatorio é um triângulo de lados côncavos com um dos vértices a apontar para baixo. Na figura estão representadas as letras *F* e *O*. Altura das letras: 4,3 cm.

3. ^a *linha*:

M * VALERIO

Está perfeita até ao **L**. O sinal separatorio é um triângulo de lados côncavos com um dos vértices a apontar para cima. A letra **I** foi esquecida pelo gravador e teve que ser depois encaixada entre o **R** e o **O**. Altura das letras: 4,0cm. O sinal separatorio está indicado na figura.

4. ^a *linha*:

MARCELLO (*) F

Está perfeita até ao **C**. Não é certa a existência do sinal separatorio pois existe um buraco acidental entre as duas palavras. Nota-se aqui uma imperfeição do trabalho do lapidário. A letra **C** foi provavelmente começada debaixo para cima, mas com um raio grande de mais, o que obrigou o artista a fechá-la demasiadamente, com o resultado que se pode ver no primeiro **C** da figura, que se deve comparar com o seguinte. Altura das letras: 4,0cm. O **R** está indicado na figura.

5.^a *linha*:

M * VALERIO

Está perfeita até ao **E**. O sinal separatorio é um triângulo de lados côncavos com um dos vértices a apontar para cima. A letra **I** está suficientemente clara para ser representada na figura. Altura das letras: 4,0cm.

6.^a *linha*:

MARCELLO NEP

Está perfeita na parte superior das letras até ao **C**. Não parece haver sinal separatorio entre as duas palavras. Temos uma associação das duas letras **N** e **E** na segunda palavra. A falta de espaço obrigou o artista a recorrer a este meio e a gravar o **P** bastante esguio. Note-se o **C** com a forma normal (compare-se com a 4.^a linha) mas pouco



1

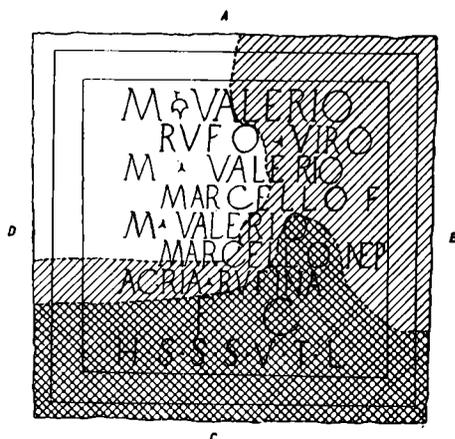


2



3

- 1 — Lápide — Vista frontal.
2 — Lápide — Vista de cima, mostrando os furos.
3 — Pormenor da inscrição. Note-se a pauta e o erro na gravação do / na 3.^a linha.



REPRESENTAÇÃO DA LÁPIDE E DAS SUAS LETRAS MAIS PERFEITAS

A branco — zona bem conservada; *tracejado* — zona um pouco alterada;
quadriculado — zona muito alterada.

Dimensões (em cm.):

Lado	Da pedra	Da moldura (externa).	Da moldura (interna).
A	64,0	58,5	48,5
B	62,0	56,8	47,6
C	63,0	58,5	48,8
D	61,6	56,8	47,8

maior que as restantes letras. As letras da última palavra, apesar de não estarem perfeitas, puderam ainda ser copiadas em pormenor (figura).
Altura das letras: 4,0cm.

7. ^a *linha*:

AGRIA * RVFINA

Um pouco apagada até ao Fe muito em seguida. O sinal separatorio é um triângulo de lados côncavos com um dos vértices a apontar para cima. Altura das letras: 4,0cm.

8. ^a *linha*:

F C

Muito apagada. Não parece haver sinal separatorio. Altura aproximada das letras: 6,0cm.

9. ^a *linha*:

H (*) S (*) S (*) S (*) V (*) T (*) L

Muito apagada. Notam-se vestígios de sinais separatorios, principalmente entre os primeiros dois **SS**, entre o **Se o Ve** entre o **Te o L**.
Altura aproximada das letras: 4,0cm.

F) — CONCLUSÕES.

O acaso permitiu a descoberta de um belo monumento epigráfico romano. Temos, pois, em estudo mais um elemento para o conhecimento da vida e colonização romanas no Baixo Alentejo. O tipo das letras permite situar a inscrição no século i d. C. (1).

Deve notar-se que o traço dos **AA** está colocado no meio, bem como o dos **EE**; as pernas dos **MM** são divergentes. No entanto, apesar de as barras dos **EE** serem todas paralelas, o mesmo já não acontece com a pequena barra do **F** que levanta na ponta.

(1) René Cagnat, *Cours d'Épigraphie Latine*, quatrième édition, Paris 1914.

São tipicamente romanos os nomes de todos os indivíduos mencionados nesta inscrição, sem se notar qualquer influência ibérica; não existem nas lápides do Museu de Beja (1).

Não se encontrando este cemitério perto de quaisquer ruínas importantes de povoação, fui levado a concluir que a lápide se refere a pessoas habitantes duma *villa*, romanos que vieram da longínqua terra natal numa altura em que a paz e segurança já reinava na Península.

Aljustrel, 14 de Janeiro de 1960.

Rui FREIRE D'ANDRADE

(1) Abel Viana, *Museu Regional de Beja. Secção lapidar* (Separata de *Arquivo de Beja, II*). Beja, 1946.

VÁRIA

(Página deixada propositadamente em branco)

I CONGRESSO NACIONAL DE ARQUEOLOGIA

LISBOA, 15 A 20 DE DEZEMBRO DE 1958

Por iniciativa da 2.^a Subsecção da 6.^a Secção (antiguidades, escavações e numismática) da Junta Nacional da Educação, e com o patrocínio do Instituto de Alta Cultura, realizou-se em Lisboa, entre 15 e 20 de Dezembro, o I Congresso Nacional de Arqueologia em homenagem à memória do grande arqueólogo que foi José Leite de Vasconcelos.

A Comissão Organizadora era constituída pelas seguintes individualidades: Prof. Doutor João Pereira Dias (Vice-presidente da 2.^a Subsecção da 6.^a Secção da J.N.E.); Prof. Doutor Manuel Heleno, catedrático da Faculdade de Letras de Lisboa, director do Museu Etnológico e vogal da J.N.E.; Eng.^o D. Antonio de Castelo Branco, director dos Serviços Geológicos e vogal da J.N.E.; Dr. D. Fernando de Almeida, assistente da Faculdade de Letras de Lisboa e activo Secretário-Geral do Congresso.

O Congresso reuniu em Lisboa um número muito elevado de arqueólogos (quase uma centena) na sua maioria portugueses, e alguns estrangeiros que, por se terem ocupado de problemas da arqueologia portuguesa, a Comissão especialmente convidou. Assim, estiveram presentes o Prof. Antonio García y Bellido, catedrático da Universidade de Madrid e director do Instituto Espanhol de Arqueologia; o Prof. Martin Almagro, catedrático da mesma Universidade e director da Secção de Pré-história do Consejo Superior de Investigaciones Científicas; o Prof. Juan Maluquer de Motes, catedrático da Universidade de Salamanca e director do Seminário de Arqueologia da Faculdade de Filosofia e Letras; Prof. J. M. Blazquez, da Universidade de Salamanca; Dr. Wilhelm Grünhagen, Sub-director do Deutsches Archáologisches Institut, de Madrid; Prof. Scarlat Lambrino, da Faculdade de Letras de Lisboa; Dr.^a Vera Leisner; e P.^e Jean Roche, do Centre National des Recherches Scientifiques, de Paris.

Não faremos aqui referência às numerosas comunicações apresentadas, nem às várias cerimónias, excursões e actos sociais que tiveram lugar durante o Congresso e que a Imprensa largamente noticiou.

O que importa salientar é a merecida homenagem que se prestou a um dos maiores nomes da arqueologia nacional, e mesmo, sem limitação de fronteiras, um dos maiores arqueólogos do seu tempo; e também a decidida colaboração que a juventude universitária deu aos trabalhos e ao bom êxito do Congresso.

E parece-nos conveniente transcrever as conclusões e votos lidos pelo Presidente da Comissão Organizadora, Doutor João Pereira Dias, na sessão de encerramento, depois de aprovados por unanimidade. Para bem da Arqueologia Portuguesa fazemos, também nós, os votos de que eles mereçam a boa atenção das entidades competentes, pois a investigação arqueológica em Portugal ainda não alcançou, apesar de sérios esforços feitos nesse sentido, nem o nível técnico que muitos desejam, nem o lugar que lhe compete. E cada vez é mais necessário ir ao encontro dos que começam, aperfeiçoando os meios de formação e investigação, e garantindo boas condições de trabalho e de estudo.

I CONGRESSO NACIONAL DE ARQUEOLOGIA

CONCLUSÕES E VOTOS

O I Congresso Nacional de Arqueologia, reunido em Lisboa de 15 a 20 de Dezembro de 1958, aprovou, na sessão de encerramento, as conclusões e votos seguintes:

que se signifique ao Governo da Nação profundo reconhecimento pelo patrocínio e outras valiosas contribuições com que se tomou possível a realização do Congresso em condições de bom êxito;

que se exprima viva gratidão aos organismos universitários e outras entidades oficiais, às sociedades científicas e às individualidades nacionais e estrangeiras que concorreram para os trabalhos do Congresso alcançarem alto nível;

que se exprima a Sua Excelência o Ministro da Educação Nacional o aplauso do Congresso pelo incremento que deu aos estudos arqueológicos na recente reforma das Faculdades de Letras;

que se comunique a Suas Excelências os Ministros das Obras Públicas, Ultramar, Educação Nacional e Economia rendido apreço pelo estudo e conservação de algumas estações e monumentos arqueológicos mais importantes;

que se manifeste a Suas Excelências os Ministros do Interior, Finanças e Comunicações agradecimento pelo zelo na aquisição de peças arqueológicas para o Estado e na defesa das estações arqueológicas provenientes de achados fortuitos;

que se solicite do Governo a actualização dos preceitos legais que regulam as condições de pesquisa e conservação de objectos, estações e monumentos arqueológicos, de modo a melhorarem os métodos de estudo e a não se desperdiçarem quaisquer elementos para a reconstrução do ambiente e modo de vida das populações primitivas do nosso território;

que, dada a importância que está adquirindo o Continente Africano no domínio da Pré-história, em especial no que toca à localização do berço da Humanidade, se promova a intensificação da exploração científica no Ultramar Português, acautelando em institutos adequados o produto dos trabalhos efectuados;

que se legisle no sentido de os Museus regionais, municipais e de iniciativa particular serem organizados em moldes que lhes assegurem não só continuidade, boa apresentação e completo aproveitamento científico do seu recheio, mas também eficiente contribuição para o desenvolvimento da cultura popular;

que se fomenta a aplicação de técnicas modernas aos trabalhos de investigação arqueológica, quer criando laboratórios apropriados nos principais Institutos de arqueologia, quer recorrendo a laboratórios especializados nacionais e estrangeiros;

que seja revista a orgânica do curso de formação dos conservadores dos Museus, de modo a fornecer-lhes preparação teórica e prática mais aprofundada nas matérias relativas aos Museus de arqueologia ou às secções arqueológicas dos Museus mistos;

que se dê às Faculdades de Letras a possibilidade de, pela realização de cursos de arqueologia de campo, com suas técnicas de escavações e laboratoriais, e de cursos de extensão universitária, concorrerem para a formação de um escol de futuros investigadores sobre as origens remotas da nossa civilização;

que se promova mais íntimo contacto com cientistas estrangeiros, designadamente os do país vizinho, com fito numa melhor compreensão dos problemas de pré-história e arqueologia da Península Ibérica e das suas correlações com outras culturas;

que se constitua, no âmbito do Instituto de Alta Cultura, uma comissão permanente com o encargo de precisar e unificar a terminologia portuguesa das ciências arqueológicas;

que os Congressos Nacionais de Arqueologia se celebrem com a periodicidade de três anos, em cidades da Metrópole e Ultramar Português;

que, excepcionalmente, se realizem Congressos fora do período normal, se algum acontecimento de singular importância justificar a sua celebração;

que cada Congresso Nacional de Arqueologia tenha por patrono uma individualidade de alto mérito no campo da Arqueologia, cuja memória esteja vinculada à cidade ou região em que ele se celebre (por exemplo Virgílio Correia em Coimbra, Ricardo Severo no Porto, Martins Sarmento em Guimarães, Frei Manuel do Cenáculo em Évora, Estácio da Veiga em Faro);

que se dêem à 2.^a Subsecção da 6.^a Secção da Junta Nacional da Educação poderes para, no prazo de seis meses após a realização de cada Congresso, escolher a sede e a Comissão Organizadora do Congresso imediato.

TRABALHOS EM CONIMBRIGA
E NO CRIPTOPÓRTICO DE AEMINIUM

Durante o ano de 1959 a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, por intermédio da sua 4.^a Secção e com a colaboração de quem subscreve esta notícia, continuou os trabalhos no *oppidum* luso-romano de Conimbriga e nas galerias romanas sob o Museu Machado de Castro.

Em Conimbriga incidiram eles em duas zonas distintas: *A* (que corresponde à grande *domus* extra-muros); e *H* (Sectoros 2, 3 e 4), na parte sul da estação arqueológica, junto à muralha sobranceira ao chamado «Rio dos Mouros».

Na zona *A* continuou-se a consolidação dos mosaicos das alas do peristilo, dos lados E. e N.. Como já anteriormente acontecera, verificou-se que o suporte, em *opus signinum*, dos pavimentos, assentava sobre uma espessa camada de entulhos. Da sua exploração em profundidade resultou a colheita de grande número de materiais a cujo estudo se está procedendo. Essas sondagens revelaram, além de um complexo sistema de canalizações, uma profunda alteração no plano e na primitiva estrutura da casa.

Os resultados das sondagens, que nalguns pontos foram verdadeiras reescavações, constituirão objecto de trabalho à parte, depois de analisados e ponderados todos os elementos recolhidos.

Embora essa tarefa nunca tenha revestido aspectos espectaculares e, pela reposição dos mosaicos no seu primitivo lugar, escape por ora à atenção do visitante, a verdade é que não hesitamos em considerá-la como das mais proveitosas, sob o ponto de vista de colheita de elementos de estudo e informação, entre as que se têm realizado em Conimbriga.

Além disso, levantou-se e consolidou-se o pavimento de um *cubiculum* situado entre o peristilo e o *impluvium* com fonte. O mosaico geométrico, com medalhão circular, encontrava-se em mau estado de conservação, principalmente na parte central.

Iniciou-se a limpeza, para posterior consolidação, do pavimento do grande *triclinium* situado no topo E. da *domus*.

Foram reconstituídas parcialmente as sete colunas de ladrilho que ornavam o *impluvium*, e substituídas as antigas canalizações de

chumbo da taça da fonte e do repuxo central, a fim de se tornar possível a reutilização do tanque.

Com idêntico fim se realizaram trabalhos no grande tanque do peristilo, encontrando elementos suficientes para garantir a seriedade do restauro dos jogos de água, dos revestimentos, etc.. Fez-se também um estudo, baseado em obras especializadas, das espécies vegetais que poderão ser aplicadas no ajardinamento das placas centrais do grande tanque. De salientar e agradecer a magnífica colaboração prestada pelo Instituto Botânico da Faculdade de Ciências, a que nunca recorremos sem encontrar pronta e amável resposta. Este tipo de valorização e de embelezamento das ruínas, que está a aplicar-se agora, sem restauros fantasistas e sem desvalorização científica, tem sido usado com notáveis resultados em muitas estações arqueológicas, como, por exemplo, nas imponentes ruínas da *villa* imperial de Tibur.

Na zona *H* continuaram as escavações, numa área ainda não aberta ao público, com a descoberta parcial de umas novas termas que representam, sem dúvida, o mais importante complexo arquitectónico deste tipo até agora referenciado em Conímbriga.

A pouca altura de terra sobre as ruínas e os trabalhos agrícolas que nessa pequena camada protectora se desenrolaram durante séculos, explicam a destruição das paredes acima do nível dos pavimentos e, nos pontos em que a camada de terra vegetal era menos espessa, a dos próprios pavimentos.

Apesar de o edifício não estar ainda totalmente escavado, parecem já facilmente reconhecíveis e localizáveis as principais divisões que, geralmente, se encontram nos balneários romanos. Deve aguardar-se, no entanto, o final dos trabalhos para se tirarem conclusões definitivas.

De 24 de Agosto a 12 de Setembro realizou-se em Conímbriga, por iniciativa dos Serviços de Intercâmbio da M.P., o III Campo de Trabalho para estudantes portugueses e estrangeiros, sob a orientação técnica do autor desta notícia e do Dr. Mário de Castro Hipólito.

Nele tomaram parte os seguintes voluntários: Jaime Frederico Alves Martins (oficial do Exército, Chefe de Campo); Maria Luisa Almada de Oliveira (Chefe feminina), estudante de Filologia Românica; Maria Matilde Rolim de Almada (aluna do 7.º ano de Ciências); José Augusto Ramos, engenheiro; Bail Willy, francês, estudante de Agronomia; Jean François Faivre, francês, estudante de Direito e Ciências Políticas; Margaret Sills, norte-americana, estudante de Música;

Florence Geertz, norte-americana, Assistente Social; Rut Raphael Meyer, dinamarquesa, estudante de enfermagem; Katharina Meissner, alemã, estudante de Medicina; Rosemarie Notte, alemã, estudante de Medicina; Rommel Siegrid, alemã, estudante de Engenharia; John Robert Donaldson, inglês, estudante de Historia.

Infelizmente nenhum dos voluntários seleccionados para virem tomar parte no III Campo de Trabalho de Conimbriga era estudante de arqueologia ou tinha particular interesse pela investigação arqueológica. Disso se ressentiu, como é óbvio, o rendimento do trabalho que, em nossa opinião, deveria ser sempre feito por quem já tivesse preparação, ou manifestasse real e decidido interesse pela arqueologia.

Nas vastas galerias do criptopórtico romano subjacente ao edifício do Museu Machado de Castro prosseguiram os trabalhos, também realizados pela Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais.

Concluída a desobstrução e o restauro parcial da abóbada da galeria F (na extremidade Este do criptopórtico), que se encontrara destruída numa certa extensão, e impermeabilizados os extradorsos das abóbadas na área do grande pátio central do museu, sobre os quais se encontraram novos vestígios do cemitério anexo à antiga igreja de S. João de Almedina, trabalhou-se na zona dos primitivos acessos às galerias e iniciou-se a desobstrução do seu piso inferior.

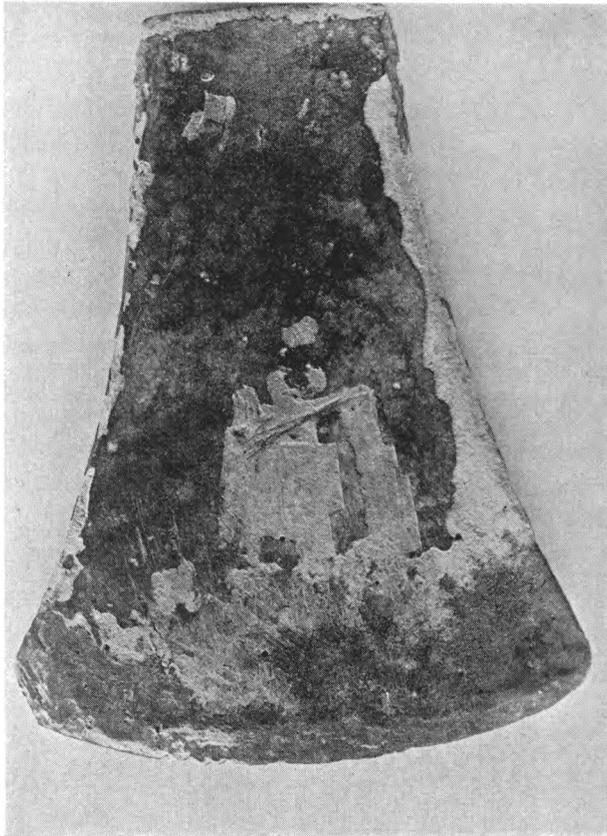
J. M. BAIRRÃO OLEIRO

MACHADO PLANO DE BRONZE

Nos últimos dias do mês de Fevereiro fui informado, pelo Dr. Arsénio Rodrigues da Silva, da existência de um machado de bronze, que se encontrava na posse de um funcionário do Tribunal do Trabalho da Guarda, que muito gentilmente o emprestou para estudo.

Trata-se de um machado plano de bronze (?), de forma trapesoidal, sem qualquer rebordo, com o fio curvo e ponias laterais.

É de tipologia semelhante aos achados em estações arqueológicas, referidos pelos irmãos Siret.



Machado da Primeira Idade de Bronze, encontrado na freguesia da Vela, concelho da Guarda.



FIG. 1 — S. Silvestre de Bezelga. Parte de pavimento bicromo, com triângulos azuis e brancos alternados. A régua mede 20 cm.



FIG. 2 — S. Silvestre de Bezelga. Parte de pavimento policromo, com decoração de peltas e nós de Salomão. A régua mede 20 cm.

O seu peso é de 478 gramas e tem, na parte mais grossa a espessura de cinco milímetros, terminando na parte oposta em bisel.

Segundo Déchelette e Monteius, poderia classificá-lo no final do primeiro período da Idade do Bronze; adoptando a cronologia seguida nos últimos estudos dos Professores Juan da Mata Carriazo e Martin Almagro parece-me dever enquadrá-lo na Primeira Idade do Bronze, com exclusão de um Bronze Intermédio.

A impossibilidade de fazer uma análise laboratorial do metal, não me permite afirmar concretamente se se trata de uma liga (bronze), ou se é constituído por cobre impuro, como é vulgar neste tipo de machado plano.

Este exemplar foi encontrado pelo senhor António de Almeida Zuna, no Cabeço da Quinta das Flores, a 2 km. da freguesia da Vela, do concelho da Guarda, à profundidade de 2 metros, quando ali procedia à exploração de minério de estanho de aluvião.

Aqui deixo este modesto contributo para o estudo da primeira Idade do Bronze no distrito da Guarda.

Em complemento desta notícia parece-me curioso referir que, a uma distância aproximada de 50 metros do local onde agora foi encontrado este machado plano, foi o ano passado encontrada, pelo mesmo senhor António Zuna, uma moeda em ouro do «Rei de Aragão», que não vi, mas que me dizem ter sido vendida a um particular.

Guarda, 27/IV/959.

MAJOR LUCIANO CARDOSO

ACHADOS ARQUEOLÓGICOS EM S. SILVESTRE DE BEZELGA (PORTO DA LAGE, TOMAR)

Em 28 de Julho de 1959, mas com data de 27, publicou *O Século* uma pequena local dando notícia de que dois estudantes, respectivamente do Seminário dos Olivais e do Colégio de Tomar, srs. Graça Pereira Fernandes e Carmona de Matos, haviam posto à vista, no adro da igreja de S. Silvestre de Bezelga, um mosaico romano.

A fim de examinar o achado, por encargo da Junta Nacional da Educação, visitei o local na companhia dos srs. Dr. Henrique

Pereira da Mota, médico em Porto da Lage (1) e Graça Pereira Fernandes.

O mosaico fora descoberto num terreno pertencente ao sr. António Rodrigues Governo e, contra o que se dizia na notícia, não no adro da igreja, embora muito próximo dele. No extremo oeste desse terreno, junto a uma estrada municipal e à escadaria de acesso ao templo, sob uma camada de terra com a espessura média de 0,50 cm. foram localizados quatro troços de mosaico.

O que se encontra mais próximo do muro do adro é composto por tesselas azuis e brancas, num desenho geométrico muito simples, alternando triângulos das duas cores (Fig. 1). No segundo, também de simples padrão geométrico, embora mais complexo do que o primeiro, vêm-se alguns toques de vermelho. O terceiro, com tesselas brancas, azuis, vermelhas e amarelas, mostra uma ornamentação que parece ter como motivos principais, peltas e nós de Salomão (Fig. 2). O quarto tem um esquema decorativo composto por quadrados e losangos.

As tesselas têm, no mínimo, 1 cm. e, tecnicamente, o mosaico é grosseiro. Os troços que pude examinar eram muito reduzidos em área, mas entendi que não convinha o alargamento das sondagens que haviam sido feitas, no receio de que os pavimentos viessem a ser prejudicados. Por isso mesmo, prefiro não fazer, por agora, quaisquer considerações sobre a cronologia que se lhes deve atribuir.

Os mosaicos devem continuar para dentro do olival, e sabe-se que, do outro lado, os trabalhos de alargamento da estrada municipal destruíram já parte dos que agora foram localizados.

Nos terrenos em volta, vi numerosos fragmentos de *tegulae* e *imbrices*, assim como dois elementos de uma mó, e, na base do muro de suporte de terras, do lado da estrada, parece existir um resto de parede mais antiga. Fui, outrossim, informado de que eram frequentes os achados de cerâmica romana na aba da colina que desce para a estrada, bem como noutros pontos próximos a que já se referem o *Agiológico Lusitano* e o *Diccionario Geográfico* do P.^e Luiz Cardoso. No tomo II desta obra, impresso em Lisboa em 1751, a pp. 178-179, encon-

(1) Ao senhor Dr. Henrique Pereira da Mota, nome famoso entre o dos antigos estudantes de Coimbra, agradeço a forma cativante como me recebeu e acompanhou.

tra-se a seguinte passagem: «... No adro desta Igreja (S. Silvestre) se acha huma calçada subterranea sobre argamaça feita de pedrinhas quadradas do tamanho de dados, de varias cores, à maneira de embrechado, de curioso artificio; e juntamente hum cano de telhoens por onde algum dia corria agua...».

Trata-se, portanto, de uma redescoberta, pois os dois estudantes que puseram à vista os mosaicos conheciam este texto.

Os pavimentos foram novamente cobertos aguardando-se a possibilidade de conseguir fundos suficientes para efectuar trabalhos de escavação no local e para garantir a salvaguarda do que venha a encontrar-se.

Dada a concentração de quatro pavimentos de mosaico (ou partes de pavimento, o que talvez seja mais provável) num espaço tão reduzido em área, e os frequentes achados ali verificados, creio bem que valeria a pena realizar pesquisas naquela zona, o que, aliás, se propôs.

Espero que, mais tarde ou mais cedo, essa possibilidade se me ofereça.

J. M. B. O.

ACHADOS NO SÍTIO DO VALE, SOUTO DE VILA CÃ (POMBAL)

Quando, em Agosto de 1959, se procedia ao arranque de pedra para uma construção, no sítio do Vale, Souto de Vila Cã (concelho de Pombal), num terreno pertencente ao sr. Manuel Ferreira Mateus, foram descobertos vários restos ósseos humanos, fragmentos de cerâmica e lâminas de sílex.

A notícia do achado foi transmitida à 2.^a Subsecção da 6.^a Secção da Junta Nacional da Educação pelo seu delegado no concelho de Pombal, sr. Dr. Amadeu da Cunha Mora, através do Instituto de Arqueologia.

Em consequência dessa comunicação e com o fim de se avaliar do interesse da jazida e das providências a tomar, deslocaram-se ao local os srs. Presidente da Câmara Municipal de Pombal, o Dr. Amadeu Mora, Rev. P.^e José Elias da Costa (pároco de Vila Cã), Doutor Xavier da Cunha (director do Instituto de Antropologia da Faculdade de Ciên-

cias da Universidade de Coimbra), e Dr. Bairrão Oleiro (pela Junta Nacional da Educação).

Esse primeiro exame permitiu verificar que deve tratar-se dos restos de uma gruta-abrigo, possivelmente do período eneolítico e de um tipo semelhante à conhecida estação da Eira Pedrinha.

Embora o terreno pareça ter sido bastante remexido com os trabalhos de exploração de pedra, parece ainda aconselhável a pesquisa cuidadosa do que resta.

A estação arqueológica vai, assim, ser explorada em conjunto pelos Institutos de Arqueologia e de Antropologia da Universidade de Coimbra, que já obtiveram as necessárias autorizações para o fazerem.

CAMPO DE TRABALHO EM ÂNCORA

Promovido pela Secção de Intercâmbio da Associação Académica de Coimbra, realizou-se em Âncora, de 7 a 26 de Setembro, o primeiro campo de trabalho que aquela associação de estudantes levou a efeito.

Quando a Secção de Intercâmbio da A.A. projectava organizar um campo de trabalho numa das estações arqueológicas portuguesas, teve conhecimento de que o Prof. Christopher Hawkes, titular da cátedra de Arqueologia Europeia na Universidade de Oxford, solicitara autorização ao Ministério da Educação Nacional para, com uma missão de arqueólogos ingleses e a exemplo do que fizera no ano anterior em Sabroso, efectuar pesquisas num dos castros do norte de Portugal, e de que manifestara o maior empenho em que nelas tomasse parte um grupo de estudantes portugueses.

Indo ao encontro desse desejo, a Secção de Intercâmbio dirigiu-se directamente ao Prof. Hawkes oferecendo a colaboração de um grupo de voluntários estudantes que, organizados em sistema de campo de trabalho, estariam prontos a tomar parte nas escavações superiormente dirigidas por aquele ilustre arqueólogo.

O Prof. Christopher Hawkes, na companhia de Mrs. Sonia Hawkes, C. Nicollas Hawkes e J. R. S. Syson, esteve em Portugal nos últimos dias de Março e primeiros de Abril, para escolher definitivamente os locais de trabalho. Efectuadas as necessárias visitas a algumas esta-

ções, assentou em realizar pesquisas na Cidade de Âncora e no Castro do Cútero, relativamente perto um do outro e não muito longe de Vila Praia de Âncora.

Por seu lado, a Secção de Intercâmbio da Associação Académica entrou também em contacto com o sr. Coronel Mário Cardoso, Vogal da Junta Nacional da Educação oficialmente encarregado de estabelecer a ligação entre a missão inglesa e aquele organismo do Ministério da Educação Nacional. Para estudo dos problemas de instalação e organização do campo, e para se pedir o auxílio das autoridades de Viana do Castelo, estiveram naquela cidade e em Âncora, em 2 de Julho, os Vogais da 2.^a Subsecção da 6.^a Secção da J.N.E. (antiguidades, escavações e numismática), sr. Coronel Mário Cardoso e o autor desta notícia; o delegado da J.N.E. no concelho de Viana do Castelo, sr. Leandro Quintas Neves; o sr. José Rosa de Araújo; e o estudante Jorge Moreira, director da Secção de Intercâmbio.

No dia seguinte ao da chegada do Prof. Hawkes a Âncora, em 6 de Setembro, iniciaram-se os trabalhos no Cútero e na Cidade. A missão era constituída pelo Prof. Hawkes e Mrs. Sonia Hawkes, pelos arqueólogos irlandeses Liam de Paor e Mrs. Máire de Paor, e por Miss Marion Jennings.

O grupo de voluntários portugueses era formado por José Luís dos Santos Lima (Chefe de Campo, aluno da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra), Dr. Mário de Castro Hipólito (licenciado em Ciências Históricas e Filosóficas pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra), Fernando de Almeida, Mário Eusébio dos Santos, Elias Bernardo Fernandes, Alice Ferreira de Carvalho (todos alunos da Faculdade de Letras de Coimbra), Augusto Santana (da Faculdade de Medicina de Coimbra), José Maria Fernandes Marques (aluno da Academia Militar, secção de Engenharia), e Helder Rodrigues de Abreu (do 7.^o ano do Liceu, Coimbra). Mais tarde juntou-se ao grupo de voluntários a estudante norte-americana Margareth Sills, que tomara parte no campo de trabalho de Conímbriga.

Uma pormenorizada notícia dos trabalhos pode ler-se, com os relatórios dos srs. Coronel Mário Cardoso e Leandro Quintas Neves, no fase. 3-4 do volume LXIX da *Revista de Guimarães*.

Quando visitámos o campo, então em plena actividade, tivemos oportunidade de trocar impressões com o Prof. Hawkes sobre as qualidades e rendimento dos estudantes portugueses. As suas palavras

foram de muito louvor e simpatia. Cinco dos voluntários que participaram no campo — o Dr. Mário de Castro Hipólito, José Luís dos Santos Lima, Fernando de Almeida, Elias Bernardo Fernandes e Alice Ferreira de Carvalho — são assíduos colaboradores do Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Por isso mesmo não se estranhará que nesta revista registemos com particular agrado as impressões do Prof. Hawkes sobre o trabalho dos seus auxiliares, impressões essas que também transmitiu ao sr. Coronel Mário Cardoso, como pode ver-se por uma passagem do seu relatório que, da *Revista de Guimarães*, pedimos licença para transcrever:

«... Apesar de os trabalhos terem sido sempre assiduamente acompanhados pelo Delegado da Junta Nacional de Educação no Concelho de Viana do Castelo, Sr. Leandro Quintas Neves, na qualidade de nosso assistente, ainda uma terceira vez, me desloquei de Guimarães a Âncora, no dia 21 de Setembro, quando os trabalhos se encontravam em estado adiantado e a campanha do Sr. Professor Hawkes quase concluída, o qual me pôs ao corrente do decorrer da exploração, dos resultados obtidos e da grande satisfação que lhe dera trabalhar com os nossos estudantes, não se cansando de elogiar a sua dedicação e inteligência, esperando que o Estado português habilitasse, pelo menos alguns deles, com bolsas de estudo para irem estagiar algum tempo em Inglaterra ou na Alemanha, onde os métodos modernos de trabalhos de campo desta natureza se encontram mais adiantados. Considerando, aliás, todos os que colaboraram na exploração igualmente aplicados, quis estabelecer uma escala dos que mostraram melhores aptidões, classificando assim, em primeiro lugar:

José Luís dos Santos Lima
Elias Bernardo Fernandes
Mário de Castro Hipólito

e em segundo lugar os restantes. ...»

J. M. B. O.

ESCAVAÇÕES NO CAMPO DE BATALHA DE ALJUBARROTA

É de justiça assinalar o alto interesse de que se revestem os trabalhos de escavação arqueológica realizados no campo de batalha de Aljubarrota, não só pela luz que podem lançar sobre uma das mais brilhantes páginas da nossa História Militar, mas também, e principalmente, pela aplicação de técnicas arqueológicas a problemas de história medieval.

Supomos que se trata da primeira tentativa do género em Portugal e os resultados levam-nos a formular votos de que não seja a única, e de que os trabalhos prossigam até haver a certeza de que se esgotaram todas as possibilidades de informação que o solo sagrado de S. Jorge pode dar.

Sobre o que as primeiras pesquisas revelaram nada diremos, tanto mais que a Comissão de História Militar nos deu já uma esplêndida publicação: *Aljubarrota. Trabalhos em execução de arqueologia militar.*

Aos seus autores, srs. Tenente-coronel Costa Veiga, Capitão Gastão de Mello de Matos e Tenente-coronel Afonso do Paço, apresentamos vivas felicitações. Tratando-se de uma revista de arqueologia não se estranhará que chamemos a atenção para o papel que a este último, como arqueólogo, coube desempenhar.

Parece-nos também de salientar como exemplo (que, embora não seja único, não é muito frequente) o benefício que pode resultar da colaboração entre especialistas de diferentes sectores. Neste caso entre historiadores, arqueólogos e antropólogos, pois o estudo do material osteológico foi entregue ao director do Instituto de Antropologia da Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra, sr. Doutor A. Xavier da Cunha.

PROSPECÇÕES SUBAQUÁTICAS EM PORTUGAL

Como noutro lugar noticiamos efectuaram-se em Outubro, na península de Tróia (Setúbal), pesquisas arqueológicas subaquáticas. Dirigiu-as superiormente o sr. Prof. Doutor Manuel Heleno, catedrático da Faculdade de Letras de Lisboa e director do Museu Etnológico

do Dr. Leite de Vasconcelos, e os trabalhos foram realizados por um grupo de desportistas do Centro de Actividades Submarinas.

Supomos que as primeiras explorações submarinas intencionais em Portugal foram as que, por volta de 1937, o sr. Dr. José Formosinho, director do Museu Regional de Lagos, fez na parte submersa da estação arqueológica da Boca do Rio, em Búdens, no concelho de Vila do Bispo.

Sem dispor de quaisquer aparelhos e contando apenas com o limitado tempo e possibilidades do mergulho normal, conseguiu, ainda assim, recuperar alguns fragmentos de cerâmica e um capitel corintio.

Em 1957, por iniciativa e sob orientação do sr. Dr. Fernando Bandeira Ferreira, quatro estudantes estrangeiros que participavam no campo de trabalho que a Mocidade Portuguesa organizou em Tróia de Setúbal, fizeram trabalhos de prospecção subaquática, que aquele arqueólogo descreveu no jornal *Distrito de Setúbal*, em 20 de Outubro do corrente ano.

Nesse mesmo ano de 1957, o sr. Dr. Fernando Russell Cortez, director do Museu de Grão Vasco, publicou uma notícia sobre a recolha de materiais romanos e a localização de restos de um barco no mar da Figueira da Foz (1).

Em 1953, numa recensão publicada no volume XXIX de *Biblos*, a propósito de trabalhos de pesquisa arqueológica subaquática realizados em Itália e França, sugeriu-se que, com um inquérito junto das Capitánias dos portos talvez não fosse difícil obter notícias de achados arqueológicos nas nossas águas territoriais. O Senhor Almirante Américo Tomás, então Ministro da Marinha, mandou proceder a esse inquérito cujas conclusões, muito amavelmente, nos foram comunicadas.

Também nessa mesma recensão publicada na *Biblos* se manifestava a esperança de que estudos e trabalhos de pesquisa arqueológica subaquática pudessem vir a ser feitos em Portugal dentro de pouco tempo, o que não seria difícil se houvesse espírito de colaboração por parte das entidades que poderiam intervir e auxiliar eficazmente as investigações desta natureza.

(1) R. C. «Pesquisas arqueológicas submarinas, no Atlântico», *Viriatis* (Boletim do Museu de Grão Vasco), I, Viseu, 1957, n.º 2, pp. 120-121.

Que a esperança não era infundada provam-no os recentes trabalhos e, por isso mesmo, agora que se deu um passo decisivo, não queremos deixar de assinalar o acontecimento e de felicitar quem o orientou e executou.

J. M. B. O.

ARQUEOLOGIA, PARA QUÊ?

Do *Diário do Alentejo*, publicado em Beja no dia 22 de Julho de 1959, com as devidas autorizações do autor e do director do jornal, transcrevemos um interessante artigo do sr. Dr. Fernando Nunes Ribeiro.

As suas considerações revestem-se do maior interesse num momento em que a arqueologia portuguesa luta pelo lugar que lhe é devido, mas que ainda não é unânimemente reconhecido.

Recordemos que em 1914 — há quarenta e cinco anos! — já Félix Alves Pereira escrevia: «Quando é que em Portugal se terá compreendido que, através de todos os estorvos do nosso bisantinismo, é preciso proteger abertamente a arqueologia e os arqueólogos, que são obreiros da história nacional?» (*O Archeologo Português*, XIX, p. 340, n. 4).

De então para cá, felizmente, bastante se progrediu nesse aspecto. Mas, como essa verdade ainda se não impôs a todos, aqui deixamos arquivadas as judiciosas considerações do Dr. Nunes Ribeiro, na esperança de que elas possam esclarecer alguns e servir de tema de meditação a outros.

Eis o que nos diz o Dr. Fernando Nunes Ribeiro no seu artigo *Arqueologia para quê?*:

«Mesmo numa época, como a actual, em que Humanidade desfruta os progressos duma técnica cada vez mais adiantada, em que a máquina parece querer superar o homem e em que este tem os olhos postos num futuro rico de fantásticas promessas, não deixa de ter muito interesse o estudo da Arqueologia.

Arqueologia (do grego *archaios*, antigo e *logos*, tratado) é, pela própria etimologia, o *tratado do antigo*, isto é, o estudo do que é antigo.

Dar uma definição mais concreta não é problema fácil. Numa explicação simplista diremos que Arqueologia é a ciência, ou conjunto

de ciências, que estuda o passado naquilo que se relaciona com a espécie humana e todas as suas manifestações.

Duma vastidão e complexidade muito grandes, socorre-se a Arqueologia de outras ciências (como Geologia, Zoologia, Antropologia, História, Etnografia, Religião, Architectura, Numismática, Epigrafia, Linguística, etc.) tirando delas ensinamentos e as quais fornece elementos novos, ampliando ou completando os seus conhecimentos.

Não basta fazer cálculos mais ou menos aproximados sobre o que será o amanhã, onde chegará o homem no futuro. É necessário também saber de onde partiu, conhecer as suas origens, para se avaliar bem a grandeza da tarefa que empreendeu ao aparecer na Terra. Só assim, depois de conhecer bem o homem do passado e a sua lenta evolução através dos séculos, podemos ajuizar do enorme esforço que lhe foi exigido para chegar ao que hoje é.

A vida do homem primitivo, pela adversidade do meio, pela forçada competição com outros animais mais possantes e mais aptos para a luta diária pela existência, é uma epopeia de heroísmo em que a sua melhor arma foi, como ainda hoje é, a inteligência. Foi essa inteligência que, distinguindo-o logo de início dos outros animais, lhe assegurou um lugar preponderante sobre a Terra.

Apreciar a sua lenta evolução, contornando obstáculos enormes, vencendo dificuldades julgadas intransponíveis, aperfeiçoando a sua técnica de princípio tão rudimentar, moldando vagarosamente a sua mentalidade, dando livre expansão à sua natural sensibilidade artística, assumindo cada vez mais uma responsabilidade consciente, é justo motivo de espanto e apreço para nós, que somos os detentores dos frutos desse esforço milenário.

Se nos lembramos que o homem fez o seu aparecimento na Terra há cerca de meio milhão de anos, vemos como a sua ascensão tem sido lenta.

O homem primitivo que, dispondo de recursos quase nulos, conseguiu triunfar em condições muito difíceis de sobrevivência, e a ciência que o estuda seguindo a sua marcha através do tempo, merecem um pouco da nossa atenção e do nosso respeito.

No estudo de tudo que é antigo não interessa somente o exame dos objectos e monumentos que chegaram até nós. Interessam também todos os elementos que possamos obter sobre os diversos povos, sua origem, características físicas e morais, migrações, linguagem,

costumes, indústrias e comércio, manifestações de arte, instituições sociais e religiosas, etc..

Como se vê o panorama é vastíssimo e exige tal soma de conhecimentos que, não havendo quem consiga reuni-los todos, se toma necessária uma conjugação de esforços de vários indivíduos, todos tendendo para um mesmo fim. Só mercê da reunião destas capacidades individuais é possível assegurar um estudo de conjunto honesto e aceitável.

Às pessoas que perguntam que importa uma inscrição meio troncada, uma moeda em mau estado, um velho caco de barro ou um instrumento de metal corroído pelo tempo, damos a opinião de um português ilustre: «Que importa? Bárbaros! — respondeu A. Herculano — Importa a arte, as recordações, a memória dos nossos pais, a conservação das coisas cuja perda é irremediável, a glória nacional, o passado e o futuro, as obras mais espantosas do entendimento humano, a história, a religião».

Importa o conhecimento das muitas e variadas gentes que nos precederam no território que hoje é a nossa Pátria; importa saber das suas raças, de onde e porque vieram; importa ter uma ideia precisa da sua vida quotidiana, das suas dificuldades e dos seus anseios; importa ter noções firmes das suas artes, das suas indústrias e do seu comércio; importa conhecer o comportamento intelectual, moral e religioso da gente que por aqui passou; importa afinal saber tudo que diz respeito a quem existiu antes de nós, quem originou o estado presente, quem preparou a sociedade portuguesa actual!

Não podemos esquecer que os conhecimentos que hoje possuímos, e que constantemente estão sendo ampliados nos mais variados ramos da actividade humana, assentam em noções prévias, estas por sua vez consequência de outras anteriores, e, assim, até chegarmos às mais elementares noções duma actividade inteligente.

Quem, esquecendo o passado e os numerosos ensinamentos que ele nos dá, unicamente se preocupa com o estado presente e o futuro, parece ignorar de forma lamentável que não existiria presente sem ter havido passado. Além disso, passado, presente e futuro não possuem limites nítidos, antes são interdependentes e de tal forma que, para o conhecimento exacto do actual, é imprescindível saber factos e colher ensinamentos que se localizam em tempos anteriores, mais ou menos longínquos.

Hoje, na chamada Era Atômica, as velocidades vertiginosas, conseguidas pelos modernos meios de locomoção, e o grande dinamismo de que estamos possuídos, alteraram os tradicionais conceitos de tempo e de espaço, permitindo um permanente convívio entre povos dantes muito afastados e ignorados uns dos outros.

Quanto mais afastado de nós se considere um determinado período da vida da Humanidade, mais rudimentar seria a sua cultura e maiores dificuldades haveria para a sua expansão.

Sendo certo que nem todos os povos evoluíram com a mesma rapidez, podemos encontrar, numa determinada época, vários graus de civilização.

Ainda há actualmente, na África, Austrália e América do Sul, povos incultos que se assemelham, de certo modo, aos habitantes pré-históricos da Europa.

O facto de se encontrarem dois objectos idênticos ou afins, a alguns milhares de quilómetros um do outro, pode significar que pertenceram a povos com grau de cultura semelhante, mas não quer dizer que sejam sincrónicos, podendo estar afastados algumas centenas ou milhares de anos.

É por meio de estudos arqueológicos que, mercê de muita paciência e tenacidade, é possível ir a pouco e pouco, fazendo luz nesse passado obscuro ou desconhecido e, partindo das origens e passando pela pré-história, história antiga, medieval e moderna, chegar à actualidade.

A imensa e árdua tarefa que incumbe à Arqueologia é com frequência dificultada pela incompreensão e a quase hostilidade não só dos ignorantes como até das chamadas pessoas responsáveis.

Se desculpamos e lamentamos os primeiros que, como consequência da sua ignorância, procedem de maneira errada, já o mesmo se não pode dizer dos segundos. Estes, quase sempre com funções directivas na sociedade ou com influência na administração dos bens públicos, merecem a nossa inteira reprovação por não amparem e promoverem o aumento da cultura da Nação que neles confiou.

Muita gente esquece que a vida comporta matéria e espírito e que, para o avanço e enriquecimento do País, é necessário que o progresso material seja acompanhado pelo progresso intelectual pois qualquer deles isolado é insuficiente.

Algumas das pessoas responsáveis parece não apreenderem com clareza qual o fim que a Arqueologia se propõe nem a vasta soma

de conhecimentos que nos pode fornecer sob os mais variados aspectos.

Qualquer que seja a actividade a que um determinado individuo se dedique, a Arqueologia pode dar-lhe ensinamentos de interesse.

Esta afirmação poderá parecer ousada e, por isso mesmo, vamos dar alguns exemplos que demonstram ser verdadeira.

O advogado sabe bem que o Direito português se fundamenta no Direito romano e que este assenta por sua vez em muitos conceitos jurídicos dos sumérios, sírios e egípcios. As inscrições cuneiformes dos sumérios e os papiros egípcios (que remontam a alguns milénios antes de Cristo) tratam numerosos casos de Direito público e Direito privado.

O militar não terá interesse em conhecer a táctica usada, tanto na defesa como no ataque, pelos grandes generais como Alexandre Magno, Amílcar, Júlio César e tantos outros?

O médico sabe que, desde as mais remotas eras, se praticou a trepanação em casos de fractura, tumores e ainda com o fim de tratar doenças nervosas como a epilepsia. Sem nos preocuparmos com a eficácia destes tratamentos ressalta uma verdade incontestada: há uns milhares de anos praticava-se a trepanação usando como trépano utensílios de pedra. Verificava-se a cicatrização perfeita nestas operações realizadas da maneira mais rudimentar a num tempo em que a asséptica era desconhecida.

Num cráneo encontrado numa sepultura de tipo argárico, no Monte do Ulmo, tivemos ocasião de observar uma trepanação perfeitamente cicatrizada e realizada (há cerca de 3.500 anos) já com instrumentos de bronze.

O agricultor não encontraria interesse ao folhear os tratados de agricultura dos sábios romanos Varrão, Catão, Columela e tantos outros? Nestes tratados, em que a agricultura e a pecuária são tratadas com minúcia, sobressaem ensinamentos que ainda hoje estão actualizados na lavoura progressiva, tais como os conselhos sobre a maneira de fazer calagens, siderações e a rotação das culturas.

O pintor sabe como o homem pré-histórico criou verdadeiras obras primas, de que são exemplo as pinturas rupestres encontradas em Espanha, França, África do Sul, etc.. Quem observar as cenas de caça e os bisontes da gruta de Altamira, para só citar esta, notará

a par de uma estilização digna de reparo, um seguro conhecimento de anatomia, uma firmeza de traço, uma perfeição de formas e uma gama de tons, que tomam este pintor de há milénios, um artista no mais alto sentido do termo.

Qual o arquitecto ou construtor que não olhará com interesse para os métodos empregados pelos povos da antiguidade na construção dos seus monumentos?

Bastará citar as pirâmides do Egipto, o Parthenon de Atenas ou o Coliseu de Roma para se compreender que já nesses longínquos tempos os conhecimentos de arquitectura eram muito apreciáveis.

Qual o escritor que não tem alguma coisa que aprender com Platão, Cícero, Virgílio, etc.?

Não nos alongaremos em mais exemplos tendentes a demonstrar que pessoas de todas as profissões se podem naturalmente interessar pela Arqueologia. Isso afigura-se-nos de tal forma evidente que não oferece discussão.

Sendo assim, não merecerá esta ciência um pouco mais de interesse e respeito? Não merecem os arqueólogos e amadores de Arqueologia um pouco mais de consideração?

O arqueólogo é um estudioso que durante todo o tempo se dedica, de alma e coração, a aumentar os conhecimentos da Arqueologia. O amator de Arqueologia, com menos bases, supre a sua falta de instrução com um interesse devotado e uma persistência dignos de elogios.

Se o primeiro é o mestre, o segundo será um aluno aplicado.

Além das dificuldades várias que se lhes deparam têm ainda muitas vezes que vencer a incompreensão dos que os rodeiam. Estes estudiosos do antigo nada pretendem de benefício para si próprios. Querem unicamente que não se lhes entrave o estudo, que não se lhes proíba o acesso aos achados que constantemente se fazem, que não se lhes escondam esses achados, querem e pedem que lhes sejam dadas algumas facilidades. Será pedir muito?

Já vai felizmente ficando para trás a época em que se encarava o arqueólogo como um indesejável intruso que invadia a propriedade particular sem autorização, que embargava ou estorvava os trabalhos usando de manifesta prepotência, que expropriava objectos, etc..

Hoje já se vê no arqueólogo aquilo que realmente é: um indivíduo que gosta de estudar, que publica as suas conclusões pondo-as ao dis-

pôr de todo o mundo, que aconselha e promove o envio das coisas com interesse para os museus, onde ficam integradas no património cultural da Nação.

Dissemos, de modo rápido, o que é e para que serve e Arqueologia, e o que pretendem os arqueólogos.

Oxalá conseguíssemos dissipar dúvidas que porventura ainda existissem e obter assim uma mais ampla e eficaz compreensão e consequente colaboração.

A ideia de destruir aquilo que não se compreende, de inutilizar os objectos cujo mérito ou destino se não conhece, está quase extinta, e ainda bem, porque é mais própria de selvagens que de membros duma sociedade que se diz culta e civilizada.

A curiosidade, considerada como desejo de saber, é natural no homem e sem ela não haveria progresso. Contudo, como quase todas as coisas, também pode ser desvirtuada e a sua má interpretação tem originado muitas destruições.

O ignorante que, movido por uma curiosidade mórbida, quebra um vaso de barro ou um pedaço de metal que encontrou, unicamente para avaliar a sua dureza, é um indivíduo nocivo que causa perdas irreparáveis. Se a esta curiosidade mal orientada, juntarmos a sistemática procura de tesouros, que a fértil imaginação popular localiza onde quer que apareçam antiguidades, feita sem qualquer ordem ou mérito, tudo destruindo na sua passagem, sómente com a mira posta nas *libras*, e a vingança final, em virtude do engano, que leva à pulverização de tudo, compreendemos como é difícil salvar alguma coisa.

Essa tendência para a destruição só pode ser combatida por meio de educação e do esclarecimento que inevitavelmente acarretam uma maior responsabilidade.

Aumentando a responsabilidade dos indivíduos é mais fácil aplicar sanções quando procedam de modo a lesar aquilo que se considera de interesse para a comunidade.

Se por um lado se applicassem castigos aos depredadores da cultura, e por outro se atribuissem recompensas a quem, por qualquer forma, impedisse essa maléfica acção, muito lucraria o País.

Isto que dissémos não é invenção nossa e já se verifica em muitos países onde estes aspectos da cultura merecem um pouco mais de atenção por parte dos dirigentes.

Será demasiado pedir aos portugueses que contribuam com uma quota ínfima para aquilo que é afinal património de todos nós?

Será demasiado pedir que impeçam a destruição de coisas insubstituíveis e que auxiliem, na medida do possível, a pesquisa, o estudo e a integração nos Museus de tantos documentos que atestam o passado deste nosso querido Portugal?

Supomos que não! Esperamos e confiamos!»

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE ESTUDOS CLÁSSICOS

Fundada em Coimbra, em Maio de 1957, a Associação Portuguesa de Estudos Clássicos tem cumprido com regularidade os seus objectivos, realizando mensalmente, durante o ano lectivo, reuniões para apresentação de trabalhos científicos, ou para discussão de problemas de ensino, conferências para actualização de conhecimentos e excursões a lugares de interesse para a arqueologia clássica. Assim se tem executado o desiderato expresso nos seus estatutos, de «agrupar todas as pessoas que se interessem pelos Estudos Clássicos, professores dos diferentes graus de ensino, estudantes das Universidades ou dos Seminários, representantes das diversas especialidades compreendidas na Antiguidade Clássica: filologia, literatura, arqueologia, filosofia, história, epigrafia, paleografia, numismática». Eis por que uma breve referência a algumas das suas actividades tem cabimento nas páginas desta revista.

Com efeito, logo no primeiro ano da sua existência, ou seja, em 1957-1958, se realizaram duas manifestações culturais de interesse para os arqueólogos. A primeira, a 25 de Abril, constou de uma sessão de projecção de filmes de arte e arqueologia clássica em Itália. Eram nada menos de oito documentários — sobre os monumentos da Magna Grécia e da Sicília helénica, os festivais da primavera em Pesto, Pompeia, Roma e moedas romanas — que foram comentados pelo Dr. Giacinto Manuppella, que fez uma sucinta exposição sobre a colonização grega da Itália meridional

O ano de actividades terminou com uma excursão de estudo a Conimbriga e ao Acampamento Romano de Antanho. Foi seu guia o Dr. Bairrão Oleiro, que forneceu informações sobre os problemas

respeitantes ao acampamento de Antanol, nomeadamente a importância da conservação de um monumento tão raro no nosso património, valorizado pela presença de uma flora também excepcional, e informou os visitantes dos trabalhos mais recentes efectuados em Conimbriga.

No ano lectivo de 1958-1959, igualmente se podem assinalar duas manifestações, uma de interesse estritamente arqueológico e outra epigráfico. A primeira foi a conferência da Dr.^a Maria de Lourdes Rodrigues, efectuada em 29 de Janeiro, sobre Antroponímia Romana da Lusitânia, trabalho decorrente dos estudos prévios da autora sobre as inscrições da Lusitânia, baseados em abundante material, em grande parte inédito.

Em 15 de Junho, visitou-se o famoso Criptoportico de Aeminium, subjacente ao Museu de Machado de Castro. O Dr. Bairrão Oleiro, cujos estudos sobre esse notável monumento são já bem conhecidos, elucidou os sócios da A.P.E.C. sobre o provável destino daquela edificação, história da sua redescoberta, métodos usados e futura aplicação a dar-lhe. Como as ruínas não estão ainda patentes ao público, o interesse despertado por esta visita foi excepcional.

Em 1959-1960 podemos salientar a lição da Doutora Maria Helena da Rocha Pereira sobre «A cerâmica grega: seu valor artístico e documental». Depois de historiar brevemente a redescoberta dos vasos gregos e de chamar a atenção para a pluralidade de conhecimentos que o seu estudo exige, mostrou a sua importância artística, o seu valor como substituto da pintura perdida e documentação da maior valia para reconstituir a religião, teatro, literatura, costumes, trajes e «paraphernalia», música, educação, e até dialectos e pronúncia. Em seguida mostrou, através de projecções, a evolução desta arte, desde o período geométrico e orientalizante aos grandes estilos áticos de figuras negras e de figuras vermelhas, com uma breve referência às escolas da Magna Grécia e à cerâmica helenística de relevos — fazendo observações sobre a evolução dos processos, a individualização dos artistas, as assinaturas, os nomes.

Em Junho, o Dr. Bairrão Oleiro guiou mais uma vez os sócios da A.P.E.C. a uma interessantíssima visita às Antiguidades Romanas do Museu de Machado de Castro. Depois de lhes fornecer explicações sobre a proveniência do material exposto, mostrou a bela colecção de lucernas e outras peças de barro, as inscrições, restos de aras e

três cabeças encontradas em escavações recentes, de que algumas devem representar figuras imperiais. Uma passagem pela parte há pouco desobstruída do criptopórtico terminou esta sugestiva lição.

M. H. R. P.

REI CRETARIAE ROMANAE FAVTORES

Em Setembro de 1957, um grupo de investigadores de vários países, que ao estudo da cerâmica romana têm dedicado particular atenção, reuniu-se no Museu de Vindonissa, em Brugg im Aargau (Suíça).

Desse primeiro *symposium* resultou que se criasse uma associação internacional de especialistas em cerâmica romana, tendo recebido o sugestivo nome de *Rei Cretarice Romance Favtores Vbique Consistentes*, mais tarde abreviado pela supressão das duas últimas palavras.

Os participantes na reunião de Vindonissa elegeram uma Comissão Permanente a que ficaram pertencendo o Prof. Howard Comfort (Presidente); a Dr.^a Elisabeth Ettlinger (Secretária); o barão Philippe de Schaetzen (Tesoureiro); e os Profs. E. Birley, H. Brunsting, J.-J. Hatt, P. Karnitsch, H. Klumbach, Nino Lamboglia e Pedro de Paiol. Na mesma altura foram também eleitos os Secretários Nacionais para diferentes países: Dr.^a Éva Bónis (Hungria); Prof. Brunsting (Holanda); Prof. Comfort (Estados Unidos da América); Dr.^a Irma Cremönsnik (Jugoslávia); Dr.^a Ettlinger (Suíça); J. P. Gillam (Grã-Bretanha); Prof. J.-J. Hatt (França); Prof. Karnitsch (Áustria); Prof. Klumbach (Alemanha); Dr. Frantisek Krizek (Checoslováquia); Prof. Lamboglia (Itália); J. Mertens (Bélgica); Dr. Bairrão Oleiro (Portugal); Prof. Paiol (Espanha); Prof. Robinson (Grécia).

A Associação *Rei Cretarice Romance Favtores*, que se propõe promover e auxiliar as investigações que abranjam todas as espécies de cerâmica romana, é dirigida por um Presidente, assistido por um Secretário-Geral, um Tesoureiro e uma Comissão Permanente, eleitos pela Assembleia-Geral da Associação. Aos Secretários de cada país cabe, entre outras tarefas, a de tratar das relações entre os sócios do respectivo país e a Associação.

Já se realizaram duas reuniões: a primeira, em 1957, em Vindonissa; a segunda, em Setembro de 1958, em Arezzo e Pompeia.

A Associação reúne, por agora, setenta e oito membros representando quinze países, entre os quais se encontra Portugal com quatro sócios.

Embora a sua vida seja ainda curta, não pode deixar de reconhecer-se que tem contribuído poderosamente para o estreitamento de relações científicas entre os investigadores que trabalham neste campo muito particular da arqueologia assim como para a divulgação dos estudos e descobertas feitos nos diferentes países e, ainda, para estimular a entre-ajuda, o intercâmbio de publicações, de resultados, sugestões e problemas.

PEDIDO DE INFORMAÇÕES SOBRE TESOUROS MONETÁRIOS DA ÉPOCA ROMANA

Um colaborador deste Instituto, o Dr. Mário de Castro Hipólito, apresentou em 1959 à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, como dissertação de licenciatura, um trabalho de carácter histórico-arqueológico principalmente baseado no conhecimento dos tesouros monetários romanos encontrados em Portugal: *As invasões da Hispânia no século III e os tesouros monetários. Contributo para o estudo do problema em Portugal.*

Com a intenção de reunir o maior número possível de elementos, além dos que a pesquisa bibliográfica lhe poderia fornecer, elaborou um questionário que foi enviado a museus, coleccionadores e a todos aqueles de quem julgou poder obter qualquer informação útil.

Estando agora a preparar a publicação do seu trabalho, interessa-lhe continuar a recolha de elementos e, na esperança de que algum dos leitores de *Conimbriga* possa dar novas informações, pede-nos que publiquemos o questionário acima referido, com um apelo a todos aqueles que estejam em condições de lhe indicar novos elementos de estudo, com a garantia de que no trabalho se fará a devida menção à proveniência dos dados fornecidos, se a sua publicação for permitida.

Esclarece-nos que o questionário apenas visa recolher elementos relativos a tesouros monetários, isto é, a conjuntos de moedas, e não a achados dispersos de numismas.

Pede-se o favor de nas respostas — que podem ser enviadas para o Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras de Coimbra — se indicar o endereço de quem presta a informação, assim como a data em que o faz.

QUESTIONÁRIO

(RELATIVO A TESOUROS DE MOEDAS ROMANAS ENCONTRADAS NO PAÍS)

- Tem conhecimento do achado de algum destes tesouros monetários?
- Qual o lugar do achado (lugar, freguesia, concelho, distrito)?
- Qual a data do achado?
- Como se encontravam reunidas as moedas?
- Quem foi o achador?
- Conhece a composição do tesouro (número de moedas e sua classificação)?
- Pode dar qualquer indicação sobre alguma ou algumas das moedas?
- Qual foi o destino do tesouro?
- Poderá indicar algum jornal, revista ou livro que tenha noticiado o achado ?
- Conhece o endereço do possuidor de alguma ou algumas unidades do tesouro ?
- São vulgares os achados de antiguidades romanas, em particular de moedas, na região do achado ?
- Conhece alguém da sua região — numismata, estudioso, colecionador ou simples curioso — que se interesse por moedas antigas e, particularmente, romanas?

NOTÍCIAS

NOVA ET VETERA

(Página deixada propositadamente em branco)

1959

JANEIRO

Cursos de Arqueologia do Centro de Estudos Humanísticos

No ano lectivo de 1958-1959 o Centro de Estudos Humanísticos, anexo à Universidade do Porto, promoveu a realização de cursos de Arqueologia Peninsular e de Arqueologia e Historia das Civilizações Orientais, a cargo, respectivamente, dos srs. Drs. Adriano Vasco Rodrigues e Francisco Martins da Costa.

Achados arqueológicos em Setúbal

Numa reunião do Rotary Clube de Setúbal, no dia 3 de Janeiro, o sr. Dr. Marques da Costa proferiu uma palestra sobre os achados arqueológicos verificados naquela cidade: o «tesouro» de mais de 20.000 moedas romanas do século iv encontradas, dentro de duas ânforas, no bairro do Troino; e o aparecimento de «cetárias» em escavações na Praça de Bocage.

Investigações arqueológicas no subsolo lisboeta

O *Diário Ilustrado* (Lisboa, 4 de Janeiro) publicou a seguinte notícia que, pelo seu interesse, julgamos oportuno transcrever:

«Na última reunião da Câmara Municipal reclamou-se mais uma intensa acção em referência a investigações arqueológicas no subsolo lisboeta, para o que se pediu a melhoria da verba inscrita em orçamento. Com efeito as investigações arqueológicas no subsolo da nossa primeira cidade têm sido desde há um ror de anos realizadas por etapas a largos espaços, logo interrompidas, sem aquela continuidade que seria para desejar, e conseqüentemente, sem aquele rendimento que seria lícito exigir. O resultado é que têm desperdiçado com frequência verbas que podiam ter sido bem melhor aproveitadas se elas se incorporassem num plano de conjunto que fosse, de princípio a fim, obedecendo a uma orientação certa, e não por tentativas que dum modo geral ficam sempre longe do objectivo que se pretende atingir. Por isso mesmo nos parecem certas e, dignas de aplauso as considerações produzidas na última sessão do nosso município.

É que sai sempre mais barato e é da maior utilidade gastar, ainda que parecendo mais, duma só vez e com orientação, do que aos poucos e em estilo de acaso.

E o interesse de que podem revestir-se, e revestir-se-ão com certeza, as investigações arqueológicas no subsolo lisboeta justifica plenamente o gasto de verbas que

porventura possam parecer mais elevadas, mas serão no final compensadas pelo trabalho de conjunto que podem efectivamente levar a cabo».

Lições do Rev. P.^e Jean Roche na Faculdade de Letras de Coimbra

Sob o patrocínio do Instituto de Alta Cultura e a convite da Faculdade de Letras, o conhecido pré-historiador francês P.^e Jean Roche, investigador do Centre National de la Recherche Scientifique, proferiu em Coimbra uma série de lições sobre Metodologia na Arqueologia Pré-histórica, Técnicas de Escavação e Tipologia.

Comunicação à Academia Portuguesa de História

Em 23 de Janeiro, o sr. Tenente-coronel Afonso do Paço apresentou à Academia Portuguesa da História uma comunicação sobre «As escavações de carácter histórico realizadas no campo de batalha de Aljubarrota».

Achado em Mombeja

O *Diário do Alentejo* (Beja, 23 de Janeiro) referia-se a um achado de provável interesse arqueológico, a pouca distância da aldeia de Mombeja, numa estrada que está a ser construída para ligar aquela localidade a Santa Vitória. Segundo a notícia tratar-se-ia de uma galeria formada por arcos colocados à distância de 20 cms. uns dos outros, com os intervalos cobertos por tijolo e argamassa.

Sessão de estudo na Associação dos Arqueólogos Portugueses

Em 29, numa sessão de estudo promovida pela Associação dos Arqueólogos no Museu do Carmo, os srs. Tenente-coronel Afonso do Paço e Capitão Gastão de Melo de Matos ocuparam-se do tema «Novos subsídios para a história da batalha de Aljubarrota».

Problemas de conservação e defesa dos achados arqueológicos

O arqueólogo Prof. Abel Viana abordou estes problemas num artigo publicado, em 30 de Janeiro, no *Diário do Alentejo* e intitulado «Achados arqueológicos — Velha história...»

Depois de se referir às principais dificuldades levantadas pelos proprietários, sobretudo rurais, opina sobre a melhor maneira de as resolver e chama a atenção para o facto de, por vezes, ser difícil exigir compreensão ao proprietário privado quando organismos públicos dela não dão provas.

FEVEREIRO

O Abade Breuil em Lisboa

A fim de colaborar no estudo de materiais pré-históricos descobertos em Angola e Timor pelas Missões Antropológicas dirigidas pelo Prof. Doutor António de Almeida, e proferir algumas lições sobre Pré-história no Curso de Preparação de Etnó-

grafos para o Ultramar Português (Centro de Estudos de Etnologia do Ultramar) esteve em Lisboa o eminente pré-historiador Abade Henri Breuil.

Reunião anual da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia

Sob a presidência do sr. Prof. Doutor Mendes Correia realizou-se, na Universidade do Porto, a reunião anual da S.P.A.E..

O sr. Coronel Mário Cardoso apresentou uma comunicação intitulada «Novas jóias proto-históricas do Norte de Portugal» em que deu a conhecer três torques de ouro aparecidos em Paradela e oferecidos pela Empresa Hidroeléctrica do Cávado ao Museu Etnológico do Dr. Leite de Vasconcelos, comparando-os com outros exemplares existentes nos museus nacionais.

O sr. Prof. Santos Júnior manifestou o desejo de que o sr. Coronel Mário Cardoso fosse encarregado do estudo integral das nossas jóias pré e proto-históricas, cujo núcleo mais importante se acha no Museu Etnológico, de Belém.

Ainda pelo Prof. Santos Júnior foi apresentado um trabalho subordinado ao título «Arqueologia do Ultramar: necessidade e vantagem do seu estudo», salientando não só o interesse científico dos estudos arqueológicos nas nossas províncias ultramarinas, mas também o seu interesse político-social.

A este respeito o Prof. Mendes Correia chamou a atenção para a necessidade de se fazer o estudo arqueológico da velha Sofala.

Cidade morta de Monte Mósinho (Penafiel)

Em artigo publicado em 14 de Fevereiro no *Comércio do Porto*, Jaime Ferreira chama a atenção para esta estação arqueológica que, na opinião do director das primeiras escavações, Dr. Elisio de Sousa, apresentaria vestígios das culturas céltica, galaico-lusitana, romana, visigótica e árabe. Noticia-se, também, que o Ministério da Educação Nacional encarregou o sr. Tenente-coronel Afonso do Paço de, com a colaboração dos srs. Drs. D. Fernando de Almeida e Artur Gusmão, orientar uma nova fase de escavações.

Investigações arqueológicas em Camaxide

Na reunião de 25 de Fevereiro da secção de Arqueologia Pré-histórica da Sociedade de Geografia de Lisboa foi apresentada uma comunicação dos srs. João José Fernandes Gomes e Gil Estêvão Migueis Andrade sobre os resultados das investigações a que procederam numa estação pré-histórica de Carnaxide.

MARÇO

Conferências sobre as escavações de Aljubarrota

Os srs. Tenente-coronel Afonso do Paço e Capitão Gastão Melo de Matos preferiram conferências no Seminário Maior do Porto e na Faculdade de Letras de Coimbra, respectivamente em 3 e 5 de Março. No Porto ocuparam-se do «Estudo operativo e tático da campanha de Aljubarrota» e das «Escavações de carácter

arqueológico no campo de batalha de Aljubarrota»; em Coimbra trataram os temas «A batalha de Aljubarrota no quadro da guerra medieval» e «Colaboração da História e da Arqueologia na busca dos autênticos documentos históricos sobre Aljubarrota».

A vida quotidiana nos Castros

O jornal *O Primeiro de Janeiro* publicou, de 10 a 13, uma série de artigos do sr. Dr. Adriano Vasco Rodrigues sobre a vida quotidiana nos castros: 1 — Como se formaram as tribos luso-galaicas que povoaram o Noroeste da Península; 2 — As construções defensivas e as habitações; 3 — Como viviam, se vestiam e tratavam os luso-galaicos; 4 — A religião dos Lusitanos.

Achados arqueológicos no concelho de Silves

Em 14 de Março noticiou-se a descoberta, numa barreira da linha férrea entre o Poço Frito e a estação do caminho de ferro de Alcantarilha, de dois esqueletos incompletos que se presumia fossem antigos.

Em Silves, numa das sepulturas que foram encontradas na propriedade do sr. Caldas de Vasconcelos, descobriu-se uma inscrição árabe e um vaso de cerâmica.

Achado na Granja do Ulmeiro (Alfarelos)

Em 16 de Março o *Diário de Lisboa* referia-se à descoberta na Granja do Ulmeiro de um forno para cozer cerâmica, que se supunha da época romana ou árabe.

Descobertas em Évora

O jornal *Democracia do Sul* (Évora, 22 de Março) publicou a seguinte notícia: «Achado arqueológico. Nas obras de demolição dos prédios que ficavam fronteiros ao futuro Palácio da Justiça, foram postos a descoberto alguns pilares e um arco romano, que se supõe terem pertencido aos suportes da ponte levadiça que servia a entrada da cidade pela porta de Moura no tempo dos romanos e godos. ...»

Arqueologia em Manica e Sofala

Subordinado ao título «Arqueologia em Manica e Sofala. I — Cabo de punhal, parte de bastão ou cabo de amuleto» publicou o jornal *Notícias* (Lourenço Marques, 23 de Março) um extenso artigo de Octávio Roza de Oliveira sobre uma peça metálica, em cuja composição entra ouro, descoberta casualmente ao quilómetro 114,478 da linha do Caminho de Ferro da Beira, entre a Nhoruchonga e os Montes Siluvu. Apesar das investigações e consultas feitas pelo autor, o referido objecto ainda não tinha podido ser identificado com segurança.

Subsídio da Fundação Gulbenkian ao Museu de Sarawak

O Século (24 de Março) publicou a seguinte notícia: «1.200 contos deu a Fundação Gulbenkian para estudos pré-históricos no sueste da Ásia».

Kuching (Sarawaf), 23 — A Fundação Calouste Gulbenkian, de Lisboa, concedeu mais 42.000 dólares (1.200 contos) ao Museu de Sarawak para investigações nas cavernas de Niak, cemitério da Idade da Pedra.

Aquela importância é semelhante à do ano passado. Espera-se que as escavações sejam de grande importância para o estudo da pré-história no Sueste da Ásia».

ABRIL

Escavações de Aljubarrota

A convite do Senhor Ministro da Defesa, o Prof. Peter Russell, da Universidade de Oxford, visitou as escavações realizadas no campo de batalha de Aljubarrota.

Achados arqueológicos em Évora

Em 7 de Abril o *Diário de Lisboa* referia-se a achados arqueológicos em Évora, nos trabalhos de escavação para os fundamentos do Palácio da Justiça. Teriam sido postas a descoberto «numerosas cubas construídas em cerâmica e madeira, que se calcula terem servido para armazenar cereais». Também teria aparecido «um grande vaso de cerâmica com mais de um metro de altura».

Conferências pelo Abade Henri Breuil, em Lisboa

O ilustre pré-historiador francês Abade Henri Breuil, em 9 e 13 de Abril, proferiu conferências na Alliance Française e na Sociedade de Geografia de Lisboa, respectivamente sobre «A arte Rupestre no Sara» e «Les roches peintes de l'Afrique Australe».

Conferência na Associação dos Arqueólogos

Na Associação dos Arqueólogos Portugueses, em 16 de Abril, o sr. Tenente-coronel Afonso do Paço realizou uma conferência subordinada ao tema «Ideia geral das escavações arqueológicas do Castro de Vila Nova de São Pedro e seus problemas».

O Abade Breuil na Academia das Ciências de Lisboa

Na reunião da Classe de Ciências da Academia das Ciências de Lisboa (em 16) o Rev. Abade Breuil fez uma síntese dos trabalhos efectuados em Portugal, nos campos da Geologia e da Arqueologia, desde 1917.

Curso de Preparação de Etnógrafos para o Ultramar

No Curso de Preparação de Etnógrafos para o Ultramar, promovido pelo Centro de Estudos de Etnologia do Ultramar, o Dr. Camarate França proferiu duas lições de arqueologia pré-histórica que foram ilustradas com a apresentação de materiais recolhidos em Angola e Timor.

Achado de uma ânfora romana

O *Setubalense* de 22 de Abril referia-se ao achado, por alguns pescadores, de uma ânfora romana.

Conferência sobre Aljubarrota

Na Associação dos Arqueólogos Portugueses, em 23 de Abril, o sr. Tenente-coronel Afonso do Paço proferiu uma conferência, dedicada ao Centro Contemporâneo de Cultura, acerca das «Escavações realizadas no campo de batalha de Aljubarrota».

O Prof. Christopher Hawkes no Norte do País

O *Comércio do Porto*, de 23 de Abril, noticiava a estadia em Viana do Castelo do arqueólogo e professor da Universidade de Oxford, Christopher Hawkes, que se deslocou ao norte do país a fim de escolher um local em que uma missão de arqueólogos ingleses, por ele chefiada, pudesse realizar trabalhos de escavações durante o mês de Setembro.

Instituto Português de Arqueologia, História e Etnografia

No Museu Etnológico do Dr. José Leite de Vasconcelos realizou-se uma sessão de trabalhos do Instituto Português de Arqueologia, História e Etnografia. O sr. Prof. Doutor Manuel Heleno apresentou duas comunicações, respectivamente sobre uma inscrição romana de Torre de Palma, e outra da Póvoa de Santa Iria que se refere a um olisiponense. O sr. Dr. Bandeira Ferreira ocupou-se da inscrição romana de Cortes Pereira, rectificando a leitura de Hiibner.

MAIO

Sessão de estudo em Braga

Na Biblioteca Pública de Braga realizou-se, em 11 de Maio, uma sessão de estudo sobre «A campanha de 1385 e a batalha de Aljubarrota», em que usaram da palavra os srs. Capitão Gastão de Melo Matos e Tenente-coronel Afonso do Paço que se ocuparam, respectivamente, do estudo operativo e tático, e do estudo arqueológico.

Conferência no Centro Contemporâneo de Cultura

No dia 12, por iniciativa da secção de Arqueologia do Centro Contemporâneo de Cultura, em Lisboa, o arqueólogo Octávio da Veiga Ferreira proferiu uma conferência subordinada ao título «A contribuição da paleontologia para o estudo da origem do Homem».

Achados arqueológicos no norte do País

O *Século* de 13 de Maio referia-se ao achado de um machado, à profundidade de 18 metros, em Venda Nova (Montalegre); à descoberta de «dois adomos» de

ouro maciço, nas obras da barragem do Rabagão; de «um pote de barro com moedas», em Caniço; e, no lugar do Terral, perto da ponte romana de Misarela, de um outro machado.

As grutas do Vimeiro

Em artigo publicado no jornal *Badaladas* (Torres Vedras, 15 de Maio) Pedro Garcia Anacleto refere-se às grutas do Vimeiro, com vestígios de ocupação durante a pré-história. Refere que duas delas foram consideradas monumentos nacionais — uma na margem direita do rio Alcabrichel e outra na margem oposta, a do Cabeço da Rainha — esta última considerada pelo P.^e Eugénio Jalhay como importante para o estudo do paleolítico.

Epistemologia das Ciências Arqueológicas

Com este título o assistente da Universidade Técnica de Lisboa, Dr. Paulo Marques, proferiu uma conferência no Centro Contemporâneo de Cultura.

Arqueologia japonesa

O rev. Dr. J. Maringer, professor da Universidade de Tóquio, proferiu, em 20 de Maio, na Sociedade de Geografia de Lisboa, uma conferência sobre «Arqueologia Japonesa».

Homenagem ao Dr. José Formosinho

Com o apoio da Câmara Municipal de Lagos foi prestada homenagem ao fundador, organizador e director do Museu Regional daquela cidade algarvia, sr. Dr. José dos Santos Pimenta Formosinho. O ilustre arqueólogo e investigador foi galardoado pelo Governo da Nação com o grau de Cavaleiro da Ordem de Sant'ago da Espada.

Lição do Centro de Estudos de Etnologia do Ultramar

No Centro de Estudos de Etnologia do Ultramar, o director do Instituto Arqueológico da Universidade de Nanzan, Nagoia (Japão), proferiu uma lição durante a qual apresentou o estudo comparativo de materiais pré-históricos da costa da Ásia e da Indonésia, e dos recolhidos em Timor pelos Professores Doutores Mendes Correia e António de Almeida.

Pesquisas arqueológicas na região de Sesimbra

Na reunião da Secção de Arqueologia Pré-histórica da Sociedade de Geografia de Lisboa, em 29, o sr. Dr. Eduardo da Cunha Serrão apresentou uma comunicação sobre os resultados de pesquisas que tem efectuado em grutas da região de Sesimbra: Lapas do Fumo e do Bugio.

O problema da localização de Cetóbriga

O *Distrito de Setúbal*, de 29, publicava um artigo intitulado «Um velho tema. Cetóbriga, cidade desaparecida há dois mil anos», em que o seu autor, L. Pereira, se ocupava do problema da localização de Cetóbriga.

Comunicações apresentadas ao VI Congresso Arqueológico Nacional (Oviedo, Espanha)

O director do Museu Regional de Viana do Castelo, sr. Dr. Manuel de Sousa Oliveira, apresentou ao VI Congresso Arqueológico Nacional, reunido em Oviedo, duas comunicações intituladas: «Três machados de pedra polida inéditos (Alto Minho, Portugal)» e «Alguns elementos para o estudo da cerâmica romana encontrada no vale do Lima».

JUNHO

Património artístico nacional. C. Pela região flaviense

Com este título publicou, em 3 de Junho, *O Comércio do Porto* um artigo de autoria de Joaquim Fronteira que se referia, entre outras coisas, ao Castro de Monte da Cidade e a dois marcos miliários de Vilarandelo.

Excursão de estudo a Idanha-a-Velha

O Círculo Cultural de Castelo Branco promoveu uma excursão de estudo a Idanha-a-Velha. A visita foi orientada pelo director das escavações naquela importante estação arqueológica, sr. Dr. D. Fernando de Almeida.

Visita de estudo ao criptopórtico de Aeminium

Para encerramento das suas actividades no ano lectivo de 1958-1959, a Associação Portuguesa de Estudos Clássicos promoveu uma visita ao criptopórtico romano subjacente ao edificio do Museu Machado de Castro. Os visitantes foram acompanhados pelo sr. Dr. Bairrão Oleiro.

Instituto Português de Arqueologia, História e Etnografia

No Museu Etnológico do Dr. Leite de Vasconcelos realizou-se uma sessão de estudo deste Instituto, durante a qual foram apresentadas comunicações pelos srs. Drs. Aurélio Ricardo Belo (sobre dois marcos miliários da Beira Baixa), Fernando Bandeira Ferreira (sobre o mosaico romano da Póvoa de Cós, Alcobaça) e Fernando Castelo Branco (sobre uma viagem de estudo de Leite de Vasconcelos a Inglaterra, em 1913).

Achados arqueológicos em Oliveira de Azeméis

Em 23 de Junho o jornal *O Primeiro de Janeiro* publicava a seguinte notícia: «Achados arqueológicos. Oliveira de Azeméis, 22 — Num terreno que possui junto a Serra do Castro, no Carvalhal de Oussela, onde em tempos se procederam

a escavações e o sapateiro das Baralhas, descobriu umas riquíssimas joias púnicas, em ouro para adorno de mulher, que logo vendeu. O proprietário sr. Manuel José Bento-Córge, daquele lugar, achou agora a lâmina de uma adága ou punhal e uma ferradura em bronze.

Estes objectos vão ser oferecidos por aquele senhor ao futuro Museu Regional de Oliveira de Azeméis, que pensa criar-se brevemente nesta vila, o qual conta já várias ofertas.

Também em Vilarinho, de César, um pedreiro de nome Veríssimo, que trabalhava na restauração duma velha parede, encontrou uma grande quantidade de moedas em bronze, seguramente três quilos e objectos de adorno feminino em ouro, desconhecendo-se a época a que pertencem. É de lamentar que tais objectos não sejam fáceis de recuperar para qualquer Museu pois o seu achador prontamente se desfêz dos mesmos por meio de venda, a pessoa que fez a aquisição para fundir e vender a peso, perdendo-se assim um valioso contributo para se averiguar com segurança a variedade de povos e de raças que habitaram este recanto da Península, tão falho de motivos arqueológicos devido à iconoclastia e barbarismo do povo inculto».

Achados numismáticos

Em 27 de Junho o jornal *Novidades* publicava a notícia que passamos a transcrever :

«Vila Nova de Famalicão. Junho, 26. Achado arqueológico.

Por uns pedreiros que andavam a remover uns penedos no lugar de Penices, freguesia de Gondifelos, deste concelho, foram encontrados alguns bronzes romanos com as formas de moedas de dez centavos.

Tendo conhecimento deste achado o sr. Padre António José Carvalho Guimarães, director do semanário *Notícias de Famalicão*, foi ao local e recolheu esses bronzes, recorrendo em seguida aos conhecimentos do ilustre arqueólogo sr. Cónego Luciano dos Santos, Reitor do Seminário de S. Tiago, de Braga, que verificou remontarem à era dos Imperadores, sendo umas do tempo de Constantino II, filho de Constantino, o Magno, que reinou de 317 a 337, e outras do Imperador Constante (333-350) e ainda de Valentiniano I ou II (364-375 ou 375-392). Disse tratar-se de qualquer tesouro escondido naquela localidade, e que nas minas da Borralha, no Rossio da Sé de Braga, em Fervença e Celorico de Basto, semelhantes achados foram encontrados também».

JULHO

Secção de Arqueologia Pré-histórica da Sociedade de Geografia

Na reunião da Secção de Arqueologia Pré-histórica da Sociedade de Geografia de Lisboa, o sr. Dr. Fernando Bandeira Ferreira apresentou uma síntese e fez a crítica do livro de Zeuner, «The Pleistocene Period». O sr. Dr. D. Fernando de Almeida referiu-se às escavações que realizará em Idanha-a-Velha, Odrinhas e Meróbriga, expondo os seus planos de trabalho.

O sr. Dr. Eduardo da Cunha Serrão, do Centro de Estudos de Etnologia Peninsular, ocupou-se de recentes descobertas suas na região de Sesimbra.

Comunicação sobre Odrinhas

Na reunião da Classe de Ciências da Academia das Ciências de Lisboa, em 2 de Julho, o sr. Prof. Doutor Joaquim Fontes apresentou uma comunicação sobre o museu arqueológico de Odrinhas.

O Primeiro Bronze Mediterrânico em Portugal

Na sessão de encerramento do curso da Sociedade Espanhola de Antropologia, Etnografia e Pré-história, de Madrid, o sr. Prof. Julio Martinez Santa Olalla proferiu uma conferência sobre «O primeiro bronze mediterrânico em Portugal».

Seminário de Estudos Arqueológicos do Porto

Noticiaram os jornais a criação do Seminário de Estudos Arqueológicos do Porto, destinado a fomentar os estudos arqueológicos nos seus vários ramos e ciências auxiliares, bem como promover o ensino e investigação das mesmas ciências; desenvolver actividades concernentes ao fim da organização, etc.. Foram designados, respectivamente, para presidentes da Assembleia Geral e da Associação, os srs. Conde de Campo Belo e Rev. Dr. Domingos de Pinho Brandão.

Pesquisas em Ponte de Lousa

Na Associação dos Arqueólogos, em 20 de Julho, foi apresentada, pelos srs. Dr. Camarate França e eng.º Veiga Ferreira, uma comunicação sobre os resultados de pesquisas realizadas na pedreira de Salema, em Ponte de Lousa, onde se encontraram peças mustierenses associadas a vários restos de animais da mesma época.

O problema arqueológico de Setúbal

Com este título publicou, em 15 de Julho, o jornal *O Setubalense* uma nota do sr. Dr. Marques da Costa sobre o problema da localização de «Caetobriga».

Arqueologia submarina

Em 27 foi publicado no jornal *O Setubalense* um artigo de Cristóvão Silva sobre «Arqueologia submarina» historiando algumas das mais importantes descobertas, e os progressos e dificuldades da arqueologia subaquática.

Mosaico romano do Porto da Lage

O *Século* de 28 dava a seguinte notícia: «Um mosaico romano localizado em Porto da Lage (Tomar). Porto da Lage (Tomar), 27 — No adro da igreja de S. Silvestre dizia a história existir uma obra de arte, romana, escondida debaixo da terra e que consistia num mosaico de várias cores e formando desenhos de curiosos e raros feitios.

Efectivamente, há dias, os estudantes do Seminário dos Olivais sr. Graça Pereira Fernandes, e do Colégio de Tomar sr. Carmona de Matos descobriram o fio da

meada e puseram à mostra uns quatro metros quadrados daquela preciosidade, aparecendo os desenhos ora em losangos complicados, ora em círculos, quadrados ou ovais».

Novo achado no Castro de Sacoias

Com este título publicou, em 30, o *Jornal de Notícias*, do Porto, um artigo de Alexandre Ferreira Barros em que se dá notícia do achado casual, em 1957, de uma estatueta de bronze no Castro de Sacoias, Bragança. Segundo o autor da notícia tratar-se-ia de uma representação de Baco.

Achado em Grijó (Castro Daire)

De *O Século* de 31 de Julho transcrevemos a seguinte notícia:

«Sob a terra foi encontrada em Grijó (Castro Daire) uma vivenda multissecular. Cabril (Castro Daire), 30 — O sr. António dos Santos Andrade, pedreiro, do lugar de Santarém, quando fazia uma parede para vedar um terreno do sr. António Francisco Duarte, no lugar de Grijó, encontrou uma vivenda com três divisões, tudo feito com pedra e barro, e com muita perfeição. Esta moradia, que, pela aparência, deve ser multissecular, estava situada a uma certa profundidade coberta de terra e de mato. Dentro dos compartimentos encontraram-se numerosos objectos».

AGOSTO

Campo de Trabalho em Meróbriga (Santiago de Cacém)

De 2 a 22 de Agosto realizou-se, nas ruínas de Meróbriga, por iniciativa da Mocidade Portuguesa, um campo internacional de trabalho com a participação de cerca de vinte estudantes portugueses, suecos, alemães, franceses e norte-americanos.

O campo foi chefiado pelo estudante da Faculdade de Direito de Coimbra José Luís dos Santos Lima, e dirigido superiormente pelo sr. Dr. D. Fernando de Almeida, assistente da Faculdade de Letras de Lisboa.

Campo de Trabalho na Citânia de Sanfins (Paços de Ferreira)

Promovido pela Mocidade Portuguesa realizou-se, de 10 a 29 de Agosto, mais um campo internacional de trabalho na Citânia de Sanfins, superiormente dirigido pelo sr. Tenente-coronel Afonso do Paço, e chefiado por João Carlos Messias Martins, da Escola de Belas Artes de Lisboa. Nele participaram estudantes portugueses, alemães, austríacos, holandeses, ingleses e franceses.

Campo de Trabalho em Conimbriga

Também por iniciativa da Mocidade Portuguesa se efectuou, entre 25 de Agosto e 12 de Setembro, mais um campo internacional de trabalho nas ruínas romanas de Conimbriga. Nele se inscreveram voluntários de Portugal, Dinamarca, Alemanha,

Estados Unidos da América, França e Grã-Bretanha. O campo foi chefiado por Jaime Alves Martins, e dirigido pelos srs. Drs. Bairrão Oleiro e Mário Hipólito.

Comunicação à Associação dos Arqueólogos

Na sessão de encerramento do ano associativo da Associação dos Arqueólogos Portugueses foi apresentada à Secção de Pré-história uma comunicação sobre a estratigrafia encontrada num algar da pedreira da Salema, junto de Ponte de Lousa, pelos sócios srs. Drs. Georges Zbyszewski e Camarate França, e eng.^{os} Octávio da Veiga Ferreira e Luís de Albuquerque e Castro.

Campo Internacional de Trabalho em Angola

A Mocidade Portuguesa promoveu, pela primeira vez em Angola, a realização de um campo de trabalho no forte de Massangano, a duzentos quilómetros de Luanda, na confluência do Lucala e do Cuanza. Ali procederam a escavações arqueológicas e a trabalhos de restauro trinta estudantes portugueses de Angola e Moçambique, e oito estagiários do Congo Belga, da Federação das Rodésias e Niassalândia, da África do Sul e da África Equatorial Francesa.

Necrópole dolménica na serra de S. Pedro Dias

O *Diário de Lisboa*, de 31 de Agosto, noticiava que, pelo sr. Doutor João de Castro Nunes, fora localizada uma nova necrópole dolménica na Serra de S. Pedro Dias (Arganil).

Atribuições de cultura das Juntas Distritais

Em consequência da Lei n.º 2.100, de 29 de Agosto de 1959, foi restabelecida a autonomia administrativa do distrito deixando de ser autarquia local a província. Em face das alterações que foi necessário fazer ao Código Administrativo, o art. 313.º passou a ter a seguinte redacção: «No uso das atribuições de cultura, pertence às juntas distritais deliberar: 1.º — Sobre a criação e manutenção de museus de etnografia, história e arte regional e de arquivos distritais; 2.º — Sobre a recolha, inventariação e publicação das tradições populares regionais e mais folclore do distrito; 3.º — Sobre o inventário das relíquias arqueológicas e históricas; dos monumentos artísticos e das belezas naturais existentes no distrito; 4.º — Sobre a conservação e divulgação dos trajes e costumes regionais; 5.º — Sobre o auxílio a conceder a associações ou institutos culturais do distrito; 6.º — Sobre a recolha e o estudo de vocabulários populares e das formas dialectais existentes no distrito».

Congresso de Pré-história

Em Léopoldville, no Congo Belga, reuniu-se o IV Congresso Africano de Pré-história, em que Portugal esteve representado.

SETEMBRO

Citânia de Sanfins

O Primeiro de Janeiro, de 4 de Setembro, publicou um artigo do sr. Tenente-coronel Afonso do Paço sobre «Os Castrejos da Citânia de Sanfins nas suas lutas contra Roma» no qual expunha a sua opinião, perante certos elementos colhidos nas escavações e na leitura de autores latinos, de que os habitantes da Citânia de Sanfins «deviam ter desempenhado papel preponderante nas lutas contra Roma do ano 22 a.C.».

Vila Nova de S. Pedro

Na 23.^a campanha de escavações, dirigida como as anteriores pelo sr. Tenente-coronel Afonso do Paço, tomaram parte dois arqueólogos ingleses: Miss Blenda Capstick, do Council for British Archaeology, e o Dr. Hubert N. Savory, director do Departamento de Arqueologia do National Museum of Wales.

Monumento dolmênico do tipo de Almizaraque

O Prof. Abel Viana anuncia, em artigo publicado no *Diário do Alentejo*, Beja, 4 de Setembro («Escavações arqueológicas. Castro da Senhora da Cola») a descoberta de uma série de monumentos dolmênicos, um dos quais seria do tipo dos de Almizaraque, «o primeiro de tal espécie assinalado em Portugal».

Inscrição romana na Quinta da Machêa (Torres Vedras)

No jornal *Badaladas* (Torres Vedras, 15 de Setembro) foi publicado um artigo do sr. Dr. Aurélio Ricardo Belo, intitulado «Nótulas sobre Arqueologia de Torres Vedras e seu termo. XLV — Epigrafia luso-romana. Uma inscrição lapidar inédita». Nele se dá notícia da descoberta casual de uma inscrição romana, que recolheu ao Museu Municipal de Torres Vedras.

O A. apresenta a seguinte transcrição: LICINIA P. F. MAXS / VMA. M. ANTISTI /

VS. CAL. FACVND / VS H.S.S / CORNELIA .T.F. BOVTI / QVIVS. POSITA. EST / N. PRIMA. PARTE
IMA / GO VIVA. SE. F. C..

Estudos das origens da Meda

No vale da Manta, nas proximidades da vila de Meda, esteve instalado um acampamento com estudantes do Seminário do Porto, do Centro de Estudos Humanísticos e do Liceu, sob a direcção do rev. Dr. Pinho Brandão e do sr. Dr. Adriano Vasco Rodrigues, com o fim de proceder a estudos sobre as origens da Meda.

Pesquisas arqueológicas na região das Talhadas

O Diário de Notícias, de 19 de Setembro, noticiava que, na região das Talhadas, elementos da Direcção de Minas e Serviços Geológicos tinham procedido a pesquisas nos dolmens n.ºs 1 e 2 de Chão de Redondo, e que haviam sido descobertos mais dois dólmenes na povoação de Arcas.

Moedas do Monte da Saia (Barcelos)

O *Diário do Minho* (Braga, 19 de Setembro) publicou um artigo da autoria do Rev. P.^o Arlindo R. da Cunha, intitulado «Monografias. Duas moedas do Monte da Saia». Nele se refere o achado casual de duas moedas romanas — uma do século i a.C. (que é estudada) e outra do século iv.

Museu Monográfico de Conimbriga

Noticiaram os jornais a abertura, na Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, do concurso público para adjudicação da empreitada de construção do Museu Monográfico de Conimbriga.

Campo de Trabalho na Cidade de Âncora

De 6 a 26 de Setembro realizou-se em Âncora o I Campo Internacional Misto de Trabalho Arqueológico, promovido pela Associação Académica de Coimbra. Sob a direcção do Prof. Dr. Christopher Hawkes, da Universidade de Oxford, um grupo de estudantes chefiado pelo aluno da Faculdade de Direito de Coimbra José Luís dos Santos Lima procedeu a trabalhos de escavação nas estações arqueológicas do Monte da Cidade e Cútero.

O problema de Tartessos

O Primeiro de Janeiro de 9 de Setembro, publicou um artigo do sr. Dr. Adriano Vasco Rodrigues sobre «O mistério de Tartéssós».

OUTUBRO

Achado arqueológico no Alto Alentejo

«Vila Fernando (Alto Alentejo), 2 — No monte de S. Romão, a 3 quilómetros desta localidade, foram descobertas por um tractorista, que trabalhava na herdade do Paço, propriedade do sr. Vicente C. Caldeira, duas sepulturas, uma delas constituída por um bloco de mármore e outra em tijolo. Supõe-se que naquele local, no período da dominação árabe, existia um cemitério».

(Do *Diário de Lisboa*, de 2 de Outubro)

Prospecções subaquáticas na região de Tróia (Setúbal)

Sob a orientação do sr. Prof. Doutor Manuel Heleno, o Centro Português de Actividades Submarinas realizou prospecções subaquáticas no Sado, em frente da península de Tróia. Os trabalhos foram precedidos por uma conferência do Prof. Heleno sobre os achados verificados em Tróia e a metodologia da prospecção subaquática, e, no dia 11, vinte e cinco homens-rãs colheram vários materiais arqueológicos e localizaram ruínas submersas.

Escavações em Tróia

O Setubalense (Setúbal, 19 de Outubro) anunciava o início de uma nova campanha de escavações em Tróia, que seria dirigida pelo sr. Prof. Doutor Manuel Heleno com a colaboração do sr. Dr. Fernando Bandeira Ferreira.

Primeiras tentativas de prospecção subaquática em Tróia

O sr. Dr. Fernando Bandeira Ferreira, publicou, em 20 de Outubro, no jornal *Distrito de Setúbal* um artigo intitulado «Recordando...», em que se referia às primeiras tentativas de prospecção subaquática levadas a efeito em 1957, sob a sua orientação, por quatro estudantes (três britânicos e um sul-africano) que participavam no Campo de Trabalho que a Mocidade Portuguesa organizou nesse ano em Tróia.

Trabalhos arqueológicos na região de Setúbal

Noticiaram os jornais que, sob a superior orientação do sr. Prof. Doutor Manuel Heleno, uma nova brigada de arqueólogos iria intensificar os trabalhos de exploração em Tróia e em estações da margem direita do Sado, como os Castros da Rotura e de Chibanes. O novo grupo de arqueólogos seria constituído pelos srs. Drs. D. Fernando de Almeida, Manuel Farinha dos Santos e Eduardo Alexandre.

NOVEMBRO

Cursos do Centro de Estudos Humanísticos

O Centro de Estudos Humanísticos, anexo à Universidade do Porto, anunciou para o ano lectivo de 1959-1960, entre outros, os seguintes cursos: Arqueologia Oriental, Arqueologia Peninsular, e Epigrafia, a cargo, respectivamente, dos srs. Drs. Francisco da Costa, Adriano Vasco Rodrigues e Domingos de Pinho Brandão.

Achados arqueológicos em Figueiredo das Donas (Vouzela)

Num artigo publicado no *Notícias de Vouzela*, em 1 de Novembro, o sr. Prof. Moreira de Figueiredo refere-se a uns achados, verificados em Março, na Quinta da Cruz de Real, quando se procedia a trabalhos agrícolas: mós manuais, fragmentos de vasos de cerâmica, *tegulae*, *imbrices*, um machado de pedra, um punhal, uma faca e pregos. A propósito desta descoberta refere-se a outros testemunhos arqueológicos, de várias épocas, na região.

Citânia da Rasa (Ferro, Covilhã)

Sob o título «Apontamentos históricos. Citânia da Rasa» publicou o sr. engenheiro Carlos Pinto Bastos no *Jornal do Fundão* (15 de Novembro) uma notícia sobre a estação arqueológica da Rasa, sita numa quinta pertencente à família Proença, na freguesia do Ferro. Aí se encontrariam *tegulae*, alicerces de construções, pedras trabalhadas, um *caldarium* de quatro elementos, uma mó e restos de um *dolium*.

Visita de estudo e lição sobre a origem de Setúbal

O Clube de Campismo de Setúbal promoveu, no dia 8, uma visita de estudo à Casa do Corpo Santo, onde se encontram os recentes achados arqueológicos da margem direito do Sado. A visita foi conduzida pelo sr. Dr. Marques da Costa que, no dia 12, proferiu uma lição sobre a origem de Setúbal.

Pinturas do Cachão da Rapa

Em *O Primeiro de Janeiro* (22 de Novembro), em resposta à «Pergunta da Semana. — Qual é o seu mais interessante achado arqueológico?», o sr. Prof. Doutor J. R. dos Santos Júnior conta como redescobriu, em 1930, as famosas pinturas do Cachão da Rapa que, no século XVIII, haviam sido referidos por Contador de Argote.

Inscrições visigóticas em Loriga

Segundo informava o *Jornal de Notícias* (Porto, 24 de Novembro), um arqueólogo alemão, o Rev.º P.º Cyprian Merz, teria descoberto inscrições visigóticas em Loriga, e, no Chão do Soito, teria identificado como sueva uma sepultura ali existente, o chamado «Caixão da Moura».

Museu Diocesano de S. Sisenando de Arqueologia e Arte Sacra

O *Notícias de Beja* (28 de Novembro) referia-se à criação, naquela cidade, de um Museu Diocesano de Arqueologia e Arte Sacra, que terá como titular S. Sisenando e ficará instalado no Seminário.

Reabilitação da Arqueologia

Com este título publicou o *Diário de Coimbra*, de 30 de Novembro, um artigo do sr. Dr. Mário Gonçalves Viana.

Achado arqueológico em S. Tomé de Covelas (Baião)

O *Jornal de Notícias* (Porto, 30 de Novembro) publicou a seguinte informação: «Na escavação de uma vinha, em S. Tomé de Covelas, apareceu uma pedra com obra de arte e insculpido pouco legível. Deve tratar-se de uma «ara sagrada». Este achado arqueológico, que foi oferecido ao sr. arquitecto Luís de Azeredo, encontra-se na Casa das Quintãs-Mirão».

DEZEMBRO

Monumentos Nacionais e Imóveis de Interesse Público

Foram classificadas as seguintes estações e monumentos arqueológicos: Fonte do Milho (Canelas do Douro, Peso da Régua), como monumento nacional; Anta da Arcaíña (Seixo da Beira, Oliveira do Hospital), Curral dos Mouros (Sobreda, Oliveira do Hospital), ruínas da S. Miguel de Odrinhas.

Conferência sobre Idanha-a-Velha

Com uma conferência do sr. Dr. D. Fernando de Almeida, iniciaram-se as actividades culturais do Grupo dos Amigos do Fundão. O ilustre assistente da Faculdade de Letras de Lisboa ocupou-se da longa história de Idanha-a-Velha e dos trabalhos que, sob a sua direcção, ali se têm realizado últimamente.

Comunicação sobre Tróia de Setúbal

À Secção de Arqueologia da Sociedade de Geografia de Lisboa apresentou o sr. Dr. Fernando Bandeira Ferreira uma comunicação sobre as fábricas de salga de peixe lusitano-romanas existentes em Tróia.

Seleção de

MARIA CLAUDETTE ALVES BELCHIOR

e

MARIA CÂNDIDA DA FONSECA HESPANHA

NOTÍCIAS ARQUEOLÓGICAS NA «GAZETA DE LISBOA»**1) Lisboa, 10 de Março de 1718.**

«Descobriose na Provincia do Minho hum thesouro de medalhas de ouro dos Reys Godos Chindasuindo, & Recesuindo, das quaes se mandaraõ algũas à Academia Portugueza, que suspendeo as suas assembleas até 21.do mez de Abril». (1718, n.º 11, p. 80).

2) Braga, 9 de Março de 1719.

«No monte de Pombeyro (legoa & meya distante da Villa de Guimarães) o qual os Romanos conhecerão com o nome de Colombino, & os moradores sempre chamáraõ vulgarmente o Monte Santo, pela tradiçãõ immemorial de haver padecido nelle martyrio a gloriosa Santa Quiteria, se achava arruinada huma Capella dedicada a S. Pedro, onde se venerava com grande devoçãõ a Imagem da mesma Santa, que ha tres annos continua a fazer muy tos, & grande milagres neste destrito; & querendo reedificada com as muytas esmolos, & offertas com que tem concorrido os seus devotos, se deu principio à obra no primeyro de Março, & começando a abrisse os alicerses, se deu em hũa sepultura formada de pedras, a que chamaõ louzas, dentro da qual se acharaõ os ossos de hum corpo humano, & continuando a obra se forão descobrindo perto de trinta sepulturas semelhantes, nas quaes se virãõ os ossos organizados na sua natural formatura ainda com dentes, & entre elles alguns conhedidamente de mulheres. Hontem se achou a de hum homem de notável estatura, cujo tumulo estava argamassado de barro, ainda que toscamente, & ao seu lado direyto outro de palmo & meyo de comprido, & hum de largo, onde estava huma só cabeça

de mulher sem nenhuma terra, como se achão alguns dos outros, & todos cubertos com campas das mesmas pedras louzas, & toscas. Inferese que esta cabeça seja a da Santa, & os ossos dos outros tumulos, os dos companheyros, que com ella foraõ martyrizados no mesmo sitio ha mil & seiscentos annos. Deose parte ao Arcebispo Primaz, que ordenou logo se puzessem editaes, & se passassem ordens, para que em todo o seu Arcebispado se fizessem preces a Deos nosso Senhor, para que se digne mostrar com alguns prodigios a certeza, determinando ir fazer pessoalmente o exame, com a solemnidade que o direyto Canonico dispõem». (1719, n.º 12, p. 89).

3) *Lisboa, 22 de Fevereiro de 1720.*

«Em huma terra contigua a azinhaga, que vay do lugar da Ameixoeira para o da torre do Lumear, termo desta Cidade, pertencente ao morgado de Antonio Sanches de Noronha, se descobrio huma pedra do tempo dos Romanos, que estava metida quatro palmos & meyo debayxo da terra. He de quatro faces todas lavradas de escoda, & cada huma de quatro palmos & meyo de largura, & oyto & meyo de comprimento. Tem no alto huma abertura em quadro de hum palmo de profundo, & dentro desta outra mais profunda em figura redonda de altura de dous dedos, com seu releyxo, onde parece estava encayxado algum busto, ou urna; & tem em huma das faces esta inscripção: D. M. / Q: JULIO MAXIMO / CAI NEPOTI. AFR... / ORATORI / Q: JULIUS MAXIMUS / TER FILIO PISSIMO / D. C.» (1720, n.º 8, p. 64).

4) *Lisboa, 29 de Maio de 1721.*

«Com as novas ordens, que S. Mag. passou a favor da Academia Real, se tem descoberto em varias partes do Reyno muytas inscripções, columnas, & vestigios de edificios antigos, de que atégora se naõ tinha noticia, & de que se mandaõ copias, & debuxos...» (1721, n.º 22, p. 176).

5) *Lisboa, 24 de Julho de 1721.*

«Na Conferencia, que fez a Academia Real da Historia em 27 de Mayo passado (...) O Doutor Manoel Pereira da Sylva Leal, oppositor na Universidade de Coimbra, a quem tocaõ as memorias do Bispado da Guarda, expoz que havendo lido mais de cem Autores, Hespanhoes, & Estrangeiros, & 22 inscripções Romanas que fallaõ na Idanha, que antigamente foy a Sede daquella Diócesi, tinha entendido que fora Colonia, & Municipio fundada pelos Romanos. Reprovou por falsa a historia de Flavio Dextro com razoens muy concludentes...» (1721, n.º 30, pp. 238-239).

6) *Lisboa, 25 de Setembro de 1721.*

«Por hum Alvará de Sua Mag. passado em fôrma de Ley, & assinado pela sua real maõ, foy o mesmo Senhor servido ordenar que nenhuma pessoa de qualquer estado, qualidade, & condição que seja, desfaça, ou destrua em todo, nem em parte edificio, que mostre ser dos tempos, em que dominaraõ este Reyno os Phenices, Gregos, Carthagineses, Romanos, Godos, & Arabios, (ou Mouros) nem estatuas, marmores, & cippos, em que estiverem esculpidas algumas figuras, ou tiverem letreyros

Phenices, Gregos, Romanos, Góticos, & Arabicos, nem laminas, ou chapas, que contiverem os ditos letreyros, ou caracteres, & da mesma sorte moedas, ou medallhas, que mostrarem ser daquelles tempos, nem dos inferiores até o reynado do Senhor Rey D. Sebastião, nem encubrao, ou occultem alguma das sobreditas cousas, sobpena de experimentarem as pessoas de qualidade o seu desagrado, & a demonstração, que o caso pedir; & as de inferior condição o castigo imposto pela Ordenação do livro 5. tit. 12 § 5. aos que fundem moeda.» (1721, n.º 39, p. 312).

Seleção e transcrição de
MARIA TERESA PINTO MENDES

(Página deixada propositadamente em branco)

DOCUMENTOS

(Página deixada propositadamente em branco)

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA

RECOMENDAÇÃO DEFININDO OS PRINCÍPIOS INTERNACIONAIS A APLICAR EM MATÉRIA DE ESCAVAÇÕES ARQUEOLÓGICAS, ADOPTADA PELA CONFERÊNCIA GERAL NA SUA NONA SESSÃO, NOVA DELHI, 5 DE DEZEMBRO DE 1956 (*)

A Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, reunida em Nova Delhi de 5 de Novembro a 5 de Dezembro de 1956, na sua nona sessão,

considerando que a mais segura garantia de conservação dos monumentos e obras do passado reside no respeito e estima que os próprios povos lhes dedicam, e considerando que esses sentimentos podem estimular-se em grande parte por meio de uma acção apropriada inspirada pela vontade dos Estados membros de desenvolver a ciência e as relações internacionais;

convencida de que os sentimentos nascidos da contemplação e do conhecimento das obras do passado podem facilitar grandemente a compreensão mútua dos povos e que, para esse efeito, importa fazê-las beneficiar duma cooperação internacional e favorecer por todos os meios a execução da missão social que lhes incumbe;

considerando que, se cada Estado é o mais directamente interessado nas descobertas arqueológicas que são feitas no seu solo, a comunidade internacional não deixa, toda ela, de participar nesse enri uhecimento;

considerando que a história do homem implica o conhecimento das diferentes civilizações; que importa, conseqüentemente, no interesse comum, que todos os vestígios arqueológicos sejam estudados, e eventualmente salvos e recolhidos;

(*) Publicação autorizada pela UNESCO, que não tem qualquer responsabilidade na tradução.

convencida da conveniência de que as autoridades nacionais encarregadas da protecção do patrimonio arqueológico se inspirem em certos princípios comuns, já experimentados e postos em prática pelos serviços arqueológicos nacionais;

julgando que, embora o regime das escavações seja da competência dos Estados, importa, no entanto, conciliar esse princípio com o duma colaboração internacional largamente compreendida e livremente aceite;

tendo sido submetidas à sua consideração diferentes propostas referentes aos princípios internacionais a aplicar em matéria de escavações arqueológicas, questão que constitui o ponto 9.4.3. da ordem do dia da sessão;

Depois de ter resolvido, na sua oitava sessão, que essas propostas seriam objecto de uma regulamentação internacional mediante uma recomendação aos Estados membros;

Adopta, neste quinto dia de Dezembro de 1956, a seguinte recomendação :

A Conferência Geral recomenda aos Estados membros que apliquem as disposições indicadas a seguir, adoptando, sob a forma de lei nacional ou qualquer outra, as medidas julgadas necessárias para levar à prática, nos seus respectivos territórios, os princípios e normas formulados na presente recomendação.

A Conferência Geral recomenda aos Estados membros que levem a presente recomendação ao conhecimento das autoridades e organismos que se ocupam de escavações arqueológicas e aos museus.

A Conferência Geral recomenda aos Estados membros que lhe apresentem, nas datas e na forma que ela determinar, relatórios respeitantes à aplicação da presente recomendação.

I.

DEFINIÇÕES

ESCAVAÇÕES ARQUEOLÓGICAS

1. Para os efeitos da presente recomendação, entende-se por escavações arqueológicas todas as investigações tendentes à descoberta de objectos de carácter arqueológico, tanto no caso em que as ditas investigações impliquem uma escavação do solo ou uma exploração sistemática da sua superfície, como quando se realizam no leito ou no subsolo das águas interiores ou territoriais de um Estado membro.

BENS PROTEGIDOS

2. As disposições da presente recomendação aplicam-se a todo o vestígio arqueológico cuja conservação apresente um interesse público sob o ponto de vista da história ou da arte, podendo cada Estado membro adoptar o critério mais próprio para determinar o interesse público dos vestígios que se encontram no seu território. Deveriam principalmente submeter-se ao regime previsto pela presente recomendação os monumentos, móveis ou imóveis, que, no mais amplo sentido, ofereçam interesse sob o ponto de vista arqueológico.

3. O critério para determinar o interesse público dos vestígios arqueológicos poderia variar segundo se trate da sua conservação, ou da obrigação de declarar as descobertas imposta ao escavador ou ao achador.

- a)* No primeiro caso, deveria abandonar-se o critério de proteger todos os objectos anteriores a uma data determinada, fixando-se em troca, como norma para a protecção, que o objecto pertença a uma época dada ou tenha uma determinada antiguidade, cujo número mínimo de anos deverá ser fixado por lei;
- b)* No segundo caso, cada Estado membro deveria adoptar critérios muito mais amplos, impondo aos que façam escavações ou descubram vestígios arqueológicos, a obrigação de declarar todos os bens de carácter arqueológico, móveis ou imóveis, que tenham descoberto.

II.

PRINCÍPIOS GERAIS

PROTECÇÃO DO PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO

4. Cada Estado membro deveria assegurar a protecção do seu património arqueológico, tomando em particular consideração os problemas levantados pelas escavações arqueológicas, e de acordo com as disposições da presente recomendação.

5. Cada Estado membro deveria adoptar as seguintes disposições fundamentais:

- a)* Submeter as explorações e escavações arqueológicas à vigilância e à prévia autorização da autoridade competente;

- b)* Obrigar toda e qualquer pessoa que tenha descoberto restos arqueológicos a declará-los com a maior brevidade possível às autoridades competentes;
 - c)* Aplicar sanções aos que infringirem estas regras;
 - d)* Ordenar a confiscação dos objectos não declarados;
 - e)* Precisar o regime jurídico do subsolo arqueológico e, quando se considere de propriedade estatal, declará-lo expressamente na sua legislação;
- f)* Estudar um sistema de classificação dos elementos essenciais do seu património arqueológico entre os monumentos históricos.

ÓRGÃO DE PROTECÇÃO DAS ESCAVAÇÕES ARQUEOLÓGICAS

6. Se bem que a diversidade de tradições e as desigualdades de recursos se oponham a que todos os Estados membros adoptem um sistema uniforme de organização dos serviços administrativos encarregados das escavações arqueológicas, existem, no entanto, certos princípios que deveriam ser comuns a todos os serviços nacionais:

- a)* O serviço encarregado das escavações arqueológicas deveria ser, na medida do possível, um organismo da administração central do Estado, ou, pelo menos, uma organização que, em virtude de uma lei, dispusesse de meios que lhe permitissem, sendo preciso, tomar as medidas urgentes julgadas necessárias. Esse serviço, encarregado da administração geral das actividades arqueológicas, deveria promover, em colaboração com os institutos de investigação e as universidades, o ensino das técnicas de escavação arqueológica. Esse serviço deveria preparar também uma documentação centralizada, com os correspondentes planos, acerca dos monumentos a seu cargo, móveis e imóveis, assim como uma documentação relativa a cada museu importante, aos arquivos cerâmicos, iconográficos, etc.;
- b)* Deveria assegurar-se a continuidade dos recursos financeiros, em especial para conseguir: *i)* o bom funcionamento dos serviços; *ii)* a execução de um plano de trabalhos adequado à riqueza arqueológica do país, incluindo as publicações científicas; *iii)* a fiscalização dos achados fortuitos; *iv)* a conservação das escavações e monumentos.

7. Cada Estado membro deveria exercer uma cuidadosa vigilância dos restauros dos vestígios e objectos arqueológicos descobertos.

8. Para a deslocação de monumentos cuja preservação *in situ* seja essencial deveria exigir-se uma autorização prévia das autoridades competentes.

9. Cada Estado membro deveria considerar a conveniência de conservar intactos, total ou parcialmente, certo número de lugares arqueológicos de diferentes épocas, a fim de que a sua exploração possa beneficiar das vantagens do aperfeiçoamento das técnicas e do progresso dos conhecimentos arqueológicos. Em cada uma das estações arqueológicas importantes em curso de escavação poderiam deixar-se, na medida em que o terreno o consinta, alguns testemunhos que permitissem a verificação ulterior da estratigrafia, assim como da composição do meio arqueológico.

CONSTITUIÇÃO DE COLECÇÕES CENTRAIS E REGIONAIS

10. Como a arqueologia é uma ciência comparativa, deveria ter-se em consideração, ao criar e organizar museus e colecções procedentes de escavações, a necessidade de facilitar tanto quanto possível o trabalho de comparação. Para este efeito, em vez de reunir pequenas colecções dispersas, dificilmente acessíveis, poderiam constituir-se colecções centrais e regionais, e também, mas excepcionalmente, locais, em estações arqueológicas de particular importância. Tais colecções deveriam dispor, com carácter permanente, de uma organização administrativa e do pessoal científico suficientes para assegurar a boa conservação dos objectos.

11. Cerca das estações arqueológicas importantes deveria criar-se um pequeno estabelecimento de carácter educativo — eventualmente um museu — que permitisse aos visitantes compreenderem melhor o interesse dos vestígios arqueológicos que lhes são apresentados.

EDUCAÇÃO DO PÚBLICO

12. As autoridades competentes deveriam empreender uma acção educativa no sentido de despertar e desenvolver o respeito e o carinho do público pelos vestígios do passado, servindo-se principalmente do ensino da História, estimulando a participação dos estudantes nalgumas escavações, facilitando a difusão, por meio da Imprensa, de notícias e informações arqueológicas fornecidas por especialistas reconhe-

cidos, organizando excursões guiadas às estações arqueológicas, exposições e conferências que tenham como objectivo explicar os métodos aplicáveis em matéria de escavações arqueológicas e os resultados assim obtidos, apresentando com a maior clareza os lugares arqueológicos explorados e os monumentos descobertos, e publicando a preços razoáveis monografias e guias em estilo simples. Com o fim de facilitar o acesso do público a estes lugares, os Estados membros deveriam tomar as disposições necessárias para permitir a chegada até eles.

III. O REGIME DAS ESCAVAÇÕES E A COLABORAÇÃO INTERNACIONAL

CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÕES A ESTRANGEIROS PARA EFECTUAREM ESCAVAÇÕES ARQUEOLÓGICAS

13. Cada Estado membro em cujo território as escavações devem ser executadas deveria regulamentar as condições gerais a que se subordina a concessão, as obrigações impostas ao concessionário, especialmente no que se refere à fiscalização por parte das autoridades nacionais, a duração da concessão, as causas que podem justificar a anulação da mesma, a suspensão dos trabalhos, ou a substituição do concessionário pelos serviços arqueológicos nacionais.

14. As condições impostas ao escavador estrangeiro deveriam ser as mesmas que se aplicam aos nacionais e, conseqüentemente, deveria evitar-se a imposição de condições particulares, desde que não sejam necessárias.

COLABORAÇÃO INTERNACIONAL

15. Em benefício dos superiores interesses da ciência arqueológica e da colaboração internacional, os Estados membros deveriam estimular as escavações arqueológicas mediante um regime liberal, assegurando às instituições científicas e pessoas devidamente qualificadas, sem distinção de nacionalidade, a possibilidade de obter, em condições de igualdade, autorizações para escavar. Os Estados membros deveriam estimular as escavações executadas quer por missões mistas, compostas por equipes científicas do próprio país e arqueólogos representando instituições estrangeiras, quer por missões internacionais.

16. No caso de ser concedida a uma missão estrangeira a autorização para uma escavação, o representante do Estado que a concede, no caso de algum ser designado, deveria ser também um arqueólogo capaz de ajudar a missão e de com ela colaborar.

17. Os Estados membros que não disponham dos meios necessários para organizar escavações arqueológicas no estrangeiro deveriam receber todas as facilidades para enviarem os seus arqueólogos às escavações empreendidas por outros Estados membros, mediante prévio consentimento do director da escavação.

18. Um Estado que não disponha de meios suficientes, quer técnicos, quer de outra índole, para realizar cientificamente uma escavação arqueológica, deveria poder apelar para os técnicos estrangeiros para que nela participassem, ou para uma missão estrangeira que a dirigisse.

GARANTIAS RECÍPROCAS

19. A autorização para escavações só deveria conceder-se a instituições representadas por arqueólogos qualificados, ou a pessoas que ofereçam sérias garantias científicas, morais e financeiras, sendo estas últimas de modo a assegurar que as escavações empreendidas se levariam a bom termo, conforme as cláusulas da concessão e dentro do prazo previsto.

20. A autorização concedida a arqueólogos estrangeiros para a realização de escavações deveria assegurar certas garantias recíprocas de duração e estabilidade que favorecessem os seus objectivos e os pusessem ao abrigo de injustificadas revogações, especialmente no caso de que existissem razões profundamente justificadas que os obrigassem a suspender os seus trabalhos por um tempo determinado.

CONSERVAÇÃO DOS VESTÍGIOS

21. A autorização deveria definir as obrigações do concessionário durante o período da sua concessão e no seu termo. Deveria especialmente prever a guarda, manutenção e o restauro dos lugares, assim como a conservação, durante os trabalhos ou no final destes, dos objectos e monumentos descobertos. Por outro lado, a autorização deveria precisar com que apoio por parte do Estado outorgante poderia contar o concessionário para cumprir as suas obrigações, no caso de se revelarem excessivamente pesadas.

ACESSO ÀS ESCAVAÇÕES ARQUEOLÓGICAS

22. Os homens de ciência qualificados de todas as nacionalidades deveriam poder visitar uma escavação antes da publicação dos trabalhos e, inclusivamente, mas com autorização do director daquela, durante a execução dos mesmos. Este privilégio não deveria, em caso algum, lesar os direitos de propriedade científica do concessionário sobre a sua descoberta.

DESTINO DO PRODUTO DAS ESCAVAÇÕES ARQUEOLÓGICAS

23. *a)* Cada Estado membro deveria determinar claramente os princípios que vigoram no seu território relativamente ao destino do produto das escavações.
- b)* Os achados deveriam ser utilizados, em primeiro lugar, na constituição, nos museus do país em que as escavações se realizem, de colecções completas e plenamente representativas da civilização, história e arte do dito país.
- c)* Com o fim primordial de favorecer os estudos arqueológicos mediante a difusão de objectos originais, a autoridade outorgante poderia encarar, depois de publicada uma notícia científica dos mesmos, a cessão ao concessionário de alguns objectos procedentes das suas escavações, consistindo em duplicados ou, de modo geral, objectos ou grupos de objectos a que a dita autoridade possa renunciar devido à sua semelhança com outros procedentes da mesma escavação. A entrega ao concessionário de objectos procedentes de escavações deveria ter como condição invariável a de que aqueles fossem depositados num prazo determinado em centros científicos abertos ao público; se esta condição não fosse cumprida, ou cessasse de ser observada, os objectos cedidos voltariam à posse da autoridade outorgante.
- d)* Deveria autorizar-se a exportação temporária dos objectos descobertos, com excepção dos particularmente frágeis ou dos de importância nacional, a pedido justificado de uma instituição científica, pública ou privada, sempre que o seu estudo não fosse possível no território do Estado outorgante devido à insuficiência dos meios de investigação científica ou bibliográfica, ou resultasse difícil pelas condições de acesso.

- e) Cada Estado membro deveria encarar a possibilidade de ceder, trocar ou depositar, em benefício de museus estrangeiros, objectos que se não revistam de interesse para as colecções nacionais.

PROPRIEDADE CIENTÍFICA, DIREITOS E OBRIGAÇÕES DO CONCESSIONÁRIO

- 24.
 - d) O Estado concedente deveria garantir ao concessionário a propriedade científica das suas descobertas durante um período razoável.
 - b) O Estado concedente deveria impor ao concessionário a obrigação de publicar os resultados das suas descobertas dentro do prazo previsto na concessão ou, quando ele o não tenha sido, num prazo razoável. Este não deveria ser superior a dois anos no que se refere aos relatórios preliminares. Durante cinco anos a partir da descoberta, as autoridades arqueológicas competentes deveriam comprometer-se a não facilitar, para um estudo detalhado, o conjunto de objectos procedentes das escavações, nem a documentação científica a eles referente, sem prévia autorização escrita do concessionário. As mesmas autoridades deveriam impedir, em idênticas condições, que se fotografassem ou reproduzissem os materiais arqueológicos ainda inéditos. Para permitir, se isso for desejado, uma dupla publicação simultânea do seu relatório preliminar, o concessionário deveria, a pedido das citadas autoridades, pôr à sua disposição uma cópia do texto desse relatório.
 - c) As publicações científicas sobre investigações arqueológicas editadas num idioma de limitada difusão deveriam incluir um resumo numa língua de maior difusão e, sendo possível, a tradução do índice e das legendas das ilustrações.

DOCUMENTAÇÃO SOBRE ESCAVAÇÕES ARQUEOLÓGICAS

25. Com a reserva do estipulado no parágrafo 24, os serviços arqueológicos nacionais deveriam facilitar, na medida do possível, a consulta da documentação em seu poder e o acesso às suas colecções arqueológicas aos investigadores e cientistas qualificados, especialmente aos que tenham obtido uma autorização para realizar escavações num lugar determinado, ou que desejem obtê-la.

REUNIÕES REGIONAIS E DISCUSSÕES CIENTÍFICAS

26. Com o fim de facilitar o estudo dos problemas de interesse comum, os Estados membros poderiam organizar, de vez em quando, reuniões regionais que agrupassem os representantes dos serviços arqueológicos dos Estados interessados. Por outro lado, cada Estado membro poderia organizar debates científicos entre os investigadores que trabalham no seu território.

IV. COMÉRCIO DE ANTIGUIDADES

27. Para salvaguardar os superiores interesses do património arqueológico comum, todos os Estados membros deveriam considerar a conveniência de regulamentar o comércio de antiguidades, para evitar que esse comércio favoreça a saída clandestina do material arqueológico ou lese a protecção das escavações e a constituição de colecções públicas.

28. A fim de cumprir a sua missão científica e educativa, os museus estrangeiros deveriam poder adquirir objectos libertos de toda e qualquer restrição devida às leis em vigor no país de origem.

V. REPRESSÃO DAS ESCAVAÇÕES CLANDESTINAS
E DA EXPORTAÇÃO ILÍCITA DE OBJECTOS
PROCEDENTES DE ESCAVAÇÕES ARQUEOLÓGICAS

PROTECÇÃO DAS ESTAÇÕES ARQUEOLÓGICAS CONTRA AS ESCAVAÇÕES CLANDESTINAS E AS DETERIORAÇÕES

29. Cada Estado membro deveria tomar todas as disposições necessárias para impedir as escavações arqueológicas clandestinas e a deterioração dos monumentos definidos nos parágrafos 2 e 3 *supra* e das estações arqueológicas, assim como a exportação de objectos delas procedentes.

COLABORAÇÃO INTERNACIONAL PARA EFEITOS DE REPRESSÃO

30. Deveriam tomar-se as disposições necessárias para que, quando os museus recebessem uma oferta de cedência de materiais arqueológicos, se assegurassem de que não existe o menor indício de que eles provêm de escavações clandestinas, de roubos, ou de outras actividades que a autoridade competente do país de origem considere ilícitas.

Toda a oferta duvidosa deveria, com os necessários detalhes, ser dada a conhecer aos serviços interessados. Quando um museu adquira objectos arqueológicos, deveriam publicar-se o mais depressa possível as indicações suficientes para permitir a sua identificação, e os detalhes sobre a forma de aquisição.

DEVOLUÇÃO DOS OBJECTOS AOS PAÍSES DE ORIGEM

31. Os serviços de escavações arqueológicas e os museus deveriam prestar-se uma colaboração mútua com o fim de assegurar ou facilitar a devolução aos países de origem de objectos procedentes de escavações clandestinas, ou de roubos, e dos objectos que tenham sido exportados violando a legislação do país de origem. Seria para desejar que todos os Estados membros tomassem as medidas necessárias para garantir a dita devolução.

Estes princípios deveriam aplicar-se no caso da exportação temporária a que se referem as alíneas *c*, *d* e *e* do parágrafo 23 *supra*, quando os objectos não fossem restituídos dentro do prazo fixado.

VI. ESCAVAÇÕES ARQUEOLÓGICAS EM TERRITÓRIO OCUPADO

32. Em caso de conflito armado, todo o Estado membro que ocupasse o território de outro Estado deveria abster-se de realizar escavações arqueológicas no território ocupado. No caso de descobertas fortuitas, especialmente em consequências de trabalhos militares, a potência ocupante deveria adoptar todas as medidas possíveis para proteger os referidos achados, e entregá-los, ao terminarem as hostilidades, às autoridades competentes do território anteriormente ocupado, juntamente com a respectiva documentação.

VII. ACORDOS BILATERAIS

33. Os Estados membros deveriam estabelecer acordos bilaterais, sempre que fosse necessário ou desejável, com o fim de resolverem assuntos de interesse comum que possam surgir com a aplicação das disposições da presente recomendação.

(Versão portuguesa de J. M. Bairrão Oleiro)

(Página deixada propositadamente em branco)

VIDA DO INSTITUTO

(Página deixada propositadamente em branco)

SOBRE A CRIAÇÃO E OBJECTIVOS DO INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA

Em sessão ordinária de 23 de Novembro de 1954, o Conselho da Faculdade de Letras aprovou por unanimidade, depois de ouvidos os professores do Grupo de História, que haviam sido previamente consultados, uma proposta apresentada pelo Senhor Director da Faculdade autorizando a criação do Instituto de Arqueologia.

Na exposição, apresentada à Direcção da Faculdade, fundamentando o pedido para que se autorizasse o estabelecimento do Instituto, salientava-se a utilidade de se intensificarem os trabalhos em regime de seminário, as aulas práticas de arqueologia e técnicas arqueológicas; a conveniência de interessar os alunos na realização de trabalhos úteis a eles próprios e à Faculdade como, por exemplo, a organização de ficheiros e cartas arqueológicas e epigráficas, arranjo e enriquecimento do Museu Didáctico de Arqueologia etc.

A sua missão primeira seria, no entanto, fomentar a investigação arqueológica e a preparação de novos investigadores.

Destinado em princípio aos estudantes que preparassem a licenciatura em Ciências Históricas e Filosóficas, nele poderiam trabalhar todos os que tivessem real interesse pelos problemas da Arqueologia (mesmo sendo alunos de outras secções da Faculdade), e previa-se que poderia ser útil e fecunda a colaboração com outros Institutos já existentes, como os de Estudos Históricos, Estudos Clássicos, Estudos Geográficos, etc.

Concedida que foi a autorização para que o Instituto iniciasse as suas actividades, logo nesse ano lectivo se começou a trabalhar, embora com grandes dificuldades por não se dispor de qualquer verba inscrita no orçamento, por não ter sido possível à Direcção da Faculdade destacar qualquer funcionário que auxiliasse a organizar o Instituto, e, ainda, por se tratar de uma experiência que, no campo da Arqueologia e dentro da Faculdade, não tinha quaisquer antecedentes.

No entanto, graças às facilidades e apoio moral que a Direcção e os Professores da Faculdade nunca negaram; graças ao entusiasmo, dedicação e sacrificio de vários grupos de alunos; graças à colaboração, generosidade e incitamento de um grupo de arqueólogos e pessoas esclarecidas que, desde a primeira hora, se revelaram como verdadeiros amigos; graças, enfim, a um subsídio que, pelo Fundo Sá Pinto, o Senado concedeu, o Instituto começou a organizar-se, a equipar-se e a trabalhar.

Iniciaram-se relações com organismos similares em Portugal e no Estrangeiro; começaram os estudos preparatórios para a elaboração da carta arqueológica da região de Coimbra; fizeram-se as primeiras aquisições de material de estudo e de trabalho; deram entrada os primeiros livros para a biblioteca especializada que, apesar de todos os esforços feitos, ainda está muito longe de corresponder às necessidades mínimas do ensino e da investigação.

No ano lectivo de 1955-1956, sempre com a voluntária colaboração de grupos de estudantes, o Instituto prosseguiu as suas actividades.

Elaborou-se um questionário que foi enviado aos srs. Presidentes das Câmaras Municipais, professores primários e párocos das freguesias do distrito de Coimbra, com o fim de se colherem informações a aproveitar na organização da carta arqueológica. Essa iniciativa mereceu a concordância da 2.^a Subsecção da 6.^a Secção da Junta Nacional da Educação, e o apoio de Sua Ex.^a o Senhor Subsecretário de Estado da Educação Nacional e de Sua Ex.^a Reverendíssima o Senhor Arcebispo Bispo Conde, que recomendaram aos professores primários e párocos a colaboração com o Instituto de Arqueologia.

Todas as respostas foram arquivadas e coordenadas por concelhos, a fim de se iniciarem as outras fases do trabalho: verificações, prospecções, etc. Adquiriram-se aos Serviços Cartográficos do Exército as folhas das cartas respeitantes ao distrito de Coimbra, com vista à precisa localização de estações e achados arqueológicos, e aos trabalhos a efectuar no terreno.

O Museu Didáctico recebeu novas ofertas; mais publicações deram entrada na biblioteca; e o Instituto continuou a equipar-se, tendo-lhe sido atribuídos quatro ficheiros metálicos, uma máquina de projecção Aldis, e uma máquina fotográfica com os respectivos acessórios.

Um dos estudantes-colaboradores do Instituto, Luís Fernando Delgado Alves, apresentou como dissertação de licenciatura um tra-

balho intitulado *Aspectos da Arqueologia em Myrtilis*, publicado depois no volume XIII do *Arquivo de Beja*.

Durante o ano lectivo de 1956-1957 continuaram os trabalhos de organização dos ficheiros-base para a carta arqueológica, e um outro colaborador do Instituto, Adriano Vasco da Fonseca Rodrigues, apresentou uma dissertação de licenciatura denominada *Prospecções arqueológicas na região de Longroiva*. Uma licencianda em Filologia Clássica, Maria de Lourdes Rodrigues, organizou o ficheiro epigráfico do distrito de Coimbra.

No I Campo Internacional de Trabalho, realizado em Conimbriga por iniciativa da M.P., tomaram parte alguns colaboradores do Instituto e alunos da Faculdade: Maria Adília Moutinho, Mário de Castro Hipólito, José Luís dos Santos Lima, Antonio de Oliveira e Jaime Valente de Matos.

Em Setembro de 1957, por encargo da Junta Nacional da Educação, foi feita uma primeira campanha de escavações na estação romana do Ferragial d'El-Rei, em Alter do Chão. Sob a direcção de J. M. Bairrão Oleiro e Jorge de Alarcão e Silva, e subsidiada pela Fundação da Casa de Bragança, a exploração foi muito prometedora e interessante. Contamos dar do que ali se fez uma pormenorizada notícia no próximo volume de *Conimbriga*. E nessa altura se fará a devida e grata referência à forma como a Fundação da Casa de Bragança e, particularmente, o seu ilustre Presidente e devotado amigo do Instituto, Dr. António Luís Gomes, tornou possível a realização dos trabalhos.

O ano lectivo de 1957-1958 foi assinalado por vários acontecimentos importantes com reflexos na vida do Instituto, e por uma crescente actividade deste.

Um desses acontecimentos foi a publicação do Decreto n.º 41341, de 30 de Outubro de 1957, reformando as Faculdades de Letras.

No que diz respeito ao sector da investigação arqueológica a reforma trouxe apreciáveis benefícios que, com o correr dos tempos, se tornarão bem patentes. Segundo o antigo plano de estudos, a Arqueologia era uma disciplina dada no quarto ano e apenas durante um ano lectivo, precisamente o último que o estudante frequentava antes da licenciatura.

Por um lado o tempo era escasso e, portanto, tornava-se difícil dar uma visão de conjunto de toda a Arqueologia; por outro lado, não

era conveniente fazer um ensino em profundidade sem que o aluno pudesse dispor de quadros gerais que o orientassem. Um outro defeito, e não o menor, consistia no facto de, se o aluno se sentia interessado pela Arqueologia, não haver já o tempo necessário para estimulá-lo e orientá-lo antes de abandonar a Faculdade.

Adoptando um critério de maior especialização, melhorando o ensino em extensão e profundidade, criando a cadeira de Pré-História e cursos de seminário, distribuindo de forma mais racional as disciplinas pelos cinco anos do curso, a nova reforma trouxe consideráveis vantagens ao sector da Arqueologia.

Em primeiro lugar assinala-se o reconhecimento de uma divisão cada vez mais acentuada — pelo que diz respeito aos processos e técnicas de trabalho e investigação, mas não aos fins últimos — entre a Pré-história e a Arqueologia.

Em segundo lugar, esse desdobramento permite maior profundidade no ensino, sem prejudicar a visão global que o aluno pode ter ao fim de dois anos, e a escolha de futuros caminhos de investigação, ao estudante que sentiu despertar o interesse para os estudos arqueológicos, entre a Pré-história e a Arqueologia Clássica.

Por outro lado, se o estudante se sente verdadeiramente atraído para a investigação arqueológica, fica com três anos de Faculdade à sua frente para trabalhar, receber orientação, preparar a sua dissertação de licenciatura, conhecer métodos de pesquisa, etc. E lá estão os cursos de seminário para isso.

Que estas considerações não são gratuitas prova-o o facto de um grupo de alunos, que iniciaram os seus estudos dentro de este novo plano, terem aparecido espontaneamente a colaborar nos trabalhos do Instituto, a procurar orientação para o interesse que neles despertou a ciência arqueológica, a solicitar conselho sobre temas para dissertações. Mais curioso e significativo é o facto de, voluntariamente, terem organizado um Seminário de Arqueologia de que fazem parte não só alunos da Secção de História, mas também de outras Secções e, até, de outras Faculdades. Do real e comum interesse de todos eles não há que duvidar. Não cessou quando passaram os exames — como às vezes acontece! —, nem diminui quando se exigem sacrifícios, quando o trabalho manual é duro, quando a chuva encharca ou o sol queima, quando reservam as suas tardes livres para sessões de estudo, exercícios de classificação de materiais ou pesquisas no terreno.

Outro acontecimento assinalável foi a oferta ao Instituto da colecção arqueológica de Alcácer do Sal pelo Prof. Doutor Francisco Gentil, a que noutro lugar nos referimos mais desenvolvidamente, e a inauguração oficial do Instituto de Arqueologia.

Foi também neste ano lectivo que, sob o patrocínio da Fundação Calouste Gulbenkian, visitou o Iraque a Missão Arqueológica da Faculdade de Letras.

Com outros Institutos da Faculdade e da Universidade se elaborou o trabalho *Subsídios para o estudo do acampamento romano de Antanhol*, publicado pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Novas dissertações de licenciatura sobre temas arqueológicos foram apresentadas: a de Adília Moutinho de Alarcão sobre *Sigillata Hispânica em Museus do Norte de Portugal*; e a de Dulce Emilia Alves Souto, *Subsídios para uma carta arqueológica do distrito de Aveiro no período da Romanização*.

Durante o ano lectivo de 1958-1959 continuaram os trabalhos de organização (2.^a e 3.^a fases) da carta arqueológica; receberam-se novas ofertas de materiais e publicações; fizeram-se algumas outras aquisições; aumentou-se a colecção de diapositivos; e o Instituto esteve representado no I Congresso Nacional de Arqueologia. Foram apresentadas três dissertações de licenciatura: as de Armando Lopes Alves, *A Mineração Romana no território que hoje é Portugal*; de Maria Margarida Campos Lopes Belo, *Subsídios para o estudo das cerâmicas castrejas no Alto Minho*; e de Mário de Castro Hipólito, *As invasões da Hispânia no século III e os tesouros monetários. Contributo para o estudo do problema em Portugal*.

Um novo grupo de estudantes, estes já ingressados na Faculdade depois da publicação da nova reforma, veio trazer o melhor do seu entusiasmo, esforço e interesse, às tarefas do Instituto. Com essa nova seiva outras raízes se lançaram e o trabalho dos que os antecederam pode ser continuado e ampliado.

Por outro lado, o Conselho da Fundação Calouste Gulbenkian tomou em conta as razões que lhe foram apresentadas e concedeu um subsídio de cento e dois mil escudos, para a realização de determinados fins específicos: auxílio para a publicação da revista *Conimbriga*; aquisição de livros, equipamento para escavações, compra de peças arqueológicas; organização de ficheiros; trabalhos de escavação.

A uma série de realizações espectaculares preferiu-se a aplicação

críteriosa e meditada desse subsídio, de maneira a permitir um progressivo enriquecimento dos meios de acção, investigação e ensino, e dos processos de formação de novos arqueólogos. Nessa mesma ordem de ideias se orientou o pedido feito à Fundação para que permitisse a dois colaboradores do Instituto a frequência de cursos especializados do Instituto de Arqueologia da Universidade de Londres, o que será uma realidade já no próximo ano.

Está-se ainda muito longe da perfeição, e a tarefa a que o Instituto meteu ombros apenas se pode considerar esboçada. Cinco anos lectivos passaram sobre a data em que o Instituto se criou, e o que se fez talvez não tenha sido muito. Para quem tenha algum dia tido a sorte e a oportunidade de trabalhar nos grandes Institutos de Arqueologia de Itália, Espanha, Inglaterra ou Alemanha, o confronto com o nosso pode ser desanimador. Grandes quadros de pessoal docente e técnico, magníficas bibliotecas especializadas, riquíssimos arquivos fotográficos, tudo ali se encontra ao serviço de estudantes, de estudiosos e de especialistas. E perante esse confronto duas atitudes são possíveis: ou se cruzam os braços e se fica à espera que aconteça um milagre; ou se trabalha para o conquistar e ter direito a ele.

Aqui, partiu-se do nada, sem pessoal, sem livros, quase sem dinheiro, sem instalações. A pouco e pouco, mais lentamente do que todos desejariam, foram aparecendo os primeiros livros, os primeiros subsídios, a instalação, as colecções. Os que lá trabalharam em 1955, se agora voltarem, já acharão tudo um pouco melhor, e se as grandes dedicações, dos da Casa e dos de fora dela, que, felizmente, nunca faltaram, continuarem a manifestar-se, há de realizar-se um dia o que tem sido o sonho de todos aqueles que, desde 1954, ajudaram a erguer o Instituto de Arqueologia.

Precisamos ainda de muita coisa e de muitas boas vontades, mas não se perde a esperança de ir encontrando sempre quem esteja disposto a manter e transmitir o fogo sagrado.

A todos aqueles que nestes cinco anos trabalharam no Instituto, que talvez recordem os momentos que ali passaram (embora a vida os tenha levado a outros rumos, pois que a Arqueologia não compensa materialmente), a todos esses que nunca esquecemos, certamente agradecerá saber que o seu esforço não foi inútil ou que os seus continuadores foram elogiados por Christopher Hawkes, pela forma como realizaram os trabalhos de que os incumbiu.

E assim, a pouco e pouco, o Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras procurará realizar os seus grandes objectivos: despertar vocações, preparar investigadores; contribuir, por todos os meios ao seu alcance, para o progresso da ciência arqueológica em Portugal; numa palavra, *fazer Escola*. Essa será a melhor maneira de bem servir a Universidade e o País.

MISSÃO ARQUEOLÓGICA AO IRAQUE

Com o alto patrocínio e indispensável concurso da Fundação Calouste Gulbenkian, visitou o Iraque em 1958 uma Missão Arqueológica da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Como ela teria que ser, forçosamente, de estudo e exploração de possibilidades futuras, os seus principais objectivos eram o exame de um certo número de estações arqueológicas mais representativas; a observação dos materiais recolhidos nos museus; o estudo da organização de determinados serviços; e o estabelecimento de contactos pessoais com as individualidades que superintendiam na Direcção de Antiguidades.

Nesta ordem de ideias convinha que nela se integrassem representantes de alguns sectores da investigação cujas observações e experiências pessoais pudessem servir melhor o fim que se tinha em vista, e permitissem um conhecimento tanto quanto possível completo dos quadros em que poderiam vir a decorrer futuros trabalhos, se alguma oportunidade nesse sentido se oferecesse.

O Conselho da Faculdade designou para fazerem parte da Missão o professor catedrático da Secção de História, Doutor Manuel Lopes de Almeida, que a chefiou; o primeiro assistente Doutor Alfredo Fernandes Martins, representante da Secção de Geografia; e o segundo assistente da Secção de História, licenciado J. M. Bairrão Oleiro, representante do Instituto de Arqueologia.

Assentou-se então num plano provisório de visitas a efectuar (que, logo após a chegada a Bagdade, seria submetido à apreciação da Direcção de Antiguidades) e propôs-se que a Missão visitasse o Iraque durante as férias da Páscoa, época que se sabia propícia a trabalhos de campo que, pelas condições* climáticas, só podem efectuar-se em períodos bem

determinados. Por outro lado, se essa proposta fosse aceite, a actividade docente dos membros da Missão não seria prejudicada.

Consultada a Direcção-Geral de Antiguidades do Iraque, recebeu-se a seguinte resposta:

«...It gives me much pleasure indeed to inform you that we shall be glad to have here in Iraq the archaeological mission mentioned in your letter ...I think you have chosen the proper time in the year for the visit of the mission to this country. The period of March and April is the time in which archaeological activities are usually at their prime.

The distinguished members of the proposed mission will have the opportunity of seeing excavations in operation at some ancient sites, in addition to their visits to ruins and monuments of a number of ancient cities. They shall certainly find every cooperation from us necessary to make their visit to Iraq pleasant and instructive to them. ...»

Assim, em 24 de Março, depois de apresentar cumprimentos de despedida a Sua Excelência o Senhor Ministro da Educação Nacional e ao Presidente da Fundação Calouste Gulbenkian, a Missão partiu, por via aérea, para Bagdade.

Logo no dia seguinte ao da chegada, ou seja a 25, a Missão foi recebida, com a maior cordialidade e simpatia, pelo Director-Geral de Antiguidades do Iraque e alguns dos seus mais directos colaboradores. Feita a entrega de uma mensagem do Director da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e a oferta de um exemplar da *História da Universidade de Coimbra*, discutiu-se o itinerário que havia sido delimitado ainda em Portugal. Em princípio tinha-se admitido a possibilidade de visitar, além dos Museus de Bagdade e Mosul, as seguintes estações: Ur, Eridu, Lagash, Nippur, Babilónia, Ctesiphon, Nimrud, Khorsabad, Ninive, Ashur, Jarmo e Hatra.

Com satisfação se verificou que um plano de visitas sugerido pelo Director-Geral Assistente e pelo Director da Investigação Arqueológica coincidia, quase ponto por ponto, com o que se havia estudado. Mas logo nessa altura se viu, em face do que foi dito sobre as dificuldades em realizar certos itinerários, a impossibilidade de ele ser executado integralmente, apesar de toda a colaboração que veio a ser prestada pela Direcção de Antiguidades e pela Iraq Petroleum Company, entidades a que a Missão ficou devendo inúmeras atenções e facilidades.

Apesar do tempo ser escasso (apenas 13 dias e nem todos eles úteis), das distâncias serem enormes, e de estar-se em pleno período do Ramada (quando determinados serviços funcionam apenas durante uma parte do dia), foi possível — graças a essa colaboração e a um completo aproveitamento do tempo — ver-se quase tudo o que se desejava, falar-se com quem interessava, e tratar do que convinha, embora com real esforço físico.

Depois de uma primeira e demorada visita às incomparáveis coleções do Museu de Bagdade, e na companhia de um representante da Direcção de Antiguidades, a Missão iniciou em 26 de Março as suas excursões de estudo a estações arqueológicas, deslocando-se a Tell Harmal e Ctesiphon. No dia seguinte visitou-se Babilónia, a cerca de cem quilómetros da capital, e, antes de ali chegar, fez-se uma paragem nas ruínas do palácio de verão de Nabucodonosor.

O dia 28 foi novamente dedicado ao Museu de Bagdade, que interessava ver o melhor possível, e a 29 a Missão partia para Baçorá, a principal cidade do sul do Iraque, em cujo aeroporto a aguardava o automóvel que, pela estrada do deserto do sul, a transportaria até às ruínas de Ur, a cerca de duzentos quilómetros de distância. A importante estação arqueológica foi demoradamente percorrida, sob um sol escaldante, sob a amável orientação do Inspector de Antiguidades de Nasiriya e do guarda de Ur. Manifestou-se-lhes o desejo de visitar Eridu e Lagash, mas houve que renunciar a esses projectos. Para chegar à primeira seria conveniente requisitar uma escolta de polícia, o que levaria algum tempo a conseguir-se; e Lagash ficava demasiado longe para poder regressar-se no mesmo dia, condição indispensável para não comprometer todo o plano de viagens já fixado em pormenor e garantindo o melhor aproveitamento do tempo disponível.

Em face disso aguardou-se em Nasiriya e Ur-Junction a chegada do comboio nocturno para Bagdade. No próprio dia da chegada à capital, ou seja a 30, a Missão partia para o norte do país, com destino a Mosul, que seria a base para as visitas a realizar naquela região. Na manhã de 31, logo após a chegada, entrou-se em contacto com o director do Museu e com um dos seus auxiliares, que fora escalado para acompanhar os membros da Missão. Visitou-se o interessante museu de Mosul, parte das antigas fortificações (Bash Tabia), o Qara Serai e a igreja caldaica-cristã *Tahara dos Caldeus*. De tarde, pela pequena

distância a que se encontram de Mosul, foi possível visitar as estações arqueológicas de Ninive, Khorsabad e Arpachiya.

Na madrugada de 1 de Abril partia-se, de automóvel, para a longa e fatigante excursão às imponentes ruínas de Hatra, em pleno deserto do norte e não muito longe da fronteira com a Síria. Deve essa visita considerar-se como das mais interessantes, visto que na enorme estação arqueológica, em que está convertida a populosa e importante cidade do reino dos Partos, se notam curiosos resultados das civilizações do Próximo-Oriente, com influências do mundo greco-romano ocidental. A cidade, cujo período de apogeu se situa entre 100 e 300 d.C., foi cercada várias vezes por legiões romanas sem que elas conseguissem vencer a resistência dos seus habitantes, ajudados por poderosas defesas e, muito principalmente, pelo clima hostil e dificilmente suportável do deserto.

Depois da visita a Hatra, foram os componentes da Missão apresentar cumprimentos ao comandante do posto militar vizinho, o Coronel Governador do Território de Hatra e do Deserto do Norte, que os quis homenagear com um almoço. No regresso a Mosul tomou-se um caminho diferente, mais longo, o que permitiu a visita às ruínas de Ashur.

O dia 2 foi inteiramente dedicado às escavações de Nimrud, a antiga Kalah, onde uma expedição britânica procedia a trabalhos sob a direcção do Prof. David Oates, que substituíra o Prof. Mallowan, nesse momento em Inglaterra. Na companhia dos membros da Missão Britânica foram percorridas as antigas escavações e observados os trabalhos, em curso, de escavação, consolidação e restauro. Quis o Prof. David Oates reunir num almoço os membros da Missão portuguesa com os seus companheiros de equipe, recrutada numa interessante base de colaboração internacional. Efectivamente, além de David Oates e sua Esposa, ali trabalhavam Miss Barbara Parker (secretária da British School in Iraq), o Prof. Jorgen Laessoe (da Universidade de Copenhague), o técnico americano Carroll Wales, e um representante do Department of Antiquities, de Bagdade.

No regresso a Mosul visitou-se o Mosteiro de Mar Bahnam, dos católicos sirios.

O dia seguinte foi aproveitado com nova visita ao Museu, à Grande Mesquita (Jami Al Kebér), e uma troca de impressões com um grande conhecedor da região norte do Iraque e da sua arqueologia, o P.^c Jean Fiey, da Église Latine de Mosul.

A meio da tarde desse dia, por via aérea e com escala em Kirkuk, regressou-se à capital iraquiana.

Em 4 e 5 de Abril, a Missão portuguesa apresentou cumprimentos no Palácio Real; foi recebida pelo Presidente da Universidade de Bagdade, a quem entregou uma mensagem do Reitor da de Coimbra e com quem trocou impressões; visitou novamente o Museu de Arqueologia, o Museu Islâmico instalado do Khan Marjan, o Development Board e a Repartição de Turismo; e apresentou os seus agradecimentos e despedidas à Direcção-Geral de Antiguidades e à Iraq Petroleum Company.

A 6 de Abril iniciou-se a viagem de regresso. Durante a estadia no Cairo foram visitadas a Cidadela, as Mesquitas de Hassam e Mohamed Aly, o extraordinário e justamente famoso Museu do Cairo, Mênfis, a necrópole de Sakkara e os monumentos de Gizeh. A paragem em Atenas permitiu a visita dos principais monumentos da cidade, e a possibilidade de uma excursão às estações arqueológicas e monumentos da Argólia: Corinto, Micenas, Argos, Tirinto, Nauplia e Epidauró. Em Roma, apesar do pouco tempo, fez-se uma rápida visita a alguns dos mais famosos monumentos: Capitólio, Forum, Palatino, Anfiteatro Flávio, Panteón, etc..

No dia 16 de Abril, depois de ter estado retida no aeroporto da capital espanhola por avaria no avião, a Missão chegava a Lisboa ao princípio da madrugada.

Disse-se atrás que a Missão teria de ser, forçosamente, de estudo, de exploração de possibilidades futuras e, assim, deveria preocupar-se em atingir os seguintes objectivos: *a)* exame de um certo número de estações arqueológicas mais representativas; *b)* observação dos materiais recolhidos nos museus; *c)* estudo da organização dos Serviços; *d)* estabelecimento de contactos pessoais com as individualidades que superintendiam na Direcção de Antiguidades.

Em que medida se terão atingido esses objectivos? Vejamos por partes e pela ordem em que foram enumerados.

A) As visitas que, em princípio, a Missão projectara realizar incluíam: os Museus de Bagdade e Mosul, as estações arqueológicas de Ur, Eridu, Lagash, Nippur, Babilónia, Ctesiphon, Nimrud, Khor-sabad, Ninive, Ashur, Jarmo e Hatra.

Apenas a quatro delas houve que renunciar e por razões fortes. O plano de viagens no interior do Iraque, país extenso e de comunica-

ções difíceis, não foi fácil de harmonizar com o pouco tempo de que se dispunha, tanto mais que se tomava necessário entrar em contacto e trocar impressões com diversas individualidades em Bagdade. Apesar disso foi possível visitar as regiões do Centro, Sul e Norte do país. À excursão a Eridu renunciou-se por motivos já indicados; a Lagash, Nippur e Jarmo não o permitiu a falta de tempo. Em compensação visitaram-se duas estações não incluídas no plano original: Arpachiya e Tell Harmal.

O que se viu pôs a Missão praticamente em contacto com todos os períodos e regiões em que podem dividir-se a História, a Arqueologia e os quadros geográficos da Mesopotamia. É certo que Jarmo é um dos locais mais interessantes para o estudo do período neolítico, e aí não foi possível a ida. Também se não viu qualquer estação paleolítica, mas esses períodos podem ser bem entrevistados através das colecções do riquíssimo Museu de Bagdade.

Nas restantes visitas efectuadas conheceram-se estações em que se encontram documentos e vestígios que podem escalonar-se desde o VI milénio a.C. até ao século vn da nossa Era. E os nomes de Arpachiya, Ur, Tell Harmal, Babilónia, Ashur, Nínive, Khorsabad, Nimrud, Hatra e Ctesiphon são nomes-chave na arqueologia da Mesopotamia.

B) Foram detidamente observadas as colecções dos museus de Bagdade, Mosul e Babilónia. Pode dizer-se que, para ficar com um esquema claro da imensa riqueza do solo iraquiano e dos vários períodos em que podem dividir-se a sua arqueologia e a sua história, bastaria a visita ao Museu de Bagdade, uma vez que o de Babilónia é apenas monográfico, e o de Mosul interessa particularmente pelos materiais recolhidos nalgumas estações do norte do país, nomeadamente Hatra.

Graças à gentileza dos membros da Missão Inglesa em Nimrud foi possível ver as peças mais interessantes recolhidas durante a campanha de 1958 (então ainda em curso), entre as quais sobressaía um extraordinário lote de marfins.

C) Pelas visitas efectuadas, pelas conversações com arqueólogos iraquianos e estrangeiros, e pelas leituras feitas, viu-se a forma como estavam organizados os serviços de antiguidades, e como eles colaboravam com outros organismos (Development Board, missões estrangeiras, etc.). Pode mesmo adquirir-se a *Antiquities Law no. 59*, de 20 de Abril de 1956, que constitui uma imprescindível base de traba-

lho para todo e qualquer futuro projecto que venha a elaborar-se no sentido de uma colaboração entre os dois países.

D) Ofereceu-se a oportunidade de conhecer um razoável número de individualidades ligadas aos Serviços de Antiguidades, e de trocar impressões com algumas das mais qualificadas: o Director-Geral de Antiguidades; o Director-Geral Assistente; o Director da Investigação Arqueológica; os directores dos Museus de Bagdade e Mosul; alguns dos Inspectores de Antiguidades; e, também, o Presidente da Universidade de Bagdade.

Dos resultados da viagem, elementos de estudo recolhidos, e sugestões que pareciam pertinentes e oportunas, se deu conta, em devido tempo, à entidade que patrocinou e tornou possível a ida da Missão ao Iraque.

Ao publicar-se esta notícia se apresentam, uma vez mais, à Fundação Calouste Gulbenkian, os vivos agradecimentos pela honra concedida à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

LIÇÕES DO PADRE JEAN ROCHE

A convite da Faculdade de Letras e sob o patrocínio do Instituto de Alta Cultura, veio a Coimbra, em Janeiro, o ilustre pré-historiador Abbé Jean Roche para fazer uma série de lições subordinadas aos temas *Metodologia na Arqueologia Pré-Histórica, Técnicas de Escavação e Tipologia*.

Embora especialmente destinadas aos alunos de Pré-história e de Arqueologia essas lições tiveram grande êxito e numerosa assistência que as seguiu interessadamente.

Jean Roche, que um ano depois de licenciado, foi admitido com a mais alta classificação no Centro de Formação de Etnólogos do Museu do Homem, dedicou, a partir de 1949, as suas atenções e trabalhos a um ponto bem determinado: o estudo das civilizações pré-históricas post-paleolíticas em Marrocos e no Sudoeste da Europa, e a determinação das possíveis relações entre a Europa e a África do Norte durante esse período.

De então para cá, como *Attaché de Recherches* do *Centre National des Recherches Scientifiques*, tem desenvolvido uma incansável

actividade, não só em território norte-africano como também em Portugal. O Instituto de Altos Estudos Marroquinos encarregou-o de organizar o laboratório de Pré-história do Serviço de Antiguidades; de fomentar as escavações utilizando técnicas modernas, e de nelas superintender como Inspector das Antiguidades Pré-históricas. Coube-lhe ainda, além das tarefas de fiscalização e direcção das escavações, e da organização do *Service des Antiquités Préhistoriques*, o difícil encargo de actualizar a legislação regulamentando as escavações e assegurando a protecção das estações arqueológicas.

Em Portugal, os seus primeiros trabalhos datam de 1950, ano em que iniciou o estudo das colecções mesolíticas do Museu dos Serviços Geológicos. O seu nome ficará para sempre ligado a uma famosa estação arqueológica portuguesa — os concheiros de Muge — cujos materiais estudou, e onde continuou as escavações utilizando processos modelares e algumas-das novas técnicas postas ao serviço da Arqueologia.

Em Dezembro de 1958 tiveram os participantes no I Congresso Nacional de Arqueologia oportunidade de visitar as escavações feitas, nos concheiros da Moita do Sebastião e Cabeço da Amoreira, pelo *l'abbé Roche*.

Durante a sua permanência em Coimbra e na companhia do srs. Doutor Mário Brandão e Dr. J. M. Bairrão Oleiro, o Doutor Roche visitou, além do Museu Machado de Castro e do Instituto de Antropologia, as estações arqueológicas de Antanhol, Eira Pedrinha, Conimbriga, Santa Olaia e Mealhada, bem como o Museu Municipal «Santos Rocha», na Figueira da Foz.

O INSTITUTO

E O I CONGRESSO NACIONAL DE ARQUEOLOGIA

Ao I Congresso Nacional de Arqueologia, de homenagem a José Leite de Vasconcelos, não podia deixar de estar presente o Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras de Coimbra, cujo director a Comissão Organizadora deliberou considerar como Congressista Honorário, como aliás fez com todos os directores, presidentes ou responsáveis de instituições ligadas à investigação arqueológica portuguesa.

Entre os que têm prestado a sua colaboração às actividades do Instituto inscreveram-se no Congresso as Dr.^{as} Maria Teresa Pinto Mendes e Maria Adília Moutinho de Alarcão, o Dr. Jorge Alarcão, Mário de Castro Hipólito, José Marques de Mendonça Falcão e J. M. Bairrão Oleiro.

Maria Teresa Pinto Mendes apresentou à XI Secção (Museologia) uma comunicação intitulada *Uma vitrine experimental*, em que dava conta de uma tentativa, feita no Museu Machado de Castro, para expôr os materiais da estação eneolítica da Eira Pedrinha de forma a que se tornassem acessíveis ao visitante médio, apresentando-os segundo um critério fundamentalmente didáctico.

À VII Secção (Arqueologia Romana) foram apresentadas três comunicações: *Escavações no Ferragial d'El-Rei; Esculturas do cripto-pórtico de Aeminium; A cratera de Milreu*. Na primeira, assinada por Jorge Alarcão e J. M. Bairrão Oleiro, dava-se uma breve notícia dos resultados da campanha de escavações realizada pelo Instituto de Arqueologia, em 1957, na estação romana de Ferragial d'El-Rei (Alter do Chão). Durante os trabalhos, patrocinados pela Junta Nacional da Educação e subsidiados pela Fundação da Casa de Bragança, foram descobertos vários compartimentos sobre *hypocaustis* e um troço de mosaico geométrico policromo. Esperamos poder publicar no próximo volume de *Conimbriga* uma desenvolvida notícia destes trabalhos. A segunda, da autoria de J. M. Bairrão Oleiro, ocupava-se de quatro peças escultóricas encontradas nas galerias romanas subjacentes ao Museu Machado de Castro, e tentava-se a sua identificação. A terceira é publicada neste mesmo volume de *Conimbriga*.

A OFERTA DA COLECÇÃO ARQUEOLÓGICA
DO PROF. DOUTOR FRANCISCO GENTIL
AO INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA

Em 6 de Março de 1958 foram solenemente inauguradas as instalações do Instituto de Arqueologia com a abertura da exposição de materiais arqueológicos da necrópole de Alcácer do Sal, provenientes das escavações dirigidas pelo Doutor Vergílio Correia, e oferecidas

pelo Prof. Doutor Francisco Gentil, que se dignou honrar o acto com a sua presença.

À inauguração assistiram o Senhor Reitor da Universidade, Doutor Maximino Correia, o Director da Faculdade, Doutor João da Providência e Costa, muitos professores e estudantes. Durante a breve cerimónia usaram da palavra o Senhor Reitor, o Director da Faculdade e o Prof. Francisco Gentil.

Disse o Senhor Reitor:

«Senhor Director da Faculdade de Letras
Senhor Professor Francisco Gentil
Meus Senhores:

Em nome da Universidade de Coimbra, agradeço ao Senhor Professor Francisco Gentil, a preciosa dádiva com que acaba de aumentar o património da nossa Faculdade de Letras.

Se V. Ex.^a em palavras, atitudes e colaboração prestimosa sempre manifestou a mais profunda veneração, por esta velha e gloriosa Universidade, agora, por um gesto que tem de ficar perpetuado na história da Instituição, aqui vem depositar grande número de relíquias arqueológicas, por sua longanimidade incorporadas nos bens desta Faculdade.

Quis, nesse gesto de generosidade e de elegância moral, honrar a memória do saudoso Professor Vergilio Correia, não apenas com a dádiva de alto valor, mas exprimindo o desejo de que os trabalhos de exploração que levaram ao achado de tão importantes peças, sejam continuados e dirigidos por um discípulo do malgrado Professor.

Continua, deste modo, a honrar a memória do seu emérito antepassado que foi lustre desta Escola e da Nação, o insigne Mestre Francisco Soares Franco.

A Universidade de Coimbra tem pois sobradas razões para manifestar a V. Ex.^a a sua gratidão e o mais alto apreço pessoal.»

Seguidamente, o Senhor Doutor Providência e Costa agradeceu a oferta nos seguintes termos:

«O Museu Didáctico do Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra acaba de ser consideravelmente enriquecido com a generosa oferta, feita pelo Senhor Professor Doutor Francisco Gentil, da notável colecção de materiais recolhidos na



O Prof. Doutor Francisco Gentil com os Senhores Reitor da Universidade e Director da Faculdade de Letras e o Curso de Arqueologia de 1957-1958.



O Prof. Doutor Francisco Gentil com os Senhores Reitor da Universidade e Director da Faculdade na inauguração das instalações do Instituto de Arqueologia.

necrópole de Alcácer do Sal, a mais importante do País e das mais interessantes da Península, para o período a que se refere.

Essa oferta reveste-se de um significado muito particular, por várias razões: pelo seu valor intrínseco; pelo facto dos materiais arqueológicos terem sido recolhidos em escavações subsidiadas pelo Prof. Francisco Gentil e dirigidas pelo antigo professor desta Faculdade, Doutor Vergílio Correia; pela possibilidade que se abre aos estudantes de Arqueologia — presentes também neste acto — de tomar contacto directo com peças seleccionadas, que marcam uma época cujo estudo têm de fazer; por ser mais uma prova — e bem eloquente — do carinhoso interesse que a Universidade de Coimbra sempre mereceu ao Prof. Francisco Gentil, um dos defensores desta Faculdade nos dias sombrios de 1919.

Entre as duas centenas de peças agora oferecidas ao Instituto de Arqueologia e que, no conjunto, ilustram bem o enorme interesse da necrópole de Alcácer do Sal (a terra que viu nascer o Prof. Gentil) como estação em que se cruzam elementos indígenas, formas materiais das culturas de tradição céltica, objectos importados de zonas de mais alta civilização (egípcios, gregos, púnicos), e, na fase final, peças romanas, figuram alguns materiais particularmente importantes.

Entre eles destacaremos o escaravelho egípcio do faraó Psamético I (o documento mais antigo que se conhece, na Península, do comércio com o Mediterrâneo oriental, pois remonta ao século vna.C.); as peças de adorno, de ouro e bronze; os dois vasos áticos do século iv a.C. (um dos quais, segundo Beazley, atribuível ao *pintor dos tirsos negros*); as armas de vários tipos (falcata, espada de antenas, pontas de lança); as placas de cinturão damasquinadas a prata; as fíbulas hispânicas; as urnas cinerárias; as lucernas púnicas, etc., etc..

Com a calma e o tempo necessários vai proceder-se agora ao tratamento, conservação, restauro e estudo desses materiais. E à luz de novos elementos será possível efectuar a publicação definitiva que eles bem merecem e que Vergílio Correia, infelizmente, já não teve oportunidade de realizar, como desejava e planeava.

Essa será a melhor homenagem que prestaremos ao Senhor Professor Doutor Francisco Gentil, e à memória daquele de quem foi tão amigo.

Até lá queira V. Ex.^a aceitar os mais sinceros agradecimentos desta Faculdade pela generosa e importante dádiva que nos

fez, e por todas as pro vas de amizade com que sempre tem distinguido esta Casa.

Creia que as não esqueceremos!»

O Sr. Professor Francisco Gentil, num breve improviso, agradeceu então a homenagem que lhe fora prestada e as palavras que lhe haviam sido dirigidas e explicando os motivos que o tinham levado a oferecer a colecção à Universidade de Coimbra.

Nesse mesmo dia, com a presença do Senhor Director-Geral do Ensino Superior e das Belas Artes,, a Universidade entregou ao Professor Francisco Gentil o diploma de doutor *honoris causa* pela Faculdade de Medicina, durante uma cerimónia em que foi descerrado o retrato do seu antepassado, o ilustre anatomista Doutor Soares Franco.

A colecção de materiais arqueológicos da necrópole de Alcácer do Sal ficou, desde essa data, exposta nas instalações do Instituto de Arqueologia.

É-nos muito grato, nesta oportunidade, renovar ao Professor Francisco Gentil, devotado amigo da Universidade de Coimbra e do Instituto a expressão sincera do nosso mais vivo e profundo reconhecimento.

O ACAMPAMENTO ROMANO DE ANTANHOL E O INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA

Em sessão do Conselho da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, no dia 23 de Abril de 1958, foi aprovada por unanimidade uma moção que, apresentada ao Senado Universitário, na sua reunião de 3 de Maio, mereceu, também ali, aprovação por unanimidade.

O texto dessa moção era o seguinte:

«Tendo sido publicada notícia de que a Comissão Cultural do Município de Coimbra, na sua primeira reunião, resolvera por unanimidade considerar necessário o alargamento da pista do campo de aviação de Coimbra e por maioria pedir à Câmara Municipal que desse os passos indispensáveis nesse sentido, ainda que, para o conseguir, se tivesse de sacrificar o terreno oficialmente classificado como acam-

pamento romano, contíguo ao actual aeródromo, o Conselho da Faculdade de Letras de Coimbra, escola onde existe um Instituto de Arqueologia e onde se estudam as ciências e as técnicas arqueológicas, julga do seu dever chamar a atenção do Senado Universitário e das instâncias superiores para a gravidade de tais propósitos.

Segundo parecer apresentado à Junta Nacional da Educação, largamente fundamentado pelo insigne arqueólogo e saudoso professor desta Faculdade Doutor Vergílio Correia, foi o acampamento romano de Antanol classificado de Monumento Nacional, pelo decreto n.º 32.973 de 18 de Agosto de 1943. Sobre o fundamento da classificação desse monumento como notável exemplar de acampamento romano não podem hoje levantar-se dúvidas que não revelem lamentável desconhecimento de tais assuntos. Sobre o seu valor arqueológico basta lembrar que, sendo numerosos os vestígios de acampamentos militares nos territórios a que se estendeu a romanização, o campo fortificado de Antanol, pelo seu estado de conservação, deve considerar-se um exemplar raro e precioso, único em Portugal, visto que, dos outros dois já identificados, um se encontra profundamente alterado pela erosão e outro na sua maior parte destruído pela acção multissecular dos homens. O interesse científico deste monumento é ainda acrescentado pelo facto de o acampamento apresentar nítidas características morfológicas que o localizam em época anterior ao Império, quase seguramente no período das campanhas de pacificação, no século ii a.C., e com maior probabilidade durante a célebre campanha de Decimus Junius Brutus, denominado «Callaicus». Portanto, esta grandiosa obra humana que se estende por cerca de dez hectares, com suas muralhas de terra batida e seu duplo fosso, não pode considerar-se senão como um dos mais curiosos e importantes monumentos militares romanos da Península Ibérica ainda existentes e um dos mais antigos padrões das raízes latinas da nossa cultura.

Dada a importância arqueológica deste monumento, o que verdadeiramente importa não é proceder a escavações que o destruam, pois um dos seus mais notáveis aspectos está precisamente na sua estrutura, mas sim empreender trabalhos que cientificamente o valorizem, segundo técnicas de sondagem delicadas e morosas, que não se comparam com as técnicas utilitárias de uma vasta terraplanagem.

Assim, a Faculdade de Letras, consciente da sua integração no corpo universitário e, por conseguinte, dos seus deveres na defesa dos

interesses culturais de Coimbra, associa-se com entusiasmo ao desejo expresso pela Comissão Cultural do Município e pela Câmara Municipal no sentido de a cidade ser dotada de um novo e mais vasto aeródromo, mas também formula o voto de que, pela sua grandeza, essa obra seja definitiva e não apenas obra condenada a tornar-se insuficiente dentro de poucos anos, e veementemente manifesta a sua discordância com a ideia de que para tal fim seja vandalizado um dos monumentos nacionais que mais enriquecem o património arqueológico de Coimbra.»

Alguns meses mais tarde a Faculdade de Letras publicava os *Subsídios para o estudo do acampamento romano de Antanho*, trabalho elaborado pelos Institutos de Arqueologia e de Estudos Históricos, com a colaboração do Instituto Botânico da Faculdade de Ciências (no que respeitava ao parecer sobre a vegetação na área do acampamento), e do Instituto de Estudos Geográficos.

Julga-se que nesse trabalho estão bem patentes o alto interesse daquele Monumento Nacional e as fundadas razões que assistem a todos aqueles que se opõem a que ele seja destruído ou vandalizado.

É já muito longa, infelizmente, a lista de atropêlos que, em sucessivas épocas, têm sido cometidos contra o património arqueológico, histórico e artístico da Nação, até por pessoas ou entidades que por ele deviam zelar. Como a questão se tornou do domínio público e largamente se divulgaram as razões que aconselharam o manter-se a integridade daquele monumento, o Instituto de Arqueologia alimenta a esperança de que os defensores da opinião contrária tenham reconsiderado, mas, de qualquer forma, procurará estar atento ao problema, consciente de que assim cumpre o dever que lhe incumbe como instituição universitária, como centro de cultura, e como defensor de um património que, pela sua significação histórica e por ser nacional, cumpre a todos os portugueses cultos respeitar.

O CASTRO DE SANTA OLAIA

O senhor professor António Vítor Guerra, director do Museu Municipal «Dr. Santos Rocha», da Figueira da Foz, apresentou ao I Congresso Nacional de Arqueologia a sugestão de que se retomassem

os trabalhos na estação arqueológica do Outeiro de Santa Olaia (classificada como imóvel de interesse público), situada entre Montemor-o-Velho e Maiorca.

Como se trata de uma estação da mais alta importância para o conhecimento da Época do Ferro no vale do Mondego e, até, de todo o País, o Instituto de Arqueologia solicitou ao Ministério da Educação Nacional e à Sociedade Agrícola da Quinta da Foja, L.da, as necessárias autorizações, que vieram a ser concedidas, para o prosseguimento das pesquisas.

Assim que seja possível, e esperando que o Museu «Santos Rocha» lhe dê a sua colaboração, pensa o Instituto de Arqueologia proceder a um trabalho preliminar de verificação, para determinar se as pesquisas de Santos Rocha esgotaram, ou não, as possibilidades de estudo e recolha de materiais. Só depois disso se poderá dizer alguma coisa de definitivo sobre a vantagem ou inutilidade de realizar trabalhos sistemáticos de escavação.

Mas desde já se agradece à Ex.^{ma} Sociedade Agrícola da Quinta da Foja, a gentileza e prontidão com que concedeu a licença para que os trabalhos se realizem.

OFERTAS AO MUSEU DIDÁCTICO DO INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA

Doutor Aristides de Amorim Girão: uma lâmina de sílex, de Sejães, Oliveira de Frades.

Doutor João da Providência e Costa: um machado de bronze, do tipo «galaico-português», de Monção; cerâmica do castro de Monte Castelo, Vila Verde (Braga).

Tenente-coronel Afonso do Paço: colecção de materiais arqueológicos de Vila Nova de São Pedro; colecção de materiais da Citânia de Sanfins.

Comissão de Melhoramentos de Vila Meã (Douro): quatro peças de cerâmica de uma necrópole romana.

Dr. Júlio Manaia: colecção de machados de pedra encontrados na serra de Serpa.

José Marques de Mendonça Falcão: cerâmica romana de Lombas (Idanha-a-Nova).

Dr. J. M. Bairrão Oleiro: amostras de cerâmica ibérica pintada, de campaniense A e B, terra sigillata aretina e sud-gálica; um machado de pedra.

Elias Bernardo Fernandes: facas de sílex de uma mamoa junto de Pergulho (Proença-a-Nova); machado e esferoide, de Labrunhal Fundeiro (Proença-a-Nova).

- Dr. Salvador Dias Arnaut, P.^e Nunes Pereira, José Marques Mendonça Falcão e J. M. Bairrão Oleiro: cerâmica romana recolhida numa prospeção realizada, em 7 de Junho de 1958, no acampamento romano de Antanhol.
- Prof. Abel Viana: machado eneolítico de Alcalar; raspador languedocense de quartzite, de Areosa (Viana do Castelo); pico languedocense, de Areosa; prato de terra sigillata, de Eivas; cerâmica do século xvi, de Beja.
- Prof. Manuel de Almeida Tavares: colecção de materiais do Castro da Cárcoda (S. Pedro do Sul).
- Elias Bernardo Fernandes: fíbula anular e moeda de prata de Domiciano, de Casal Comba (Mealhada).
- Fernando António de Almeida: fragmento de disco de lucerna romana, com um golfinho.
- António Zacarias Pereira: moedas portuguesas de D. João VI e D. Maria I.
- Doutor João Pereira Dias: moeda romana (sestercio), arredores de Beja.
- Clara Maria Nunes: moeda romana (antoniniano), de Quintos.
- DL Alexandre Morujão: fragmento de pedra lavrada, visigótica, de Conimbriga.
- Dr. Fernando Nunes Ribeiro: amostras de cerâmica romana, do tipo «paredes finas», das Represas (Beja).
- Professor Doutor Francisco Gentil: colecção de materiais arqueológicos da necrópole de Alcácer do Sal.
- Dr. Antero do Amaral: 35 antoninianos, parte de um «tesouro» monetário encontrado em Aldeia das Dez (Oliveira do Hospital).
- Missão Arqueológica ao Iraque: amostras de cerâmica de vários tipos e estações.
- Dr. José Zacarias d'Almeida Sampaio Costa e Nora: um cipo romano com inscrição, encontrado em Murtede.
- Fundação Calouste Gulbenkian: duzentos antoninianos de um «tesouro» monetário encontrado na região de Borba.

DISSERTAÇÕES DE LICENCIATURA SOBRE TEMAS ARQUEOLÓGICOS (DE 1956 A 1959)

- Luís FERNANDO DELGADO ALVES, *Aspectos da Arqueologia em Myrtilis*, 1956 (dactilografada).
- ADRIANO VASCO DA FONSECA RODRIGUES, *Prospeções arqueológicas na região de Longroiva*, 1957 (dactilografada).
- ADÍLIA MOUTINHO DE ALARCÃO, *Sigillata hispânica em museus do norte de Portugal*, 1958 (impresa, sep. da «Revista de Guimarães», LXVIII, 3-4, Julho-Dezembro, 1958).
- DULCE EMÍLIA ALVES SOUTO, *Subsídios para uma carta arqueológica do distrito de Aveiro no período da romanização*, 1958 (dactilografada).
- ARMANDO LOPES ALVES, *A Mineração romana no território que hoje é Portugal*, 1959 (dactilografada).

- MARIA MARGARIDA CAMPOS LOPES BELO, *Subsídios para o estudo das cerâmicas castrejas no Alto Minho*, 1959 (dactilografada).
- MÁRIO DE CASTRO HIPÓLITO, *AS invasões da Hispânia no século III e os tesouros monetários. Contributo para o estudo de problema em Portugal*, 1959 (dactilografada).

PUBLICAÇÕES ENTRADAS NA BIBLIOTECA

- ABDAL (Ephrem) — *Quelques vestiges historiques du couvent de Mar Bahnam le Martyr, près de Mosul*, Beyrouth, S/d. (Of. do sr. Dr. Manuel Lopes de Almeida).
- ABERG (Nils) — *La Civilisation Énéolithique dans la Péninsule Ibérique*, Paris, 1921. (Adquirido por compra).
- Academia Portuguesa da História — *Anais*, 2.^a série, vol. VI, Lisboa, 1955. (Of. do sr. Tenente-coronel Afonso do Paço).
- ALARCÃO (Adília Moutinho de) — *Sigillata Hispânica em Museus do Norte de Portugal*, Guimarães, 1958. (Of. da Autora).
- ALIMEN (H.) — *Atlas de Préhistoire*, Paris, 1950. (Adquirido por compra).
- ALINARI (Fratelli) — *Cataloghi delle Fotografie di Opere d'Arte e Vedute*, Firenze, 1920-1951. (Adquirido por compra).
- ALVES (Luís Fernando Delgado) — *Aspectos da Arqueologia em Myrtilis*, Beja, 1956. (Of. do Autor).
- ANDERSON (D.) — *Fotografie di D. Anderson* (Catálogos), Roma, 1925-1943. (Adquirido por compra).
- Associazione Intemazionale di Archeologia Classica — *Troisième Annuaire de l'Association Internationale d'Archéologie Classique*, Roma, 1958. (Of. do Dr. J. M. Bairrão Oleiro).
- Athenian (The) Agora. A guide to the excavations*, Athens, 1954. (Of. do sr. Dr. Manuel Lopes de Almeida).
- Atlante della Topografia Archeologica di Siracusa*, Palermo, 1883. (Of. do sr. Dr. Mario Montuori).
- AURIGEMMA (Salvatore) — *I Mosaici di Zliten*, Roma-Milano, 1926. (Adquirido por compra).
- AVIENO — *Ora Maritima* (Fontes Hispaniae Antiquae, I), Barcelona, 1955. (Of. do Prof. Antonio García y Bellido).
- AYMARD (Jacques) — *Essai sur les chasses romaines des origines à la fin du Siècle des Antonins (Cynegetica)*, Paris, 1951. (Of. do sr. Dr. Jean Girodon).
- BECATTI (Giovanni) — *Oreficeria Antiche. Dalle Minoiche alle Barbariche*, Roma, 1955. (Adquirido por compra).
- BELTRAN (Antonio) — *Arqueologia Clasica*, Madrid, S/d. (Adquirido por compra).
- BERNAL (Ignacio) — *Ihtroducción a la Arqueologia*, Buenos Aires, 1952. (Adquirido por compra).

- BLANCO (Antonio) — *Catalogo de la Escultura Antigua. Museo del Prado*, Madrid, 1957. (Adquirido por compra).
- BOAK (Arthur E. R.) — *Manpower shortage and the fall of the Roman Empire in the West*, Londres, 1955. (Adquirido por compra).
- BOVINI (Giuseppe) — *Mosaici di Ravenna*, Milão, 1957. (Adquirido por compra).
- BRANDÃO (D. de Pinho) e Adriano Vasco Rodrigues — *Inscrições romanas de Valhe-Ihas*, Coimbra, 1958. (Of. do sr. dr. Adriano Vasco Rodrigues).
- BREUIL (H.) et R. Lantier — *Les Hommes de la Pierre Ancienne*, Paris, 1959. (Adquirido por compra).
- British Museum — *Guide to the antiquities of Roman Britain*, London, 1958. (Adquirido por compra).
- Catalogo della Mostra della Fotografia Aerea per la ricerca archeologica. Promossa della Soprintendenza alie Antichità della Lombardia e dalla Fondazione Lerici*, Milano, 1957. (Adquirido por compra).
- CHARBONNEAUX (Jean) — *Les bronzes grecs*, Paris, 1958. (Adquirido por compra).
- CHENET (G.) — *La céramique gallo-romaine d'Argonne du IV siècle et la terre sigillée décorée a la molet te*, Macon, 1941. (Adquirido por compra).
- CHEVALIER — *Bibliographic des applications archéologiques de la photographie aeriennne*, Milano. (Adquirido por compra).
- COELHO (José) — *Património arqueológico da Beira*, Viseu, 1942. (Of. do Autor).
- *Notas epigráficas. Cinco inscrições latinas {de Viseu e imediações}*, Coimbra, 1957. (Idem).
- *Notas arqueológicas. Subsídios para o estudo etnológico da Beira*, Viseu, 1949. (Idem).
- *Memórias de Viseu*, Viseu, 1941. (Idem).
- Congres International des Sciences Pre-et Protohistoriques — *Inventaria Archaeologica. Corpus des Ensembles Archeologiques* (publ. sous la direction de M.-E. Marien), 20 fase. (Adquirido por compra).
- CONTENAU (Georges) — *Les civilisations anciennes du Proche-Orient*, Paris, 1955. (Of. do sr. Dr. Manuel Lopes de Almeida).
- DELLA CORTE (Matteo) — *Case ed abitanti di Pompei*, Roma, 1954. (Adquirido por compra).
- DEUS (Antonio Dias de), P.º Henrique da Silva Louro e Abel Viana — *Apontamento de estações romanas e visigóticas da região de Elvas*, Zaragoza, 1955. (Of. do sr. prof. Abel Viana).
- e Abel Viana — *Mais três dolmens da região de Elvas {Portugal}*, Salamanca, 1953. (Idem).
- Dirección General de Bellas Artes — *Guias de los Museos de España. II. Museo Arqueológico de Barcelona*, Madrid, 1955. (Adquirido por intercâmbio).
- Directorate General of Antiquities (Iraq) — *Baghdad*, Baghdad, 1956. (Of. do sr. Dr. Manuel Lopes de Almeida).
- *Some notes on the antiquities in the Abbasid Palace*, Baghdad, 1956. (Idem).
- *Nineveh & Khorsabad*, Baghdad, 1943. (Idem).
- *Mosul and its neighbouring district*, Baghdad, 1956. (Idem).
- *Ctesiphon & Hatra*, Baghdad, 1956. (Idem).

- Directorate General of Guidance and Broadcasting — *The creative history of Iraq. Land of the two rivers*, Baghdad, 1957. (Idem).
- DRAGENDORFF (Hans)-Carl Watzinger — *Arretinische Reliefkeramik mit Beschreibung der Sammlung in Tubingen*, Reutlingen, 1948. (Oferta do Governo Alemão).
- EYDOUX (Jean Paul) — *Monuments et trésors de la Gaule*, Paris, 1959. (Adquirido por compra).
- FERREIRA (O. da Veiga) e L. de Albuquerque e Castro — *Arqueologia mineira. Notícia sobre um pilão de minérios pré-históricos*, Porto, 1949. (Of. dos Autores).
- FONTES (J.) — *Museu Arqueológico de S. Miguel de Odrinhas*, Sintra, 1955. (Of. da Câmara Municipal de Sintra).
- FORMOSINHO (José), Octavio da Veiga Ferreira e Abel Viana — *Estudos arqueológicos nas Caldas de Monchique*, Porto, 1953. (Of. do sr. prof. Abel Viana).
- FRANCO (Mário Lyster) e Abel Viana — *Cemitério da Idade do Bronze nos arredores de Faro*, Porto, 1948. (Idem).
- GARCÍA Y BELLIDO (Antonio) — *Museo Arqueológico de Sevilla. Catálogo de los retratos romanos*, Madrid, 1951. (Adquirido por intercâmbio).
- *Arte Romano*, Madrid, 1955. (Adquirido por compra).
- GIULIANO (Antonio) — *Catalogo dei Ritratti Romani del Museo Profano Lateranense*, Vaticano, 1957. (Adquirido por compra).
- GRANT (Michael) — *Roman Imperial Money*, London, 1954. (Adquirido por compra).
- GRENIER (Albert) — *Manuel d'Archéologie Gallo-Romaine. Troisième Par tie. V Architecture. VUrbanisme, les Monuments*, Paris, 1958. (Adquirido por compra).
- *Manuel d'Archéologie Gallo-Romaine. Troisième Partie. VArchitecture. Ludi et Circenses*, Paris, 1958. (Idem).
- HILALI (Abdul Rizzak) — *A modern guide to Iraq*, Baghdad, 1957. (Of. do sr. Dr. Manuel Lopes de Almeida).
- HOUSTON (Mary G.) — *Ancient Greek, Roman and Byzantine Costume and Decoration*, London, 1947. (Adquirido por compra).
- ISKANDER (Zaky), e Alexander Badawy — *Brief History of Ancient Egypt*, Cairo, 1954. (Idem).
- KARAMA & Co. — *Indicateur {V} Turistique d'Egypte*, Caire, 1957. (Of. do sr. Dr. Manuel Lopes de Almeida).
- KEIM (Josef)-Hans Klumbach — *Der Romische Schatzfund von Straubing*, München, 1951. (Of. do Governo Alemão).
- KELLER (Werner) — *A Biblia tinha razão*, Lisboa, S/d. (Of. do sr. Dr. Manuel Lopes de Almeida).
- LAET (Siegfried de) — *VArchéologie et ses problèmes*, Berchen-Bruxelles, 1954. (Adquirido por compra).
- LAV ALLEYE (Jacques) — *Introduction aux études d'Archéologie et d'Histoire de TArt*, Louvain, 1958. (Adquirido por compra).
- LERICI (C. M.) — *Science et technique au service de VArchéologie*, Milano. (Adquirido por compra).
- *Prospezioni Archeologiche*, Milano, 1955. (Idem).
- *Prospezioni Geofisiche nella zona archeologica di Vulci*, Milano, 1958. (Idem)*

- LERICI (C. M.) — *Campagna di Prospezioni Archeologiche a Monte Abbotone (Cerverteri)*, Milano, 1957. (Idem).
- LEVI (Doro) — *Antioch Mosaic Pavements*, Princeton, London, The Hague, 1947. (Idem).
- LHOTE (Henri) — *A la découverte des fresques de Tassili*, Paris, 1958. (Idem).
- LLOYD (Seton) — *Foundations in the Dust*, Harmondsworth, 1955. (Of. do sr. Dr. Manuel Lopes de Almeida).
- LUGLI (Giuseppe) — *Foro Romano. Palatino*, Roma, 1957. (Idem).
- MAIURI (Amedeo) — *La peinture romaine*, Genève, 1953. (Adquirido por compra).
- MAJ (Bianca Maria Felletti) — *Museo Nazionale Romano. I ritratti*, Roma, 1953. (Idem).
- *Iconografia Romana Imperiale, da Severo Alesandro a M. Aurelio Carino (222-285)*, Roma, 1958. (Idem).
- MALLOWAN (M. E. L.) — *Twenty-five years of Mesopotamian discovery*, London, 1956. (Of. do sr. Dr. Manuel Lopes de Almeida).
- MARGARY (Ivan D.) — *Roman Roads in Britain, I-II*, London, 1957. (Adquirido por compra).
- MEATES (Colonel G. W.) — *Lullingstone Roman Villa*, London, 1955. (Idem).
- Mitteilungen des Deutschen Archáologischen Instituis, I-VI, München-Berlin, 1948-1953. (Of. do Instituto Arqueológico Alemão, de Madrid).
- MORITZ (L. A.) — *Grain-Mills and Flour in Classical Antiquity*, Oxford, 1958. (Idem).
- OLEIRO (J. M. Bairrão) — *O estudo da terra sigillata como auxiliar das investigações sobre a romanização do território português*, Lisboa, 1950. (Of. do Autor).
- *Conimbriga e alguns dos seus problemas*, Coimbra, 1952. (Idem).
- PAÇO (Afonso do) — *Sementes pré-históricas do Castro de Vila Nova de S. Pedro*, Lisboa, 1954. (Of. do Autor).
- *Citânia de Sanfins. V— Nota sobre algumas moedas*, Porto, 1955. (Idem).
- *Sementes incarbonizadas do Baleai (Peniche)*, Coimbra, 1957. (Idem).
- *Novos documentos sobre a batalha de Aljubarrota*, Lisboa, 1959. (Idem).
- *Arqueologia da Costa do Sol*, Estoril, 1957. (Idem).
- e Maxime Vaultier — *La coupe de la Grotte de Porto Covo*, Zaragoza, 1956. (Of. dos Autores).
- e A. do Paço Quesado — *Digressões arqueológicas pelo Alto Minho*, Viana do Castelo, 1957. (Idem).
- e ----- *Considerações sobre algumas cerâmicas dos Castros de Perre e Nogueira (Viana do Castelo)*, Coimbra, 1957. (Idem).
- e ----- *Estação paleolítica de Perre (Viana do Castelo)*, Coimbra, 1957. (Idem).
- - e Maria de Lourdes Bártholo — *Nota acerca de algumas cerâmicas da estação eneolítica de Montes Claros*, Coimbra, 1957. (Idem).
- e Mário Eduardo Ferreira — *Espada de cobre do Pinhal dos Meios (Fornos de Algodres)*, Coimbra, 1957. (Of. do sr. Tenente-coronel Afonso do Paço).
- , Eduardo da Cunha Serrão e Eduardo Prescott Vicente — *Estação eneolítica de Parede (Cascais). Reconhecimento de 1955*, Coimbra, 1957. (Idem).

- PALOL (Pedro de) — *La necrópolis Hallstática de Agullana*, Madrid, 1958. (Adquirido por compra).
- REINACH (Salomon) — *Répertoire de Reliefs Grecs et Romains, I, II e III*, Paris, 1909-1912. (Adquirido por compra).
- RIBEIRO (Fernando Nunes) — *Breve informação sobre cerâmica romana das Represas*, Beja, 1956. (Of. do Autor).
- *Terra Sigillata encontrada ñas Represas, Beja. I-III. Marcas de oleiro*, Beja, 1959. (Idem).
- RICHMOND (I. A.) — *The Archaeology of the Roman Empire. A scheme of study*, Oxford, 1957. (Adquirido por compra).
- *The City wall of Imperial Rome. An account of its architectural development from Aurelian to Narses*, Oxford, 1930. (Idem).
- RICHTER (Gisela M.) — *Attic Red-Figured Vases. A survey*, New Haven, 1958. (Idem).
- RIVOIRA (G. T.) — *Roman architecture and its principles of construction under the Empire*, Oxford, 1925. (Idem).
- RODRIGUES (Adriano Vasco) — *Um bracelete lusitano da estância arqueológica do Mileu*, Guarda, 1957. (Of. do Autor).
- *O culto da ganaderia a sul do Douro português*, Guimarães, 1958. (Idem).
- *A propósito de uma lápide do Mileu (Guarda)*, Coimbra, 1958. (Idem).
- *Inscrição votiva à Deusa Vitória*, Coimbra, 1958. (Idem).
- *Novos elementos para o estudo da Idade do Bronze. A esteia de Meimão*, Porto, 1958. (Idem).
- *O castro do Cabeço das Fráguas e a romanização das suas imediações*, Viseu, 1959. (Idem).
- *Estela da Idade do Bronze encontrada em Meimão (Penamacor)*, Salamanca, 1958. (Idem).
- *Cabeça de guerreiro lusitano da Guarda*, Salamanca, 1958. (Idem).
- *Uma arma com mais de 120.000 anos. O biface de Cairrão (Guarda)*, Guarda, 1957. (Idem).
- *A vila morta de Santa Cruz da Vilariça*, Guarda, 1957. (Idem).
- ROMANELLI (Pietro) — *Storia delle Province Romane deWAfrica*, Roma, 1959. (Adquirido por compra).
- RUTTEN (Marguerite) — *Babylone*, Paris, 1948. (Of. do sr. Dr. Manuel Lopes de Almeida).
- SAYANS CASTAÑOS (Marceliano) — *Petroglifos en la Alta Extremadura*, Cáceres, 1956. (Of. do Autor).
- *Artes y Pueblos primitivos de la Alta Extremadura*, Plasencia, 1957. (Of. do Autor).
- Service des Antiquités de l'Égypte — *Musée du Caire. Description sommaire des principaux monuments*, Caire, 1956. (Of. do sr. Dr. Manuel Lopes de Almeida).
- SOUSA (Arlindo de) — *Estudos de Arqueologia, Etnologia e Historia*, Rio de Janeiro, 1957. (Adquirido por compra).
- *Antigua Lusitania*, Rio de Janeiro, 1957. (Idem).
- SQUARCIAPINO (Maria Florianí) — *Scavi di Ostia. III. Le necropoli*, Roma, 1958. (Idem).

- STERN (H.) — *Recueil Général des Mosaïques de la Gaule. I. Gaule-Belgique*, Paris, 1957. (Idem).
- SYDENHAM (Edward A.) — *The coinage of the Roman Republic*, London, 1952. (Idem).
- TRENT (Christopher) — *Terms used in Archaeology*, London, 1959. (Of. de J. M. Bairão Oleiro).
- VIANA (Abel) — *Notas de Arqueologia Alto-Alentejana. Materiais do Museu Arqueológico do Paço Ducal de Vila Viçosa*, Évora, 1955. (Of. do Autor).
- *Alguns instrumentos de pedra polida do Alto Minho*, Viana do Castelo, 1955. (Idem).
- *Citânia de Santa Luzia*, Viana do Castelo, Portugal, Salamanca, 1955. (Idem).
- *Um lapidarius de Afife (Viana do Castelo) {Portugal}*, Zaragoza, 1955. (Idem).
- *A Cova da Moura*, Zaragoza, 1955. (Idem).
- *Notas sobre a cerâmica do Castro de Vilar de Mouros {Caminha, Portugal}*, Zaragoza, 1955. (Idem).
- *Paleolítico dos arredores de Beja e do litoral algarvio {Zona de Sotaventó}*, Madrid, S/d. (Idem).
- *Títulos e trabalhos de Abel Viana*, 1951. (Idem).
- *O monumento megalítico da Folha da Amendoeira {Odivelas do Alentejo}*, Salamanca, 1953. (Idem).
- *Viana do Castelo. Escorço monográfico*, Viana do Castelo, 1953. (Idem).
- *O cemitério luso-romano do Bairro Letes {Faro}*, 1946. (Idem).
- *Alguns exemplares paleolíticos de Cordoba la Vieja*, Lisboa, 1946. (Idem).
- *Museu Regional de Beja. Secção Lapidar*, Beja, 1946. (Idem).
- *Linguagem popular do Alto Minho*, Viana do Castelo, 1932. (Idem).
- *Restos de Ossónoba, no Largo da Sé, em Faro*, Lisboa, 1949. (Idem).
- *Museu Regional de Beja. Ferragens artísticas; esculturas de osso, proto-históricas, machados da Idade do Bronze; ferragens romanas; jóias de ouro, fivelas, amuletos e outros objectos*, Beja, 1944. (Idem).
- *Origem e evolução histórica de Beja*, Beja, 1944. (Idem).
- *Paleolítico algarvio. Breve excursão arqueológica no Algarve*, Faro, 1945. (Idem).
- *Ossónoba. O problema da sua localização*, Guimarães, 1952. (Idem).
- *Museu Regional de Beja. Alguns objectos da Idade do Bronze, da Idade do Ferro e da Época Romana; cerâmica argárica; cerâmica árabe*, Beja, 1946. (Idem).
- e António Dias de Deus — *Notas para o estudo dos dolmens da região de Eivas*, Porto, 1955. (Idem).
- e----- *Nuevas necropolis celto-romanas de la region de Eivas (Portugal)*, Madrid, 1955. (Idem).
- e----- *Notas para el estudio de la Edad del Hierro en el Concejo de Elvas {Portugal}*, Cartagena, 1951. (Idem).
- e----- *Necropolis celt ico-romanas del Concejo de Elvas, {Portugal}*, Madrid, 1950. (Idem).
- e----- *Exploración de algunos dólmenes de la region de Elvas, Portugal, Cartagena*, 1952. (Idem).

- VIANA (Abel) e Antonio Dias de Deus — *Campos de urnas do concelho de Elvas. Paço Ducal de Vila Viçosa. Materiais da Secção Arqueológica*, Coimbra, 1958. (Oferta da Fundação da Casa de Bragança).
- e ———— *Mais alguns dolmens da região de Elvas (Portugal)*, Zaragoza, 1957. (Idem).
- e Fernando Nunes Ribeiro — *Notas Históricas, Arqueológicas e Etnográficas do Baixo Alentejo*, Beja, 1957. (Of. dos Autores).
- , José Formosinho e Octávio da Veiga Ferreira — *Dois raridades arqueológicas*, Lisboa, 1948. (Of. dos Autores).
- , ——— e ———— *O conjunto visigótico de Alearia. Caldas de Monchique*, Lisboa, 1949. (Idem).
- , ——— e ———— *De lo prerromano a lo arabe en el Museo Regional de Lagos*, Madrid, 1953. (Idem).
- , ——— e ———— *Algumas notas sobre o Brome Mediterrânico do Museu Regional de Lagos*, Salamanca, 1953. (Idem).
- e G. Zbyszewski — *Paleolítico dos arredores de Beja*, Lisboa, 1952. (Of. do sr. prof. Abel Viaria).
- e M. de Sousa Oliveira — *Sobre a Citânia de Santa Luzia (Viana do Castelo, Portugal)*, Zaragoza, 1955. (Idem).
- e ———— *Cidade Velha de Santa Luzia (Viana do Castelo)*, Guimarães, 1954. (Idem).
- , Octávio da Veiga Ferreira e José Formosinho — *Necropolis de las Caldas de Monchique*, Madrid, 1950. (Idem).
- , ——— e ———— *Nuevas contribuciones para el conocimiento de la Edad del Bronce del Algar be. Les necropolis de las Caldas de Monchique*, Cartagena, 1950. (Idem).
- , Ruy Freire de Andrade e Octávio da Veiga Ferreira — *A exploração das minas de Aljustrel pelos Romanos*, Beja, 1957. (Idem).
- VIGHI (Roberto) — *Villa Hadriana*, Roma, 1958. (Adquirido por compra).
- WEST (Louis C.) — *Imperial Romain Spain*, Oxford, 1929. (Idem).
- ZAMBOTTI (Pia Laviosa) — *Origen y Difusión de la Civilización*, Barcelona, 1958. (Idem).

(Página deixada propositadamente em branco)

«IN MEMORIAM»

(Página deixada propositadamente em branco)

Felix Oswald (1886-1958)

Com a avançada idade de 92 anos, faleceu no dia 2 de Novembro de 1958, o grande especialista inglês de *terra sigillata*, Dr. Felix Oswald.

Autor de numerosos trabalhos que exerceram grande influência entre os que ao estudo da cerâmica romana se têm dedicado, e muito decisivamente contribuíram para o conhecimento cada vez mais preciso da *terra sigillata*, o Dr. Felix Oswald alcançou um extraordinário e justificado prestígio, e as suas obras serão sempre imprescindíveis instrumentos de consulta e de trabalho. Bastará aqui recordar três das mais importantes: *An introduction to the study of Terra Sigillata treated from a chronological standpoint* (com T. Davies Price), 1920; *Index of Potters' Stamps on Terra Sigillata*, 1931; *Index of Figure-Types on Terra Sigillata («Samian Ware»)*, 1936-1937,

Ao prestarmos homenagem à memória do sábio investigador, não queremos deixar de recordar a forma generosa como ele, Mestre consagrado, acolhia e estimulava o trabalho dos mais novos e ainda desconhecidos. E cremos que não será descabido registar aqui a informação que, em carta de 25 de Abril de 1950, nos deu o Dr. Oswald: de que seu pai, Dr. Eugene Oswald, fora durante cerca de 20 anos, a partir de 1870, o correspondente londrino do *Comércio do Porto*, tendo sido condecorado com a Ordem de Cristo por serviços prestados a Portugal.

Jean Jannoray (1909-1958)

Em consequência de um acidente de viação ocorrido na Polónia, onde se deslocara para uma série de conferências, morreu em Poznan, no dia 15 de Outubro de 1958, o arqueólogo e professor Jean Jannoray.

Tendo-se especializado em estudos clássicos na Escola Normal Superior, Jean Jannoray completou a sua formação na Escola Francesa de Atenas, de onde regressou em 1942. Nomeado professor da Uni-

versidade de Montpellier e director da XI Circunscção de Antiguidades Históricas, Jannoray desenvolveu uma actividade verdadeiramente notável no campo da Arqueologia, particularmente pela forma como se dedicou à escavação e estudo do *oppidum* de Ensérune. Tendo deixado publicados cerca de trinta trabalhos, basta um deles — ***Ensérune. Introduction à Vétude des civilisations préromaines de la Gaule méridionale*** (Paris, 1955) — para impor definitivamente o seu nome e mais se lamentar o súbito desaparecimento, em plena força da vida, do malgrado arqueólogo que, pouco tempo antes da sua morte, fora nomeado Professor de Historia Grega na Faculdade de Letras de Paris.

Roman Haken (1934-1958)

Apenas com vinte e quatro anos morreu em Praga, no dia 19 de Abril de 1958, o Doutor Roman Haken, assistente do Instituto de Arqueologia Clássica da Universidade da capital checoslovaca.

Mais interessado a princípio pela Pré-história, Roman Haken enveredou depois, e decisivamente, pela Arqueologia Clássica. Discípulo do Prof. A. Salac e do Dr. J. Frei, foi bibliotecário do Instituto de Arqueologia Clássica, teve a seu cargo a colecção clássica do Departamento de Pré-história do Museu Nacional, e deixou uma numerosa série de publicações entre as quais destacamos: ***Bronze votive ears dedicated to Isis, Clazomenian Sarcophagus in Prague, An oinochoe from the Dolphin Group*** e, muito especialmente, ***Roman Lamps in the Prague National Museum and other Czechoslovak Collections {Acta Musei Nationalis Prague, XII, 1-2, 1958}***, obra que revela um investigador amadurecido a quem a morte não permitiu prosseguir uma carreira que se afigurava brilhante.

Os que se dedicam ao estudo da antiguidade clássica devem estar gratos aos amigos de Roman Haken que publicaram a versão inglesa do seu último trabalho, acompanhando-a com um esboço biográfico em que podem ler-se estas comoventes palavras: «The abrupt interruption of his life leaves materials, notes, ideas and plans inacheved. Nevertheless, his contribution to classical archaeology in our country was substantial and its impetus will be felt in the work of his friends which will be the greatest tribute to his memory».

† Waldemar Déonna (1880-1959)

Com 79 anos faleceu em Genebra, no dia 3 de Maio de 1959, o muito conhecido arqueólogo, historiador de arte e das religiões, Waldemar Déonna.

Doutor em Letras pela Universidade de Genebra onde, durante muitos anos, ensinou Arqueologia e História da Arte, W. Déonna dirigiu também, de 1920 a 1951, o Museu de Arte e História daquela cidade.

Uma longa vida de trabalho e a multiplicidade de caminhos percorridos pela sua curiosidade de investigador, permitiram-lhe deixar uma obra extraordinariamente vasta e especialmente valiosa em determinados sectores como, por exemplo, a arte grega, a história das religiões e a simbólica.

Não é possível relembrar aqui todos os trabalhos que publicou e que somam muitas centenas. Lembremos apenas nesta curta notícia, que na sua modéstia não deixa de ser uma sentida homenagem, algumas das suas obras de síntese mais conhecidas: *L'Archéologie, sa valeur, ses méthodes* (1912); *U Archéologie, son domaine, son but, ses méthodes* (1922); *Du miracle grec au miracle chrétien: classiques et primitivistes dans l'art* (1945-1948).

Tenente-coronel Antonio Elias Garcia (1885-1959)

Em Castelo Branco, onde há muito residia, faleceu o ilustre numismata Tenente-coronel Elias Garcia. Desde muito novo interessado pela arqueologia e numismática, a sua acção de investigador orientou-se principalmente para o estudo da numária visigótica, tendo deixado uma série de valiosos estudos, entre os quais salientamos: *As moedas visigodas da Egitânia, As moedas visigodas de Lamecum, As moedas visigodas de Monecípio, As moedas visigodas de Portocale ou Portucale, As moedas visigodas da Lusitânia,*.

J. M. B. O.

(Página deixada propositadamente em branco)

**RECENSÕES
E NOTAS BIBLIOGRÁFICAS**

(Página deixada propositadamente em branco)

GISELA M. A. RICHTER, *Attic Red-Figured Vases. A Survey*. Metropolitan Museum of Art. New Haven, Yale University Press 1958. Revised Edition. 209 pp. e 125 figuras.

O estudo da Dr.^a Gisela M. A. Richter sobre *Vasos Áticos de Figuras Vermelhas* foi recebido com entusiástico aplauso por todos os especialistas da matéria, quando publicado pela primeira vez, em 1946, como uma espécie de *editio minor* do seu monumental catálogo em dois volumes, de colaboração com Lindsley F. Hall, *Red-Figured Vases in the Metropolitan Museum*. Com um número muito mais reduzido de ilustrações, e, por outro lado, um maior alargamento de vistas — pois já não se restringia à colecção, aliás importantíssima, do Museu Metropolitano de Nova Iorque, antes abrangia muitos outros exemplos — o novo livro da que era então conservadora desse Museu tornou-se uma espécie de *vade mecum* do estudioso de Vasos Gregos. Na verdade, quando se trata de matéria tão especializada como esta, que exige uma soma de conhecimentos — tanto literários como linguísticos, históricos, artísticos — maior do que qualquer outro ramo dos Estudos Clássicos, toda a tentativa de sistematização pressupõe do seu autor uma sólida preparação científica, um fino sentido do estilo e uma actualizada informação. Estava nestas condições a Dr.^a Richter, de uma família de artistas, já bem conhecida por outros trabalhos sobre cerâmica grega, nomeadamente o seu estudo fundamental, *Shapes and Names of Athenian Vases*, New York, 1935 (de colaboração com Marjorie J. Milne), e ainda por outros trabalhos notáveis sobre escultura grega, de que salientamos o seu famoso *The Sculpture and Sculptors of the Greeks*, recentemente reeditado, e o excelente manual de arte grega, *A Handbook of Greek Art*, publicado no decurso deste ano.

O livro de que vamos ocupar-nos encara, de urna forma precisa e clara, os vários aspectos da cerâmica ática, desde o começo do Estilo de Figuras Vermelhas (530 a.C.) até ao seu final, que coincide, *grosso modo*, com os últimos anos do séc. iv a. C. Esta delimitação cronológica implica, de passagem, algumas observações sobre o Estilo de Figuras Negras e de Fundo Branco, que, como é sabido, coexistiram com aquele.

Antes, porém, de historiar a evolução do estilo, a A. oferece, na introdução, um conspecto geral, da cerâmica grega, seus motivos, ornatos, formas, inscrições, cronologia e técnica da execução e decoração dos vasos. Seguidamente, define os diversos estilos, suas características e principais representantes, para terminar com algumas considerações sobre a última fase, que precede imediatamente o triunfo da cerâmica de relevo. De salientar em especial, nesta análise (que, apesar de extensa, não chega a abranger metade dos quinhentos pintores identificados através dos

trabalhos do Prof. Sir John Beazley) a precisão e rigor com que se enumeram as características de estilo, que se vão desenvolvendo na representação do corpo humano, especialmente na expressividade dos olhos (cf., por exemplo, pp. 60-63) e a sempre frutuosa comparação com a escultura coeva (p. 64). Algumas gravuras, inseridas no próprio texto, documentam as afirmações feitas. Outras ilustrações encontram-se no final, antes do longo corpo de notas. Segue-se o índice geral. Na primeira edição, havia ainda um utilíssimo índice de museus, que agora foi suprimido, certamente porque os números de muitos vasos de autoria hoje reconhecida foram alterados. No curto aditamento ao prefácio agora publicado, a A. adverte o leitor de que, nesse aspecto, há que aguardar a 2.^a edição dos famosos *Attic Red-Figured Vase-Painters* do Prof. Beazley, para se corrigirem todas essas inexactidões. E quem, como a autora destas linhas, conhece e viu muitas vezes que os *Paralipomena* àquela obra, que o nosso ilustre Mestre põe à disposição dos estudiosos na biblioteca do Museu Ashmoleano de Oxford, ocupam, só por si, uma pequena estante, não tem dúvidas de que muitas serão as alterações a fazer.

De um modo geral, esta edição dos *Attic Red-Figured Vases* não diverge muito da primeira, a não ser, precisamente, no capítulo da Introdução. Descobriu-se, finalmente, a técnica de produção do verniz negro que cobre a quase totalidade dos vasos gregos, e que é parte não pequena da sua severa beleza cromática. A honra cabe ao alemão Theodor Schumann, que, em Heisterholz, na Westfália, fez experiências, no decurso da última guerra, que puseram a claro o processo usado. Demonstrou ele que, embora estivesse fundamentalmente certa a teoria anterior de Charles F. Binns, segundo a qual o óxido de ferro vermelho do barro, usado para o verniz, se transformava em óxido de ferro preto ao fogo, por redução, devia acentuar-se que o negro não é um verniz no sentido moderno, pois não contém álcali suficiente para o tornar susceptível de fundir a urna dada temperatura, mas sim um barro líquido, que contém ferro, com as partículas mais pesadas eliminadas por meio de um colóide protector. Por conseguinte, o verniz obtido era fino e macio. Deste modo, a A. admite agora que a decoração do vaso começava com o acto de cobrir a superfície com um soluto de barro nessas condições, que dava o típico matiz avermelhado às partes «reservadas», depois de ir ao fogo (pois, na terceira fase, tornava a oxidar-se), ao passo que as restantes partes do vaso ficavam cobertas com o tal verniz negro. Admite ainda que, posteriormente, se intensificasse a cor com uma aplicação de ocre vermelho na superfície.

O corpo da obra não apresenta grandes alterações, a não ser na inclusão de um ou outro espécime recentemente adquirido pelo Museu Metropolitano de Nova Iorque, no alargamento da designação de *Pintor do Rapaz Gordo* (*Fat Boy Painter*) para *Grupo do Rapaz Gordo* (*Fat Boy Group*) (p. 159), na adição do *Pintor do Etíope* (*Ethiopian Painter*) (p. 114) e na identificação feita pelo Prof. Sir John Beazley, do autor do *lekythos* aribalesco de Nova Iorque como sendo o *Pintor de Munique 2363* (*Painter of Munich 2363*). O vaso foi estudado, como as demais representações de Amazonas, por D. von Bothmer, na sua obra monumental *Amazons in Greek Art*, Oxford Monographs on Classical Archaeology, Oxford University Press, 1957, p. 202.

Interessa ainda ao leitor português saber que, no decurso da obra, são mencionados alguns pintores com representação no nosso País, nomeadamente o *Pintor*

dos *Tirso Negro* (*Black-Thyrso Painter*, p. 158), autor de um vaso da Coleção do Prof. Doutor F. Gentil, recentemente oferecido ao Instituto de Arqueologia da Universidade de Coimbra (publicado na 1.^a parte do nosso estudo *Notícia acerca de Vasos Gregos existentes em Portugal*, in «Humanitas», VII-VIII, 1956, pp. 191-194 e figs. 16, 17 e 18); o *Pintor de Hémon* (*Haimon Painter*, p. 75), do qual existe um *lekythos* de figuras negras, com uma cena de *symposion*, na coleção do Sr. Duque de Palmella (publicado na 2.^a parte do estudo acima referido, in «Humanitas», XI, 1959, p. 23 e figs. 13,2; 14 e 15); o *Pintor de Timbos* (*Tymbos Painter*, p. 114), de que a mesma Coleção Palmella encerra dois *lekythoi* (também publicados na 2.^a parte do nosso estudo, p. 24 e figs. 16,4 e 17,2); e, finalmente, o *Pintor de Coghill* (*Coghill Painter*, p. 130), cuja obra mais notável, o *calyx-krater* da Coleção Gulbenkian, mencionado pela A., se encontra agora no Palácio Pombal, em Oeiras (publicado diversas vezes e reproduzido também na 2.^a parte do nosso artigo, pp. 29-30 e figs. 24 a 28).

Os especialistas de Estudos Clássicos e de História da Arte em geral, os de História Antiga e de Arqueologia, todos encontram documentação preciosa no estudo da cerâmica grega. Seja-nos permitido traduzir as palavras da Dr.^a Richter a este propósito (p. 2):

«A atracção desta cerâmica é múltipla e o seu estudo deveria interessar um vasto público. A precisão das formas e o verniz negro, fino e acetinado, são uma fonte de inspiração para o oleiro. O fino desenho linear e a adaptação das figuras ao espaço que lhes é destinado, de formas variáveis e superfícies recurvas, proporcionam deleite ao pintor. As cenas fornecem material precioso ao arqueólogo, para a compreensão da vida e do pensamento gregos, porquanto os mitos helénicos e a vida ateniense se encontram aqui ilustrados numa série de quadros «contemporâneos». Ao historiador de arte, apresenta-se similarmemente um rico festim. Encontra aqui grande abundância de pinturas, que oscilam em data do estilo primitivo ao plenamente desenvolvido, no qual se resolvem gradualmente muitos problemas representacionais. Uma das grandes realizações dos Gregos foi terem emancipado a arte do desenho do sistema convencional de fórmulas bi-dimensionais e terem mostrado o processo de representar numa superfície plana figuras bi-dimensionais, tais como aparecem aos nossos olhos. Para nos contar esta cativante história, restam-nos apenas os Vasos Gregos».

É essa «cativante história» que a Dr.^a Richter traça, com mão segura, através das duzentas páginas deste livro, que, com ser breve e conciso, não deixa de ser claro e rigoroso, e, ao mesmo tempo, permeado de lyma fina sensibilidade artística, indisponível para analisar à sua verdadeira luz toda a obra de arte.

MARIA HELENA DA ROCHA PEREIRA

FRANÇOIS VILLARD, *Les vases grecs*. (Col. «L'oeil du connaisseur»), Paris, Presses Universitaires de France, 1956. 1 vol. in 8º, de 110 pp.

Les vases grecs constituem uma introdução ao estudo da cerâmica grega (do séc. xi ao i a.C.).

Porque destinou a obra a antiquários de profissão ou por amorismo, não a ceramólogos, o Autor suprimiu as notas de pé de página, remissivas à literatura erudita sobre o assunto; não fez referência aos problemas abertos pelos historiadores da cerâmica grega e cuja discussão ainda se não pode considerar encerrada; procurou fazer uma obra «essencialmente prática».

Num cento de páginas, sòbriamente escritas mas sugestivas, tratou do que mais pode interessar àquela categoria de leitores a que a obra se destina: evolução das formas e da decoração; processos de fabrico; técnica de restauro; maneira de identificar uma peça; mais brevemente, refere-se ao valor documental e artístico dos vasos gregos, às principais colecções modernas, ao comércio dos vasos na Antiguidade e nos mercados modernos.

No final do volume o leitor encontra uma bibliografia escolhida e uma colecção de estampas. Esta colecção constitui uma das excelências da obra: os vasos reproduzidos documentam não só as formas mais frequentes da cerâmica grega (ânforas, crateras, lécitos, aríbalos, taças, etc.) como os vários estilos (cerâmica geométrica, orientalizante, de figuras negras e vermelhas, cerâmica helenística).

O Autor reproduz ainda certos pormenores de vasos, onde se observam cenas como o banquete, no qual os convivas bebem por esquifos; a fonte, onde as mulheres enchem as suas hídrias. Por este processo, mostra ao leitor como, nos motivos decorativos da própria cerâmica, se encontram elementos que permitem determinar a utilidade dos vários tipos conhecidos de vasos gregos.

J. ALARCÃO

ROBERT ÉTIENNE, *Le Culte Impérial dans la Péninsule Ibérique d'Auguste a Dioclétien* (Bibliothèque des Écoles Françaises d'Athènes et de Rome, fascicule cent quatre-vingt-onze), Paris, E. de Boccard, 1958, XII + 614 pp., 23 cartas e XVI estampas.

À já longa lista de obras sobre ç culto imperial veio recentemente juntar-se o trabalho do jovem professor da Faculdade de Letras de Bordéus, Robert Étienne. O seu livro ficará, certamente, como uma das mais logradas contribuições para um melhor conhecimento e apreciação do problema, e torna-se absolutamente indispensável a quem dele se queira ocupar.

Fazendo um esclarecido uso dos trabalhos anteriores, reservou no entanto um larguíssimo papel aos numerosos elementos de informação que a documentação

arqueológica, numismática e epigráfica fornece a todos os que tratam de problemas da história romana. E essa preocupação foi bem servida pelo conhecimento que o A. tem da bibliografia, da arqueologia, epigrafia e numismática peninsulares.

Na Introdução, depois de esboçar a sua tese, refere-se Étienne à extraordinária riqueza da documentação sobre as manifestações do culto imperial na Península: mais de 900 inscrições; moedas imperiais e coloniais, com mais de 100 tipos monetários; e os testemunhos arqueológicos, englobando cerca de 150 monumentos.

Explica também o A. o constante uso que fez dos métodos estatístico e geográfico, uso absolutamente justificado e que constitui, quanto a nós, um dos aspectos mais interessantes e sugestivos na estrutura geral do trabalho.

Infelizmente não nos é possível, nesta oportunidade, dedicar ao monumental livro de Robert Étienne todo o tempo de reflexão que ele bem merece, nem fazer a recensão crítica que desejaríamos publicar. Apenas, nesta nota de leitura, se procurará dar uma ideia do esquema e conteúdo de um trabalho que vivamente recomendamos a historiadores e arqueólogos.

A primeira parte do livro trata da «Proto-história do culto do chefe», e começa por um quadro etnográfico, a que se seguem os capítulos dedicados à organização política e estrutura social da Hispânia pré-romana, à mentalidade dos indígenas, ao culto do chefe estrangeiro, de Asdrúbal, a César.

A segunda parte, em que se estuda a organização do culto imperial, foi subdividida da seguinte maneira: o culto provincial; o culto de *conventus*; culto municipal; e colégios religiosos.

Na terceira parte, dedicada ao objecto de culto, a matéria está distribuída por três capítulos: o culto do imperador vivo e do imperador divinizado; o culto do *Genius* e do *Numen* o culto das virtudes imperiais e dos deuses augustos.

A quarta e última parte trata da evolução do culto imperial de Augusto a Diocleciano: Augusto e o nascimento do culto; Tibério e o estabelecimento do culto imperial; enfraquecimento, crise e conversão do culto imperial de Calígula a Domitiano; o florescimento do culto imperial sob os Antoninos; o declínio do século *ui*.

Naturalmente que, a uma obra de tal vulto, muitas observações se podem fazer: há omissões; há pontos que poderiam ter sido tratados de outra forma; há opiniões discutíveis; há falhas de bibliografia; etc., etc..

A verdade é que nenhuma delas diminui nem o mérito do autor, nem o interesse e valor do trabalho que, realmente, reputamos notável. Compreende-se muito bem que Étienne não cite, por exemplo, uma inscrição de Ossónoba, encontrada em 1940, dedicada a um *flamen* da província da Lusitânia, pois o estudo em que foi referida deve ter tido uma limitada divulgação (Mário Lyster Franco, *Outra inscrição inédita de Ossónoba*, Beja, 1940).

Uma observação que não queremos deixar de fazer, diz respeito ao frequentíssimo uso da palavra *Espanha* com o significado de *Península Ibérica*, ou na aceção de *Hispânia*. É certo que nas épocas a que o livro se reporta não estavam constituídas as fronteiras políticas dos dois países peninsulares, mas, precisamente por isso, deveria haver sempre o cuidado de escolher uma designação que abrangesse os dois sem esquecer nenhum (Península Ibérica, Hispânia).

Daqui resulta toda uma série de imprecisões ou, até, de confusões, como a de escrever-se que os *Espanhóis* (p. 70), consideraram, depois da sua morte, Viriato como um herói nacional; ou a de falar-se da resistência *espanhola* de 206 a 133.

Igualmente não compreendemos porque razão considera Étienne a C. Iulius Lacer como da Bética (p. 485), o que de resto está em contradição com a sua própria observação da nota 1 a p. 484. Também Curius Laco não era natural de *Igaedium*, mas sim de *Igaeditania* = Idanha a Velha, na Lusitânia (Portugal).

Já acima dissemos lamentar o facto de não nos ser possível dedicar a este trabalho todo o tempo de reflexão que ele merece. É possível que algumas impressões com que ficámos se modificassem. Por agora, não compartilhamos o optimismo do A. quanto à adesão espontânea dos Peninsulares ao culto imperial, que é, fundamentalmente, um poderoso e subtil instrumento de romanização e, corno tal, na maior parte dos casos, deve ter sido, já não digo imposto, mas hábilmente *sugerido* às populações peninsulares.

O que importa porém salientar é o grande serviço prestado por Robert Étienne ao ordenar a imensa e dispersa documentação; o escrúpulo e o entusiasmo com que o fez; os métodos que escolheu. Vivamente o felicitamos e, também vivamente, recomendamos a historiadores, epigrafistas e arqueólogos, a leitura do seu magnífico livro, rico de interesse e fértil em sugestões.

J. M. B. O.

Memorias de los Museos Arqueológicos Provinciales (Ministerio de Educación Nacional. Dirección General de Bellas Artes. Inspección General de Museos Arqueológicos), vols. XIII-XIV (1952-1953), Madrid, 1956, e vol. XV (1954), Madrid, 1958.

Embora lutando com algumas dificuldades, continua a Inspección General de Museos Arqueológicos do país vizinho a publicar as utilíssimas *Memorias de los Museos Arqueológicos Provinciales*. Nelas se vai dando notícia da actividade dos diversos museus dependentes daquele serviço, se vão divulgando as novas aquisições, estudando peças isoladas ou conjuntos, recolhendo as disposições oficiais relativas a museus.

Salientemos no Vol. XIII o estudo sobre «La colección de lucernas antiguas del Museo Arqueológico de Sevilla» (pp. 61-124), da autoria da infatigável investigadora que é a Dr.^a Concepción Fernández-Chicharro, em que são descritas e classificadas 339 peças, e que, como o anterior trabalho do Dr. Pedro de Palol sobre as do Museu de Gerona, representa uma importantíssima contribuição para o estudo das lucernas romanas em geral, e da Península Ibérica em particular.

No vol. XIV assinalamos a nota de Samuel de los Santos Gener (Director do Museu de Córdoba) sobre um tesouro de denários republicanos (pp. 28-29) e o estudo de Antonio Arribas sobre «El ajuar de las cuevas sepulcrales de los Blanquizaes de Lébor (Murcia)», a pp. 78-126.

O volume XX, correspondente a 1954 mas publicado em 1958, abre uma nova época na vida da publicação ao incorporar nela, pela primeira vez, as actividades do Museo Arqueológico Nacional. Por isso mesmo o título foi abreviado para *Memorias de los Museos Arqueológicos*.

Abre com a extensa notícia sobre o M.A.N. (p. 7-122), em que se detalham as grandes transformações que nele foram feitas nos últimos anos; se descrevem e estudam as aquisições de 1946 a 1954; e se publica um «Catálogo descriptivo de los entalles procedentes de distintos sitios de la colonización oriental de la Peninsula», devido à arqueóloga francesa Miriam Astruc.

A directora do Museu de Granada, Joaquina Egúaraz Ibáñez, estuda um conjunto de trinta e uma lucernas romanas, e é tornada pública a actividade dos Museus de Badajoz, Mérida, Barcelona, Burgos, Córdova, Gerona, Ampurias, da Alhambra, Málaga, Palencia, Sevilha e Sória.

Tenhamos a esperança de que as *Memorias de los Museos Arqueológicos*, cuja utilidade nos parece supérfluo encarecer, possam continuar a publicar-se vencendo todas as dificuldades.

Uma publicação semelhante é cada vez mais necessária em Portugal, mas com os actuais quadros de pessoal não será fácil aos nossos museus realizá-la. E é pena!

J. M. B. O.

FELIPE MATEU Y LLOPIS, *Bibliografía de la Historia Monetaria de España con suplementos referentes a los países con ella más relacionados*, ed. Fabrica Nacional de Moneda y Timbre, vol. de 172 X 243 mm. e XV + 412 págs., Madrid, 1958.

A recente obra acrescenta à vasta lista de estudos numismáticos do A. um muito meritório trabalho. É um valiosíssimo instrumento bibliográfico posto à disposição do estudioso de temas monetários ou numismáticos espanhóis, e, pelos seus suplementos, bem mais que uma simples bibliografia da história monetária de Espanha.

Pelo seu conteúdo, bem ordenado por matérias, é trabalho concebido em proporções muito amplas e completas. Se será para a investigação espanhola um esforçado trabalho de actualização em relação às duas bibliografias que a precederam, anteriores em quase sete decénios, ela cumpre em relação à história monetária portuguesa a função de um bom subsídio para um trabalho da mesma índole, cuja falta se sente. Prosseguindo uma tendência que já não é nova dentro de certas esferas de investigação do país vizinho, a obra valoriza-se com a inclusão de elementos portugueses ou relativos ao nosso território. Esta circunstância torná-la-á, cremos bem, particularmente interessante e útil para os nossos estudiosos. Além de outros capítulos que contêm elementos directamente a nós relativos, como o dos «Hallazgos monetarios en general», subdividido em achados de moedas romanas, portugue-

sas, etc., a obra inclui dois de bibliografia portuguesa, como complemento da espanhola. Trata-se do XLIX-Portugal (Bibliografia suplementaria de lo español, especialmente de lo medieval), e do L-Colonias portuguesas (Bibliografia suplementaria de interés para la historia monetaria de España).

A apresentação é cuidada e, com o recurso de cinco índices, torna-se de consulta fácil.

MÁRIO DE CASTRO HIPÓLITO

MARÍA ANGELES MEZQUIRIZ DE CATALAN, *La excavación estratigráfica de Pompaelo. I Campaña de 1956*, Pamplona [Institución «Príncipe de Viana»], 1958, 315 pp., 27 est..

Com esta valiosa publicação de M. Angeles Mezquiriz de Catalan, prova-se, uma vez mais, o grande alcance do método estratigráfico, quando rigorosamente aplicado a uma escavação sistemática. Esse valor reside não apenas nos resultados imediatos que oferece, i. é, a classificação cronológica dos achados, mas sobretudo nas deduções interpretativas que sobre ela se podem alicerçar. Este é o grande mérito do método e também da ciência arqueológica: lançar bases concretas e sólidas para os problemas históricos, sociais, artísticos e topológicos postos por um simples objecto, por um monumento, ou toda uma cidade antiga como sucede com as escavações de *Pompaelo*.

Dispondo apenas de uma área de duzentos metros quadrados que não excedia os quatro metros em profundidade, era necessário levar ao máximo o rigor do método estratigráfico para garantir os resultados que a A. sistematiza em dois grupos:

- a) Elementos para a solução do problema histórico-topográfico da velha *urbs*;
- b) Dados cronológicos e tipológicos relativos a diversos materiais, destacando-se pelo seu significado a cerâmica, os vidros e os bronzes.

Estes resultados, a apresentação dos materiais e a sua expressão gráfica, são oferecidos de modo correcto e sugestivo; e um espírito de síntese e de reconstituição, quase sempre cautelosa e bem fundamentada, completa um esplêndido estudo descritivo. Há, porém, algumas conclusões e certas reconstituições de formas cerâmicas que nos parecem demasiadamente apressadas, bem como um ou outro pormenor de método, menos acertado.

Partindo da hipótese de que o troço de via pública achado no Arcedianato da Catedral corresponde ao *kardo maximus* de *Pompaelo*, Mezquiriz procura localizar o *decumanus maximus*, situando-o na actual rua da Curia e julga descobrir o ponto de intercepção de ambas as vias na praça da Catedral. Aqui, supõe a A. que se pode, com toda a probabilidade, localizar o foro, visto o sítio corresponder à parte mais protegida e ao centro do montículo onde se eleva a Catedral.

A hipótese parece-nos menos provável se recordarmos que, nas páginas 28 e 218, a A. afirma ser incontroverso que nesta zona se não achava situada a pri-

mitiva cidade republicana, e o que se encontrou é o produto de uma «ampliação ou acrescento» da fundação de Pompeu, datável nos meados do séc. i d.C. Ter-se-á dado nesta altura uma deslocação do centro urbano? Não é impossível supor tal fenómeno, mas nada o justifica por enquanto. De resto, poucas garantias oferece a hipótese de que se trate efectivamente do *kardo* e do *decumanus maximus*, facto necessário à primeira suposição.

Na p. 250 Mezquiriz atribui a forma 16 (fig. 112, n.º 1) aos finais do séc. m, baseando-se no aparecimento de um fragmento íntegro da dita forma num estrato dessa época. Logo em seguida, porém, refere que outro fragmento da mesma forma apareceu num estrato de meados do séc. II. A incoerência é evidente e não descobrimos a razão que a motivou.

A fig. 111 (número 4) oferece-nos o perfil completo da forma 52. Pela notícia dada na p. 251 sabemos que foi reconstituído a partir de um único fragmento que nada mostra da base nem permite «tirar deduções de carácter geral». As semelhanças que este resto de vaso apresenta com perfis de vasos de «paredes finas» e «envernizados» (figs. 128-133) não nos parecem suficientes para uma reconstituição definitiva.

A elaboração de uma tábua de formas exclusivamente hispânicas, acompanhadas da numeração que lhes foi atribuída pela A. teria sido altamente proveitosa. Mezquiriz não atendeu à extensão da obra e esqueceu-se de que, para um leitor que não tenha presente o seu estudo sobre a *sigillata* hispânica de Liédena, o que se diz, por exemplo, na p. 80 (31-33), e na p. 84 (33-34), só será inteligível depois de ter lido respectivamente, as pp. 246 e 247.

Também não se compreende a inexistência de um apêndice da bibliografia dispersamente citada através das trezentas páginas de texto.

Entre as contribuições positivas e indiscutíveis que esta publicação traz ao conhecimento da *sigillata* hispânica, chamamos a atenção para:

1 — A possibilidade que alicerça de datar a evolução completa desta cerâmica até ao séc. v e de referir definitivamente o começo da sua produção ao ano 60.

2 — A origem dos motivos circulares e a explicação do seu emprego na *sigillata* gálica. Mezquiriz crê que os oleiros gálicos copiaram dos vasos ibéricos, muito abundantes no sul do país, estes elementos decorativos que a exportação rapidamente espalhou pelos outros centros.

3 — A existência de uma fábrica de *terra sigillata* em Pamplona, testemunhada por um fragmento de molde num estrato do séc. m.

Das conclusões de ordem cronológica, merece salientar-se que o fabrico de cerâmica de paredes finas se restringe ao séc. i, e que, graças às escavações da velha *Pompadour* a «cerâmica local» fica relativamente esclarecida quanto a formas, pastas, decoração e verniz, o que permite datar, daqui em diante, qualquer fragmento isolado.

Valioso contributo para o conhecimento da civilização romana na Península, são os dados concretos relativos a objectos de vidro, os perfis e o quadro de formas que a A. cautelosamente oferece (fig. 143).

J. A. STANFIELD e GRACE SIMPSON, *Central Gaulish Potters* [Publ. da Durham University, saída da Oxford University Press], Londres, 1958. Pr.: £. 6.65 (só para o R.U.). Um grosso volume de 354 pp. de texto acompanhado por abundante documentação gráfica: 170 estampas preenchidas por cerca de 1.800 desenhos, uma tábua de formas, uma selecção de marcas e assinaturas, uma tábua cronológica e 50 figuras no texto contendo «motivos» ornamentais distintos.

índices das figuras-tipos pertencentes a oleiros do período de Trajano e dos períodos seguintes, acompanhados das referências respectivas em Oswald e Déchelette, uma lista de procedências e outra de todos os oleiros que durante o séc. II se sabe terem trabalhado na Gália Central, completam este valioso estudo.

Teria sido muito útil, para facilidade de atribuições e reconhecimento, um quadro de conclusões de ordem estilística e técnica, pois muitas são as dispersas pelo livro.

Delineada por Stanfield, a quem a morte impediu de realizá-la, a obra surgiu em circunstâncias especiais, resultante de vasta colaboração. Escrita por G. Simpson que completou ainda o esquema das ilustrações, o livro pode ser apresentado graças à cooperação de W. Dodd, que concluiu os desenhos inacabados, e à assistência do Prof. Eric Birley que trabalhara com Stanfield.

Déchelette ao tratar da *terra sigillata* gálica em *Les vases céramiques ornés de la Gaule romaine*, limitou a investigação da sua manufactura na Gália Central à análise de peças assinadas. O livro agora referido vem completar aquela obra com um estudo de conjunto da produção do séc. II, chamando a atenção para estilos individuais distintos do período de Trajano que, devido ao facto dos seus possuidores raramente utilizarem «marcas», andavam confundidos em grupos. O conhecimento mais completo dos esquemas decorativos de que se serviram os artistas de todo esse século, permitiu descobrir relações estilísticas entre vários oleiros, sobretudo nos períodos de Trajano e Adriano, e as influências mútuas que existiram entre os produtores do Leste (designadamente Rheinzabern) e do Centro da Gália.

Os autores tomaram como limite do seu estudo os oleiros da última década do século, ou seja, o termo da produção da Gália Central que, por hipótese do Prof. Birley deve ligar-se à queda de Lugdunum na posse de Septimius Severus, em Fevereiro de 197, e não ao ano 170 atribuído por Comfort (p. xli).

A organização do trabalho em oficinas separadas — em oposição ao que sucedia em La Graufesenque —, a utilização colectiva de fornos, a manufactura em grande escala dos seus produtos, e a larga difusão que conheceram, denunciando um sistema desenvolvido de relações comerciais, são expostas em sínteses ricas de clareza e sugestões. Merece especial atenção o parágrafo dedicado ao estudo das «marcas», pela novidade de interpretação.

As atribuições e o reconhecimento de estilo individuais são baseados, não apenas na tipologia, mas sobretudo no exame minucioso dos «motivos» — designadamente os óvulos — e da posição exacta das figuras, bem como do tamanho delas.

A maior originalidade da obra reside, porém, na apresentação de uma nova cronologia alicerçada nos dados fornecidos pelos acampamentos do Norte de Inglaterra de onde proveio a maior parte dos materiais estudados.

Central Gaulish Potters é um livro imprescindível tanto ao arqueólogo «de campo» como ao que trabalhe nos museus, e encoraja a realização de uma série de estudos novos, de carácter económico, psicológico e social, além de outros mais específicos, mas não menos interessantes como, p. ex., investigar as causas da frequência, a partir de LIBERTVS (p. 49), de cenas e motivos marinhos em centros do interior da Gália.

Creio que é da maior utilidade para um completo conhecimento da *terra sigillata* da Gália Central, o estudo das colecções hispânicas.

Terá havido importação directa das manufacturas de Lesoux ou de outros centros vizinhos? G. Simpson acha o facto provável visto que se encontram na Península abundantes testemunhos de importação sudgálica. Não me parece o argumento, base consistente para tal hipótese; mas isso não a invalida.

O exame de uma colecção assaz modesta, permitiu-me já notar que aos oleiros peninsulares não foi estranha a influência do Centro e do Levante da Gália (1). Em que condições se terá estabelecido o contacto? Só novos estudos permitirão resolver ou mesmo conjecturar.

Em presença de *Central Gaulish Potters* pude verificar que certos exemplares [Cf. Ests. 773,43; 98,10; 104,1; 109,4] oferecem uma impressão de conjunto que recorda a feição geometrizar do estilo hispânico. Nota-se ainda grande semelhança no traçado de linhas onduladas e linhas de ângulos com função separativa, e em grande cópia de paralelos entre os quais se destacam:

- a) Motivos em V utilizados por CONDOLLVS [Est. 90, 1 e 2] e que Stanfield atribuiu ao oleiro X-6 (p. 174). Paralelos: Granada e Solsona; Malines (último quartel do séc. i) (2).
- b) Os ornamentos originais de DOECCVS [fig. 44, 6 e 29] (p. 252-leque (?)) recordam motivos provenientes de Solsona, Tarragona, Liédona, Granada e Briteiros.
- c) Motivos vegetais: Rosetas: BELSA [fig. 39, 5]. Paralelos: Briteiros, Elewijt (3)—PATERNVS [fig. 30,13-motivo original (p. 195)]. Paralelos: Granada, Vilafranca de los Barros — EPPILVS [Est. 96, 2]. Paralelo: Briteiros.
- d) Círculos: IANVARIIS I [Est. 119] — DOECCVS, I [fig. 44, 18]. Paralelos: Briteiros, Liédona, Tarragona — Diversos círculos plenos e denteados.

(1) ALARCÃO, Adília M. — «Sigillata Hispânica em Museus do Norte de Portugal», in *Revista de Guimarães*, t. XVIII, Guimarães, 1958. Encontrar-se-ão, facilmente, neste estudo, os paralelos hispânicos abaixo citados.

(2) F. VAES et J. MERTENS — «La céramique gallo-romaine en terre sigillée d'Elewijt» in *Latomus*, XIII, Bruxelles, 1953 [Est. IV, 40].

(3) *Idem, ibidem* [Est. IV, 40].

Estes paralelos tornam-se significativos na medida em que o seu traçado ou o seu emprego não encontram similares na cerâmica sudgálica. Até que ponto poderão representar uma influência directa das oficinas lugdunenses sobre os oleiros da Hispânia?

Ter-se-á vindo a elaborar uma cronologia certa para os produtos hispânicos do séc. ii ou teremos de retardá-la alguns anos? São problemas que não podem deixar de ser formulados.

A. M. A.

^INFORMATION ARCHÉOLOGIQUE

Sob a direcção de A. Perraud começou a publicar-se, em Janeiro do último ano, este «órgão internacional de ligação», de grande utilidade a todos aqueles que se dedicam aos estudos arqueológicos.

Trata-se de uma publicação trimestral, de preço muito acessível (o que é raro acontecer) e orientada com grande sentido prático. Além de um grande número de informações úteis sobre a actividade arqueológica em diferentes países (congressos realizados ou a realizar, ecos de sociedades e associações, notícias dos museus), insere artigos de fundo e as respostas de arqueólogos de várias nacionalidades a questões de interesse actual.

No primeiro número de *VInformation Archéologique* podem ler-se, entre outras coisas: o discurso pronunciado pelo Prof. Alberto Cario Blanc na sessão de encerramento do recente congresso de Hamburgo; um estudo do abade J. Joly sobre «L'archéologie à l'école»; e as respostas do Prof. André Piganiol, do Prof. Nino Lamboglia, Prof. Louis-René Nougier e Antoni Ribera a três perguntas relativas a outros tantos problemas que têm preocupado, e continuam a preocupar, muitos arqueólogos responsáveis. Essas perguntas foram enunciadas da seguinte forma:

«Question n° 1. Pour la protection des sites, faut-il développer ou restreindre le gout de l'archéologie à l'école et dans le public? Question n° 2. Les lois sur les fouilles terrestres et sous-marines vous conviennent-elles ? Si non, quelles modifications souhaitez-vous ? Question n° 3. Comment concevez-vous l'organisation des Musées et des dépôts archéologiques ? Qui devrait avoir droit à les visiter et les étudier?»

Do segundo número destacamos um interessante artigo do Prof. J.-J. Hatt intitulado «Caractere et fonctions du Musée Archéologique»; e, no terceiro, as respostas de J.-J. Hatt, E. Salin e Prudhommeau, às perguntas acima referidas. O número quatro, publicado em Outubro, insere um artigo de André Varagnac, actual Conservador-chefe do Musée des Antiquités Nationales de St. Germain, sobre «Les Problèmes d'Aménagement des Grands Musées Archéologiques»; a continuação das respostas ao inquérito iniciado no primeiro número; e anuncia-se, a partir de Janeiro de 1960, um serviço de empréstimos de estudos, trabalhos individuais inéditos, separatas, relatórios de escavações, etc..

J. M. B. O.

ÍNDICE DE REVISTAS PORTUGUESAS

ARTIGOS DE INTERESSE ARQUEOLÓGICO

Arqueologia e História (Associação dos Arqueólogos Portugueses), 8.^a série das publicações, VIII (Comemorativo do centenário do nascimento do Doutor José Leite de Vasconcelos), Lisboa, 1958 (publ. 1959):

A. GARCÍA Y BELLIDO, «Las colonias romanas de la Provincia Lusitania», 13-23;

Joaquim LORENZO FERNÁNDEZ, «Estela funeraria de Flor de Rti Vello», 27-29;

P.^e Jean ROCHE, «Quelques caracteres de l'outillage du «Concheiro» Méso-lithique de Moita do Sebastião (Muge)», 33-36;

Augusto FERNÁNDEZ DE AVILES, «Vaso oriental de Torre del Mar (Málaga). (Museu Arqueológico Nacional. Madrid)», 39-42;

Eduard SANGMEISTER, «ZU Einigen Frühbronzezeitlichen Funden aus Portugal. (Ergebnisse Spektralanalytischer Untersuchungen)», 45-50;

H. N. SAVORY, «The origin of British Palstaves with double loops», 69-73;

J. MALUQUER DE MOTES, «Sortija de cobre con chatón grabado, procedente del Cerro de Berrueco, Salamanca», 77-82;

J. M. BLÁZQUEZ, «Jinetes ibéricos inéditos en el Instituto de Valencia de D. Juan en Madrid», 85-91;

A. BALIL, «Fragmentos de T.-S. aretina de Ampurias (Gerona)», 95-99;

Mário CARDOZO, «Uma interessante carta do Professor Leite de Vasconcelos, a propósito das jóias inéditas arcaicas do Museu Etnológico», 103-110;

Raúl da Costa COUVREUR, «Ensaio de estudo de uma balança romana», 113-129;

Aurélio Ricardo BELO, Eduardo da Cunha SERRÃO e Eduardo Prescott VICENTE, «Uma inscrição luso-romana inédita do Casal de Bexiga (Lamarosa)», 133-143;

Vera LEISNER, «Nota sobre um vaso transmontano», 143-153;

Rui Freire de ANDRADE, «AS lucernas do cemitério lusitano-romano de Valdoca-Aljustrel», 157-172;

Fernando Bandeira FERREIRA e Maria do Céu Nunes da SILVA, «Leite de Vasconcelos e a Tróia de Setúbal», 175-184.

Arquivo de Beja (Boletim de Documentos e Estudos do Baixo Alentejo) Câmara Municipal de Beja, XV, 1-4, Janeiro-Dezembro de 1958 (publ. 1959):

Abel VIANA, «Notas históricas, arqueológicas e etnográficas do Baixo Alentejo (I — Tijolos, telhas e outros materiais cerâmicos de construção; II — Lápide visigótica de Vai de Aguilhão; III — Capacete céltico, de prata; IV — Homenagem a Juno; V — Castro de Nossa Senhora da Cola (Ourique); VI — Lápides de várias épocas; VII — Esto-

que de bronze; VIII — Tesouro monetário de S. João dos Caldeireiros; IX — Sobre arqueologia e arqueólogos», 3-56;
 Fernando Nunes RIBEIRO, «Terra sigillata encontrada nas Represas — Beja. I-II. Marcas de oleiro», 71-121.

Beira Alta (Arquivo Provincial. Junta de Província), XVIII, 1-2, Viseu, 1.º e 2.º trimestres de 1959:

Adriano Vasco RODRIGUES, «O Castro do Cabeço das Fráguas e a romanização das suas imediações. (Notícia sobre uma prospecção arqueológica no concelho da Guarda)», 111-128;

Idem, XVIII, 3-4, Viseu, 3.º e 4.º trimestres de 1959:

Mário CARDOZO, «Uma interessante inscrição funerária», 205-212;

Adriano Vasco RODRIGUES, «Subsídio para o estudo do paleolítico na Beira Alta», 213-218;

D. de Pinho BRANDÃO, «Inscrições romanas do balneum de Lafões», 229-264.

Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto, XXII, 1-2 e 3-4, Porto, 1959:

Rogério AZEVEDO, «Onomástico Ibérico. Tentativa Etimológica» (cont.), 17-213;

J. A. Pinto FERREIRA, «Arqueologia Portuense», 369-370.

Boletim da Junta de Província da Estremadura, L-LIII, Lisboa, 1959:

Fernando Russell CORTEZ, «A importância do culto do Imperador nos Municípios Lusitanos», 79-85;

Aurélio Ricardo BELO, «Nótula sobre quatro lucernas romanas de barro inéditas», 97-112.

Bracara Augusta (Revista Cultural da Câmara Municipal de Braga), VIII, 3-4, 1957

(publ. 1959):

Luís CHAVES, «Costumes e tradições vigentes no século vi e na actualidade», 243-278;

Fernando Russell CORTEZ, «O viver das populações Bracaraugustanas do século iv ao vil d.C.», 279-280;

João de Moura Coutinho de Almeida EÇA, «Os sarcófagos de Dume na Arte Pré-românica», 283-294;

Maria José Aroso REIS, «Restos da basílica visigoda de Santa Maria de Ferreiros — Amares — Braga», 375-377.

Brotéria (Revista Contemporânea de Cultura), LXIX, 4, Lisboa, 1959:

Abel VIANA, «Notas de Corografia Arqueológica», 321-330.

Bulletin des Études Portugaises et de l'Institut Français au Portugal, n.s., XXI, Lisboa, 1958 (publ. 1959):

Scarlat LAMBRINO, «Sur quelques noms de peuples de Lusitanie», 83-96.

Coloquio. Revista de Artes e Letras. (Fundação Calouste Gulbenkian), n.º 3, Maio de 1959:

Reynaldo dos SANTOS, «Os mosaicos de Ravena», 1-5.

Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal (Direcção-Geral de Minas e Serviços Geológicos), XXXIX (número dedicado às Jornadas Arqueológicas de Sintra), Lisboa, 1958 (publ. 1959):

D. Fernando de ALMEIDA, «Escavações em Odrinhas», 11-25;

—, «Inscrições paleocristãs do Museu Arqueológico de S. Miguel de Odrinhas», 27-36;

G. ZBYSZEWSKI e O. da Veiga FERREIRA, «Estação pré-histórica da Penha Verde (Sintra)», 37-57;

J. Camaiate FRANÇA e O. da Veiga FERREIRA, «Estação pré-histórica da Samarra (Sintra)», 61-84;

Eduardo da Cunha SERRÃO e Eduardo Prescott VICENTE, «O Castro eneolítico de Oleias. Primeiras escavações», 87-125.

Douro Litoral (Junta de Província do Douro Litoral), IX série, I-IV, 1959:

Carlos Alberto F. de ALMEIDA, «Duas inscrições romanas da «Civitas Sanctae Mariae», 161-166;

D. de Pinho BRANDÃO, «Estela com inscrição inédita de Várzea do Douro (Marco de Canaveses)», 411-416;

—, «Ara dedicada a Júpiter, de Carvalho de Rei — Amarante», 909-914.

Humanitas (Revista do Instituto de Estudos Clássicos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra), n.s., VI-VII, Coimbra, 1957-1958 (publ. 1959):

Adriano Vasco RODRIGUES, «A propósito de uma lápide do Mileu (Guarda)», 96-99;

—, «Inscrição votiva à Deusa Vitória», 164-166;

D. de Pinho BRANDÃO e Adriano Vasco RODRIGUES, «Inscrições romanas de Valhelhas», 167-171;

— «Ara dedicada a Júpiter, encontrada em Meimão (Penamacor)», 172-174;

Américo da Costa RAMALHO, «A capital de Alexandre», 217-218; «As escavações de Pilos», 218; «Acampamento romano de Antanol», 219; «Os mosaicos de Torre de Palma», 219.

Nummus. Numismática, Medalhística, Arqueologia (Boletim da Sociedade Portuguesa de Numismática), V-2, n.º 18, Porto, Julho de 1959 (número dedi-

cado à I Exposição Ibero-Americana de Numismática e Medalhística, Barcelona, 1958):

Alexandre Ferreira BARROS, «O Museu Nacional de Soares dos Reis ñas Jornadas Numismáticas da I Exposición Iberoamericana de Numismática y Medallística», 71-80;

«Bibliografía Numismática Portuguesa nos últimos trinta anos», 81-95.

Idem, V-3, n.º 19, Porto, Dezembro de 1959:

Antonio Manuel de GUADAN Y LÁSCARIS COMNENO, «Ensayo sobre la evolución comercial y monetaria en Bizancio (cont.)», 123-130;

Pedro Batalha REIS, «Elissabona Felicitas Iulia. Nova oficina monetária dos visigodos», 131-141;

José Manuel LANDEIRO, «Monumentos arqueológicos — Fortalezas do concelho do Fundão — Siglas de Canteiro — Necessidade e utilidade do seu estudo e inventário», 142-146.

Revista da Faculdade de Letras de Lisboa, III.^a série, 2, Lisboa, 1958 (publ. 1959):

Henri BREUIL, «Soixante ans de découverts de fossiles humains et préhumains et leur influence sur le monde des idées», 5-14;

Fernando Bandeira FERREIRA e Justino Mendes de ALMEIDA, «Vária Epigráfica. I — Uma inscrição lusitano-romana de Bucelas; II — A inscrição do Casal das Vivas; III — O epitáfio de Charito, de Beja; IV — A inscrição da Quinta dos Prazeres (Alvito); V — Nota a propósito de uma inscrição existente no pavimento do adro da Matriz de Mértola; VI — Apostila à leitura duma inscrição do Poço de Cortes (Lisboa)», 132-171.

Revista de Guimarães (Sociedade Martins Sarmento), LXVIII, 3-4, Guimarães, Julho-Dezembro de 1958 (publ. 1959):

Adília Moutinho de ALARCÃO, «Sigillata hispânica em Museus do Norte de Portugal», 249-315;

D. Fernando de ALMEIDA e O. da Veiga FERREIRA, «Duas sepulturas megalíticas dos arredores de Idanha-a-Velha», 317-322;

João de Castro NUNES, «NOVOS elementos paia o estudo da arte castreja em Portugal», 323-335;

A. BALIL, «Consideraciones sobre el mosaico hispanioirromano», 337-354;

Mário CARDOZO, «Novas inscrições romanas do Museu Arqueológico de Odrinhas (Sintra)», 355-376;

O. da Veiga FERREIRA, «Acerca da presença de «Purpura haemastoma» e «Purpura lapillus», Linné nas estações pré-históricas portuguesas», 377-382;

Adriano Vasco RODRIGUES, «O culto da ganadaria a sul do Douro Português», 393-396;

- Mário CARDOZO, «Missão inglesa de escavações num «Castro» do Norte de Portugal, (3 a 11 de Abril de 1958)», 439-453;
 ----, «Citânia de Briteiros. 26.ª Campanha Arqueológica (Setembro-Outubro de 1958)», 455-459;
 ----, «Colóquios e Congressos», 460-502.

Idem, LXIX, 1-2, Guimarães, Janeiro-Julho de 1959:

- Fernando CASTELO-BRANCO, «Vestígios do culto de Diana em Portugal», 5-18;
 Mário CARDOZO, «Um novo achado em Portugal de jóias de ouro proto-históricas», 127-138;
 Alberto BALIL, «Sarcófago romano del Levante Español (Contribución al estudio de los sarcófagos de plomo en el mundo romano)», 303-320.

Trabalhos de Antropologia e Etnologia (Publicação da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia e do Centro de Estudos de Etnologia Peninsular), XVII (volume de homenagem ao Prof. Doutor Mendes Corrêa), 1-4, Porto, 1959:

- Hernâni MONTEIRO, «Professor A. A. Mendes Corrêa», 5-8;
 Abbé Henri BREUIL, «Contribution à l'étude des terrasses quaternaires au Portugal», 9-12;
 F. L. CUEVILLAS, «Unha urna cerâmica e unha lanza de bronze», 117-122;
 Fermin BOUZA-BREY, «Boleadora céltica de Galicia», 147-153;
 J. MALUQUER DE MOTES, «La fecha final de la cerámica excisa en la Meseta española», 167-173;
 J. M. BLAZQUEZ MARTINEZ, «Notas a la contribución de la Península Ibérica al erario de la Republica Romana», 175-182;
 Eduardo da Cunha SERRÃO, «Investigações arqueológicas na região de Sesimbra. Resultados das campanhas realizadas pelo Centro de Estudos de Etnologia Peninsular», 187-203;
 A. de Amorim GIRÃO, «Peuplement préhistorique des monts calcaires du sud du Mondego», 205-208;
 P. BOSCH-GIMPERA, «Nota sobre el problema indoeuropeo», 209-219;
 Eduardo HERNÁNDEZ-PACHECO, «LOS tartesios y sus míticos reyes», 221-225;
 Mário CARDOZO, «A mó e a farinha, o forno e o pão (nota etnográfica)», 235-258;
 J. Desmond CLARK, «Equatorial influence in the Prehistoric Cultures of Southern Africa», 257-265 ;
 Fernando Russell CORTEZ, «O «amuleto osculatório» (?) encontrado nas ruínas de Tróia, Setúbal», 293-298;
 A. GARCÍA Y BELLIDO, «Del carácter militar activo de las colonias romanas de la Lusitania y regiones inmediatas», 299-304;
 Georges MORTELMANS, «Préhistoire et Protohistoire du Bas-Congo Belge. Une esquisse», 329-344;

- Abbé Jean ROCHE, «Les objets de parure trouvés dans les amas coquilliers de Muge», 407-411;
- Lúis de Albuquerque e CASTRO, «Interpretação dum a cena de caça do Levante Ibérico. Negaça pré-histórica», 413-416;
- J. Camarate FRANÇA e O. da Veiga FERREIRA, «Algumas considerações sobre os chamados «íolos Almerienses» da Península de Lisboa», 451-456;
- R. DART, «Human figures from Southern Africa», 457-473;
- Vicente Risco, «Apuntes sobre a «suástica do Minho» e o simbolismo dos nós», 485-489.

Organizado por

MARIA TERESA PINTO MENDES

e

J. M. BARRÃO OLEIRO

RESUMOS DOS ARTIGOS
SUMMARIES OF ARTICLES
RÉSUMÉS DES ARTICLES

(Página deixada propositadamente em branco)

HOWARD COMFORT — *Some Roman Pottery in the Museu Etnológico, Belém* (Alguma cerâmica romana no Museu Etnológico, Belém).

O A. publica algumas notas sobre cerâmica romana no Museu Etnológico de Belém, tiradas durante duas rápidas visitas em 1940 e 1958.

Ocupa-se de dez peças procedentes da necrópole de Rouca, cinco das quais com a marca da oficina hispânica de MICCIO; onze de Araménha; duas de Ponte de Sor, ambas com estampilha do mesmo fabricante e grafitos do mesmo possuidor; várias de Tróia de Setúbal; um lote do Algarve, no qual se encontra uma taça de estilo livre com a marca de SABINVS impressa no molde. Ocupa-se também de alguns exemplares de «paredes finas» e barbotina, assim como de peças aretinas com estampilha. Refere-se a uma visita ao Museu de Gibraltar, onde lhe não pareceu existir qualquer produto italiano, mas apenas sud-gálicos e hispânicos. Finalmente, em *postscriptum*, refere-se ao recente trabalho de F. Nunes Ribeiro sobre marcas de oleiro, estabelecendo a correspondência entre algumas dessas marcas e as do Museu Etnológico, e faz algumas sugestões e correcções a certas leituras propostas.

MÁRIO CARDOZO — *Joalharia Lusitana* (Lusitanian Jewellery)

The A. begins by referring to the abundance of gold in Ancient Hispania and to the flourishing jewellery industry which arose in the Peninsula at that time. He goes on to discuss the insufficient protection given in Portugal to the frequent chance finds of ancient pieces of jewellery, the deficiencies in the present laws dealing with these finds and the advisability of the State claiming the right to these pieces and handing them over to archaeological museums.

He then studies a fine example of a golden bracelet, unearthened in Portalegre and very similar to another one discovered near Estremoz and acquired by purchase in 1936 for the National Archaeological Museum in Madrid, where it now is.

The A. puts forward the theory, after making a detailed, comparative study, that the two pieces of jewellery may have been made in the workshop of the same goldsmith.

He concludes by analysing examples which have come to light in Portugal, comparing them with others from outside the Peninsula but of the same type, and suggests the possibility of the prototype of these pieces having originated in Central Europe, in the region of the Rhineland and the Northern Alps, and being introduced into Hispania somewhere about the vi-v century B.C. by the groups of invading Celtic peoples who introduced the final Hallstatt culture here.

A. GARCÍA Y BELLIDO — *Cohors I Gallica Equitata Civium Romanorum.*

L'A. réunit et étudie tous les documents connus qui se rapportent à la *Cohors I Gallica Equitata Civium Romanorum*. De leur étude on peut conclure que la *Cohors I Gallica* était une unité de garnison exclusivement hispanique, créée à l'époque flavienne, ou peu après, avec le caractère *à'equitata*, peut-être de composition *quingenaria*, ayant comme enseigne le sanglier.

Son camp, permanent peut-être, devait être près de Villalis (au moins au 11^e siècle), avant le transfèrement à Veleia (Iruña, ou tout près). De la *Cohors I Gallica* on connaît: *2 tribuni*; *2 praefecti*, *2 centuriones*, *1 signifer*, et des *milites* qui ne sont pas individualisés.

FERNANDO BANDEIRA FERREIRA — *O problema da localização de Caetobriga. Seu estado actual* (Le problème de la localisation de Caetobriga. Son état actuel).

L'A. présente l'état actuel de la question de la localisation de * *Caetobriga* (la *κατοβριζ* ptoléméene), ville dont on sait seulement qu'elle était placée au sud du Tage, près de la route militaire de *Olisipo* à *Eméríta Augusta*, par *Salada* et *Ebora*.

Il examine toutes les hypothèses sur sa localisation proposées jusqu'à présent et constate que, malgré les récentes trouvailles lusitano-romaines à Setúbal, l'idée de feu A. I. Marques da Costa, est, encore

aujourd'hui, la plus acceptable: * *Caetobriga* aurait été le village fortifié préhistorique, hallstattien et lusitano-romain de Chibanes, aux environs de Palmeia, petite ville au nord du Sado.

D. FERNANDO DE ALMEIDA — *Pedras visigodas de Abiul* (Visigothic stones from Abiul).

The A. describes two stones, possibly pilasters, found in the church of Abiul, a village which lies approximately 40 km. from the old town of *Conimbriga*. He believes, on account of the variety of the motives which decorate the stones and the technique which was employed, that these pilasters came from the ancient town or were influenced by the art used there during the Visigothic period.

J. M. BAIARRÃO OLEIRO — *A cratera de Milreu* (Le cratère de Milreu)

L'A. décrit le cratère que l'on considère d'habitude comme provenant des ruines romaines de Milreu (Estoi, Algarve). En le comparant avec le fameux cratère néo-attique de la *Galleria degli Uffizzi* généralement connu sous la désignation de *Vaso Mediceo*, ΓΑ. arrive à la conclusion que le cratère de Milreu n'est qu'une copie réduite et un peu différente de cet autre. La comparaison des deux frises décorées avec une plaquette en bronze du xvⁿ siècle, que si trouve au *Museo Nazionale* de Florence, semble prouver que le cratère de Milreu est une version tardive et altérée du *Vaso Mediceo*, probablement de la même époque que la plaquette de bronze, et provenant d'un atelier florentin.

ABEL VIANA — *Necrópole pré-histórica de Atalaia* (La nécropole pré-historique d'Atalaia).

L'A. décrit et étudie quelques monuments qu'il a découverts et qu'il a partiellement fouillés dans la Herdade d'Atalaia, près de Nossa Senhora da Cola (Palheiros, Ourique); et décrit aussi les objets qu'il y a recueillis.

Selon ΓΑ., la nécropole pourra se situer dans l'époque de transition entre l'Énéolithique et le Bronze argarique.

M. H. ROCHA PEREIRA — *Notícia sobre vasos gregos em Portugal* —
III Parte (Greek Vases in Portugal — Part III)

The author provides a historical account of the collection of Greek vases belonging to the Portuguese Royal Family and described by Hiibner, *Die antiken Bildwerke in Madrid*, pp. 328 *seqq.* and *Bullettino dell'Istituto di Corrispondenza Archeologica*, 1862, pp. 193-207. From these only two squat lekythoi, an Attic one from about 400 B.C. and an Italiote one from the beginning of the fourth century B.C. are known at present. Both are housed in the Royal Palace of Vila Viçosa, Évora, together with an Early Italiote B lebes gamikos, from the second quarter of the fourth century B. C, which is near in style to the Truro Painter.

The author also analyses and discusses a few Greek vases belonging to two private collections in Lisbon: an Attic black figured lekythos, from the second quarter of the fifth century B.C., from the Workshop of the Beldam Painter; an Attic red-figure krater in the early free style, from c. 460 B.C., by the Pig Painter; a Nolan amphora from c. 480 B.C., by the Dutuit Painter; another Nolan amphora from c. 470-450 B.C., by the Alkimachos Painter; and an Attic black figured cup, from the third quarter of the sixth century B.C., perhaps by the Painter of Munich 1842.

RUY FREIRE D'ANDRADE — *Uma lápide romana do Monte do Far robo*
 — *Rio de Moinhos* (A Roman tombstone from Monte do Farrobo
 — Rio de Moinhos).

An account of the discovery of a Roman tombstone in the vicinity of Rio de Moinhos, Aljustrel, Portugal, is given, followed by a brief description of the site.

The tombstone is studied in detail, special attention being given to the inscription. The Author concludes that the stone belongs to the first century A.D. and that the names inscribed upon it are distinctly Roman, free from Iberian influence.

ÍNDICE ANALÍTICO

A

- Abiul*, 71-74, 241
Abreu, Helder Rodrigues de, 127
Academia das Ciências de Lisboa, 149, 154
Academia Portuguesa de Historia, 146
Acampamento Romano de Antanol, 138-139, 185, 194 198-200, 202
Achados arqueológicos — Protecção e conservação, 14-16, 136, 146, 169-171, 198-200, 239
Adriano, 228
Aeminium — Criptoporticum, 120, 122, 139, 152, 195
Afife, 17
África, 119, 134, 135
África Austral, 149
África Equatorial Francesa, 156
África do Norte, 193
África do Sul, 135, 156
Agamémnon, 78, 79
Agricultura — Romanos, 135
Ajax, 78, 79
Ajuda, Ribeira da, 59
Alarcão, Adília Moutinho, 1, 183, 185, 195, 202, 203, 229
Alava, 36, 39
Alcabrichel, Rio, 151
Alcácer do Sal, 51, 67, 99, 100, 185, 195, 197, 198, 202
A Icalar, 202
Alcantarilha, 148
Alearia, 95
Aldeia das Dez, 202
Alemanha, 128, 140, 155, 186
Alentejo, 2, 4, 5, 9
Alexandre, Eduardo, 159
Alexandria, 49
Alfárelos, 148
Alfarrobeira, 94, 95
Alferrar, 47, 48, 54, 63, 64, 65, 67, 69, 70
Algarve, 6, 7, 8, 9, 49, 84, 94, 239, 241
Algodeia, 64
Alhambra, 225
Aljubarrota — Escavações, 129, 146-150
Aljustrel, 83, 109, 242
Alliance Française, 149
Almada, Maria Matilde Rolim de, 121
Almagro, Martin, 96, 117, 123
Almedina, S. João de — Igreja, 122
Almeida, António de, 146, 151
——, Fernando de, 117, 147, 152, 153, 155, 159, 161
——, Fernando de, 127, 128
——, Fernando António de, 202
——, Justino Mendes de, 43
——, Manuel Lopes de, 187, 203, 204, 205, 206, 207
Almizaraque, 157
Almodovar, 83
Alora, 4
Alpes, 240
Altamira, 135
Alter do chão, 4, 183, 185

- «Alter turnersammlung» — Stuttgart, 26
Alto do Casalinho — Rotura, 63
Alto Minho, 152, 185, 203
Alvarez-Ossório, Francisco, 19, 21
Alves, Armando Lopes, 185, 202
 ———, Luís Fernando Delgado, 182, 202, 203
Amaral, An tero, 202
Âmbar, 61
Ameixoeira — Lisboa, 162
América do Sul, 134
Ampúrias, 9, 225
Anacleto, Pedro Garcia, 151
Âncora. Vid.: *Vila Praia de Âncora*
Andrade, António dos Santos, 155
 ———, Gil Estevão Migueis, 147
 ———, Rui Freire de, 109, 114, 209
Angola, 146, 149, 156
 «*Anônimo de Ravena*», 42
Anta da Arcainha — Seixo da Beira, 160
Antanol, 138-139, 185, 194, 198-200, 202
Antas de Baixo, 85
Antoninos, 38, 223
Antropologia e Arqueologia, 125-126, 129, 132, 194
Antroponímia Romana — Lusitânia, 139
Apoio, 79
Aquiles, 79
Árabes, 50-51, 60, 61, 148, 158, 162, 163
Aramenha, 4, 5, 239
Araújo, José Rosa de, 127
Arca de Água — Rotura, 63
Arcas — Talhadas, 157
Areosa — Viana do Castelo, 202
Arezzo, 9, 141
Arga — Serra, 13
Arganil, 156
Argólida, 191
Argos, 52, 191
Argote, Contador, 160
Arles, 73
Arnaut, Salvador Dias, 202
Arno, 80
Aroso, F., 108
Arpachiya — Iraque, 190, 192
Arqueologia, 131-138, 145, 159, 160, 181, 183-184, 192, 193, 194, 197, 214, 230
Arqueologia japonesa, 151
Arqueologia subaquática, 129-131, 154, 158
Arqueologia do Ultramar, 147
Arquitectura e Arqueologia 132, 136
Arrábida, 61, 64
Artémis, 106
Arthur, Maria de Lourdes Costa, 63
Asdrubal, 223
Ashur — Iraque, 188, 190, 191, 192
Ásia, 148, 149, 151
Associação Académica de Coimbra — Secção de Intercâmbio, 126, 127, 158
Associação dos Arqueólogos Portugueses, 146, 149, 154, 156
Associação Portuguesa de Estudos Clássicos, 138-140, 152
As torga, 31
Astrue, Miriam, 225
Atalaia, 83-96, 241
Atenas, 78, 102, 108, 136, 191
Atlântico, 130
Augusto, 38, 223
Augusto Moreira & Coutinho, 18
Aurêlio, Marco, 33
Austrália, 134
Aveiro, Duques de — Abiul, 71, 72
Azeitão, 49, 55
Azaredo, Luís de, 160
Azevedo, Pedro A. de, 47, 50, 51
 ———, Silva, 18
Azinhal, 6

B

- Babilónia*, 188, 189, 191, 192
Babo, Carlos, 58
Baco, 155
Baçorá, 189
Badajoz, 18, 225

- Bagdade*, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193
Baião, 160
Baixo Alentejo, 84, 94, 95, 110, 113
Baleares, 27
Baralhas, 153
Bárbaros, 53, 54, 55
Barcelona, 225
Barcelos, 158
Barranco da Nora Velha, 85, 95
Barros, Alexandre Ferreira, 155
Bash Tabia — Mosul, 189
Bastos, Carlos Pinto, 159
Bauer, Inácio, 19
Beazley, Prof., 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 197, 220
Beira Baixa, 152
Beja, 7, 10, 84, 94, 109, 131, 202
«*Beleia*», 40
«*Belegia*», 40
Belo, Aurélio Ricardo, 152, 157
——, Maria Margarida Campos Lopes, 185, 203
Bento-Córga, Manuel José, 153
Berlim, 106
Beselga, Quinta da — Serra de Palmeia, 56
——, S. Silvestre de — Porto da Lage, 56, 123-125, 154
Besnier, 32
«*Bética*», 224
Biblioteca Pública de Braga, 150
Bilbilis, 4
Binns, Charles, 220
Birley, Eric, 140, 228
Blanc, Alberto Carlo, 230
Blanco Freijeiro, Antonio, 18, 19, 20, 21, 22, 24, 25, 26-27
Blazquez, J. M., 117
Boca do Rio — Búdens, 130
Boino, Casal do — Rotura, 63
Boissieu, 35
Bónis, Eva, 140
Borba, 202
Borralha, Minas da, 153
Boston, 104
Bothmer, D. von, 220
Botto, J. M. Pereira, 76
Braga, 150, 153, 201
Bragança, 155
Brancales, Morro de — Setúbal, 57, 64
Brandão, Domingos de Pinho, 154, 157, 159
——, Mário, 194
Brejo — Baixo Alentejo, 84
Breuil, Henri, 146-147, 149
Briteiros, Citânia de, 63, 229
British School in Iraq, 190
Brugg im Aargau — Suíça, 140
Br unsting, H., 140
Brutus, Decimus Junius, 199
Bruxelas, 105
Búdens, 130
Bugio — Sesimbra, 151
Burgos, 225
- C
- Cabeças de Rei* — Baixo Alentejo, 84
Cabeço da Amoreira, Concheiros de, 194
Cabeço da Quinta das Flores — Vela, 123
Cabeço da Rainha, Gruta do — Vi-meiro, 151
Cabinet des Médailles, 105
Cabré y Aguiló, Juan, 16
Cachalote, Pesca do — Setúbal, 61
Cachão da Rapa, 150
Cachofarra — Estuário do Sado, 49
Cagnat, René, 32
Cairo, 191
«*Caixão da Moura*» — Chão do Soito, 160
Caldas de Monchique, 94, 95
Caldeira, 52
——, Vicente C., 158
Calígula, 223
Câmara Municipal de Coimbra, 198, 200
Câmara Municipal de Lagos, 151
Câmara Municipal de Lisboa, 145

- Câmara Municipal de Sintra*, 205
Cambrai, 46
Cambridge, 104,
Campo Belo, Conde de, 154
Campos de Trabalho — Ancora, 126-128, 158; Angola, 156; Conimbriga, 121-122, 127, 155, 183; Meróbriga, 155; Sanfins, 155; Tróia, 159
Canelas do Douro, 160
Caniço, 151
Cano, Casal do — Rotura, 63
Cantanhede, 22
Canterbury University College, 103
Capstick, Blenda, 157
Cardoso, Luiz, 124
Cardozo, Mário, 127, 128, 147
Carino, 68
Carnaxide, 147
Cariços, 83
Carro, Julio, 32
Carta Arqueológica — Aveiro, 185, 202; Coimbra, 182, 185
Cartagineses, 60, 197
«*Cartago Nova*», 52
Carvalho de Oussela, 152
Carvalho, Alice Ferreira de, 127, 128
Casa do Corpo Santo — Setúbal, 160
Casa das Quintãs — Mirão, 160
Casal Comba — Mealhada, 202
Casal Pardo, Grutas de — Palmeia, 47
Cassandra, 78
Castelo Branco, 27, 152
Castelo Branco, António de, 117, 215
——, Fernando, 41, 48, 50, 51-52, 53, 67, 68, 152
Castelo de Paiva, 13
Castelo do Romão — Montalegre, 63
Castelo de S. Romão — Montalegre, 63
Castle Ashby — Northampton, 105
Castrillón, 39
Castro, Luís de Albuquerque e, 156
Castro do Banho, 3
Castro da Cárcoda, S. Pedro do Sul, 202
Castro Daire, 155
Castro de S. Romão — Seia, 63
Castro Verde, 83
Castrocalvón, 37
Castros, 84, 148, 157, 185
«*Castrum S. Christophori in Gallaecia*», 32
Caudete de las Fuentes, 27
Céfalos, 78
Celorico de Basto, 153
Celtas, 56, 62, 65, 66
Cenáculo, Manuel do, 84, 119
Centro Contemporâneo de Cultura — Lisboa, 150, 151
Centro de Estudos de Etnologia Peninsular, 83
Centro de Estudos de Etnologia do Ultramar, 147, 149, 151
Centro de Estudos Humanísticos — Porto, 145, 157, 159
Centro Português de Actividades Submarinas, 130, 158
Cerâmica, 1-12, 47, 58, 64, 66, 67, 75-81, 88, 92, 93, 94, 95, 97-108, 125, 140, 148, 149, 150, 152, 159, 185, 197, 201, 202, 203, 219-221, 222, 224, 225, 226, 227, 228, 239, 242
Cerca, Casal da, 55
Cerdenha, 95
César, Caio Júlio, 223
Cetóbriga, 41-69, 152, 154, 240-241
Champion, M., 19
Chão das Donas, 94
Chão de Lamas, 16
Chão de Redondo — Talhadas, 157
Chão do Soito, 160
Chaves, 13, 17, 24, 25, 38
Chaves, Luís, 41
Cheesman, G. L., 29
Chibanes, 48, 49, 59, 65-69, 159, 241
Chindaswinthe, 161
Cichorius, 30, 31, 35, 36, 37, 38
Círculo Cultural de Castelo Branco, 152
Cistas, 94
Cláudio, 66
Clitemenestra, 79

- Clube de Campismo de Setúbal*, 160
Cobres, Ribeira de, 84
Código Visigótico, 53
Coimbra, 3, 119, 138, 146, 147, 148, 155, 182, 183, 193, 194, 198, 200
Colecção do Duque de Palmeia — Vasos gregos, 97
Colecção de Dutuit — Vasos gregos, 106
Colecção Gallatin — Vasos gregos, 104, 107
Colecção de D. Luís — Vasos gregos, 100
Colecção Real — Vasos gregos, 97, 101
Comércio hispânico, 59, 60,
Comfort, Howard, 140, 228
Comissão Cultural do Município de Coimbra. Vid. *Câmara Municipal de Coimbra*
Comissão de História Militar, 129
Comissão de Melhoramentos de Vila Meã, 201
Cómodo, 33, 34
Congo Belga, 156
Congresso Africano de Pré-história, IV — Leopoldville, 156
Congresso Arqueológico Nacional, VI — Oviedo, 152
Congresso Nacional de Arqueologia, I — Lisboa, 51, 117-119, 185, 194-195, **200**
Conimbriga, 1, 61, 74, 120-122, 127, 138, 139, 155, 194, 202
Constante, 68, 153
Constantino I, 63, 64, 68, 153
 — II, 153
 «*Conventus Bracaraugustanorum*», 30, 34
 «*Conventus Caesaraugustanus*», 31
 «*Conventus Cluniensis*», 31
Cook, Francis, 103
Córdova, 225
Corgo, Rio, 30
Corinto, 191
Correia, António Mendes, 147, 151
 —, Maximino, 196
 —, Vergílio, 75, 119, 195, 196, 197, 199
Cortes Pereira, 150
Costa, A. I. Marques da, 41, 47, 48, 49, 56, 57, 59, 60, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 145, 154, 160, 240
 —, António Brito L., 109
 —, Francisco Martins, 145, 159
 —, João da Providência e, 196, 201
 —, José Elias de, 125
 —, José Marques da, 56, 57, 58, 67
 —, Luís Maria da, 18
Coto — Montalegre, 63
Covilhã, 159
Cratera de Milreu, 75-81, 195, 241
Cremòsnik, Irma, 140
Creta, 95
Criptoporticum de Aeminium. Vid.: *Aeminium* — *Criptoporticum*
Ctesiphon — Iraque, 188, 189, 191, 192
Cuanza, Rio. 156
Culto Imperial — Península Ibérica, 222-223
Cultura castreja, 26
Cultura dos «Fjirstengraber», 26
Cultura de Hallstat. Vid.: *Hallstat*
Cumano, Paulo, 76
Cunha, A. Xavier da, 125, 129
 —, Arlindo R. da, 158
Curral dos Mouros — Sobreda, 160
Cutero, 127, 158

D

- «*Dama de Elche*», 16, 19
Danúbio, 26
Dèchelette, 123, 228
Delfos, 78
Deonna, Waldemar, 215
Department of Antiquities — Bagdade, 190
Dessau, 32, 33, 34
Development Board — Bagdade, 191, 192
Dextro, Flavio, 162
Dias, João Pereira, 117, 118, 202
Dinamarca, 155

Diocleciano, 37, 38, 223
Diónisos, 103, 105, 106
Direcção Geral de Antiguidades—Iraque, 187, 188, 189, 191
Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 14, 120, 122, 158
Direcção de Minas e Serviços Geológicos, 157
Direito, 135
Dodd, W., 228
Dolméns, 84, 85, 156, 157
Domiciano, 202, 223
Donaldson, Robert, 122
Dot tin, G., 43
Douro, 30

E

Ebla, Condessa d', 99
Egeu, Mar, 52
Egípcios, 135, 197
Egipto, 136
Eguarez Ibáñez, Joaquina, 225
Eira Pedrinha, 126, 194, 195
Elewijt, 229
Élide, 52
Eivas, 202
 «*Emérita*», 240
Empresa Hidroeléctrica do Cávado, 147
Eneolítico, 126, 241
Epidauro, 191
Epigrafia e Arqueologia 132
Eridu — Iraque, 188, 189, 191, 192
 «*Escaldóbriga*», 46, 48
Escaravelho egípcio — Psamético I, 197
Escaut. Vid.: «*Escaldóbriga*»
Escavações, 14, 153, 167-177
Espanha, 9, 16, 17, 18, 29, 36, 37, 38, 135, 140, 152, 186, 223, 225, 226
Epichei, 59
Estados Unidos da América, 156
Esteia, 17
Estevão de Bizâncio, 42
Estoi, 80, 241
 ———, Visconde de, 80

Estrabão, 13
Estremadura, 5, 19
Estremoz, 16-25, 27, 110, 239
Étienne, Robert, 222-223
Etnografia e Arqueologia, 132
Etrúria, 26
Ettlinger, Elisabeth, 140
Europa, 52, 134, 193, 240
Évora, 16, 25, 49, 119, 148, 149, 240, 242

F

Fábrica de Tabacos, Cemitério da, 36
Faculdade de Letras de Coimbra, 141, 146, 147, 188-193, 198-200. Vid. também: *Instituto de Arqueologia Faculdade de Letras de Lisboa*, 41
Faculdade de Medicina de Coimbra, 198
Faculdades de Letras — Arqueologia, 119, 183
Faivre, Jean François, 121
Falcão, José Marques de Mendonça, 195, 201, 202
Farnésios, 32
Faro, 8, 119
Federação das Rodésias e Niassalândia, 156
Fenícios, 162, 163
Fernandes, Elias Bernardo, 127, 128, 201, 202
 ———, Graça Pereira, 123, 124, 154
Fernández-Chicharro, Concepción, 224
Fernández-Guerra, 51
Fernando, D., Marido de D. Maria II — *Colecções de Arte*, 16, 99
Ferragial d'El Rei — Alter do Chão, 183, 195
Ferreira, Fernando Bandeira, 130, 150, 152, 153, 159, 161
 ———, Jaime, 147
 ———, Octávio da Veiga, 41, 109, 150, 154, 156, 209
Ferro — Covilhã, 159
Ferro Couselo, Jesús, 35

- Fer vença*, 153
Fiães da Feira, 1
Fialho, Júdice, 75, 76, 78
Fiey, Jean, 190
Figueira da Foz, 130, 194, 200
Figueiredo, Moreira, 159
Figueiredo das Donas — Vouzela, 159
Flamenga — Rotura, 63
Florença, 78, 79, 80, 241
Fonte do Milho — Canelas do Douro, 3, 160
Fontes, Joaquim, 154
Formosinho, José dos Santos Pimenta, 130, 151
Forte da Amendoeira — Baixo-Alentejo, 84
Forte do Coito — Baixo Alentejo, 84
Forte Grande — Baixo Alentejo, 84
Forte das Juntas — Baixo Alentejo, 84
Forte Velho — Setúbal, 57
Foto Arco-Íris — Lisboa, 108
Foto Arteluz — Lisboa, 108
França, 3, 16, 130, 135, 140, 156
 ----, Camarate, 149, 154, 156
Franco, Francisco Soares, 196, 198
 ----, Mário de Lyster, 77
Frei, J., 214
Fronteira, Joaquim, 152
Frothingham, Alice W., 3, 4, 5
Fuidio, Fidel, 8
Fundação Calouste Gulbenkian, 83, 148, 149, 185-186, 187, 188, 193, 202
Fundação da Casa de Bragança, 100, 183, 195, 209
Fundo Sá Pinto, 182
- G
- Galba*, 37, 38
Galeria Sotheby — Londres, 102
Galeria Spink — Londres, 107
Gália, 26, 38, 44, 48, 52, 214, 228, 229
Galiano, 75, 77
Garcia, António Elias, 215
García y Bellido, António, 117, 203
- Garvão* — Baixo Alentejo, 84
Geertz, Florence, 122
Genebra, 215
Gentil, Francisco, 185, 195-198, 202, 221
Geologia e Arqueologia 132, 149
Gerona, 225
Gibraltar, 9, 37
Gilam, J. P., 140
Gilbert, Leland H., 103
Gimpera, Bosch, 96
Girão, Aristides de Amorim, 201
Girodon, Jean, 203
Godos, 148, 161, 162, 163
Gomes, António Luís, 183
Gomes, João José Fernandes, 147
Gómez-Moreno, Manuel, 30, 32, 34, 39
Gondifelos — Vila Nova de Famalicão, 153
Gondomar, 13
Governo, António Rodrigues, 124
Governo Alemão, 205
Grã-Bretanha, 95, 128, 140, 152, 156, 186, 190, 229
Graciano, 68
Granada, 229
Grandaços, Ribeira de, 84
Granja do Ulmeiro, 148
Grécia, 138, 139, 140
Gregos, 162, 163, 197
Grijó — Castro Daire, 155
Grünhagen, Wilhelm, 117
Grupo dos Amigos do Fundão, 161
 «Grupo do Rapaz Gordo» — Vasos gregos, 220
Guadiana, 9
Guarda, 122, 123, 162
Guerra, António Vítor, 200
Guimarães, 25, 31, 119, 128, 161
 ----, António José Carvalho, 153
Gusmão, Artur, 147
- H
- Haken*, Roman, 214
Hall, Lindsley F., 219

- Hallstatt*, 26, 27, 240, 241
Hamburgo, 230
Haspels, C. H. Emile, 102, 103
Hatra — Iraque, 188, 190, 191, 192
Hatt, J. J., 140, 230
Hauser, Friedrich, 78, 79
Hawkes, C. Nicollas, 126
 ———, Christopher, 126, 127, 128, 151, 158, 186
 ———, Sonia, 126, 127
Heisterholz — Westfália, 220
Hélade, 52
Heleno, Manuel, 1, 41, 117, 129, 150, 158, 159
Herculano, Alexandre, 133
Herdade do Farrobo. Vid.: *Monte do Farrobo*
Herrera del Pisuerga, 31, 39
Hipólito, Mário de Castro, 141, 156, 183, 185, 195, 203
Hispânia, 26, 30, 32, 35, 36, 37, 38, 44, 53, 185, 203, 223, 230, 239, 240
Hispânicos, 60
História e Arqueologia, 132, 148
Hofheim, 6
Holder, A., 43, 46, 47
Hübner, Emile, 6, 30, 31, 34, 56, 97, 100, 101, 150
Hundersingen, Württemberg, 25
- I
- Idade do Bronze*, 27, 63, 96, 123, 154, 241
Idade do Ferro, 42, 55, 62, 67, 201
Idade-Média, 55, 61
Idade da Pedra, 149
Idanha-a-Nova, 13, 201
Idanha-a-Velha, 152, 153, 161, 162, 224
Ifigénia, 78, 80
 «*Igaedium*», 224
Império Romano, 53, 59
Indonésia, 151
Inscrições, 29-40, 84, 109-114, 139, 148, 150, 157, 160, 162, 163, 202, 223, 242
- Instituto de Alta Cultura*, 117, 119, 146, 193
Instituto de Antropologia da Faculdade de Ciências de Coimbra, 125-126, 129, 194
Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras de Coimbra, 125, 126, 128, 141, 142, 179-209, 221
Instituto de Arqueologia da Universidade de Londres — Estudantes Portugueses, 186
Instituto Arqueológico Alemão de Madrid, 206
Instituto Botânico da Faculdade de Ciências de Coimbra, 121, 200
Instituto Português de Arqueologia, História e Etnografia, 51, 62, 150, 152
Iraq Petroleum Company, 188, 191
Iraque, 185, 187-193
Irma, 36, 39, 40, 240
Itália, 77, 80, 130, 138, 186
Itinerário de Antonino, 40, 42, 48, 100
- J
- Jahn*, 98
Jales — Vila Pouca de Aguiar, 13
Jalhay, Eugênio, 151
Jannoray, Jean, 213-214
Japão, 151
Jarmo — Iraque, 188, 191, 192
Jaubert, 50,
Jennings, Marion, 127
Joalharía, 13-27, 147, 150-151, 153, 197, 239-240
Joly, J., 230
Jónico, Mar, 52
Jornais — Notícias arqueológicas, 145-161
Jubainville, 46
Junqueiro, Arronches, 63
Junta Nacional da Educação, 2.ª Subsecção, 6.ª Secção, 14, 46, 117, 119,

- 123, 125, 126, 127, 128, 182, 183,
195, 199
Juntas Distritais — Actividade Cultural,
156
- K
- Kalah* — Nimrud, 190
Karnitsch, P., 140
Khan Mar jan — Bagdade, 191
Khorsabad—Iraque, 188, 190, 191, 192
Kirkuk — Iraque, 191
Klumbach, H., 140
Knorr, 6,
Kraft, K., 38
Krizek, Frantisek, 140
Kuching — Sarawak, 149
- L
- La Bañeza*, 31
La Graufesenque, 228
Labórela, 84
Labrunhal Fundeiro — Proença-a-Nova,
201
Lacer, C. Julius, 224
Lacerda, Aarão de, 77
Laco, Curius, 224
Lassoe, Jørgen, 190
Lagash — Iraque, 188, 189, 191, 192
Lagos, 75, 130, 151
Lagos — Molião, 7
Lamboglia, Nino, 140, 230
Lambrino, Scarlat, 117
Laon, 103
Lapas do Fumo — Sesimbra, 151
Laundos, 17
Leal, Manuel Pereira da Silva, 162
Lebução, 17
Legiões romanas, 29-40, 190, 240
Leisner, Vera, 117
Léon, 31, 37, 39
Léopoldville, 156
Lesoux, 229
- Liédena*, 227, 229
Lima, José Luis dos Santos, 127, 128,
155, 158, 183
Linguística e Arqueologia, 132
Lisboa, 61, 117, 145, 242
Livramento, Ribeira do — Setúbal, 58
Llosete — Baleares, 27
Lombas — Idanha-a-Nova, 201
Londres, 16, 106, 107
«*Longroiva*», 183, 202
Lopes, David, 51, 52, 62
Loriga, 160
Los Millares, 94
Louro, Serra do, 65, 69
Lousã, Serra da, 13
Luanda, 156
Lucala, Rio — Angola, 156
Lugdunum, 228
Lumiar — Lisboa, 162
Lusitânia, 42, 49, 139, 223, 224
Luz de Tavira, 8
Lyon, 35, 36, 37
- M
- Machadas de Baixo* — Rotura, 63
Machados (de bronze e pedra), 122-123
150, 151, 201, 202
Madrid, 8, 16, 17, 18, 239
Maiorca — Baleares, 27, 95
-----Figueira da Foz, 201
Málaga, 225
Malha Ferro — Panóias, 95
Malines, 229
Mallowan, Prof., 190
Malta, 95
-----, Eduardo, 102
Maluquer de Motes, Juan, 117
Manaia, Júlio, 201
Manica, 148
Manta Rota, 1
Manuel I, D., 71, 72
Manuppella, Giacinto, 138
Mar do Chapéu, 59

- Marchicão*, Barranco do, 83
Marciano de Heracleia, 42
Marcos miliarios, 152
Maringer, J., 151
Marques, José Maria Fernandes, 127
 -----, Paulo, 151
Marrocos, 193
Martinez Santa-Olalla, J., 27, 96, 154
Martins, Alfredo Fernandes, 187
 -----, Jaime Frederico Alves, 121, 156
 -----, João Carlos Messias, 155
Massangano, Forte de — Angola, 156
Mata Carriazo, Juan de, 18, 123
Mateu y Llopis, Felipe, 225
Mateus, Manuel Ferreira, 125
Matos, Carmona de, 123, 154
 -----, Gastão de Melo de, 129, 146, 147, 150
 -----, Jaime Valente de, 183
Maximus, Q. Julius, 162
McElderry, R. Knox, 29, 30, 32
Mealhada, 194, 202
Meda, 157
Medicina, 135
Mediterrâneo, 26, 197
Meissner, Katharina, 122
Mela, Pompónio, 13
Melo, Gerardo, 32
Mendes, Maria Teresa Pinto, 195
Menelau, 79
Mênfis, 191
Mérida, 3, 225
 «*Mer obriga*», 153, 155
Mertens, J., 229
Mértola, 7, 9, 94, 96
Merz, Cyprian, 160
Mesas dos Castelinhos, 84
Meses, Quinta dos — Alferraz, 64
Mesopotâmia, 192
Meyer, Rut Raphael, 122
Mezquiriz de Catalan, Maria Angeles, 3, 4, 226-227
Miccio, 3
Micenas, 191
Milne, Marjorie J., 219
Milreu, 8, 75-81, 195, 241
Mineração — Península Ibérica, 13, 185, 202
Minho, 161
Ministério da Educação Nacional, 126, 127, 147, 201
Mira, Rio, 83
Miranda do Corvo, 16
Mirandela, 13
Misarela, 151
Mison, 104
Missão Arqueológica ao Iraque, 185, 187-193, 202
Missão Britânica — Nimrud, 190, 192
Missões Antropológicas — Ultramar, 146-147
Moçambique, 156
Mocidade Portuguesa. Vid.: Campos de Trabalho
Moedas, 41, 47, 63, 100, 138, 141-142, 145, 151, 153, 158, 161, 163, 185, 202, 203, 215, 223, 224, 225-226
Moinho Novo — Estuário do Sado, 59
Moita do Sebastião — Muge, 194
Molião, 7, 8
Mombeja, 146
Mondego, Vale do, 201
Monfortinho, 13
Monserate, Palácio de — Sintra, 103
Montalegre, 63, 150
Monte Castelo — Vila Verde, 201
Monte da Cividade, 152
Monte do Farrobo — Rio de Moinhos, 109-114, 242
Monte Grande — Rio de Moinhos, 110
Monte Molião. Vid.: *Molião*
Monte Mósinho — Penafiel, 147
Monte da Saia — Barcelos, 158
Monte do Ulmo, 135
Monte Velho — Aldeia dos Palheiros, 84, 95
Montelius, 123
Montemor-o-Velho, 201
Montenegro — Baixo Alentejo, 84
Montuori, Mário, 203

- Mora*, Amadeu da Cunha, 125
Moreira, Jorge, 127
Morujão, Alexandre, 202
Mosaicos romanos, 123-125, 152, 154, 195
Mosul—Iraque, 188, 189, 190
Mota, Henrique Pereira da, 123-124, 124
Moura, 94
Muge — Concheiros, 194
Muratori, 32, 34
Murtede, 202
Museus:
 Arles, 73
 Arqueológico de Faro, 77
 Arqueológico Nacional de Madrid, 16, 17, 18, 23, 225, 239
 Arqueológico de Odrinhas, 154
 Arqueológicos de Espanha, 224-225, 230
 Ashmoleano, Oxford, 220
 British Museum, 16
 do Carmo, 146
 Didáctico de Arqueologia — Faculdade de Letras, Coimbra, 181, 182, 196, 201-202
 Diocesano de S. Sisenando de Arqueologia e Arte Sacra, Beja, 160
 Etnológico Dr. Leite de Vasconcelos, 1-12, 46, 52, 57, 62, 63, 64, 67, 100, 147, 150, 152, 239
 Fitzwilliam Museum, Cambridge, 104
 Galleria Uffizi, 78, 79, 241
 Kerameikos, Atenas, 108
 Louvre, 16, 103, 106
 Martins Sarmiento, Guimarães, 31
 Metropolitano, Nova Iorque, 219,
220
 Monográfico de Conimbriga, 158
 Municipal «Santos Rocha», Figueira da Foz, 201
 Nacional de Florença, 80, 241
 Palácio Ducal de Vila Viçosa, 100, 242, Prado, 16
 Regional de Beja, 114
 Regional de Lagos, 75, 130, 151
 Regional de Oliveira de Azeméis, 1 53
 Saint-Germain-en-Laye, 16
 Sarawak, 148-149
 dos Serviços Geológicos, 194
 de Vindonissa, 140
Museus — Arqueologia, 119, 138
- N
- Nápoles*, 11
Narbo, 52
Nascimento, Manuel, 57
Nasiriya, 189
Nauplia, 191
Nena, Quinta do — Rotura, 63, 64
Neolítico, 192
Nero, 37, 49
Neves, Leandro Quintas, 127, 128
Nhoruchonga — Moçambique, 148
Niak, Cavernas de — Sarawak, 149
Nimrud — Iraque, 188, 190, 191, 192
Ninho do Açor — Castelo Branco, 27
Ninive — Iraque, 188, 190, 191, 192
Nippur — Iraque, 188, 191, 192
Nolan, 242
Nora, José Zacarias d'Almeida Sampaio Costa e, 202
Noronha, António Sanches de, 162
Northampton, 105
Nossa Senhora da Cola — Baixo Alentejo, 83, 84, 85, 241
Notícias Arqueológicas, 145-163
Notte, Rosemarie, 122
Nougier, Louis-René, 230
Nova Delhi, 167
Nova Iorque, 104, 108, 219, 220
Novais, Mário, 108
Numância, 64
Numismática e Arqueologia, 132
Nunes, Clara Maria, 202
 -----, João de Castro, 156

O

Oates, David, 190
O demira, Ribeira de, 83, 84
Odrinhas. Vid.: *S. Miguel de Odrinhas*
O eiras, 221
Oleiro, João Manuel Bairrão, 1, 6, 7,
 8, 9, 71, 126, 138, 139, 140, 152,
 156, 183, 187, 194, 195, 201, 202,
 203, 206, 208
Olhão, 8
Oligocénico, 110
 «*Olisipo*», 240
Oliveira, Antonio de, 183
 -----, Manuel de Sousa, 152
 -----, Maria Luisa Almada de, 121
 -----, Octávio Roza de, 148
Oliveira de Azeméis, 152, 153
Oliveira do Hospital, 160, 202
Oliveira de Frades, 201
Orange, 39
Orense, 25, 34
Ortigão, Ramalho, 99
 «*Ossonoba*», 223
Oswald, Eugène, 213
 -----, Félix, 6, 10, 213, 228
Ourique, 83, 84, 94, 95, 241
Oviedo, 152
Oxé, 9

P

Paço, Afonso do, 129, 146, 147, 149, 150,
 155, 157, 201, 203, 206
Palácio das Necessidades, 16
Palácio Pombal—Oeiras, 221
Palência, 225
Paleolítico, 151, 192
Palheiros — Ourique, 83, 95, 241
Palmeia, 49, 55, 56, 70, 241
 -----, Duque de — Coleção de Arte,
 97, 221
Paiol, Pedro de, 140, 224
Pamplona, 227
Panoias, 84, 94, 95
Paor, Liam de, 127
Paor, Máire de, 127
Paradela, 147
Paredes, 13
Paret, O., 26
Parkes, Barbara, 190
Pedersen, H., 43
Pedra de Anta — Baixo Alentejo, 84
Pedra Furada — Estuário do Sado, 59
Pedro, Casal do — Rotura, 63
Penafiel, 147
Penamacor, 13
Penedono, 13
Penela, 16
Penices — Vila Nova de Famalicão, 153
Península Ibérica, 18, 25, 27, 29, 36, 38,
 59, 66, 119, 153, 197, 199, 222-223,
 224, 225, 227, 229, 239, 240
Pereira, Félix Alves, 131
 -----, L., 152
 -----, Maria Helena da Rocha, 139
 -----, Nunes, 202
Pericot Garcia, Luís, 18, 96
Pergulho — Proença-a-Nova, 201
Perraud, A., 230
Peso da Régua, 160
Pesto, 138
Petit Palais, 106
Picard, Charles, 78, 81
Piganiol, André, 230
Pintor de Alcímaco, 106, 107, 242
Pintor dos Baloços, 104
Pintor das Bruxas, 102, 103, 242
Pintor de Cleófrades, 104
Pintor de Coghill, 221
Pintor de Dutuit, 106, 242
Pintor do Etíope, 220
Pintor de Hémon, 221
Pintor de Lecca, 102
Pintor de Munique, 108, 220, 242
Pintor de Pan, 105
Pintor do Rapaz Gordo, 220
Pintor dos Suínos, 104, 242
Pintor de Timbos, 221
Pintor dos Tirso Negros, 197, 220-221

Pintor de Truro, 102, 242
Pinturas rupestres, 135-136, 149
Pirinéus, 37, 40
Pistarola, 59
Pitíia, 79
Plínio, 39, 40
Plovdiv, 106
Poço Frito — Silves, 148
Políbio, 42
Pombal, 125
Pombeiro, Monte de — Guimarães, 161
Pompaelo, 226-227
Pompeia, 138, 141
Ponta da Areia — Estuário do Sado, 59
Ponte de Lousa, 154, 156
Ponte de Sor, 5, 239
Portalegre, 17, 19, 22, 23, 24, 25, 27, 239
Portei, 16
Porto, 119, 145, 147, 154, 155, 157, 159
Porto da Lage — Tomar, 123, 124, 154
Póvoa de Cós — Alcobça, 152
Póvoa de Santa Iria, 150
Praça de Bocage — Setúbal, 59, 145
Pré-história, 55, 119, 146, 149, 151, 154, 156, 159, 184, 193
Proença-a-Nova, 201
Prudhommeau, 230
Ptolomeu, 40, 42, 44, 45

Q

Quinta da Cruz de Real — Figueiredo das Donas, 159
Quinta da Foja, 201
Quinta da Machêa — Torres Vedras, 157
Quinta Nova — Baixo Alentejo, 84
Quintos — Baixo Alentejo, 94, 202
Quitéria, Sta., 161

R

Rabagão, Barragem do, 151
Rairiz de Veiga, 34, 37, 38
Ramón Mélida, José, 18, 21
Ramos, José Augusto, 121

Rasa, Citânia da — Covilhã, 159
Rasca — Estuário do Sado, 59
Rasteiro, Joaquim, 59
Recevsinto, 53, 161
«Rei de Aragão», 123
«Rei Cretariae Romanae Favtores», 140-141
Reinach, Salomon, 18, 19, 20
Religião e Arqueologia, 132
Renânia, 26, 240
Reno, 26, 38, 81
Represas — Beja, 10, 202
Resende, André de, 44, 84
Revistas — Artigos de interesse arqueológico, 143-163
Rheinzabern, 228
Ribeiro, Fernando Nunes, 10, 131, 202, 207, 209, 239
Ribera, Antoni, 230
Richter, Gesela M. A., 106, 219-221
Rio de Moinhos, 109, 110, 242
Roche, Jean, 117, 146, 193-194
Ródano, 26
Rodrigues, Adriano Vasco da Fonseca, 145, 148, 157, 158, 159, 183, 202, 204, 207
 -----, Maria de Lourdes, 139, 183
Roma, 9, 49, 138, 157, 191
Romanos, 48, 53, 54, 59, 63, 65, 84, 148, 157, 161, 162, 199
Rosário, João Francisco do, 109
Rosmaninhal, 13
Rosmoneira — Baixo Alentejo, 84
Rossio da Sé de Braga, 153
Rotary Club de Setúbal, 145
Rottweil, 6
Rotura, 48, 49, 58, 59, 62, 63, 64, 65, 159
Rouca — Alentejo, 2, 239
Rua Arronches Junqueiro — Setúbal, 57
Russel, Peter, 149

S

S. Filipe, Monte de — Setúbal, 57
S. João de Banhos, 73

- S. Miguel de Odrinhas*, 153, 154, 160
S. Pedro das Cabeças, 84
S. Pedro Dias, Serra de — Arganil, 156
S. Pedro da Nave — Zamora, 73
S. Pedro do Sul, 202
S. Romão. Vid.: *Castelo de S. Romão*
 ----- . Vid.: *Castro de S. Romão*
 -----, Monte de — Vila Fernando, 158
 -----, Rotura, 63
 -----, Sanfins, 63
S. Sebastião, Colina de — Setúbal, 57
S. Tomé de Covelas — Baião, 160
S. Vicente, Cabo de, 8
Sabroso, 126
Sacóias, Castro de, 155
Sado, 44, 46, 47, 49, 50, 51, 52, 54, 55,
 56, 58, 59, 65, 68, 69, 70 110, 158,
 160, 241
Sagunto, 3, 31, 36, 37, 38
Salac, A., 214
Salácia, 240
Salga de peixe — Sado, 44, 58, 84, 161
Salín, 230
Sampaio, Alberto de, 53, 54
Sanfins, Citânia de, 63, 155, 157, 201
Santa Olaia, 194, 200-201
Santa Vitoria, 85, 94, 146
Santana, Augusto, 127
Santarém, Lugar de-Castro Daire, 155
Santiago de Cacém, 155
Santos, Luciano dos, 153
 -----, Manuel Farinha dos, 1, 2, 6, 159
 -----, Mário Eusébio dos, 127
Santos Júnior, J. R. dos, 147, 160
Sarawak, 148, 149
Sarmento, Martins, 119
Savory, Hubert N., 157
Sayans Castaños, Marceliano, 207
Segovia, 3
Seia, 63
Seixo da Beira, 160
Sejães, 201
Seminário de Arqueologia — Instituto
 de Arqueologia, 184
Seminário de Beja, 160
Seminário de Estudos Arqueológicos —
 Porto, 154
Seminário Maior do Porto, 147, 157
Senado Universitário — Coimbra, 198,
 199
Senhora da Cola, Castro da, 157
Senhora da Graça — Estuário do Sado,
 59
Sepulturas, 25, 83-96, 158, 160, 161,
 201, 224, 241, 242
Serpa, Serra de, 201
Serra do Castro — Oliveira de Azeméis,
 152
Serralheiro, Padre, 109
Serrão, Eduardo da Cunha, 151, 153
Serro das Antas — Baixo Alentejo, 84
Serro do Gatão — Baixo Alentejo, 84
Serro das Pias—Baixo Alentejo, 84
Serviços de Antiguidades — Iraque, 193
Sesimbra, 61, 151, 153
Setúbal, 5, 41, 44, 47, 48, 49, 51, 52,
 55, 56, 57, 58, 59, 61, 64, 65, 70,
 129, 130, 145, 154, 159, 160, 161,
 240
Severo, Ricardo, 119
Severus, Septimius, 228
Sevilha, 225
Shaetzen, Philippe de, 140
Shumann, Theodor, 220
Sicília, 138
Siegrid, Rommel, 122
Sills, Margaret, 121, 127
Silvu, Montes — Moçambique, 148
Silva, Arsénio Rodrigues, 122
 ----- .Cristóvão, 154
 -----, Jorge Alarcão e, 183, 195
 -----, Maria do Céu Nunes da, 46
Silves, 148
Simões, Filipe, 100
Simpson, Grace, 228, 229
Sintra, 16, 103
Sir et, Irmãos, 122
Síria, 120
Sírios, 135
Sobreda, 160

- Sociedade Agrícola da Quinta da Foja, L.da* 201
- Sociedade Espanhola de Antropologia, Etnografia e Pré-história* — Madrid, 154
- Sociedade de Geografia de Lisboa*, 147, 149, 151, 153, 161
- Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia*, 147
- Sofala*, 147, 148
- Solsona*, 229
- Sória*, 225
- Soto de la Vega*, 37
- Sousa*, Elisio de, 147
- Souto*, Dulce Emilia Alves, 185, 202
- Souto de Vila Cã* — Pombal, 125
- Stanfield*, J. A., 6, 228
- Stuttgart*, 26
- Suetónio*, 37, 38
- Suíça*, 26
- Sumérios*, 135
- Svoronos*, 78
- Sydney*, 108
- Syson*, J. R. S., 126
- T
- Talhadás*, 157
- Tarragona*, 3, 4, 9, 10, 30, 31, 34, 36, 38, 52, 99, 229
- Tartessos*, 158
- Tavares*, Manuel de Almeida, 202
- Técnicas Arqueológicas*, 146, 193, 199
- Teodósio I*, 64, 68
- Tell Harmal*—Iraque, 189, 192
- «*Terra sigillata*», 1, 2, 47, 58, 62, 63, 64, 67, 68, 185, 201, 202, 213, 227-230
- Terral*, 151
- Tibério*, 223
- Tibur* 121
- Tillyard*, 104, 105
- Timor*, 146, 149, 151
- Tirinto*, 191
- Tito*, 49
- Tomar*, 56, 123, 154
- Tomás*, Américo, 130
- Torre de Ares*, 9
- Torre de Palma*, 150
- Torres Vedras*, 157
- Trajano*, 228
- Trendall*, A. D., 101, 102, 108,
- Tróia de Setúbal*, 5, 41, 45, 46, 47, 49, 51, 52, 54, 56, 59, 60, 67, 68, 69, 70, 78, 129, 130, 158, 159, 161, 239
- Troino* — Setúbal, 56, 145
- «*Tubal*», 57
- U
- Ulisses*, 79, 104
- Ultramar Português*, 119, 147, 149
- Unesco* — Escavações arqueológicas, 167-177
- Universidade de Bagdade*, 191, 193
- Universidade de Coimbra*. Vid.: *Faculdade de ... e Instituto de ...*
- Universidade do Porto*, 145, 147, 159
- Ur* — Iraque, 188, 189, 191, 192
- Ur-Junction* — Iraque, 189
- Urso*, 4
- V
- Vaes*, F., 229
- Vagarosa* — Baixo Alentejo, 95
- Valdoca*, 109
- Vale* — Souto de Vila Cã, 125
- Vale da Manta*—Meda, 157
- Valente*, 68
- Valentiano*, 153
- Valongo*, 13
- Van Hoorn*, 102
- Varagnac*, André, 230
- Vasconcelos*, Caldas de, 148
- , José Leite de, 42, 46, 47, 48, 50, 53, 54, 56, 61, 62, 84, 94, 117, 194
- «*Vaso Borghese*», 78

- « *Vaso Mediceo* », 78, 79, 80, 241
Vasos gregos, 97-108
Veiga, Costa, 129
 -----, Estácio da, 119
Vela — Guarda, 123
Veleia, 36, 37, 39, 240
Venda Nova — Montalegre, 150
Vero, Lucio, 33
Viana, Abel, 146, 157, 202, 204, 205, 208, 209
Viana, Mário Gonçalves, 160
Viana do Castelo, 127, 128, 150, 202
Vila do Bispo, 130
Vila Fernando — Alto Alentejo, 158
Vila Meã — Douro, 201
Vila Nova de Famalicão, 153
Vila Nova de S. Pedro, Castro de, 149, 157
Vila Pouca de Aguiar, 13, 30, 36, 37, 38, 39
Vila Praia de Âncora, 126-128, 158
Vila Real, 30
Vila Verde—Braga, 201
Vilafranca de los Barros, 229
Vilarándelo, 152
Vilarinho de César — Oliveira de Aze-
 méis, 153
- Villalís* — Léon, 30, 31, 33, 34, 35, 37, 38, 39, 240
Villard, François, 222
Vimeiro, 151
Vindonissa, 140, 141
Vinha Grande — Rotura, 63
Viriato, 224
Viseu, 37
Visigodos, 51, 54, 64, 71-74, 215, 241
Vitoria — Alava, 39
Vouzela, 159
- W
- Walde*, A., 43
Wales, Carroll, 190
Willy, Bail, 121
Württemberg, 25
- Z
- Zbyszewski*, Georges, 156
Zeuner, 153
Zoologia e Arqueologia, 132
Zuno, António de Almeida, 123

Organizado por

MARIA TERESA PINTO MENDES

ÍNDICE GERAL

	Págs.
ALMEIDA, Fernando de — «Pedras visigodas de Abiul» ...	71-74
ANDRADE, Ruy Freire d' — «Uma lápide romana do Monte do Farrobo — Rio de Moinhos»	109-114
CARDOZO, Mário — «Joalheria Lusitana»	13-27
COMFORT, Howard — «Some Roman Pottery in the Museu Etnológico, Belém».....	1-12
FERREIRA, Fernando Bandeira — «O problema da localização de Cetó- briga. Seu estado actual»	41-70
GARCÍA Y BELLIDO, A.— «Cohors I Gallica Eqvitata Civivm Romanorvm»	29-40
OLEIRO, J. M. Bairrão — «A cratera de Milreu»	75-81
PEREIRA, M. H. da Rocha — «Notícia sobre vasos gregos existentes em Portugal, III parte»	97-108
VIANA, Abel—«Necrópole Pré-histórica de Atalaia. Aldeia dos Palheiros — Ourique»	83-96
<i>Vária</i>	115-142
<i>Notícias. Nova et vetera</i>	143-163
<i>Documentos</i>	165-177
<i>Vida do Instituto</i>	179-209
<i>«In Memoriam»</i>	211-215
<i>Recensões e Notas bibliográficas</i>	217-236
<i>Resumos dos artigos</i>	237-242
<i>índice analítico</i>	243-258

ERRATA

Págs.		Onde se lê:	Deve ler-se:
50	nota 27	شطور ,	شطوير
96	linha 3	1200-1900 a.C.	2100-1900 a.C.

CONIMBRIGA

REVISTA DO INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA
DA FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA (PORTUGAL)

PUBLICAÇÃO ANUAL

COLABORAÇÃO SOLICITADA

Preço: 60\$00

PEDIDOS à LIVRARIA DISTRIBUIDORA:

Casa do Castelo, Editora — Rua da Sofia, 47-49
Coimbra — Portugal

Toda a correspondência (envio de originais e de publicações para revisão, pedidos de permuta, etc.) deve ser dirigida directamente ao

INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA — FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE — COIMBRA — PORTUGAL

*Solicitamos permuta. On prie de bien vouloir établir l'échange.
Sollecitiamo scambio. We would like exchange. Tauschverkehr erwünscht.*

